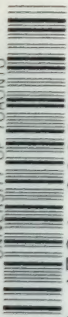


UNIVERSITY OF TORONTO



3 1761 00680524 6

I

53

O ULTIMO VICE-REI DO BRASIL

763

Em publicação

Em publicação

Em publicação

ALTA D'INCA (historical)
MUNIZIAS (historical)
DRAMA NACIONALIS (historical)

OBRAS DO AUTOR

Romances

- MARIA DA FONTE, 2 volumes (Edição de luxo) 6.º milhar.
MADRE PAULA, 2 volumes (Edição de luxo) Exgotado.
MESTRE DE AVIZ, 2 volumes (Edição de luxo) 6.º milhar.
BOBAGE, 2 volumes (Edição de luxo) Exgotado.
GOMES FREIRE, 2 volumes (Edição de luxo) 6.º milhar.
REI SANTO, 2 volumes (Edição de luxo) 6.º milhar.
SPARTACUS, 1 volume 3.º milhar.
PARIAS, 1 volume, Exgotado.

Historia

- CORTE DE JUNOT EM PORTUGAL, 3.º milhar.
PALMELA NA EMIGRAÇÃO, 2.º milhar.
D. MANUEL II, 4.º milhar.
MEMORIAS SOBRE SIDONIO PAES (Exemplares da tiragem, edição do
A B C e em livro.) 4.º milhar.
CORRESPONDENCIA DO VISCONDE DE SANTAREM (Edição do Visconde
de Santarem.) 4.º milhar.
A RIBEIRINHA 4.º milhar.
FLOR DA MURTA 4.º milhar.
A INDEPENDENCIA DO BRAZIL 5.º milhar.

No prélo

- A MONARQUIA DO NORTE (Em publicação especial no A B C
POMBAL PUPILO DOS JESUITAS.

Em publicação

- FANTOCHES (Bastidores da politica e dos negocios.)

Em preparação

- ALTA BANCA (Romance).
MUNDANAS (Romance).
DRAMAS NACIONAIS (Novelas historicas).



*O arco do Salvador, ao qual se segue
o historico palacio do Conde dos Arcos*

ROCHA MARTINS

DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA E DA ARCADIA DE ROMA

O Último Vice-Rei

do Brasil

EDIÇÃO DO AUCTOR

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DO « A B C »
65, RUA DO ALECRIM, 65
LISBOA

F
253-
A76



Evocação de sombras

num palácio velho

Entre as vetustas e aristocráticas moradias históricas de S. Vicente e os meandros dos casebres e ruelas labirínticas de Alfama, fica o palácio do Salvador, onde viveu D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo conde dos Arcos de Val-de-Vez e que foi, com todo o seu esplendor e com todas as suas amarguras, o último vice-rei do Brasil.

Um arco alio e que toma a rua, parece querer ser o pórtico simbólico dum grande cenário e dum grande título, a abertura, a passagem para os logares onde um personagem dos mais notáveis da sua época sonhou, trabalhou, poetou — porque o estadista fez versos como a maioria dos portugueses — e se recolheu para ir, depois, acabar em residência mais modesta — ali nas Monicas — também pertinho de S. Vicente e não muito longe da populaceira Alfama.

Um pátio para o qual abrem as janelas solarengas, um desses átrios graves, solénes, que viram passar, em dias de serenins, as formosas mulheres ataviadas de gala e os senhores do reino em pomposas fardas, abre-se tristonho e frio, como saudoso do ruído dos liteireiros, dos bolieiros, sotas e lacaios que mesuravam e veniavam enquanto lá em cima, na escadaria nobre, os servos de libré chapçada dos escudos dos Arcos, alumiam com os brandões de cera amarela a passagem das embaixatrizes, das grandes donas, das ingénuas meninas de noivado e dos políticos, dos generais, dos peraltas, dos desembargadores, de toda uma sociedade cheia de elegância, de graça, de doçura e de arrepanho, de audácia, de desenvoltura e de gravidade que ali ia saudar a parentela, dançar os gracis minuets e delirar nas intrigas do tempo enquanto não chegaram os adens reais, as sopas doiradas, os cuvilhetes de doçarias, os vinhos finos, os licóres de convento, com que nas ceias se rematavam as festas de galantaria. Bem nobres deviam ser os frequentadores do palácio do Salvador porque os condes dos Arcos

pertenciam à maior nobreza de Portugal, eram os descendentes dos Vila Nova da Cerveira « os primeiros viscondes do reino ».

Ainda o condado portugalense era um vasto rincão vassalo e já esses senhores tilintavam sob o ceu luzitano os seus acicates de ferro. Vinham do celebrado D. Fernando Ayres de Baticela, audaz cavaleiro das Espanhas, seu rico homem das mais antigas varonias, avoengo dos Limas, alcaides de Ponte do Lima, senhores de Arcos de Val-de-Vez, autênticos dons de pendão e caldeira, cheios de fôros e de privilégios e que iriam entroncar em fidalguias tam portentosas como a sua, acaudilhando ora uns reis, ora uns parentes poderosos que eram, em Portugal, os Vagos, os da Ribeira, S. Miguel, Figueiró, depois os de Távora. Cadaval, Óbidos, os maiores; na Galiza, os de Salvaterra, Sotto Mayor e Fornelos e os castelhanos condes d'Altamira, Montereí e Lemos, em França os Cardilac de Bourbon, e condes de Gijon, filho ilegítimo de Henrique II de Castella, mas casado com a princeza D. Izabel, filha de el-rei D. Fernando I e dos Hohenlœ, na Alemanha, emfim, grandes estirpes e nobilissimos sangues aliados, vindos do fundo dos séculos, num rumor heráldico, apoteótico, guerreiro, religioso, em passadas fortes, rijas, solenes, das que teem de se ouvir por fôrça batucando na andada da história.

Após os barbaçudos e gigantêscos companheiros de Afonso Henriques, dos feros alcaides, dos batalhadores illustres, um apareceu douto e que foi santo, D. Pedro de Noronha, figura de agiologia, tão dado aos pobres que tudo com eles repartia e tão dado á dôr que, tratando de rastos as peores chagas aos humildes, a Deus agradecia o mesmo mal que o matava. Nos campos de Toro, luziu um outro avoengo chamado D. Leonel de Lima, o qual tais feitos praticou ao lado do alferes-mór, do bispo de Evora, do senhor da Feira, do duque de Guimarães, que o rei.

vendo-o coberto de sangueira, na cavalgada do príncipe D. João, ao clarear dessa manhã marçalina nos campos de Zamora, lhe concedeu o título de visconde, o primeiro que se doava em Portugal. Daí, dessa força audaz e sagrada por uma ascendência gloriosa, partiram os Vila Nova da Cerveira. Assim D. Thomaz de Noronha foi aio do filho de D. João III e faleceu devotadamente com cinco postemas que, no seu numero symbolico das chagas de Christo, tomou por grande mercê. Foram conselheiros dos reis, guardas môres, pelejadores em Alcaccer até que os Filipes chegaram, se extinguiram os varões, uma filha succedeu no título e se casou com um Brito Nogueira, gente de tanta prosápia que já no «ibro Velho das Linhagens» se aponta D. Sueiro de Brito, rico-homem de Afonso VI de Castela. Depois appareceu um presidente do desembargo do paço a recusar das mãos reais o título de conde afim de não se perder a memória dos primeiros viscondes do reino.

Para se acrescentar honras ao primogénito, é o condado de Arcos de Val-de-Vez que lhe outhorga em três vidas, ficando o viscondado para o filho segundo, doutor em eologia, apesar de capelo, dado às armas, como os avoengos, pois andou nas guerras da Restauração a acutilar castelhanos.

Governador da provincia do Minho, deixando o mestrado das artes, casou-se com uma filha de Fernão Alvares Cabral, terceira neta do descobridor do Brasil, no qual o conde dos Arcos, parente próximo de tam consagrado sangue, devia, um dia, ser o último vice-rei, por um singular acaso, por um mirífico destino, por um decreto misterioso do senhor dos mundos.

Emquanto os de Cerveira iam até ao marquezado de Ponte do Lima, os Arcos conservavam o seu título retumbante, já dos feitos dos avós, já pelos que, usando-o, lhe souberam acrescentar grandezas e faustos,

dourando por cada geração o seu escudo esquartelado, onde brilham armas de Portugal e as antigas de Castela, mantelado de praia com dois leões purpurinos, batalhantes, entre a bordadura de oiro, veirados de azul.

O terceiro conde daquele título foi o cunhado de D. Lourenço Brito Nogueira e esposo de D. Vitória de Bourbon. Chamava-se D. Tomaz de Noronha, era senhor de Vila Verde e presidiu ao conselho ultramarino no reinado de D. Afonso VI. Sucedeu-lhe um irmão da esposa, voltando a entroncar-se na grande família dos Távoras de cujo consórcio veio o general D. Tomaz de Noronha e Brito, o qual desposou uma Assumar, rebento daquele formidável Payo Guterres, o Almeidão, o qual chacinara os moiros ao tomar-lhes a praça de Almeida, evocando o avô Pelayo, um dos fundadores do Bouro de Monges de Cister, onde se recolhera, após as pejejas, carpindo saudades de sua esposa morta, a linda D. Moninha.

No tempo de D. João V florescia na côrte sumptuosa uma D. Maria Xavier de Lencastre, em cuja ascendência brilhavam navegadores como o primeiro conde de S. Miguel, Alvares Botelho, o victorioso capitão da Índia, governadores coloniais e presidentes do Conselho Ultramarino.

Tambem, pelos Unhão, se entroncavam nas mais nobres genealogias estes S. Miguel, tendo nascido do matrimónio da sua descendente com o sexto conde dos Arcos a mãe do que se alçaria à vice realza. Era D. Juliana a herdeira do nome illustre que a outro tam grandioso como o seu se ligou. O pai do último capitão general do Brasil pertencia à casa dos denodados Marialva e Cantanhede e tambem à dos condes de Óbidos e foi êle o sangrento heroi rasgado e espostejado pelas hastes e pelas patas dum toiro real em Salvaterra. (*)

(*) Apendice Doc. 1.

Difícilmente se encontrará para povoar um velho palácio uma evocação de sombras tam notáveis, mais triunfais, mais celebradas no mar, na guerra, nas córtes, na política e como se elas quizessem, nos gaí-gões do seu sangue secular, consubstanciar, num só dos seus, todas as qualidades que as tinham illustrado, ligavam-se em D. Marcos de Noronha e Brito, moviam-se em tórno do seu berço, para que fôsse o primeiro vice-rei da família e o último da colónia onde os soberanos iam encontrar um refúgio e éle a ingratição dum príncipe, dos vassallos, dos seus pares e dos povos.

Quantas vezes abrindo os seus clássicos — era bom ledor e erudito o oitavo conde d'Arcos — nessa biblioteca de doce sombra do palácio do Salvador, éle não pensaria ter sido bem melhor quedar-se no seu abrigo ou nalgum arruinado solar minhoto do que governar homens, erigir vilas, dominar revoltas, fundar imprensas, plantar árvores, talhar caminhos nas grandes florestas, abrir horisontes ao comércio, revolver idéas, criar bibliotecas e jornais como éle fizera na capitania da Baía, e, passando as fôlhas, já cansado e desiludido, não se quedaria a meditar!

Mas nem a idéa dos tormentos sofridos, nem tampouco dos que fizera sofrer aos revolucionários de Pernambuco deteriam êsse ânimo esclarecido e forte, quando, de novo, o vieram chamar para a política. Não era velho mas a intensa vida que levara no Brasil, as amarguras, as audaciosas sortidas, tinham-no tornado quási um estoico nessa idade dos cincoenta e cinco anos em que fôra chamado à Junta Suprema do Reino, após a morte de D. João VI, o soberano que o tivera como uma das maiores figuras do seu reinado.

Não era já então o dominador nem o político, tampouco o poeta sensível nem o chegado conselheiro do príncipe D. Pedro, mas um ser

de reflexão e de calma, habituado a vêr os homens, preferindo-lhes, talvez, o seu cão ou a póda dalguns pés de roseira, mas não desistindo de os dirigir como os seus avoengos conduziram as mesnadas, as naus, os conselhos do reino, os desembargos supremos e as damas nas danças graves, com sizo e desenvoltura, com firmeza e graça.

O vice-rei, cuja obra todo o Brasil sentiu, a Baía amou e enalteceu, o soldado punidor, o senhor de tam grande poderio em tam vasto empório, parece não ter sabido ser um dèsses devastadores de fortunas feitas das grandes misérias coloniais, nascidas dos horrores das selvas, com os rastros de sangue escravo e com os assaltos ao oiro das minas.

Ha nomes que retumbam na história como uma ária desoladora e fremitante de ais, de gemidos, de dôres, de corpos retalhados, de sangue espadanando, de assaltos corsários ao trabalho dos escavadores do solo, onde, aos milhares, se estendiam as ossadas enquanto só dezenas de felizes voltavam com o metal para serem dêle desapossados pelo capricho dum chefe ansiôso de erguer mais uma torre em seu palácio ou de pagar mais régiamente uma hetaïra.

Claro que não foi um capitão patriarcal hesitando em castigar e em se bater, tampouco um contemporizador, um cúmplice de rebeldes, mas um nobre afeito ao perigo, um disciplinador irme, um Juiz enérgico para o momento dos delitos — ou que êle na sua função como tal considerava — porém logo a emendar, com a reflexão e com a prudência, os exageros dos que o serviam contra os vencidos, o que sucedeu diante da revolução republicana de Pernambuco dominada pela sua coragem em 1817. É certo que uns corpos baquearam fuzilados, que o sangue brotou, mas ainda hoje, no entrechoque das grandes paixões humanas, ha idealistas que cáem e generais que mandam apontar as armas bem carregadas contra os seus corações.

Queria acentuar apenas que ha sangue do qual brotam luzidas moedas com as quais se excitam novas sêdes de crimes, novas ardências para novas fortunas; nêle não foi o interêsse que o levou a condenar, mas o seu dever de defeza da instituição que lhe fôra confiada.

Já D. Marcos de Noronha governara Rio Negro e Pará com régios louvores e ainda escrevia para o reino nestes termos de quem, vasando a escarcela numa despeza, não sabe como realizar uma outra, por ventura muito mais modesta. Dirigia-se a «sua mãe e senhora do coração», o conde dos Arcos:

« Já respondi em outra a V. Ex.ª que não mandava as medidas da farda, como tinha projectado, porque, tendo-se alterado a distribuição das minhas finanças com a compra da caza, ficou impossivel a remessa do dinheiro. »

Fazia várias considerações e concluia : « Conto, portanto, de mandar bordar para a Festa Grande de 13 de maio e a segunda Deus sabe se o farei e quando. »

Não lhe corria nem suave nem próspera a existência, e êle exprimi-se claramente. Apesar da alta situação a que chegara, pois fôra nomeado, então, para governar a Baía, sentia-se tam abalado como no tempo, uns oito anos antes, em que se considerava desditoso ao traçar os seus versos melancólicos e sentidos :

Escreveu a negra morte
Com longos dedos mirrados,
Por ordem do meu destino,
Os meus dias desgraçados!

Talvez não passasse dum pezar de amôr o que o afligia, mas no

fundo, uma grande desesperança o acometera, e confessou-a nas suas regras particulares. Escrevia a Assumar de modo que elle lhe dizia: « recebi a tua carta, não gosto de sentir um estylo tão triste. »

Não hesitava ainda em dizer para Portugal, quando pensavam em mandar-lhe parentes atemorizados ante a onda das invasões napoleónicas: morrer de fome não ha lei que tal mande. »

Pouco se coadunava com o ambiente; tinha a idéia de que devia haver « razão e justiça e caridade contra o commercio de carne humana », isto já quando mandava na sua capitania e deixara a vice realleza, coberto de louvores e de elogios, com a nomeação de marechal de campo, por graça especial.

É, pois, uma singularissima figura esta do conde dos Arcos, que, após uma vida de lutas e trabalhos, recolhido ao palácio, onde ha dias penetrei a receber das mãos duma das suas illustres descendentes, a Senhora Condessa de S. Miguel, os papeis, documentos, cartas e notas, relativas á sua existência afanosa e cheia de perigos, soube ainda procurar honradamente acabar conforme no seu testamento se marca e se define.

Este foi escrito já na casa vetusta da travessa das Mónicas, para onde se retirara, e na qual, em paga dos seus altos serviços e numa homenagem á sua obra, se devia colocar a lápide comemorativa do passamento do último vice rei do Brasil.

Mostrar-se-ia assim, ali, naquelle bairro triste e naquella fachada singela, o padrão que a História — a qual muitos não leem — lhe ergueu, dizendo das virtudes do fidalgo e da honradez do politico, numa frase apenas de bom preito e na qual o sol bateria, iluminando ainda o nome daquelle cujas cinzas se abafam sob os lagedos do velho convento de S. Pedro da Alcântara, fronteiro de S. Vicente, sitio este de onde se

adivinham as ruelas alfamistas que o senhor vice rei habitou e amou com os seus ruidos de turba e a sua alegria de população.

Era isto o que me lembrava ao subir a escadaria de pedra, ao penetrar nas salas, ao ouvir a pêndula do relógio que lhe assistiu à agonia, continuando a bater quando o seu coração se gelou, e ao dizer ao meu illustre camarada, o romancista Sousa Costa, que naquela moradia de outros séculos me introduziu, quanto há de alma no pó venerável destes velhos arquivos de onde a Senhora Condessa de S. Miguel permitiu que eu fôsse arrancar as páginas, ora crueis de batalhas, ora ternas de caridade, umas vezes agitadas no fragor das ondas populaceiras, outras alumadas na sinistra e bruxoleante luz da intriga que constituem a vida de D. Marcos de Brito Noronha, oitavo conde dos Arcos e último vice rei do Brasil.

E assim como na entrada do seu palácio veiu um arco se alarga antes do pórtico da moradia, esta vaga e tósca prosa precede o altar formado pelas páginas de que o grande político morto, sem imaginar que trabalhava o relicário da sua obra, é mais o autôr do que o modesto escritôr que as assina.

Novembro-1922.

ROCHA MARTINS

CAPITULO I

A CÔRTE NO RIO DE JANEIRO

O exodo dos reis — As princesas na capital do Brasil
— Temores e jubilos de D. João VI na Baía — A chegada ao Rio de Janeiro — Como foram tratados os brasileiros — Os enredos da recâmara — O govêrno de sua alteza — A Torre Espada e as doações — Evocações duma tarde de touros — Os primeiros passos dum vice-rei

QUANDO o brigue *Voador* chegou ao Rio de Janeiro, com notícias contrárias às até então recebidas, — no comêço do ano de 1808 — ao alarme succedeu um levante de júbilo e cantou-se nas ruelas, desde a da Alfândega à do Sabão, dançou-se nos bécos dos Tambôres ao dos Cachorros e iluminaram-se os edificios, da Lampadosa ao Capim e ao Castelo.

É que em vez dos franceses com suas naus altaneiras, encanhonadas de peças de bom tiro, em logar das tropas ameaçadoras, cujo anúncio causára o levante e o artilhamento da cidade, chegava a nova de que, em som alegre, a esquadra portuguesa, flamulada de signas, engalanada, viria fundear no formoso lagamar do Guanabara e desembarcaria dela, como duma florida frota de mágica, toda a família real.

O inimigo entrara em Lisboa; o Brasil estava longe em demasia para as suas tentativas; Napoleão dominaria só na Europa e aqueles que buscava aprisionar, soberanos, príncipes, grandes fidalgos — as aves de boa heráldica, dignas de encher os seus viveiros, as suas doiradas gaiolas de Fontainebleau e Valançay — escapavam-se às garras da águia e vinham

procurar o seu abrigo na sombra das grandes árvores coloniais como bandos acossados pelos tiros numa arribação feliz.

Então, largou-se a linha funda da beira de agua, onde se construíam trincheiras, deixaram-se os morros verdes nos quais se instalavam petardeiros, peças, columbrinas e bombardeiras para se começar a desalojar das casas melhores os habitantes, a calcear as ruas, a limpar os edificios, a armazenar os géneros, a criar as aposentadorias para êsses príncipes que apareciam, a súbitas, sequitados por uma còrte gosadora, por uma alcateia de funcionalismo ganancioso, por uma turba vadia aventureira, mulheres, hemens, servos, até escravos, tudo isto esfomeado, ânsioso de devorar, arrebatado e desdenhoso, ávido de ir exigir aos de além-mar o sustento, o abrigo, o agasalho como uma caravana de ricos senhores mudando-se para a sua chácara em fina partida de prazer.

Não se parava um instante; improvisavam-se as comodidades, vinham obedientemente os moradores intimados entregar as chaves das residências, jubilosos até, veniando o senhor vice rei, mais alegre que todos êles, dando ordens formais, exercendo uma acção intensa, muito à altura da sua reputação.

Governava então o Brasil, na sua suprema autoridade, D. Marcos de Noreña, conde dos Arcos de Val-de-Vez, fidalgo da melhor estirpe, soldado que já vira o fogo, administrador louvado por seus engenhosos planos quando dirigia a capitania de Grão Pará e Rio Negro, (*) grave, ponderado e firme, que, contando apenas trinta e sete anos, estava ali comandando, encaminhando um país, na idade em que os outros amavam, corriam canas e toiros, dançavam nos salões, poetavam, os de mais estro, nos outeiros, ou se divertiam nos cirios entre o seu cortejo de bobos, vates, anginhos e lóeiros, embebidos no contacto com a gentilha, os negros, os remadores e galeotos que amavam a Senhora do Cabo, pequenina na sua berlinda, e o vinho torrejano muito roxo e borbulhante nos cangilhões.

Êle, apesar de escrever versos tristes, endeixas, nébias, obrigara-se nessa vida da colónia a agir, a mover-se, a differençar-se da sua sociedade lisboeta dos cantochões e dos serenins e por isso, agora, entre os feitores, os architectos, os mesteirais, carregadores e cabos de roças, carregões e alquilés, mandava bem, actuava passando sob as nuvens de cal caída dos tectos, no tumulto dos descarrêgos dos cais para os armazens, indiferente ao calor que enfedentava mais a negraria suada no esforço da puxada dos carros, ouvindo pragas, ordenando castigos, para logo — piparoleando nos bofes de renda os pedacitos de areia e de todos os ciscos, mal escovando a casaca contagiada e suja das várias paredes a que se encostara, os sapatos atolados de lama ou cobertos de poeiras — deixar o

(*) Apêndice Dec. 1.º 2 e 2-R.





formigueiro onde se preparava o luzimento para os reis e sua côrte e ir discutir com alguns senhorios mais renitentes a cedência da casa, entreter-se com os do senado para a recepção e logo, de mais duro aspecto, ordenar expulsões, ameaçar os discursadores enquanto os pezados moveis, transportados à pressa, ornamentavam o palácio cedido à realisa autêntica e onde êle, até então, exercera a sua delegacia.

Despejaram-se as salas das repartições, mudou-se a Casa da Moeda, os tribunais, os cômodos melhores e tudo se ia aformoseando, esteirando, mobilando, numa azáfama, à qual presidia, afadigando os trabalhadores, excitando os encarregados, ora clamando, ora sorrindo, todo ânsiado pelas notícias dos víveres encomendados para S. Paulo e Minas.

O príncipe regente, D. João, com sua mãe louca, maníaca, conturbada, ia chegar nessas grandes naus escapas à francesia; acompanhavam-na sua esposa, os filhos, uma ninhada de infantes, uma côrte ainda turbada de pavôr, mas tendo já aberto o seu clássico apetite pela viagem que lhe despejara os estômagos no enjôo. Ia entrar no Rio de Janeiro a melhor gente portuguesa em nascimento e honrarias e êle, vice rei, não lhe podia oferecer um pouco de pirão, umas tiras rijas de carne seca, umas mãos cheias de mau arroz. Carecia-se muito gado, frutas, galinhas, cereais, gêneros regionais e europeus — dos armazenados — e pacas, espécies de leitões, peixes salmourados, aves ribeirinhas de bom sabor, e doçarias, e pipas de vinho do continente, licôres suaves, além da cachaça destinada aos soldados, que já fardara de novo, para atalaiarem os régios paços.

Grandes combóios puxados a parelhas fortes, passavam nos caminhos, carros cobertos, capinizados, rangiam nas estradas e os gados, escorneando-se nas trevas, batucando as armações nos pousios da noite, chegavam mugindo para os redis improvisados no subúrbio da cidade minguada, na praia de Santa Luzia.

Em Copacabana fileiras de negros desembarcavam sacos, fardos, volumes pesados, à soalheira, e os navios, atochados de gêneros, fundeavam, sendo logo cercados de barquitos como cetáceos parasitados por centenas de pulgas do mar.

Ainda mal acabavam de aparecer as remessas, e rodavam dia e noite nas vias confusas, os veículos pesados, e já o telégrafo de pau da fortaleza do Pico anunciava as velas da esquadra real.

Enfeitaram-se, rapidamente, as ruas, espalharam-se areias e festões no chão, plantas aromáticas emolduraram as janelas com as colchas bordadas, aprestos para as luminárias surgiam em todas as varandas e portais, uma alegria quente se comunicava e até já os moradores espoliados sentiam a ventura de albergar sob os seus tectos e de receber nos seus moveis tam grandes senhores como os que acompanhavam as magestades.

Fazia-se a entusiástica festividade, num domingo, a dezassete de Ja-

neiro, e toda a gente entrajada de gala, falando alto, radiante, corria a vêr as tropas formadas, de uniformes pimpantes, empenachadas, os milicianos buscando o seu aprumo, as armas scintilantes ao sol intenso e perturbante após a grande tempestade, tam forte e tam pouco acolhedora, que dispersara os vasos de guerra nos quais os monarcas velejavam para a sua capital colonial.

Foi um desapontamento e uma desilusão o saber-se que apenas algumas naus, escoltadas pela esquadra britânica, fundeavam.

Primeiro entrara a *Rainha de Portugal* e a seguir as *Príncipe do Brasil*, *Infante D. Henrique*, *Martim de Freitas* e as fragatas *Minerva* e *Golfinho*, botesinhos catraios no tamanho, ao lado da *London*, *Malborough* e *Monarch*, às ordens do comodoro Moore.

Alçara-se ao portaló da primeira o conde dos Arcos no seu traje de gala, procurando o regente, afanoso para lhe dar as boas vindas e topara apenas senhoras desoladas e chorosas e crianças régias de grandes olhos espantados e carinhas de pranto, muito aílitas por se saberem sós, imaginando os outros barcos perdidos com os príncipes, a rainha, D. João e D. Carlota Joaquina, tam animosa, era certo, que mesmo no alto mar se metia em escaleres para fazer visitas de nau em nau. Talvez que o mar, êsse grande oceano bravo e enfurecido, os tivesse sepultado.

Logo se restabeleceu a confiança às primeiras palavras do vice rei. A princesa do Brasil, D. Maria Benedicta, viuva de seu sobrinho D. José, tinha tanto de instruida como de observadora e formosa. Calou a irmã D. Mariana, aquietou as crianças, D. Isabel Maria e D. Maria Francisca, porém, hesitou em desembarcar, apesar de lhe mostrarem na cidade as ondas do povo acenando com os lenços, ao som das salvas.

— Que não; ficariam embarcadas até virem notícias do regente e da real familia. . . Que acabassem as festas, os júbilos. . .

O Rio de Janeiro respondia-lhe iluminando maravilhosamente, deslumbrando e resplandecendo como para lhe mostrar que, mesmo na noite, queria saudar, atrair as princesas com essas luzes policromas destinadas a festejal-as e ao mártir S. Sebastião, seu patrono, cujo dia ia celebrar-se.

Subiram a bordo os do senado da Câmara, que já tinham lavrado o acto de vereança, para as solenidades; saudaram as régias senhoras levando consigo uma grande pompa de juizes e almoçacés, falaram do seu pedido de preces, feito oficialmente ao cabido para amainar as fúrias das vagas e as rajadas, e, durante nove dias, a Deus se orcu por tal mercê, sob o badalejar dos sinos em S. Bento, Carmelitas, S. Francisco, Rosário, S. Domingos, Lapa dos Mascates, das trinta e cinco igrejas e conventos que na capital existiam. Chegavam às toldas das naus o som dos bronzes soluçados nas brisas suaves mas nem assim levavam D. Maria Benedicta a meter-se nas galeotas pomposas, a habitar o palácio do vice rei.

— Que se esperasse. . . que se calassem as alegrias. . .

Vivia em maus preságios e talvez receasse falhar à etiqueta, à pragmática, a grande arte do tempo.

Mas devia ser antes êsse receio de desditas o que alanceava a infeliz viuva, o causador de semelhante teima, pois mal soubera da arribada das outras naus à Baía de Todos-os-Santos, logo se decidira a desembarcar, passar entre as alas de tropas, sob as janelas vestidas de sedas espaventosas, ao ruído da pólvora, dos repiques, dos vivas cantarolados. Levava na sua atitude quasi um mês e já se erguiam os arcos triunfais, para a solene entrada do regente, quando a princesa do Brasil se repousou, com a irmã e as sobrinhas, no palácio real, na terra acolhedora da qual era titular.

Não conseguira ainda sossegar o viso-rei; tratava agora, com os edis, da recepção régia, enquanto D. João se demorava na Baía, felicissimo e alegre, bom de rosto e melhor de apetite, deslumbrado com as belesas da cidade, refeito do grande susto que até lhe tolhera a vontade de devorar as frutas e refrescos enviados ao encontro da nau *Príncipe Real*, onde se alojava, pelo governador de Pernambuco, Miranda Montenegro, no brigade *Três Corações*.

Fundeados o barco real em frente da linda terra baiana ninguem viera saudá-lo e no ânimo desvaloroso do príncipe distanciado da sua pátria cumularam-se nuvens mais negras que as do ceu de tormenta sob o qual viajara.

Uma embarcação avançou lesta, ao cabo de algum tempo, e o conde da Ponte, capitão general da provincia, ainda mal tivera azo de ajoelhar e beijar a régia mão e já ouvia a voz trémula do regente a perguntar-lhe timidamente, tristemente, porque só êle vinha a bordo. Imaginara um povo a repeli-lo, revoltado tambem contra a sua saída de Portugal, não o querendo receber, disposto a obrigar-o novamente a seguir na sua nau, pelos mares fóra, tornado num ser sem solo e sem lar, peregrino errando nas aguas, num castigo e num horror.

Logo uma côzita lhe subira no rôsto gordanchudo até à suissa em pata de lebre e uma boa risada brigantina explodira ante os do séquito: «Não viera a cidade toda — asseverava o governador — porque êle não o permitira antes de receber as ordens de Sua Alteza.»

— Oh! que deixasse vir o povo, todo o povo, viesse como quizesse porque o desejava vêr. . .

Reaimone appareceu em massa, desfilou jubiloso diante do príncipe, beijou a sua mão papuda e, sem a etiqueta, tel-o ía levado logo nos braços até ao palácio como no dia seguinte, à tarde, quando amaciara o calor, seguira as carruagens de gala, pela Gameleira até ao teatro, onde os camaristas o aguardavam com o pάλio alçado, entre alas de soldados para o *Te-Deum* da Sé. Sua alteza, muito guloso de música sacra, escutou-a

tocada por todos os instrumentistas da cidade. Começaram, então, festas sem conta, delírios, loucuras em que corriam rios de ouro em honra da família real que se acolhia à generosidade dos habitantes do Brasil. Imaginavam-se banquetes, que duravam horas, para agradar à gulotoneria dos recémchegados; faziam-se exercícios militares que enchiam as ruas de animação guerreira, organisavam-se cortejos, bailes populares, cantatas nas quais embalavam D. João e o queriam captar:

*Meu príncipe regente,
Não saiais d'aquí,
Cá ficamos chorando
Por Deus e por tí. . .*

As vozes lentas, bem sotaqueadas, nessa dóce enlanguescência brasileira, subiam até ao varandim do paço todo iluminado; numa quebreira delicada, soavam as violas em lunduns doloridos, aiados, vagos e o príncipe sentia-se bem e dizia-o. Custava-lhe arrancar-se da Baía, deixava-se levar para passeios arrabaldinos, ia à Victória, atravessava a praia risonha, alegre, mandando distribuir uma pataca a cada um dos peões que o escoltavam, gente da rua, população ebrifestiva, radiante.

Quando chegou a noite a mullidão apareceu empunhando luzeiros, cantando, erguendo os seus fachos na marcha viva, ardente, gritando os seus vivas. Tinha ido comprar archotes com as patacas reaes. Não podia ser mais delicada e gentil essa onda baiana de trabalhadores, servos e mercantes à qual o regente quizera premiar e lhe retorquiria com um madrigal de fogo.

Éle agora entrelinha-se, após os repastos, a escutar alvitres e idéas, ao lado de D. Fernando José de Portugal, dispunha-se a obsequiar a terra que tão bem o recebera e acolhera logo o parecer àcerca da abertura dos portos do Brasil aos estrangeiros, vindo do estudo de José da Silva Lisboa, o qual, com arte, o soubera canalisar até aos conselheiros do príncipe. Assinou o decreto antes de sair da Baía e logo houve mais festas religiosas, jantares opíparos, como os oferecidos em casa de Vilela e de Antunes Guimarães, merendas de pompa na Itaparica e, finalmente, as illuminações com que se antecedeu a despedida. Parecia uma nuvem ras-teira, loira e vermelha, de labaredas lambendo as águas e a cidade de Todos-os-Santos.

Já começava a levantar ferro a esquadra e ainda as cantatas soavam. Em terra ficara, quasi moribundo, na residência de Alves Ribeiro, o duque de Cadaval, que ia morrer, sete dias depois da chegada dos seus reais parentes ao Rio de Janeiro delirante.

Os céus toldavam-se no fumo dos foguetes lançados de todos os

môrros, da orla de água, do topo dos edificios, estralejando com o ri-bombar cavo dos tiros de salva das naus e fortalezas: festivamente os bronzes badalavam nos campanários quando ainda mal se avistavam as veias. Fôra beijar a mão ao regente o intendente de marinha, Caetano Lima, à entrada da barra. D. João acolhera-o com graça e bondade e dos seus lábios começaram a saír as palavras gratas quando distinguiu os numerosos escaleres, toldados de todas as côres, empavesados, atraentes de músicas e de vivas, trazendo as pessoas mais importantes e as quais rodeavam a *Príncipe Real*, num fetichismo, soltando as suas aclamações.

Era no momento em que o vice-rei, de joelhos, levava aos lábios a mão do soberano a quem entregava o poder, o mando, a governança. Daquela hora em diante não era mais do que seu súbdito, um vassalo, despojado de toda a sua pompa e da sua hierarquia na colônia.

No dia seguinte, quando a família real desembarcou, já o príncipe estava de ânimo tranquilo. Deixava a mãe a bordo; gravemente punha o pé em terra e logo redobrava a retumbância da pólvora, o barulho das aclamações, os retintim repetidos dos sinos alagando os espaços de alegrias, hossanas, aleluias. As vozes subiram misturadas de entusiasmo e de fé, um hino religioso dominou-as num instante: a população prostrara-se e, junto do altar, armado na rampa do cais, o chantre e dois cônegos deram o santo lenho a beijar ao primeiro homem de sangue real que pisava a terra de Santa Cruz.

Passou sob os arcos triunfais cheios de alegorias e, na luz dos cinco mil brandões acêsos, apesar do esplendôr do céu dessa tarde de Março, o regente ia entrar no palácio com os seus, quando o povo começou a aclamá-lo:

— Viva o nosso soberano! . . . Viva o nosso imperador! . . .

O brado parecia surpreendê-lo e Carlota Joaquina sorria a seu lado, muito cumprimentadeira, de cabelo cortado, os olhos fusilantas, envergada de seda negra. Dentro em pouco caíam lágrimas pelas suas faces tismadas e, com as mãos sôbre as cabeças dos dois filhos, fardados de oficiais, ela elevava a vista, indiferente às infantas, a D. Pedro Carlos, o sobrinho espanhol que a seguia, aos grandes do reino, vindos de Portugal, Alegretes, Angejas, Belas, Pombal, Lavradores, Vagos, mal fazendo caso das damas de honor, marquezas, condessas de S. Miguel, Lumiares, Belmonte, Caparica, Cavaleiros, longe de tudo, excepto dêsse grito de alma que a enchia e a fazia fremitar na ânsia dum ambicioso sonho.

— Viva o nosso imperador! Viva o nosso soberano!

E ela olhava-o, vulgar de aspecto, gordo, de bôa face luzidia, complacente e honrado, dedicando-se muito às pessoas, já todo sensibilizado com êsses brasileiros que o vinham acarinhar, saudar, chamar-lhe seu soberano. Vivia bem aquele minuto livre de ambições maiores. Ela, a es-

posa, inteligente, audaciosa, intrigante, só sentia o esplendor dum título com uma ação mais vasta nas Américas.

Rufavam os tambôres, os hinos triunfais elêctrisavam a turba; as alas douradas dos fardalhões scintilavam na claridade intensa do sol e dos fachos e, entre êles, os uniformes vermelhos dôs officiaes ingleses eram como manchas flutuantes de sangue na corrente mansa de um rio de ouro.

Difícilmente as tropas continham a populaça; chegaram a ser rôtas as fileiras do regimento de Bragança e as peças, retumbando sempre, os sinos revoltando sons, atordoavam a gente do séquito que, sob uma chuva de flôres e de hervas aromáticas, no litaniar dos sacerdotes, ía, prociSSIONalmente, deixar os soberanos nos seus paços.

Depois, enquanto o Rio de Janeiro iluminava soberbamentê e as solenidades religiosas se sucediam, começaram as bulhas por causa das aposentadorias. As habitações da cidade eram pequenas para tanta gente vinda de imprevisto e a própria familia rial mal cabia nos logares que o vice rei lhe destinara ignorando divergências, questôes, ciumes existentes entre personagens régias e favoritos, políticos e officiaes da Casa Real.

Desalojados os carmelitas e os barbadinhos dos seus conventos deu-se êsse edificio à rainha D. Maria I e a sua filha D. Mariana, para se alojarem com uma centena de damas, açafatas, cuvilheiras e retretas.

Ao rez da rua, nas salas térreas, fumegavam as cosinhas, atochavam-se a manutenção e a ucharia. Transformara-se em armazem de comedorias a antiga cadeia cidadã e agora, como antigamente, não se calavam as disputas, os clamôres, as fúrias, os ralhios, os gritos histéricos das portuguesas, das negras, das empregadas régias, furiosas, umas com saúdedes dos namorados, outras dengosas já em amavios, ciosas, influenciadas pelo clima e pelas comidas, atordoando o paço, atravancando o passadiço que se armara, em derretes e em balbúrdias.

Para as bandas da baía magnifica, olhando as àguas, miravam os aposentos de D. João, os salões, a casa de jantar, onde êle gostava de comer com os pequenos príncipes, os quartos destinados às suas cousas íntimas, mas logo os invadiram os camaristas, os Lobatos, o Paraty, os outros, ficando quási sem pompa aquele a quem o povo aclamava de imperador.

Carloia Joaquina instalara-se com as filhas em cubículos distantes, a marcar bem a sua separação do marido; D. Maria Benedicta tambem mal encontrara guarida decente.

A familia rial vivia numa grande promiscuidade com a gente de libré, faltavam as magnificas casas de Mafra e da Ajuda, onde para se chegar junto dos soberanos era necessário atravessar inúmeras salas: os infantes brincavam num pátio em cuja sombra a criadagem acirrava os macacos das gaiolas e os pássaros exóticos soltavam os seus gritos, abrindo os

bicos recurvos e as asas variegadas, azuis, vermelhas, amarelas, de tons lindos mesmo naquela luz plumbea de poço.

Os da côrte, êsses evocavam precedências e qualidades para escorraçarem os moradores das melhores residências e acomodarem-se sem maiores detenção. Nem pensavam em pagar as rendas; serviam-se de todos os objectos encontrados, desrespeitavam os direitos de propriedade, faziam a tomadia, escorraçando, em nome da sua prosápia, os negociantes, os agricultores, os da labuta. O conde de Belmonte apossara-se da caseta do patrão-mór e descompunha-o quando êle lhe exigia renda condigna; a duqueza de Cadaval jámais se dignara responder aos pedidos do proprietário da bela chacara onde se inquilinara à volta da Baía e, após êstes grandes senhores, apareciam os familiares, os da tropa, os validos, os influentes fazendo o mesmo, vexando, assaltando, pilhando as casas alheias.

O que o vice rei não praticara fazia-o agora quem guardava algum poder. O conde das Galveias era quem dispunha de todas as moradias do Rio de Janeiro, como aposentador-mór, e daí por diante uma anarquia começou. Êle, endoidado, extravagante, de má sombra contra os brasileiros, mandava-os sair dos prédios, lançava-os para a rua só com intimações rápidas, lacônicas, afim de servir a matulagem, que até as alugava depois, os amigos cobiçadores de boas moradas e a fidalguia da sua parentela.

Dêste modo se instalou a côrte no Rio de Janeiro. Diante dela, parecendo um cataclismo devastador, os habitantes mais grados da cidade passavam atraz das carroças atuihadas de alguns moveis em busca de tectos mais humildes para seu abrigo.

Sentiam-se como os avoengos nas regiões conquistadas êsses nobres, fugitivos diante dos soldados famintos e estropeados de Bonaparte. Bem acolhidos, não faziam caso das palavras agradáveis do soberano para com os nativos; só encontravam, depois de os despojar, frases soezes para os maldizer. Riam-se dos hábitos brasileiros, das suas modinhas e dos seus sotaques, troçavam da sua existência simples, dos seus usos patriarcais, das suas maneiras de vestir, continuavam, dentro das carruagens apreendidas, seges, coches e cadeirinhas, a vida faustosa de Lisboa, recebendo do tesouro réditos e pensões e para que em tudo se assemelhasse o seu viver ao levado em Portugal, dentro em pouco as ruas cariocas estavam empestadas de detricetos, de lôdos imundos, lançados no grito porco do « água vai! »

Formava-se assim o germen do mal-estar; os portuguezes de casta transmitiam aos servos o desdem pelos brasileiros e as damas encaravam as filhas do país como se fossem inferiores de cultura, de fortuna, de qualidade, só porque não vinham da Europa. As mais simples criaditas,

labrêgas das Beiras ou alemtejoas, desdenhavam das meninas, tratavam-nas com risadas e maus gestos. Levantava-se celeuma em tórno dos portugueses — e alguns havia — que se punham a amar o Brasil; mal se compreendia a aliança dos fidaigos e dos militares com as famílias brasileiras; desdenhava-se contra os consórcios entre as moças do Brasil e os rapazes do reino.

Achava-se apenas natural tirar-lhes tudo quanto possuíam e no fim achincalhar-lhes os seus modos, as suas atenções, até as suas amabilidades.

A brutalidade de vencedores explodia num país de refúgio. Isto sucedia entre a praga cortezã ignorante e desmoralizada mas não pensavam de igual modo nem o vice rei, cuja acção cessára, nem tampouco o soberano a quem êle aconselhara galardões para os nativos.

Largas despezas o príncipe ordenara a bem dos foragidos; não houvera titular sem tença, desde os seis contos e quatrocentos dos Cadaval até aos dois contos dos Lobatos, do guarda roupa, grandes favoritos reais.

Recebiam conforme as categorias os recémvindos, entre os quais enfileirava gente de ofícios singulares, estrangeiros e até uma preta forra. Delapidavam assim o erário mas não podia ser doutro modo visto o confisco dos seus rendimentos na metrópole. O príncipe, com aquela cautela feita de bom senso, que era o seu grande bordão na allita existência, aproximava-se dos brasileiros, seguia o conselho de quem os governara até então, e mandava dar, aos de categoria, o hábito de Cristo, destinava-lhes empregos na administração, mas quando os quiz introduzir no paço a balbúrdia da côrte foi iam grande, nas recâmaras, pátios e salas, que Sua Alteza se viu obrigado a desistir de lhes conceder tais honrarias. Entretanto os arcos de verdura, os tablados de lonas pintadas, as luminárias, as músicas continuavam, semanas a fio, num preito encantador e generoso, em alegorias, em símbolos nos quais surgiam retratos do regente, figuras brasileiras, o Pão de Açúcar e as primitivas fortalezas salvando à nau real que entrava nas águas muito mal pintadas a azuloide.

Nove noites e nove dias uma banda tocou junto do paço e, em requebros lânguidos, entoando chácaras, o povoléu dançou e aclamou os soberanos. De quando em quando, vinha um bacharel ou um miliciano recitar versos em honra dos rêgios personagens, todos no género dos que encimavam o painel alusivo, bamboleante em frente da Sé:

*Dóce paz, candida Astréa,
Vinde honrar a idade d'ouro,
Pois é nosso este tesouro
Que ninguem há de roubar*

Entremeavam-se também de trechos latinos os postes afestoados dos arraiais alegres de todas as ruas onde a soldadesca bailava com grande berraia em honra do príncipe regente, de sua esposa, dos príncipes e da pobre rainha louca, D. Maria I, que fôra conduzida para terra numa cadeirinha, sôbre a qual se espalmava o pália bordado, enquanto ela contava pelos dedos, carateava, indiferente à tropa, aos filhos, aos netos, às honrarias, ao beija mão. Estendia os dedos mirrados, maquinalmente, num hábito das pompas da infância.

Era necessário trabalhar, fazer tudo de novo no país que entregavam ao pobre príncipe tam amigo de repouso, e êle, lançando os olhos em volta, apenas encontrava as lutas, as cóleras, as invejas.

Exactamente como sucedia em Portugal não havia maneira dos politicos se entenderem nessa hora de renovações. Todos se sentiam aptos para governar contra António de Araujo e Azevedo, acusado de ter maquinado a partida do príncipe D. Pedro para o Brasil, deixando o resto da família real em Lisboa afim de a entregar aos soldados de Junot. Acusavam-no de francezia, de inimigo dos ingleses, que tinham sido os conselheiros e os conductores daquela jornada. Tornava-se indispensavel pô-lo de parte e assim succedeu entregando-se a governança a D. Fernando José de Portugal, como ministro do reino. Pertencia à nobresa letrada, rara em Portugal, êste filho do terceiro marquês de Valença, que criticaria com sabcença a celebrada obra de Pope, servira na magistratura, governara a Baía e também fôra vice rei do Brasil até 1805 em que lhe sucedera o conde dos Arcos. Êste não entrava no gabinete mas presumia-se que o seu antecessor, o qual dirigira o país cinco anos, devia conduzir tudo com habilidade e firmesa, aconselhando bem o príncipe regente.

O maior amigo da Inglaterra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho — o grande rival de Araujo e Azevedo — tomava a pasta dos estrangeiros. Êste era um verdadeiro erudito, um impulsionador, tentara um grande movimento colonial quando dirigira o ministério em Lisboa, mandara fazer estudos importantes no Brasil, cuidara, até scientificamente, da sua fauna, da sua flora, das suas minas. Sempre atormentado pela gôta, era surpreendente a sua actividade no meio de tam intensas dôres.

A marinha e o ultramar entregavam-se ao visconde de Anadia, o melhor amigo do último vice rei, fidalgo de linhagem. Vivia espicaçado por saudades da pátria, detestava os brasileiros e não perdia ocasião de lhes mostrar os seus desdens em faltas de educação e remoques.

Chegou a cuspir, fingindo repugnância, um bocado de bôlo, só porque lhe disseram ser de mandioca, isto em pleno banquete em casa dum médico illustre que reúnira a gente mais importante do Rio de Janeiro.

Com êstes auxiliares ia iniciar o seu govêrno Sua Alteza, o regente. Dois dos ministros estavam dispostos a bem servir o Brasil; o outro de-

testava-o. Dentro em pouco não mandava cousa alguma na marinha a qual se entregou ao infante D. Pedro Carlos, na qualidade de almirante.

Não passava de um pobre homem êste príncipe espanhol, bexigoso, fraco, fatigado pelas exigências do amor conjugal; sofria de epilepsia, metia-se em grandes locubrações religiosas e apesar de ter, pela primeira vez, «surcado o vasto oceano com toda a firmeza d'alma» — como o descreve o seu mestre — foi logo «elevado ao sublimissimo posto de Almirante General». Mais claramente o define ainda ao continuar-lhe a biografia: «pelo que cumpre considerar Sua Alteza como que navegando sem carta, nem bussola, em tão desconhecidos e dilatados como procellosos mares».

Seguia muito o conselho do aio dedicado, Dantas Pereira, escutava os officiais como Manuel da Cunha Sôto Maior e assim cumpriu o cargo até que morreu esfalfado, queixoso do peito, após o noivado com sua prima D. Maria Tereza, a quem deixou um enfesado descendente.

Mal se vivia, na côrte trasladada para o Brasil, entre tantas ambições, tam sôiregos desejos de mando, tam ardentes ganâncias. A intriga começou e logo largamente se desenvolveu.

Magnifico era o terreno para ela medrar naquele paço, onde uma futura rainha já procurava encorpar o seu sonho de grandezas, através de todas as audácias, onde um príncipe, reinando em nome de sua mãe louca, hesitava em caminhar como se tivesse de atravessar descalço uma vereda eriçada de lâminas bem afiadas, no qual os cortezãos se degladiavam tanto que sobrepassavam os próprios políticos espicaçados de ódios diante duma imensidade que lhes entregavam para governar e por todos os cantos se bichanava, se conjurava, se maldizia, se enredava.

O último vice rei estava sem emprego no meio dêste formidavel bátrato do qual iam brotar páginas singulares na história do Brasil.

Duas dôres alanceavam o regente, o pavôr das responsabilidades ante o país que tão bem o acolhera e a eterna conspiração da espôsa contra êle.

Aquilo vinha de longe a atormentá-lo. Depois do que se chamara a conspiração de Queluz, cujo fim era a sua deposição, (*) ao dizerem-no louco, e na qual entrava a nobreza ambiciosa e esperançada em Carlota Joaquina, jámais tivera um momento completo de sã coragem, embora procurasse rodear-se de bôas, sólidas e intensas amizades.

Até por causa dessa conjura fôra nomeado vice rei do Brasil, D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos, em vez do marquês de Alorna, um dos mais ousados adversários de D. João.

Emquanto ao govêrno do país, que o acolhera jubiloso, não faliava de

(*) Vêr *A Independência do Brasil*, do mesmo auctor.

lhe dar cuidado; em relação à mulher desconfiava sempre dela, sentindo-a como uma grossa aranha formando a sua teia na qual buscava prender os ministros, os seus apaniguados, tudo quanto representava um valor nessa côrte balburdienta onde se misturava o grotêsco da pragmática com a mesquinhês da vida íntima. Tinha o aspecto dum bando de náufragos procurando supremacias no torvelhinho das ondas e depois empurrando-se a atolar-se no lôdo duma suja praia.

Correntemente as pessoas que serviam a princesa odiavam as do séquito do príncipe e só, no seu grande quarto conventual, estranha a tudo, a rainha doida clamava na sua miscelânea de idiomas, berrava a pávida frase de receio: — El infierno . . . O inferno . . .

Parecia que as vítimas do pai, as que tinham subido ao cadafalso de Belem e as mortas nos cárceres chegavam a enlouquecê-la mais, numa roda espéfrica, sinistra, galopante.

As próprias crianças reais andavam metidas na confusão dos que se degladiavam; a criadagem segredava-lhes maldades, as meninas criavam ódios, D. Pedro sentia a mãe preferir-lhe o irmão D. Miguel e, realmente a doida coroada tinha razão quando falava no inferno.

¿Pois que era aquela côrte abraçante mais que um inferno terrível e formidável?

Tinham vindo alguns chefes das dez capitánias do Brasil saúdar o regente, os senados municipais enviavam também os seus delegados e nas ante-câmaras, durante dois dias, apenas se viu passar senhores pomposos com as fardas recamadas de ouro, as dragonas encanuinidades e scintilantes, os espadins de côrte batendo-lhes nas pernas vestidas de sêda. O conde da Ponte, que governava a Baía, fôra dos primeiros, acudira logo com a sua cortezania de quem esperava do príncipe o melhor acólho em memória da fórma porque o recebera na capitania na hora da chegada. Não o deixava a idéa de conduzir D. João a habitar, em vez do Rio de Janeiro fedorento, sem cômodos, de casotas abarracadas e ruas estreitas, a cidade brasileira onde deixara saudades. A Baía era esplêndida, luminosa, cheia de chácaras, mágnifica, fácil de transformar e bem podia Sua Alteza trocar aquela terra onde só se talhavam arruados ou se alargavam campinas desertas pela residencia formosa que lhe oferecia. ¿Porque não se mudava a capital?

Naturalmente num dos seus gestos pesados, calmos, o regente mostrou-lhe as instalações, disse-lhe como já lhe tinham oferecido uma habitação no arrabalde onde poderia tomar ar, descansar à sombra doce dos manguais, passear-se no seu carrinho de arruar.

O capitão general de Pernambuco, Miranda Montenegro, êsse enviava tributos mais positivos, os réditos da província, o impôsto novo a ofertar aos ministros, muito em venias, em largas frases, exage-

rando a etiqueta. Pedro Xavier de Ataíde e Melo, que governava Minas, surgira cômposito de aspecto na côrte a trazer boas moedas para o erário. Os outros, o de Pará, Magalhães e Menezes, o de Mato Grôso, Abreu e Menezes, o de Maranhão, D. Francisco Manuel da Câmara, o de Rio Grande, Paulo da Gama, o de Goyaz, D. Francisco de Assis Mascarenhas, mandavam, com presentes deslumbrantes e valiosos, os seus ajudantes, os das câmaras, os séquitos.

Antônio José da França Horta, êsse chegara de S. Paulo, em grande pompa e com êle viera o bispo D. Mateus de Abreu.

Logo os cabidos deliberaram dirigir-se ao Rio de Janeiro e, após a desfilada dos uniformes dourados, deu-se a passagem das vestes de seda rôxa, roçagantes, dos trajos eclesiásticos severos, com suas cruzes peitorais de ouro e pedrarias.

Os ministros ouviam falar das capitânicas e prelasias, das grandes obras a realizar, dos terrenos férteis e das florestas virgens, dos caminhos que era necessário abrir e das navegações a estabelecer, mas êles tratavam de mobilizar as repartições, tudo à maneira de Lisboa, numa grande confusão de papelada na qual, homens de espadim à cinta e cabeleira empoada, gatafunhavam rangendo as penas de pato. Era a transplantação do sistema velho, a rotina, a mesa sofraldada de vermelho, o tinteiro de latão com a campainha e o canudo para as ramas, o respoesteiro de baêta avivada e a nobreza instalada nessas oficinas de preguiça. Os vencimentos equivaliam aos de Portugal, onerava-se mais o tesouro mas ao edificar-se a fonte procurava-se logo o produto. Criou-se a repartição e logo o imposto.

No exército, meliam-se os adventícios; os que traziam empenhos preferiam os brasileiros, ocupavam os seus lugares, tudo feito ao acaso, numa balbúrdia. Havia imensa gente condecorada. A Torre Espada brilhava no peito de quási todos os emigrantes. Como prêmio da medalha devia auferir-se a tença ou então a comenda nem valia o nome, afirmavam logo os dos conselhos fáceis e, com efeito, a promessa fez-se. Doar-se iam grandes terras aos mercêados. Não faltavam elas por êsse Brasil além e torna-los-ia donatários. Assinara o decreto; uma turba de agraciados intentou, desde logo, vender o que lhe viria a pertencer em vez de se lançar ao cultivo. Seria mais um rendimento para pompear nessa côrte estreita e intrigante. Não tinha seguimento a promessa e os ingleses medalhados, com o almirante Sidney Smith à frente, reclamaram indemnizações.

Tudo se passava dêste modo, num grande desarrumamento, numa singular bohémia de exílio. Lançavam-se ao papel e ao pergaminho decretos obsoletos, instituia-se logo a *Gazeta do Rio de Janeiro*, à semelhança da que saía em Lisboa, ao tempo encimada com as armas do imperio francês.

Procurava-se dar um rumo àquela governação mas o Brasil era vasto em demasia e as capitánias, muito distantes, estavam habituadas a dirigir-se por si próprias, relacionadas apenas, de ano a ano, com a metrópole que ficava a muitos milhares de léguas.

D. Rodrigo de Souza Coutinho procurava fomentar as riquezas nacionais mas detestando todos os estrangeiros, à excepção dos ingleses, mal conseguia ser mais do que um seu agente. Receava muito dos franceses, temia a propagação republicana, vigiava-os como elementos bonapartistas capazes de gerar excitações e então, exactamente como em Lisboa, mandou lançar na *Gazeta* o decreto da criação da Intendência da Polícia. Brotaram por todos os recantos da cidade os vigilantes, os secretas, os sagiões.

Ferviam as ideas do desenvolvimento do emporio na sua cabeça intiligente mas sentia-se sósinho ou antes estava constantemente a ser contrariado pelas intrigas feitas à sua volta e que partiam da camarilha de D. Carlota Joaquina. Alcinhava-o de *el torbelino*, em vista da sua permanente agitação nos negócios, dos seus mil afazeres, da sua attitude nervosa, metido no meio de planos, projectos, documentos, todo eivado dum sonho reformador.

Atirava os seus decretos com os seus designios mas levavam tempo a produzir os seus efeitos e éie desesperava-se. Procurava comunicar com as capitánias e talhava os caminhos mas os governadores não o auxiliavam.

Vivia numa febre; parecia que esperava do clima tropical, que fazia desabrochar rápidamente as flôres e amadurecer os frutos, o mesmo milagre gestador da sua obra, e era o atarefado, o único, o trabalhador, o ministro a quem se fingia obedecer e em volta do qual se intrigava.

Fóra disto nada mais se realisava de concreto nesses primeiros tempos da chegada da família real ao Brasil.

Dizia-se que faltavam os homens de acção, os lutadores, os fortes e ninguém reparava no último vice rei que ali estava desempregado tendo recebido apenas, como um prémio à sua faina, a gran cruz de Aviz, mais um encargo para as suas reduzidas posses.

O visconde da Anadia era seu amigo, mas pouco valia no govêrno.

Constantemente o espicavam ante o seu feito chasqueador mas sentia-se tam agarrado ao poder que, mesmo depois de terem colocado superiormente na sua pasta, de ministro da marinha, o infante D. Pedro Carlos, éie continuava no gabinete. Porém um momento devia chegar em que o almirante se sentiria ofendido por certa frase onde entrava a palavra *temerario*, e isso seria o bastante para decidir o fidalgo a largar o cargo: *«reputando-se muito feliz e pago d'alguns serviços que possa ter feito, se o Principe Regente Nosso Senhor me conservar a sua protecção*

e benevolencia, concedendo-me a minha demissão que peço para socego do meu espirito atribulado sempre com a responsabilidade d'um ministerio para o qual eu conheço que não tenho nem as luzes nem aquella prudencia necessaria para evitar e passar taes compromettimentos.»

Mais nenhum arrimo possuia naquela aluvião dos dominantes, que tinham invadido tudo, D. Marcos de Noronha cuja situação financeira era péssima. Nem podia liquidar uma dívida de oito contos que o roía em Lisboa de onde lhe chegavam pedidos de pagamento, tampouco se encontrava logar condigno com a sua situação anterior. As capitánias gerais estavam preenchidas. Que podia ser êle fóra de governador duma provincia?

Demais estava já acostumado a administrar no Brasil e às honras correspondentes à sua alta gerarquia.

Naquella atmosfera de enrêdos, de ambições, de sêdes egoistas, o conde dos Arcos — que recebera em 1778 o título por morte de seu pai — estava deslocado.

Poucos bens possuia, além da disputada comenda de Villa Rey, na ordem de Cristo, a qual devia ser apanágio da condessa sua mãe, residente em Lisboa, no palácio do Salvador, nessa época em que os franceses dominavam.

Ficara viuva e perpétuamente chorando o moço donairoso que enternecidamente amara, êsse D. Manuel José de Menezes e Noronha, dilecto filho do velho marquês de Marialva, tornado conde dos Arcos porque com ela, herdeira do título, se casara.

Jámais se apagaria da sua memória essa tarde doirada de sol, resoante de gritos, de aplausos, de brados, em que se corriam toiros reais em Salvaterra e na qual o esposo morrera.

Gentilhomen, acostumado, desde a infância, a manejar a garrocha, a defrontar as rezes bravas, num donaire e numa coragem ancestral dos da sua raça, êle, surgira, mais esbelto do que nunca, nessa hora em que as mulheres lhe atiravam flôres, os homens se mordiam de ciumes, a mesma luz intensa de alto o envolvia no seu manto fazendo refulgir o bordados da sua casaca de seda. E de sorriso nos lábios, passeando o olhar pelas tribunas, onde as belezas da côrte fascinavam, sentindo os aplausos de D. José I, sempre tam grave, e o sorriso complacente do senhor marquês de Pombal — o soberano a valer — procurara ser ainda mais valoroso que nas últimas corridas em que arrebatara. O conde dos Arcos precisava vencer e, diante, do boi negro, escarvante, mugidor, de hastes limpas, afiadas, afrontando-o, desafiando-o, de garrocha em punho, êle, sacudindo sob o tricorne a cabeleira empoada, correu a feri-lo, a vencel-o, entre as aclamações ao seu donaire, à sua graça, à sua valentia; mas porque um lenço branco caísse de uma linda mão e êle o

quizesse apanhar, talvez por gracilidade de um gentil Marialva, talvez porque um amôr despertasse na sua alma, foi vermelho do seu próprio sangue que o apertou na mão crispada no momento trágico da sua agonia.

O touro investira com o fidalgo magnifico e revoltara-o nas hastes; de ventas fumegantes, abriera-lhe o ventre, espesinhara-o e escornara-o, triunfante, feroz, sob a luz de oiro, escaldante na sua pele suada, negra, e ferida, laivada de sangue a escorrer das feridas fundas das pontas rijas das garrochas.

Era o vencedor. Já não se gritavam aplausos, mas subiam clamores doloridos, lamentos, agitavam-se braços formosos, embebiavam-se de lágrimas peitilhos de rendas, corriam os capinhas à praça mas o boi espumante, radioso, belo na sua fúria, não largava a preza, êsse corpo morto nuns farrapos de sêda vermelha, estripado, enrodilhado, já vencido cruelmente. Então — conhece-se a vingança e a desiorra — um velho vestido de preto, de olhos acêsos em ira, largou do meio da côrte, avançou em passos apressados, e ficou hirto, grave, igual a uma estátua da justiça, quando alguém lhe procurou deter o passo. Era o marquês de Marialva, D. Pedro de Alcântara Menezes, sexto conde de Cantanhede, que ia vingar o conde dos Arcos, seu filho, como se aquêlê toiro, negro e bravo, fôsse um homem que lho tivesse arrebatado. Um camarista quiz detê-lo por parte do rei tam seu amigo que dissera a Pombal: «Entrego-te a nobreza menos os três Pedros. . . Marialva, Angeja e o alcaioete Pedro Teixeira».

Com o seu ar mais grave ainda, o velho respondeu ao gentilhomem da câmara:

— Senhor, el-rei manda nos vivos e eu vou morrer!

Descera á arena, beijara os lábios frios e ensanguentados do morto, enquanto os capinhas atraíam o bicho irritado e fremeitante. Tomou a espada, olhou-a na claridade da tarde de tragédia e, sem saudar a côrte muda, gelada, de pé, no anfiteatro, toda ela, mulheres, homens, o ministro, o rei, o marquês, cobrindo-se com a capa, avançou para o touro, e cegando-o em três passes, enterrou-lhe o ferro até aos copos no cachaço.

Ouviu-se um mugido retumbante, o corpo forte do animal caiu inundando de vermelho a arena, escabujando para ficar hirto, montão de carne bruta, defronte do cadaver que fizera, dêsse gentilhomem, galante, perfumado, vestido de sêda, que morrera para apanhar um lenço caído ao acaso dum palanque de damas nervosas, assustadiças, cujos coraçõessimos palpitavam todos por sua causa naquele minuto em que parecia ir ser glorificado.

O fidalgo lançara-se de novo chorando sôbre o filho; um frémito passara; Pombal olhara o rei, D. José abatera-se sôbre a cadeira de espaldar e o ministro soltara palavras graves.

Assim tinham acabado as corridas de touros reais em Salvaterra e D. Juliana Xavier de Noronha, ficara viuva e jámais acabara de chorar, tomada pelas recordações que lhe restavam do seu amor, todo de saudade, toda de tortura, a fazê-la aiar ainda nos salões do seu palácio do Salvador.

O filho, D. Marcos, herdara, com o título, a melancolia, recebera muito novo a comenda de Cristo, entrara na carreira das armas, como capitão de infantaria, ajudante de ordens de seu tio D. Francisco de Noronha, tenente general, mas desolara-se tanto na praça de Elvas, tais versos escrevera, tais letras tristes mandara para Lisboa, que o conde de Assumar lhe dissera: *«eu vou metter hombros á porta para te fazer chegar a Lisboa; em cá chegando hasde fazer escarneo das grandes desgraças dessa praça d'armas com seus cónventos e tudo.»*

Com efeito tratou-se dêle que respondia demonstrando o seu desejo de servir o príncipe, nestes termos: *«tu bem sabes que se eu não lhe tenho pedido empregos, he só pelo receio de não o servir como quizera ou talvez porque o meu anterior proprio nunca se contentaria em serviço que lhe fizesse. De mais a mais o emprego de soldado he facil a todos alcançar, he o em que se morre por elle e he o que julguei mais facil de desempenhar cá por certas razões em q. me fio e q. tu sabes.»*

Passados meses, o conde dos Arcos, recebia, por parte do visconde da Anadia, camarista do regente, ordem para ir beijar-lhe a mão a Queluz no dia da procissão do Corpo de Deus. Estava nomeado capitão general do Pará e Rio Negro e muito se lhe recomendavam seus deveres para bem servir durante os três anos consagrados a tal govêrno. Datava-se de vinte e seis de Março de 1803 êsse primeiro favor régio. Tinham já decorrido cinco anos e êle elevara-se ao máximo, atingira a vice realaleza quando a guerra arrojara os monarcas e a côrte para o Brasil onde governava.

O filho do galante toureador, do Marialva, devia encher-se de maior melancolia ao sentir-se decaído, falho de haveres, naquela côrte irritada e enredadeira. Talvez preferisse de novo a sua capitania do Pará, a sombra dos belos urgazeiros, das guarirobas, do jatibá, o cântico das aves, a plumagem dos beija flôr, do ciriema, da garça rial, branca e azul, os rumores dos rios formosos, até o sertão longo, mysterioso e vasto, àquellas balburdiantes salas onde as cabeças emplumadas, se curvavam para segredarem num grande murmúrio de conspiração em tôrno duma corôa real.

D. Marcos de Noronha, último vice rei do Brasil, estava diante dos murmuradores como o pai, na tarde trágica, enfrentando o toiro naquela arena de Salvaterra, gracil, valoroso e só.

CAPITULO II

OS GOVERNOS DA BAIA E PERNAMBUCO

A morte do Conde da Ponte—O Conde dos Arcos seu
sucessor—Os grandes progressos da Baía—A mais
rica província brasileira—Os ministros e o capitão
general—O Estado de Pernambuco—O seu Gover-
nador, Caetano Montenegro—Falta de visão politica
-- Como se engendrou uma república—A revolta
dos nativos

JOÃO de Saldanha da Gama Melo e Torres, sexto conde da Ponte, morrera em 4 de Maio de 1809 na mesma casa, do seu govêrno da Baía, onde falecera o duque do Cadaval. Fôra homem probo e de boas intenções, fazia da sua qualidade de chefe uma vara de justiça e, usando de severidade e de audácia, finara-se levando consigo prantos dos governados.

Conforme a praxe, instalaram-se na capitania, a dirigi-la e a provê-la, o governador das armas, Vieira Godinho, o das justiças, Pereira da Cunha, o eclesiástico, arcebispo, D. Fr. José de Santa Escolástica e foram fazendo a sua obra, criando quartéis, fundando a vila de Caititê, nomeando juizes de fóra e tratando das ricas matas. Levaram nisso um ano menos dias até que, em Maio de 1810, para o cargo de capitão general, foi nomeado D. Marcos de Noronha, o antigo vice rei.

Desde que deixara o cargo, tinham-no promovido a coronel e do soldo vivia. O conde de Anadia falecera e o ministro do reino parecera ter re-

conhecido as qualidades do amigo do morto, que aliás era da sua intimidade. Tardiamente se lembravam d'ele mas como tivesse chegado uma rajada de fortuna logo no mês seguinte lhe davam o marechalato «*tendo em consideração o distincto serviço que me fez o conde d'Arcos, no importante logar de vice-rei e capitão general do Estado do Brasil.*» Terminara o vago ostracismo a que o tinham lançado durante três anos, pois tantos se dobaram desde a chegada da côrte.

Instalara-se na Baía e encontrara uma expectativa estranha; fazia-se em volta da questão dos escravos a mais tremenda das cabalas. Havia quem os dissesse em revolta permanente para que não lhes dessem a liberdade prometida, sucediam singulares casos de horríveis castigos e o novo governador, que contava apenas trinta e nove anos, mas bem conhecia as ganâncias humanas, as ambições e os exageros sentimentais com os dos terrores, apressava-se a descrever a D. Fernando José de Portugal, titulado de marquês de Aguiar, explicando-lhe as scenas da província:

«Prepara-te para ouvir milhoens de mentiras sôbre Negros com a chegada desta Embarcação umas ditas por pura ignorancia, outras por impura e mais refinada malicia. Acêrca d'estas ultimas parece-me a proposito prevenir-te que talvez haja quem queira saber para assustar nosso Amo...

Haverá emquanto a Vingança fôr o crime mais natural á raça Humana, Escravos que matem Senhores, Feitores, e Aggressores. Haverá, em quanto for Verdade que Non est Pay impiis, Senhores que se assustem a ponto de perder-se a tranquillidade publica por momentos:

Haverá finalmente como haverão sempre em todo o Brazil, Erupçoes d'Escravos e mesmo serão estas agora mais frequentes: Motivos porem de susto, com a mesma verdade com que te tenho declarado que já não presto para nada te declaro agora que os não haverá nunca emquanto eu tiver Sangue no Corpo. Bem estou vendo que has de presentir alguma imprudenciasinha nesta expressão.

E eu mesmo confesso que a ha mas em fim cada um tem lá sua borbulha que quando se lhe toca salta para o ar.

O Vereador que agora vai, e que te ha de Entregar uma carta minha he Manuel José de Ol.^a Borges. Senhor de Engenho da V. de S. Francisco e homem, seg.^{do} a opinião publica, de reconhecida probidade. Tomara eu que tu o chamasses em Segredo e lhe fizesses dizer a verdade a cerca de Negros, mas ha de ser em Segredo. Tenho por aqui ouvido tornar que tu não és grande amigo de Felisberto que vai agora a essa Côrte. Elle tem sido sempre de opinião contraria á minha sobre Negros mas não importa;





he bom servidor do Principe, e tu has de o acolher amigavelmente até por me fazer favor.

Disse-te em um dos meus officios que os Negros estavam em tom muito diverso daquelles que tinham quando não sabião que erão os ultimos dos seus patricios que havião de Ser aqui Escravos toda a vida; e relendo depois aquelle escrito parece-me que seria necessario alguma explicação mais; cito aqui desde o anno de 1809 ha meios que nunca houverão antes para que baixasse até a Orbita dos Negros e desde 1809 não só se pronunciou mas imprimiu-se tudo o que ha Razão á justiça, e Caridade contra o Comercio da carne humana e se o fim da empreza é a propagação das luzes podia esta Doutrina descer até classe dos escravos desde então mas nunca antes.»

Dêste modo êle, sem ter medos, sem fúrias de castigar, mas sem transigências cobardes, equilibrando o seu espirito, já considerava ser justo e caridoso vigiar o comércio de carne humana.

Dedicara-se desde logo a trabalhos de maior monta; compreendeu as necessidades dos povos collocados sob a sua alçada, sentiu um centro de produção na linda terra baiana e mandara abrir a Aula de Comércio na qual se formariam os futuros guarda-livros, se educariam para o tráfico os homens aos quais competia tirar proventos, em seu beneficio e do país, daquela medida da abertura dos portos nascida do talento do douto Lisboa e tam patrocinada por D. Fernando de Portugal.

Na capital não se via a côr dos rendimentos da provincia governada pelo conde d'Arcos; de balde lhe pediam as suas atenções para o erário e êle respondia mandando o produto dos trabalhos em que empregara o dinheiro como, por exemplo, as balas destinadas ao exército e fabricadas na fundição que abrira com seus mestres, operários e aprendizes; começara depois a fabricar as espingardas destinadas a provaveis defezas das costas brasileiras, não olvidava os fortins, tampouco os ganhos militares, menos os regimentos. Em Valença e Cayru já havia milicianos; logo os criou em Sergipe de El-Rei com os destacamentos volantes destinados a impedir as audácias dos gentios e a escoltarem os trabalhadores, os negros, os escravos que, sob a ardência do sol, rasgavam as estradas na direcção de Minas por onde se faziam largas transacções. Depois eram os barcos da carreira da Jequetinhonha carregadas de generos e as escolas a abrirem-se nas vilas com seus professores régios e suas doações seguras.

Do Rio de Janeiro já não lhe falavam dos réditos provinciais; sentiam-no como um reformador a conquistar os administrados e, então, o conde Linhares, título conferido a Sousa Coutinho, escrevia-lhe, ainda antes de ter passado um ano do seu governo:

«Com a maior pena recebi e puz na Prezença de S. A. R. O Principe Regente Nosso Senhor a Carta particular q. V. Ex.^a me escreveu e me dizia ficava acometido de hum temivel dor de Cabeça, e o mesmo Augusto Senhor ficou com cuidado bem que com esperança de fosse enchaqueca, á qual V. Ex.^a, sendo da Confraria dos Nervosos, ha de ser sugeito, e eu me lisongeo que V. Ex.^a está restabelecido como muito necessita este Paiz. Já por ordem de S. A. R. respondi aos officios de V. Ex.^a e com muita satisfação minha é que o mesmo Augusto Senhor se conforme em tudo com o parecer de V. Ex.^a»

Tenho noticias muito agradaveis do modo porque ahi vai o Trem isto oiso segundo Cartas de Sergippe que V. Ex.^a se occupa da Fabricação d'Espingardas, o que será muito util, porque de tudo ha necessidade desta Fabrica, visto não se poderem tirar da Europa segundo ultimamente me esolvem de Londres. Consolou-me muito o que oiso q. é saber que a V. Ex.^a justamente protege vai fazendo ao pé de Porto Seguro, e este estabelecimento prosperando ha de ser para todo o Brazil de summa vantagem, pois que abre os olhos sobre o modo de fazer, e aumentar as nossas culturas em grande.»

Servindo-se V. Ex.^a do sincero affecto, amisade, e particular veneração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.^a

Maior Am.^o mais Obrg.^o e fiel Cativo
Conde de Linhares

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde dos Arcos
Rio, 22 de Fevereiro de 1811.

Eram imensos os elogios neste género; a correspondência com os ministros activava-se e elle não parava, tomava-se de caprichos e, aproveitando os grandes recursos da terra, fundava cordoarias e a fábrica de vidros, auxiliava os donos dos estaleiros, muito aferrado à ideia da navegação necessária para o desenvolvimento da sua capitania.

Aparecia um individuo com a ideia dum melhoramento e logo o conde dos Arcos o escutava, debatia o negocio, e num impulso, se a iniciativa lhe agradava, associava os ricos ao empreendimento sempre a dar resultados pingues. Assim succedera ao montar-se um engenho de moer assucar a vapor na ilha da Itaparica, do mesmo modo ao contratar-se gente destinada à faina das construções, nas quais emparceiravam, pois a Baía desenvolvia-se, atraía obreiros ansiosos de trabalhar em tão prospera região que carecia de habitações.

Uma enorme exportação se fazia; os fardos de assucar enchiam os

veleiros, a aguardente de cana e o tabaco tornavam-se uma riqueza formidável, as plantações enchiam os terrenos que os soldados e as vigilantes defendiam permitindo o trabalho, e o algodão, como um tesouro fabuloso, causava o pasmo de todos pela qualidade e abundancia. Plantados os arrozais, já se vendia também o fruto para as outras provincias e começava-se, então, a colheita das madeiras. Abatiam-se as arvores magnificas, mas não se descuravam as florestas e logo, os barcos surgiam, cheirando a resina, enquanto não as embarcavam, para se lançarem á agua ao som dos foguetes e dos repiques dos sinos.

Tinha-se domesticado o gado na floresta; tratava-se das crias, pastores aos bandos conduziam as manadas com as varas altas, e pampilho ribatejanos nas mãos coloniais, e a população comia bem, resistia ao clima, via os bois arrancando as charruas nas terras fundas e começou também a notar como se edificavam as fabricas de cortumes, nas quais se trafegava dia e noite, até que se principiava a vender para além dos limites provinciais.

Dobrara a exportação; importava-se apenas vinho a alguns panos, ao resto provia a Baía, tornada a mais rica região brasileira, em ano e meio do governo daquele homem cuja idade era ainda muito curta para tão larga obra.

O commercio, aliado á industria e a navegação a crescer, a terra revolvida, formados grandes centros agricolas nas aldeias reunidas do interior, realisavam um sonho de reformador.

O governo não o poupava aos emboras, aos elogios. Linhares chamava-lhe, em dezembro de 1811: «*Meu amigo e senhor da minha maior veneração*» e correspondia-se largamente com ele. Dizia-lhe que D. João, o Regente, «*quer sempre o seu parecer em tudo que diz respeito ao seu real serviço nesta capitania. No numero destas—continuava o politico—é a primeira a do Portugal e v. ex.^a não se queixe se o rei favorecido de mais, pois que é á sua recomendação que ele deverá tudo.*»

Interessava-se imenso o conde de Linhares por tudo quanto do conde dos Arcos provinha, radiava com as noticias ácerca das tropas que uniformisava, sobretudo «*o corpo de artilharia propriamente montado que tem criado e que por esse modo resolve perfeitamente o problema. Este é valioso na arma de artilharia que deve a sua origem ao genio creador de Frederico II, é para o Brasil de perene atualidade e em milicianos de infantaria e cavalaria pode sair inacessivel o Brasil a qualquer força que poder estabelecer-se em um ponto mas que por força a ha de no fim lograr.*»

E entusiasmava-se a ponto de lhe falar também da defesa de Pernambuco «*onde ha um governador honrado, mas que não he militar nem activo.*» Caetano Pinto de Miranda Montenegro não passava dum subordinado ás vontades do ministerio.

Arcos era diferente, sabia tanto quanto valia, como se alçava em replicas ás menores beliscaduras.

Desde que organisara as fontes de riqueza queria gerar a civilização e, rodeando-se dos opulentos, pensou em acabar o teatro de S. João, onde a sociedade bahiana se ia divertir, e aproveitando a ideia do coronel Gomes Ferrão, poz-se a peito abrir uma biblioteca publica sem descurar a alfandega, os cais, os ancoradouros, as estradas, onde os forçados, de calceta nos pés, trabalhavam rudemente, o correio que ia até ao Maranhão, as muralhas destinadas a evitar os desmoronamentos dos terrenos, tudo quanto era preciso para completar o iniciado.

Deliberara organizar o seu jornal e instalara uma tipografia; a imprensa alvorava na cidade com a gazeta *Idade de Ouro*, á qual dava auxilios e inspirações. Logo appareceu um outro jornal, onde se publicavam cousas que desagradavam no Rio de Janeiro ao antigo aposentador mór, conde das Galveias, a quem chamavam *o doído*, e que geria as pastas vagas pelo falecimento do Anadia.

Fôra ele o primeiro que se atrevera a censurar, em nome do regente, certo exagero de critica dizendo-lhe: *onde v. ex.^a não permitirá que se publiquem noticias de natureza tal que possão comprometer o governo e produsir discussões desagradaveis, que se devem prevenir.*»

Não deixou de replicar em termos vivos e logo o outro, na costumada excitação, voltava a reprehendel-o, do que resultou a seguinte resposta:

«Recebi com o mais penetrante sentimento a Reprehensão que faz o objecto do Regio Aviso de 19 de Agosto deste anno, recaindo ella sobre a aprovação que dei aos logares das Gazetas N.^{os} 58 e 61. Este primeiro, e o mais meritorio desgosto que pode sofrer hum Vassalo que não viza outro algum premio de seus serviços, que a gloria de bem servir ao Sobenano que adora, poem-me em circumstancias de dever pedir a V. Ex.^a a mercê de expor, na muito Augusta Prezença de Sua Alteza Real, da maneira mais humilde e respeitosa, que o meu entendimento está firmissimo em que houve naquelles dois logares materia digna de justa reprehensão, mas que, a meu juizo, não é possivel aliança-la do que poderá nascer alguma reincidencia, a qual desde ja protesto que não sera culposa por isso que não é possivel que ella tenha outra origem se não a fraquesa de minhas faculdades intellectuais.

Deus Guarde a V. Ex.^a, Bahia 24 de Setembro de 1812.

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Conde das Galveas.

Conde dos Arcos.

O Secretario

Francisco Elisbão Pires de Carvalho e Albuquerque

Cheia de ironia, tocada de largos laivos de sarcasmo, a carta chegou à mão do Regente e logo outra destinada ao conde de Assumar, que vivia na privança real e se apressava a noticiar-lhe a impressão causada por tais dizeres no animo de sua alteza:

«Meu rico Pr. do meu C.: a tua carta deu-me hum gosto como te não posso explicar; o Principe leu-a de cabo a rabo e sentiu todo o preço das tuas explicações, sobre todo gostou de tu ficares mal com elle — o outro dia tinha a metido em num sobre-escritto para ma restituir, mas eu não lhe a quis aceitar dizendo-lhe que a devia conservar na sua mão para dar com ella pelos fucinhos, a todo aquelle que sendo esculhido para o seu serviço, lhe recusasse per-textando a propria conveniencia e para lhe ficar hum documento do modo porque lhe respondem fidalgo, que o são da gema por sangue e por sentimentos, achou-me razão ficou com ella, e com isto não enfado mais a V.m^{ce}. de quem tenho saudades a valer principalmente agora que morreu meu Pae e que não acho consolação senão em estar com certos parentes e amigos.

Trata-me bem o Porttador poe-me aos pés do tio Francisco e da Fidalga nossa generosa Patroa.

Ir. P. e Amigo
ASSUMAR

Não se importava de escrever o que sentia; abertamente tratava das questões não cedendo um passo, cortando sempre as audacias alheias e sendo, cada vez mais, o homem respeitado pelos baianos.

Pouco atreito a medos não se poupava aos perigos; dava exemplos, acorria onde havia qualquer acção a exercer e assim como uma das muralhas da Cruz de Pascoal tivesse cedido a chuvas contínuas de quarenta e cinco dias elle apparecera logo a meter-se no meio dos escombros a instigar o desaterro.

A terra e as pedras, rolando do cume, tinham arrastado casotas, destroçado plantações na encosta e arrebatado alguns dos trapiches do Pilar. Sujo de lama, atascado até aos joelhos, o governador, cuidava de salvar as fazendas e as vidas, aproximava-se das paredes a aluir, penetrava nas ruínas, conduzia comsigo os homens receosos de ali ficarem subterrados.

Depois, quando tudo se salvou, o governador, fardado, em grande pompa, convocou logo os capitalistas para a reedificação, lançou-lhes mais uma vez a ideia da fundação da Bolsa de Comercio — ao que chamavam Praça — e tambem da Casa da Moeda. Pouco se demorava em analisar os remoques de Galveias; oblinhø a aprovação de D. João e isso lhe

bastava. Já se vê que era Linhares quem tudo manejava, admirando a energica acção do antigo vice-rei que enquanto abria os bailes nas salas do palácio com as esposas dos comerciantes ia captando grossas quantias aos maridos para os seus melhoramentos. Dentro em pouco, a Bahia possuía o seu Passeio Publico, arborizado, formoso, como o de Lisboa e tratava logo o dos Arcos em erguer uma piramide à memoria do primeiro desembarque da familia real em terra brasileira.

Já lhe falecera a mãe atormentada por tanta saudade e pelos sobressaltados acontecimentos de Portugal; êle tinha filhos e cuidava do seu futuro com uma idéa larga de justiça, sem querer atropelar nenhum concorrente para os vêr guiadados aos logares onde o nascimento os devia conduzir com os méritos. O mais velho, D. Manuel, teria a sucessão do titulo e, contando vinte e dois anos, estava nesta época noivo da filha segunda dos marqueses de Vagos, sendo o prometido da primogenita, D. Joana Telo de Menezes, o segundo varão da casa dos Arcos, então a procurar patente no exercito. O ultimo rebento do amor do governador da Bahia, que ia ficar viuvo (*) de D. Maria de Lorena, da casa dos condes de S. Vicente, era uma menina, D. Luísa, depois dama de honra de D. Carlota Joaquina. Casara sem amor o conde. Detestava até o consorcio sem conhecer a noiva, porem quando a viu só soube exclamar, mais desolado ante a sua fealdade para a condessa mãe que o conduzia:

—Eu se caso, rebento . . .

—Pois sim, o menino, rebenta depois, volvera fleugmaticamente a fidalga.

Apesar de toda a sua obra não deixavam os seus adversarios de lhe perturbar as aspirações. Nesse caso da patente do filho, D. José, deixavam arrastar os documentos sem despacho como lhe participava um seu apaniguado: *«Um mês esteve o decreto na assignatura, outro mês esteve a patente demorada em Santa Cruz, enquanto S. A. lá esteve e mesmo nas diferentes estações houve demoras extraordinarias»*.

(*) A f. 118 do Livro n.º dos assentos de matrimonio da Freguezia de S. Mamede Está hum do theor seguinte: aos 7 de Agosto de 1791, em cumprimento de hum Decreto do Eminentissimo Snr: Patriarca no oratorio das casas de residencia do Ex.º Snr. Conde de S. Vicente, na rua da Patriarcal Queimada desta freguezia de S. Mamede, na presença do Ill.º Conego D. José de Almeida, estando eu presente igualmente, e as testemunhas abaixo nomeadas; com papeis correntes se receberam por palavras de presente o Ex.º Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, filhos dos Ex.ºs Condes dos Arcos, D. Manuel José de Menezes, e D. Juliana Xavier de Noronha e Brito, natural e baptisado na freguesia de S. Tiago, e morador no largo do Salvador desta cidade; com a Ex.ª Snr.ª D. Maria Rosa Caetana da Cunha, filha dos Ex.ºs Condes de S. Vicente Manuel Carlos da Cunha e de D. Luiza de Lorena, natural e baptisada na freguezia da Encarnação desta Cidade, e moradora na de S. Mamede.

Forão testemunhas os Sns. Marquezes de Marialva, Estreboiro-Mor, D. Luiz Gonsalves da Camara Coutinho. E para constar fiz este termo que assignei com as ditas testemunhas.

Prior Antonio Ferreira de Matos — e não continha mais o dito assento, o que me reporto. Parochial de S. Mamede 22 de Junho de 1818.

O Prior Joaquim José Duarte. — Reconhecido pelo tabelião.

Iam-no molestando no que podiam e êle começava a querer iluminar a Bahia. Insinuára aos seus amigos de sempre, aos afortunados, aos muitos que tinham prosperado, sob o seu governo, a necessidade de uma defeza para os assaltos nas noites, além da dos guardas que trazia bem armados. Bem melhor do que os archotes a guiar-lhes os passos, conduzidos por escravos timoratos, prontos à fuga, mais valiam os lampiões nas ruas, diante dos nichos, nas fachadas, o que tornaria a cidade mais habitavel. Ninguem deixou de contribuir para realizar esse novo desejo do governador.

Pois apesar de lidar com tanto dinheiro, de dirigir tão importante provincia, não estava rico o conde dos Arcos. Vinham constantemente de Lisboa e do Rio de Janeiro as notas do que devia e ia amortisando lentamente, conforme lhe era possível.

Os melhoramentos continuavam a inaugurar-se com enorme exito, êle não parava um só instante nas suas obras; agora visitava os engenhos, logo as trapiches, assentava as pedras dos edificios a erguer, assistia aos primeiros trabalhos para a abertura do canal do Papagaio que saía da praia de Jequitaiá para tornar facil a navegação fluvial e ribeirinha.

Esta era a situação da Baía sob o governo providencial do conde dos Arcos.

Em Pernambuco, porém, não sucedia o mesmo. O capitão-general, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, limitava-se a cobrar os impostos e mandar para o erario do Rio de Janeiro os trinta contos mensais que rendiam.

Aquele desenvolvimento da provincia visinha causava a emulação nos nativos, levantava os seus comentarios, que o governador não queria escutar, todo prêso na vulgar e chã obediencia, cumprindo o que julgava ser a sua tarefa e não vendo, que ante a prosperidade baiana, maior parecia a decadencia pernambucana, a miseria da terra bemdita da independencia no tempo em que os holandezes buscavam dominá-la, da capitania forte, que tão bem soubera manter, ante o estrangeiro inimigo, no tempo dos Filipes dominadores, a bandeira de Portugal.

Se viera a ruína, a tradição de bravura não se apagara; não feneçêra a recordação do bravo Poty e o sangue dos nativos refervia ansiado ao vêr como mal dirigiam as suas ambições de progresso. A Baía apparecia-lhes como a rival feliz, brotando da sua inercia, pelo milagre dum homem previdente, sabio e forte e ao compararem-no com o seu chefe, mal continham as criticas mordazes e os desejos de não se paralisarem, diante das suas aguas, metidas, inactivamente, quasi, na provincia da qual saíam todos os reditos e ficava exausta, sem a menor atenção dos dirigentes.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro não era homem para largas concepções. Procedia como um funcionário de carreira e mais não avançava pois tendo servido primeiro em Mato Grosso, durante oito anos e estando, havia já treze, em Pernambuco habituara-se àquela existencia de prazer sem grandes trabalhos, não tentando aumentar nem diminuir o valor da bela cidade balbudiante de gentio a barafustar entre a sua humilde cazaria batida de luz e caiada, deslumbradora, cegante. Subiam para o espaço, dominantes, as torres conventuais e ao safr-se das suas portas começavam a aparecer, as verduras das chacaras pitorescas. As arvores, as hortas, as manchas claras das aguas, os jardins sucediam-se e, aqui e ali, como uma marca extranha entre as residencias de feitiço adaptado do minhoto, beirão, transmontano clareava uma ou outra casa de tipo exotico onde habitavam ingleses de grandes chapeus de palha fina, receosos das crestas mas sem o ar decidido dos fiazendeiros cobertos pelos seus sombreiros colossais.

Depois de Olinda, tornada um ponto de veraneio, eram os matagais extensos, os logares distantes onde rangiam os moinhos de assucar e os negros entangados pizavam o pirão das refeições. Vindos da floresta os servos vestidos de coiro, a grande faca à cinta, arrimados a grandes bambus, escoltavam as bestas carregadas de géneros para vender na capital melancólica, à beira do mar, sempre atroada por sinos em dobres, cortada das litanias, tudo isto sob o mosquêdo esverdinhado, á soalheira ou à luz larga do luar. De quando em quando, torrenciava para logo vir um calor intenso chupar os homens, sorver os fructos, entontecer os animais e metidos, no seu palacio, na doçura das esteiras, os ricos fumavam os seus cachimbos, passavam de mão em mão os moringues e os côcos falando das colheitas e do tempo, ou então de alguma partida de caça no arrabalde de que eram muito curiosos, os ingleses do trafego que lhes compravam o algodão na terra e o devolviam, por preços altos, em vestes e jardas.

Não se conhecia nunca o progresso da provincia e o seu governador, gosando de uma indolencia de grão-vizir calmo, sem receios, na panria de quem espera acabar os seus dias sem preocupações, deixava correr os ditos e os boatos, indifferente, calado, masombo ou então aparecia todo de galas, o candongan empoadado, camisa de bofes, o peito esmaltado de cruces, debaixo dum palió, a fazer vénias, julgando-se querido do povo. Ele não era mau; não passava de um sceptico, egoista, sem outra familia, alem dum rebento de algum amor inconfessavel que não deitára ao abandono; tentava-se ainda de quando em quando, por alguma mocita em arroubos sem consequencia de maior, recordando muito o tempo em que se formara em Coimbra, pois era o unico governador doutorado e muito avêssô a cousas militares.

Corria a sua fama de bonhomia e de frascario; embotava-se na jogatina pacote com gente de qualidade à noite, na residencia, e quando lhe vinham dizer de manejos maçonicos, de agâpes em que se bebia até deshoras, ele, encolhia os ombros e considerava que ou se divertiam ou procuravam meter-se em trabalhos.

Sabia que, realmente, prolietava em todo o Brasil uma sociedade secreta a qual tinha em Lisboa a sua séde, porem não ligava importancia suficiente a seus manejos e, de olhos fitos no gamão e nas mulatinhas, dizia consigo existir tambem na Baía a mesma seita e nem por isso o conde de Arcos perseguia a loja *Virtude e Razão*. Para demais bastar-lhe-ia a tropa para dominar alguma tentativa mais audaz e nunca ninguem lhe viera falar de cousas positivas, mas num jantareco em certa chacara, numa ceata em tal engenho, numa merendola na doçura do campo. Gente que se alegrava. Por ali não viria mal a Pernambuco.

E, atentamente, o governador, ia colocando as suas pedras no taboleiro senão indifferente ao menos calmo. Nem se servia de espões; imaginava impossivel qualquer alarme e, embora algumas vezes falasse dos pedreiros livres, sobretudo quando o azoïnavam com seus banquetes, concluia sempre do mesmo modo:

— Quem come e bebe não conspira!

— Pois sim; mas eles comiam mandioca e regeitavam o pão do bom trigo português; eles bebiam a cachaça nacional em vez do vinho da metropole . . .

Admirava-se, então, de tão mau gosto; não atingia o que queriam significar com semelhantes alimentos. tidos para o seu paladar como o peor caldo negro spartano, e quando lhe explicavam que daquele modo, pretendiam marcar a sua idéa da independencia de Portugal, a sua revolta contra o reino, o seu grande amor patrio, renegando os géneros importados como a cortarem as relações com tudo quanto de lá viesse, o capitão general, rindo, achava bem pueril o acto e bem innocente o protesto. Era o que Anadia fazia aos bolos de pirão . . .

— Não seria por isso que desabaria o mal sobre Pernambuco e Olinda . . . No fundo talvez nem acreditasse que um homem viajado, instruido, limpo, senhor de si e de suas falas, como o comerciante Domingos José Martins, em cuja propriedade se reuniam mais vezes os convivas dessa sobria meza, comesse de tal maneira.

Conhecia esse individuo muito correcto, glabro, trajado com esmero à inglesa, pois vivera largo tempo em Londres e viajara imenso para a colocação dos seus productos. Era esbeito e estava na idade em que ainda alimentam sonhos certos temperamentos romanticos como o dele, com os seus trinta e poucos anos. Decerto em seus dizeres humanitarios etc exprimia mais um desejo de mostrar civilisação, um pre-

texto para falar de suas relações e viagens do que uma senha revolucionaria.

Tal se apresentava o governador. Eram porém bem diferentes os revolucionarios, porque os havia em torno desse Domingos José Martins, elegante, apurado de maneiras, de olhos vivos, embriagado num ideal de redenção patriótica, no fundo um jacobino visionando as glórias dos homens da revolução francesa numa cidade tropical.

O seu modelo querido encarnava-o em Robespierre e a sua ansiedade consistia em dominar como ele, libertando a sua terra do jugo estrangeiro e dando-lhe, ao mesmo tempo, a liberdade. Envergado nos seus casacos negros de botões amarelos, brilhando os seus alvissimos peitinhos, alardeando o seu ar moderno, entre os militares e os funcionarios de espadim e empoados, ele, de cabelos à Titus, parecia um homem de seculo mais avançado.

Devorava-o essa grande chama; trabalhara muito para reunir boas vontades apesar de existirem já os agrupamentos maçonicos — a Grande Loja Provincial — com quatro outras em diversos pontos. Tornava-se necessario movê-las, ligar a um largo compromisso de acção os seus adeptos, vincular-lhes, primeiro a ânsia da libertação do dominio de Portugal, para o que bastaria possuir a guarnição. Depois viria a proclamação da república. Com a sua vontade se faria o grande acto e teria certa a immortalidade, tentador goso, precocemente libado, por estes iluminados, semi-loucos, aos quais, todavia, se deve o progresso do mundo.

Eis o principal agente, a alavanca impulsionadora de todo o movimento na provincia pernambucana, o homem activo, energico, portador dum sonho — essas rendas da imaginação dão aos nervos consistencias e elasticidades de molas propulsoras — e que se defrontava com o chefe da capitania designado depois assim pelo povo: Caetano no nome, Pinto na falta de coragem, Monte na altura e Negro nas acções.

Pobre homem êle era, mas não poderia aderir à revolução da qual sorria embora ouvisse constantemente falar dos maçons. Histórias de velhos; tolices de poetas! . . . Cousas de falias?

— Mas que valores possuíam? Quem eram eles? Que lhe dissessem os nomes dos comensais desse negociante inglesado, janota palreiro como um emperdigado papagaio de gaiola rica?

— Alguns padres . . . ecclesiasticos . . . freis . . .

Então, sorria com maior calma e deixava-se ficar mais zangado com a perda dum jogo do que ante aquelas passadas revolucionarias que ao seu ouvido não ressoavam.

O governador desconhecia o liberalismo da cleresia, a inspiração dos seminarios, a inteligencia dos professores tonsurados e sorria, encolhia os ombros.

Presidia então aos estudos dos levitas e dirigia o jardim, o horto de Olinda, um sacerdote respeitavel, de cincoenta e um anos o qual admirava os estrangeiros por seu saber de sciencias naturais. Viera duma família pauperrima, o reverendo João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, embora lhe pertencessem heraldicos apellidos.

Exercia uma piedosa tarefa para com os pobres, tratava-os e analisava-os tão bem como ás suas plantas amadas e beijava as criancinhas nas ruas, dava as esmolas aos desditosos a occultas, tudo muito naturalmente, do intimo da alma e, como um sabio desprendido das categorias sociais, não era difficil encontrá-lo a conversar docemente com os escravos, indifferente à sua posição e à sua côr.

E' que na infancia houvera alguém, um grande intellecto, um lente de botânica e da mineralogia, Arruda Furtado, que o guiara, o educara, lhe ensinara as suas tendencias egualitarias. Despira o habito de carmelita para ir mergulhar na sciencia médica em Montpellier onde se embuira de enciclopedismo e se tornara um desses revoltados que à liberdade perdoam todo o derramento de sangue destinado a fazer uma purpura do seu manto sob o qual se devem abrigar depois os explorados, os fracos, os pobres. Com este sonhador talentoso aprendera a vtisionar o padre João Ribeiro, como dêle recebera a sciencia que o fazia cuidar as suas arvores com sabedoria bebida nos livros e nos novos processos estudados nos campos entre as exiladas da Ásia e da Oceania, a pimenta malabarina, as caneleiras, os cacoeiros, a aclimarem-se no terreno pernambucano.

Caetano Pinto admirava as suas qualidades, desvelava-se em prestar homenagem à sua cultura, distinguia-o, mas, na alma do padre fermentava o germen dos altos idealismos do mestre que até queria, já naquela época do seu ensino, a liberdade dos negros e fôra o fundador do Areopago de Itambé do qual saíriam, em forma de academias, as lojas maçônicas ligadas com as de Lisboa onde celebrava o marquez de Abrantes. O sonho daquele tempo era, para o brasileiro illustre, fundar na sua terra uma república sob o patrocínio de Bonaparte da qual se propalou serem agentes os celebrados Cavalcantis. Triunfante a idéa da democracia em Pernambuco e Parahyba—a patria de Arruda da Camara—o resto não seria difficil.

Não passára de uma visão que podia ter-se destroçado com sangue mas se abafava com ouro. A justiça vendera-se mas o sonho alteára-se, e, agora, sob nova evocação de república independente, andava o discipulo do botanico congeminando o passo ao lado do ardente revolucionario Domingos José Martins. Aliciara outros sacerdotes enquanto o amigo, todo aferrado à supremacia do poder civil, hesitava em meter na conjura, como lhe aconselhavam, muitos militares.

Tambem sem êles seria impossivel sacudir o jugo, partir as algêmas, respirar o ar da liberdade, dizia empoladamente, na sua linguagem republicana, o comerciante caíndo a meditar na força que perderiam as suas mãos pois nelas queria consubstanciar todos os destinos de Pernambuco, os de Parahiba e talvez os do resto do Brasil.

Quando se começa a divagar não ha limites para o vôo imaginoso.

Adejava um grande sópro romantico em toda aquela ansiosa aspiração. Era como uma semente das revoluções emancipadoras da Europa trazida por um vento sib'lante a pousar-se, a desenvolver-se com a grande força gestadora dos tropicos, a adaptar-se, a aclimar-se à maneira das plantas do padre João Ribeiro no seu grande horto de Olinda.

Outros idealistas o tinham precedido, como o morgado' do Cabo, Francisco Paes Barreto, um dos iniciadores da academia Suassuna, o fóco revolucionario dos republicanos de 1801, ou vinham aderir como o proprio ouvidor de Olinda, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifacio, o qual andava na tarefa rude de proselitar, arranjando filiaidos às dezenas, José Luis de Mendonça, grande advogado, esse, trazido para os conubios, apenas entrevia a lei em toda a sua pureza, o regimen ideal das democracias como um poeta escrevendo versos de alma a uma abstracção.

Aliciavam-se certos capitães môres; onde aparecia um maçon logo se fundavam centros rebeldes os quais, a distancia da cidade, nas vilas, nos engenhos, nas fazendas e montados proclamavam a morte de todos os *marinheiros*.

Por este mister designavam os portuguezes, marcando e definindo o seu espirito de aventura as suas travessias nos mares, em busca de fortunas e de dominio, toda a expressão de uma raça conquistadora e ousada, em que o corsario se revestia de poesia e, como uma alma de outras eadades, planava para se diluir nas praticas insensas da vida corrente da época em, que perdida a audacia e o lirico sopro da gloria, só ficara a mercancia.

Morrã os *marinheiros!* e conglobava-se neste simbolo honroso, todos os de além mar, os navegadores doutrora com suas audacias transformadas, encorporisados nos governadores, nos funcionarios, nos soldados, nos exploradores, A aura tornava-se trafeço numa metempsicose rasteirinha.

Contagiavam da mesma exclamação, com uma sanha feroz, a Parahyba, o Rio Grande, a terra da luz, esse Ceará magnifico, e Domingos José Martins, como para um negocio de maior monta a que tivesse de dar cuidados maximos, fôra à Bahía, entendera-se com os socios das lojas e acreditara junto dêles o filiado Domingos Teotonio Jorge Martins Pessoa.

Aparecia finalmente o militar na conjura. Era um simples capitão de artilheria esse Teotonio Jorge. Acabara de tomar posse da inspecção do Arsenal de Guerra e com elle vinha mais um artilheiro, já de idade avançada, mas audaz, belicoso, de atitudes destemidas que se chamava José de Barros Lima e por seu arrego e desprante era alcunhado de *Leão Coroado*. Depois aderiram mais, mocidades generosas, dedicações firmes, ambições de libertação, revoltados contra a situação do dominados e até, num rancor fundo, os homens de côr como um mestiço que galgara de soldado a capitão, Pedro da Silva Pedrozo e um Antonio Gonçalves, negro do Recife da Cruz, apelidado de *Cabugá* por ter nesta rua a sua magnifica propriedade onde se faziam iniciações: «a capela dos baptisados maçonicos».

Era riquissimo, possuia fazendas, trapiches, chacaras, fazia negocios colossaes ao mesmo tempo que militava na politica tendo sido dos primeiros conjurados e um dos mais activos. Acreditava firmemente na vitória.

E como não acreditar desde que, quasi às claras, se reuniam dando morras aos *martinheiros*?

A obra fa em marcha. Dificilimo seria impedi-la. Assim pensavam; assim o queriam.

Aquella conspiração tomava um incremento enorme, desenvolvia-se, crescia porque os chefes tinham persuasão e faziam promessas. Era como destinar à terra os gosos que os religiosos prometiam nos ceus ás almas boas.

Quando chegasse o dia de Paschoa, o da Ressurreição, tambem a liberdade teria o seu esplendor, erguer-se-ia para o alto, para o grande espaço, nimbada de uma luz deslumbradora d'aurora boreal. Deviam ter destas expressões rhetoricas os conspiradores pernambucanos, nesse ano de 1817 em que o governador sorria e eles actuavam.

Imaginavam tambem largas ligações com a America do Norte, anteviam proteções e amparos e, no seu sonho romantico e ardente, pensavam na sua bandeira a desfraldar, na signa branca, com as armas luso brasilicas, que o Brasil tomára ao transformar-se de colonia em Reino reunido a Portugal. Bastaria apagar esse escudo; destruída a ligação não significavam cousa alguma semelhantes brazões de dois povos. E elles, embora, exactamente para evitarem descontentamentos, tivessem elevado a sua patria à categoria de monarquia como a portuguesa, mas sem reidos e regalias, iriam demolir tudo quanto se quizera estabelecer para evitar as revoltas. Mudariam, para mais significativo emblema, o seu estandarte *revolucionario*.

Em Portugal, a medida, irritára toda a gente; excitara os animos. Teimavam em vêr além mar uma colonia como as de Angola e

Moçambique, um reino. E vinha a má vontade acirrar-se mais contra o Brasil.

Governava, agora, o país uma regencia; dominava-a com os seus officiaes comandando os regimentos portuguezes, um inglês, lord Beresford, tanto á vontade como numa feitoria.

Os brasileiros queriam expulsar os conquistadores, os *marinheiros*; alguns portuguezes desejavam sacudir os britannicos, os *piratas*.

Era a mesma alma vibrando em egual rebelião. Lá, no Pernambuco de tradições heroicas, pretendia-se uma república após a vitória; na metropole era ainda num rei que pensavam os conspiradores, porque se conjurava tambem; era um soberano que queriam e o seu, aquele de quem os separava as aguas do mar.

D. João, entre a rainha doida e a mulher agitadora, sofrera muito mas agora, que a rainha se finára e ele lhe sucedera, recebera o titulo de magestade, era a outra, a soberana nova, a sua preocupação ao ve-la sempre nos seus conluios com sujeitos exóticos vindos de todos os logares E, então, no meio de tantos cuidados, chegavam os alarmes ácerca dos pernambucanos, a alanceá-lo mais; moviam-se as denuncias relativas aos que o rodeavam, à gente do seu sequito, aos ministros.

Um dos denunciantes contava ter sido convidado para entrar «na infernal conspiração pernambucal e bahianal»; metera-se, conjurara só para dar fé e acusava: o barão de S. Lourenço, tres ingleses, até o pregador régio Fr. José de S. Jacinto Mavignier, o contador Ludgero da Paz, um militar, Cavalcanti, que estavam todos no Rio de Janeiro e filhotes de Pernambuco à excepção do titular, que, sendo tesoureiro da fazenda, proporcionava os dinheiros.

Alarmava-o muito este anonimo «vossa magestade fica reduzido segundo o projecto ao titulo que lhe querem dar o João de Bragança». Continuava apontando por cúmplices da conjura grandes capitalistas pernambucanos residentes na côrte, commerciantes, frades, empregados. Não deixavam de revelar que até o barão do Rio Seco, por amizade ao de S. Lourenço, auxiliava o plano.

Mas seria verdade?! Alguns daqueles individuos indicados seriam cúmplices dos que em Pernambuco agiam?

E passar-se-ia qualquer cousa de tão concreto neste sentido, que levaria o denunciante a apressar o soberano afim de dar as suas providencias? Escreviam-lhe:

«Vossa Magestade, tome as medidas que quizer, que entendo feito o meu dever, e peço só a Vossa Magestade, ou deixo à sua rial vontade, e peço para credito da minha verdade que Vossa Magestade indague secretamente sobre todos os factos e roubo — referia-se ao tesoureiro, no seu dizer fornecedor do dinheiro para a rebelião — mas providen-

ciando, já, já, o não rebentar o vulcão que talvez, com alguma demora, estoure».

Alguma cousa transpirara das intenções dos idealistas de Pernambuco e à sua volta uma tremenda intriga se fazia. Realmente na provincia conspirava-se. Estariam pernambucanos, residentes no Rio de Janeiro, dentro do segredo? Haveria alguma cousa de extranho em tais papeis que iam parar ao gabinete do soberano? Não poderia ser apenas uma intriga da côrte, embora as cartas fôsssem escritas da capital?

Tambem Carlota Joaquina recebia, em letras iguais, revelações idênticas.

Tratar-se-ia de escorraçar do Brasil a familia real e seriam delegados dos franceses, ambiciosos de dominio, os mais chegados ministros e militares? Aconselhavam-na a tomar o comando das tropas, com o principe D. Pedro e não poupavam os comentarios amargos.

Voltava à carga, em outras missivas, o que se dirigia ao rei, muito atormentado em receios de não terem chegado as cartas à sua mão.

Insistia nas acusações, indicava os espiões, lamentava ter já morrido o marquez de Aguiar porque êsse falaria claro. Vinham nomes de agentes, toda uma singular devassa organizada: um Moraes, José Inácio de Moraes, irmão dum boticario pernambucano, um empregado do erario, muito valido de S. Lourenço, um tal Martins Soriano, andavam nos trabalhos secretos. Noticiava tambem que se correspondiam, pedia que se mandasse providenciar na Baía à chegada da embarcação onde iam essas cartas e acusava já o ouvidor Francisco Afonso Ferreira, como «*um dos grandes facinoras de Pernambuco*».

Não havia, nem era possivel haver ainda, no Rio de Janeiro, noticias dos acontecimentos revolucionarios e já as revelações se faziam, outras surgiam, depois, como consequência dos factos ou como sua exploração.

Mas acaso haveria alguns entendimentos, dar-se-ia, na verdade, a traição?

E' certo narrar-se que um ouvidor de nome Afonso Ferreira fizesse a denuncia ao governador que só então acordaria da singular bôa fé, acreditando no poderio das lojas maçonicas da sua capitania.

Naquele tempo, porém, ele estava ainda catracego, continuava a mesma vida de sempre, retorquia do mesmo modo aos assustadiços, tomando o seu chá, jogando o seu gamão, mal imaginando como se ia desenvolvendo com audacia o plano e como, naturalmente, o sonho se alava. Não seria só Pernambuco a revoltar-se; não se formaria apenas ali uma república. Os rebeldes queriam mais: pelevavam pela união das provincias.

Nem outra significação era a do pavilhão, talvez desenhado pelo padre João Ribeiro, cujos talentos de artista parelhavam com os de scien-
tista abalisado, e que devia ser arvorado, depois, diante das tropas revo-
lucionadas.

Azul e branco com um arco iris, marcava paz e a concordia, três
estrelas representavam os estados. Pernambuco, Parahyba, Rio Grande
do Norte. Não contavam, com a Baía, feliz sob o seu govêrno, embora
os maçons lá tivessem adeptos. Um sol aberto, esplendoroso, brilhava
entre as côres como um simbolo de serem seus filhos os pernambu-
canos e sob os seus raios viverem. Uma cruz constituía a evocação do
primeiro nome dado à terra brasileira.

A idéa devia já germinar; só mais tarde foi executada a signa dessa
república com que se faria frente àquele govêrno de portugueses, o qual
tinha o ar dum desafio a uma longa paciencia. Os emissarios da Pa-
rahyba e do Rio Grande estavam tão entusiasmados como os per-
nambucanos.

Seria pois na Pascoa, o movimento; os banquetes de mandioca
e cachaça continuavam, largas visões voejavam ao beber-se á morte dos
marinheiros, dos portugueses.

E que faziam estes, enquanto assim os condenavam? Despreocupa-
dos, confiando na força, levavam a existencia deliciosa de quem sabia
que jámais lhes faltaria uma vaga num emprego publico e teriam o pão asse-
gurado, pois as ordens eram terminantes nesse sentido: os da metropole
preteririam os brasileiros em todos os logares. Procuravam na chega-
da o governador, que os atendia, e depois instalavam-se, desdenhavam
dos nativos, pediam mais rendimentos, deliberavam fazer fortuna.

Á morte os *marinheiros*! É que eles chegavam sem bravura á con-
quista, traziam a ganância em vez da audacia antiga que lhes garantira
o senhorio dos mares, a descoberta dos mundos.

Caetano Pinto de Montenegro obsequiava-os, fazia o seu jogo, saía
nas procissões, comia as suas merendas em Olinda e sorria, sorria sem-
pre com o estribilho nos labios:

— Ora! quem come não conspira... Não é daí que virá o mal a
Pernambuco.



CAPITULO III

A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Os factores da revolta — Os seus denunciantes — A ren-
dição do governador — O que se passou na Baía —
O emissario republicano — A acção do Conde dos
Arcos — O fuzilamento do padre Roma — Na hora
dos combates — D. João VI e os revoltos — A sorte
dos caudilhos

Ouvidor Afonso Ferreira devia estar metido na conspiração. Teve denuncia dada por um medroso, ignorante da sua comparticipação e occultou-lhe a cumplicidade. Não succedeu, porém, o mesmo com um magistrado de Sertão, que, a unhas de cavalo, acorrera narrando largos projectos de assassinios, de sanhas formidandas, cujo sinal seria o grito de: *mata marinheiro!*

Desta vez, Caetano Montenegro levantou-se irado: compreendeu como a sua tolerancia o poderia perder, desejou dar, em pressa de instantes, o remedio à sua larga incuria e inqueria, em furias, o brasileiro desembargador e timido, que apparecia a revelar os propositos dos compatriotas levados até à sua jurisdição por um Medeiros, ilheu e traidor, atormentado com responsabilidades a caber-lhe, pois tambem mergulhara nos segredos revolucionarios.

Mas como é isso?! Que iam fazer? interrogava, de olhos accessos, o capitão general.

Dir-lhe-ia, agitadoamente, o outro que para a Pascoa seria o ataque, a chacina, a batalha à qual não escaparia nenhum português grado, que nesse dia não haveria ninguem capaz de deter a onda colossal de maus instintos e que se apressasse, tomasse providencias, se salvasse, porque

o Medeiros não tivera hesitações, falara claro, como numa larga confissão de pessoa aterrorizada. Depois o ilheu, tremulo, agitado, receoso pelo castigo, desembuchára: elles já possuíam armas; comprára-as um tal Bourbon, tentára, pelo menos, adquirir, algumas pertencentes ao comerciante Cintra. Em casa de Domingos Martins davam-se assembléias com grande numero de seminaristas, tambem não faltavam os officiaes e os artilheiros esses então, concorriam em grande cópia. Os brindes, sobretudo, eram de gelar; garantia-o ao senhor governador, um outro commerciante tambem pusilanime, Guimarães Miranda. Calcule-se que só falavam na morte dos *marinheiros!* Asseverava-se, mas isto por bôcas de officiaes, bem agaloados, que um dos conspiradores, seu camarada, João Mariano de Albuquerque, fôra ainda mais radical numa saude a certa dama brasileira consorte de um portuguez. O tenente bebera pelas suas patricias que não tivessem duvidas em assassinar os maridos portuguezes!

Mas havia mais; muito mais ainda! Os brasileiros pertencentes aos regimentos já não se coíbiam de falacias e até o espancamento de um seu colega da metropole, levada a cabo na festa da Estança, fôra como um alarde, um signal para se quebrar de vez o medo, o respeito, as atenções sempre dispensadas em honra dos de além mar.

Andavam metidas nisso senhoras que não se podiam calar e uma nativa narrara à esposa do brigadeiro Barbosa de Castro como seria inevitavel a revolta na Pascoa. Logo este viera depôr com pressa; e na devassa, ali traçada ao acaso das declarações, se encontraram, além dos civis já apontados, o padre Ribeiro, o negociante Martins, o Cabugá, o Bourbon, da compra dos armamentos, e um Guimarães Peixoto. Sobre seis militares já recaíam suspeitas, Teotonio Jorge, o *Leão Coroado*, Pedro da Silva Pedroso, o tal Mariano de Albuquerque, um ajudante Sousa Teixeira do regimento do Recife com o excitado tenente Antonio Henri-que Rebelo.

Deliberara agir immediatamente o governador, convocara conselho de guerra, expozera os factos, quizera nomear, desde logo, os generais naquella grande ansiedade de desmanchar o mal causado pela sua inercia ou pela sua cordelidade e boa fé. Tomou attitudes de resistencia e entre aqueles officiaes superiores, escutando os seus pareceres de que não havia duvidas ácerca do tormentoso caso, nem da cumplicidade dos indicados, logo deliberara, de impeto, manda-los prender. Ainda não chegara a Pascoa; êle julgava assim fazer abortar a revolta.

Gravemente assentiram os dragonados. O marechal inspector de milicianos, José Roberto Pereira da Silva, o brigadeiro, chefe das fortalezas, Marinho de Castro, Salazar Moscoso, brigadeiro da infantaria do Recife, o de artilharia Barbosa de Castro — um dos denunciantes — por conta da mulher — o governador do forte de Brum, Campelo, e o ajudante do

capitão general Thomaz de Aquino, unanimemente se pronunciaram pela acção.

Tornara-se expedito o calmo Caetano Montenegro; dava ordens, movia os seus planos, expunha-os: concentrar no forte os fideis e ali guardar os cofres reaes, o erario da provincia; reforçar os regimentos de milicianos, isto com a prisão dos officiaes culpados.

Como apresentasse duvidas acerca da fidelidade da tropa, os generais ergueram-se no conselho e quasi chasquearam de sua excellencia. Ora essa...?! Então o exercito importava-se com as firmas de meia duzia de capitães?

Nesse caso, marchassem e capturassem os delinquentes nos seus regimentos. Para os civis bastaria o marechal João Roberto com alguns milicianos.

Socegara assim o governador. Soubera da detenção de Domingos Martins e de Sousa Teixeira. Naturalmente engoliara-se nos seus praezos favoritos, imaginando os militares nas casamatas de Brum e as illicitações reais pelo golpe habil que dera para salvar Pernambuco da anarquia.

Foi sobresaltado pelo medo duns tiros: correu à janella e não viu nem um rebelde na praça. Apenas as sentinellas da sua guarda caimamente atalavam o pelazio. Julgou iralar-se duma breve resistencia, de algum desacato logo punido. Não entrevia outra significação daquelle tiroteio. De quando em quando soava ainda uma detonação e, antes de um quarto de hora, o capitão general de Pernambuco ouvia, aterrado, da boca do alieres Luís Deodato, o grande crime e o enorme fracasso. Não se tinha prendido os rebeldes: O brigadeiro Barbosa de Castro fôra morto quando quizera deter, num arreganhado gesto, a Teotônio Jorge. Activamente o chefe da conjura o encarara, o acusara de denunciante e de infamado mas cedera, deixara-se ficar à voz de prisão que lhe dera. Voltara-se o chefe para Barros Lima, intimara-lhe, do mesmo modo, a entrega da espada. A resposta foi rapida como um lampejo. Na tarde alegre de março, numa faisca de luz, a lamina fulgurou e atravessou o corpo do brigadeiro que caíu a esparrinhar sangueira. Debalde esse, Deodato, quizera defendê-lo. Ali estava escorraçado, escapo de ser assassinado tambem pelo seu capitão Pedro Pedroso. Num largo gesto, o governador ordenou ao seu ajudante Tomaz de Aquino que corresse a reunir soldados. Já correrá sangue; era necessario lava-lo com as violencias.

De repente, começaram a tanger os sinos; ouvia-se o rufar dos tambores, clangores de cornetas e, entravam esbaforidos, no gabinete do chefe da provincia, outros officiaes narrando novo morticinio. Não mentia o ajudante que o capitão general enviara ao quartel. Os soldados

amotinados receberam-no com uma descarga. Estavam todos debaixo de forma e soltavam os seus vivas; os regimentos saíam das casernas, no centro da cidade, e só havia um meio de êle, governador, se salvar. Era partir já; recolher-se ao forte de Brum, fiel e bem artilhado, deixar a rebeldia lavar uns instantes porque, fatalmente, a dominaria. Que se apressasse, não perdesse tempo! Decidiu obedecer; ia desvairado.

Os civis presos, os graduados revolucionarios, o proprio Domingos Martins, já tinham sido postos em liberdade numa glorificação.

Um dos conjurados, Antonio Henrique Rebelo, vinha a caminho do palacio para capturar o capitão general, quando lhe disseram que êle passara na ponte de Recife. Correria a dar a liberdade ao grande aliador e atravessara com a espada o miliciano ousado que antes o enclausurara.

Abertas as portas da fortaleza das Cinco Pontas e libertos os presos, logo os uniformisaram e armaram, chamaram os escravos para a luta e mandaram tocar festivamente os sinos.

Daí, por diante, vivia-se em plena revolução e Caetano Montenegro, no forte do Brum, não recebia senão más noticias para a sua causa e de el-rei.

Tomara providencias tardias; começaram a falhar-lhe os recursos guerreiros. Alguns dos militares com que contava aderiam aos rebeldes entusiasmados; os officiais brasileiros não o acaudilhavam. Onde chegava Domingos José Martins electrificava os soldados e o povoleu; o padre João Ribeiro, pegara numa espingarda e armara-se em guerrilheiro; o deão Luís Ferreira Portugal abençoava os revoltosos e do fundo daquela raça, que batera os holandeses, brotava o velho instincto marcial com o odio accumulao. Os gritos de «mata marinheiros» soavam horripelmente em torno das habitações portuguezas e, de momento a momento, menos probabilidades de vitória logravam os defensores do estado.

O marechal João Roberto vira passar-se para os rebeldes a maioria das suas tropas e vinha contar ao governador como estes já tinham mais de três mil homens em armas. Acompanhava-o, sem receio, um dos conjurados, o deutor José Luís de Mendonça que falava em armistício. Perdidamente, o desditoso governador, acedeu; ordenou ao marechal que fôsse tratar desse passo defendendo as prerogativas regias, a honra de el-rei e dos seus soldados. Regressara o parlamentar e continuara o tiroteio. Só pela madrugada visaria os termos da capitulação. Não teve outro remedio senão aceitá-la, pois já não contava com tropas, estava metido numa fortaleza sem munições sem viveres, à mercê dos vencedores.

Do alto das muralhas podia observar o espetaculo que se lhe ofrecia, naquele dealbar de março. Num vozear terrivel, feito de ameaças e de

insultos, com negros de machados luzentes, aos primeiros raios do sol equatorial, dispunham-se a assaltar os portões no forte de Brum e, possivelmente, na sua furia de escravos, a chacinar o governador e a guarnição. Rendeu-se; impunham-lhe a condição de deixar a provincia num barco posto ás suas ordens e no qual iriam os officiaes que desejassem acompanhá-lo. Aceitara; retiravam-lhe, porém, o sequito.

O governo provisório de que faziam parte, com Domingos Pereira, João Rebelo e Teotonio Jorge, mandara abrir fileiras à sua passagem como a um soberano vencido.

Desde a fortaleza à intendencia da policia a artilharia postava-se luzindo os dorsos das columbrinas; um esquadrão, de espadas nuas, escoltava-o, formava uma longa ala aguerrida entre a qual o imprevidente governador passaria. Quizeram defrontá-lo os vencedores. O Bourbon, que êle mandara prender, aparecia de bacamarte em punho; o tenente Rebelo, que assassinara o miliciano captor de Domingos Martins, encarava-o e tambem um capitão, D. Manuel de Locia, parecia cheio de más intenções. Nem um só paisano assistia àquele destêrro. Já no escaler, entre baionetas lusidias, Caetano Pinto Montenegro sentia acabada a sua carreira com a república proclamada em Pernambuco, um governo jacobino a preponderar e êle, salvo, talvez pelo mesmo motivo — a sua complacencia anterior — que o ia fazer condenar na côrte para onde o remetiam.

Parahyba e Rio Grande revoltavam-se tambem e agora era a caminho da Bahia que navegava o emissario dos vencedores. Chamava-se Abreu e Lima, alcunhado de Roma, esse delegado que era padre. Para o Ceará tinham partido outro sacerdote com José de Alencar, e Miguel Cesar. Vencidos e de correntes ao pescoço, foram conduzidos à prisão; depois, numa ânsia de vexar os homens que procuravam mudar a bandeira do rei, arrastaram-nos pelos caminhos até os entregarem ao governo legitimo da Baía.

O emissario da revolta que a esta provincia se destinava era uma personagem singular. Ambicioso, tendo talvez a persuassão de um largo destino porque a mão de um cardeal, depois pontífice, fôra a que o sagrara em Roma — o que motivara a sua alcunha — imaginara um futuro de celebridade e de gloria, talvez um governo, uma chefia, visto ter deixado as vestes de carmelita, feito em Coimbra o seu curso de teologia e começado o advogar e a prégar. Grangeara fama de orador eloquente, merecera até o habito de Cristo, esse sacerdote que ia numa arriscada missão servir os seus cumplices, imaginando ter chegado a hora da sua vitória. Se conseguisse revoltar a Baía seria ali o dominador; se percesse não faria mais sombra aos triumviros dominantes em Pernambuco.

Primeiro devia ir a Alagôas e dali conluir-se para resolver os ba-

ianos maçons a darem o seu golpe naquele governo seguro, inteiro, solido do conde dos Arcos.

Na sua mão forte não se encurvavam as rédeas do carro do Estado como nos debeis dedos de Caetano Montenegro.

Os *marinheiros* foragidos de Pernambuco, nas vésperas da insurreição, ao som dos primeiros gritos de morte soltos contra êles, entravam, desacompanhados de bens, vestidos parcamente, queixosos e aterrados, no palacio do antigo vice-rei do Brasil e contavam-lhe tudo quanto sabiam ao tempo da largada da terra onde se vivava a república e se rebelavam contra o dominio de Portugal.

Escutou-os; não quis profundar mais do que êles lhe podiam dizer: compreendeu inteligentemente qual o seu papel nessa hora terrivel ao dar balanço ás forças de que dispunha e ao lembrar-se que na sua capital tambem existiam maçons e republicanos.

Êle bem o sabia; conhecia os pedreiros livres e não os demitira do serviço publico, deixara-os manobrar, pois desconheciam que à sua policia habil cousa alguma escapava. Ao governador nem sequer eram extranhos as praticas dos membros da loja *Virtude e Razão*.

Nada mais simples que cercá-los nas suas residencias, prendê-los, guarda-los à vista, subiugá-los desde logo e enviá-los para o Rio de Janeiro como um presente do seu zelo áqueles que o molestavam e intrigavam junto do soberano com o qual buscavam malquista-lo.

Mas outra maneira mais interessante e mais ardilosa usara e ella consistiria em saber de seus passos, convencer-se de seus designios e culpas. Para isso bastava mandar segui-los, espioná-los, empregando no caso os seus sagiões secretos.

Depois, bem elucidado, fazendo justiça em lugar de violencias, empenhando-se, todavia, em rudemente castigar desde que tivesse certezas, flagrantes delictos, provas, o conde dos Arcos, lembrando-se de que era soldado, aos militares se dirigira. Criara os seus corpos de artilharia, dera-lhes bons soldos, metera officiais dedicados nas milicias e começara a fazer promessas as quais totalmente cumpriria. Um alagoano, Manuel Ferreira Lima, chegara a denunciar-lhe a vinda do padre Roma com as proclamações.

Não hesitou um instante. Atendeu os que diziam virem pelo mar os assaltantes e mobilizou as embarcações, algumas pertencentes a maçons, obrigou-os a pagar para as guarnições a seu talante escolhidas, destinando-as previamente ao bloqueio do Recife, e inteirado, mais a mais, do que se praticava em Pernambuco, do terror estabelecido, guarneceu as fronteiras de Alagôas e a praia de Todos os Santos. Em vez de esperar os acontecimentos, de aguardar os rebeldes, deliberou mandar ao seu encontro as proclamações dirigidas ás vítimas do seu governo. Di-

ziam elas que *«cada soldado da Baía seria um Scipião ao vosso lado assim que tiver ordem para vingar a afronta perpetrada contra o soberano, que em seu coração adorão»*.

A batalha começava com papéis. Os de Pernambuco igualmente tinham conseguido fazer chegar à Baía os seus dizeres pelos quais aconselhavam os patriotas a não se deterem ante *«as insulsas ameaças e rans bravia do fútil general que vos governa»*. As grandes palavras de interesse colectivo, de independência, de liberdade, ressoavam, pela primeira vez, mais sagradas que as do Rio de Janeiro quando o povo vivara o Regente como seu imperador.

Aquele incitamento concluía ruíante, rijo, patriótico e exaltado:

«Unamo-nos como um só corpo e os despotas tremerão; unidos teremos força, a força é o único ídolo que os tiranos respeitão; separados a mão de ferro que até hoje tem pesado sobre nós mais desapidada se mostrará. Viva a união, viva a independência e a liberdade do Brazil!»

O governo provisório de Pernambuco quizera tornar deslumbrantes as solenidades da Semana Santa para mostrar ao povo o seu desvelo pela religião. As irmandades, com as suas capas, pendões e insígnias, os frades almalhegados, os padres, nas suas vestes de pompa, lilaniavam entre alas de povoado, de brandões, coriais e lanternas acesas; anjinhos maiatos, de azas tremulas nos arames ferrados de sêda, e engrinaldadas de rosinhas de papel, iam ao lado dos irmãos das contrarias mostrando a santa Veronica, a lança e a esponja do fel, os dados, os pregos, os instrumentos de suplicio desse Cristo, de tamanho natural, nos altos andores. Ia de olhos doces, candido, com o ar dum poeta, no seu horto das Oliveiras, o brando dedo erguido, no Pretório a cabeça cheia de luz: no Calvario sangrava, ferido de corpo e alma, entangado e amarelecido, emborcendo-se na dôr, arrancando lagrimas ao povoado prosternado. A Virgem, vestida do manto azul recamado, oscilava na peanha, segurando nas mãositas de criança ou de infancia real o lenço de rendas para as suas gotejantes lagrimas. Tambores ferrados de negro, rufavam; as musicas plangeavam batendo os côros religiosos, abafando o latim, por diante das melhores casas fechadas, desabitadas cujos moradores receavam desacatos. O cortejo desfilava á sombra protectora da república. Mandara-se afixar, nas esquinas, cartazes de dizeres aclamadores da Patria e da Santa Religião, com vivas a Nossa Senhora e môrças aos aristocratas, aos portuguezes, aos *marinheiros*. A mãe de Deus, bemditada, que atravessara seculos, cheia de pureza e graça, balanceava docemente, no seu veu azul, entre os odios dos homens.

Linda cerimonia fôra tambem a do casamento do triumviro Domingos José Martins. O pai da sua amada, o riquissimo Bento José da Costa, dera-lha

como num premio ao patriota que a mostrava aos patricios num gesto de rei apresentando a sua consorte.

Marchavam os soldados, arvorando flôres nos canos das espingardas, salvavam as peças, bombardeavam foguetões como se esse enlace fôsse uma festa de guerra, de pólvora, de morte. À noite, o Recife iluminara-se; e sob o ceu de estrelas formosas, os sinos badalejaram alegrias. O senhor da república levava a esposa para dois noivados: casava tambem com a Patria. Nas ruas folgava-se; a turba dançava, balburdiava desejosa de sentir sem fim essa noite, cuja aurora se rosaria em breve.

Lentamente, como se cousa alguma a apressasse, vogava para a Baía a barca do padre Roma, com sua vela de muletim, e seus jangadeiros mercenarios. Imaginava o sacerdote triunfos iguais aos de Alagôas, facilidades e confianças e a revolta a brotar das almas, vulcanica e segura. As esculcas do conde dos Arcos, não deixavam de calcar as areias e os de bordo, confiantes, mas aguardando a descida da noite, velejavam na bôca do Itapoan, a meio das aguas dos fortes de S. Diogo e de Santa Maria, até que dois deles saltavam à casa do cabo do mar para buscar refrescos. Na balsa, os outros, quedavam-se encapados e calmos.

Manuel Simplicio era o arrais da praia, ôlho vigilante e arguto sagião do conde dos Arcos. Conversou com os jangadeiros, vendeu-lhes generos, interrogou-os àcerca da carga de côcos que diziam atulhar a barça e quando lá entrou deparou com o padre Roma. Pareceu-lhe a pessoa de qualidade, sôbre a qual tinha ordens e ordenou-lhe logo a largada para terra, em nome da lei marcial e da sua desconfiança.

—Que vinha à Baía vêr um filho . . .

—Velo-ia depois das formalidades.

De rompante, num ímpeto, o delegado pernambucano sacara do peito o masso das cartas de reconhecimento e lançara-as à agua, vira-as amolecer e como se esse segredo a diluir-se o resignasse, entregara-se. Mal pousara as plantas na areia e no lodo: braços rijos — os dos atalaientes do governador, — o agarraram e, desfeito o seu sonho, fracassado, falido, entrou na cadeia. Ao ouvir ranger o gradão, sentiu morrer em si a esperança.

O antigo vice rei do Brasil não carecia das credenciais para obter as provas da cumplicidade do eclesiastico nas rebeldias pernambucanas.

À volta da sua secretaria barriguda e preciosa, pisando as fôfas alcáfiãs da sala de trabalho, a cuja porta luziarn baionetas, os portugueses escapos, todos os dias, á furia republicana queixavam-se dos ataques soíridos, das sanhas contra os *marinheiros*, dos assaltos às suas residencias, das iras dos patriotas, guiados pelos cúmplices daquele antigo carmelita mil vezes reconhecido no escuro do seu carcere. Tão pouco celebrado êle era em Pernambuco! Havia alguem que não tivesse ouvido

prégar o Roma, assim chamado porque da mão do cardeal Chiaramonti, depois pontífice sob o nome de Pio VII, recebera a tonsura? Acaso lhes escapara as suas ideias, as suas atitudes, a sua vida íntima até...?! O padre tinha um filho, e embora dissesse vir à Baía para o vêr — como já afirmara — devia antes ser outro o seu intuito e esse bem claro, o de levantar os povos contra a realza... Se êle até ajudara a nomear, em Pernambuco, o governo provisório!... E falavam assim dez, vinte, cinquenta, cem vozes acusadoras, raivosas, sedentas de um castigo exemplar, para vingarem os seus prejuízos e garantir aos rebeldes não se lhes ter medo.

O Conde dos Arcos cogitava na razão que lhe assistia; evocava Caetano Montenegro desfeitoado, metido na sumaca e remetido à côrte como se devolve um fardo desdenhado e, então, sem alarde lançou as suas vistas para os que sabia participes das ideias revolucionárias, pensou em vigiá-los melhor. Constatou-se ser desnecessário. Eles vinham, quasi todos, como bichanos arteiros e ronronantes, minguar-se, apagar-se, sumir-se. Tributavam elogios, apregoavam fidelidades ao soberano, ao melhor dos reis, a Sua Magestade D. João VI.

Devia enojá-lo a cobardia e o poltranismo, e, então, se eles eram ricos, arrancava-lhes dinheiro em nome do patriotismo, obrigava-os a desierrolhar as velhas peças de ouro, a abrir as burras para armar soldados. Bateu-lhes às portas e quando, gaguejantes e pálidos, julgavam deparar-se-lhes as escoltas, era o emissario do senhor capitão general que chegava, com um imposto novo, apelando para a generosidade do alvejado, dizendo-lhe que esperava da sua bolsa mais serviços à causa real.

Desfalcava-os em proveito da defeza; com o seu ouro forjava as balas destruidoras das suas ideias.

Já armara e municiaara a cavalaria ás ordens de Paula Oliveira, afim de ir bater os pernambucanos; seguia-se a artilharia de D. Luís Baltasar da Silveira e ia preparando mais para Miranda Chaves. Entregava infantaria a Vargas Cirne de Menezes e, confidenciando com o marechal Cogominho de Lacerda, confiava-lhe as forças expedicionárias e dava-lhe por ajudantes os majores Gordilho de Barbuda e Salvador Maciel, dois esplendidos auxiliares.

Todas as semanas se repetia o peditorio, a insinuação de que se tornava necessário sacrificar o dinheiro a bem das convicções e os maçons, os apaniguados, os da ideia, escancaravam, nos dedos tremulos, as bolsas, onde êle metia, à farta, a sua mão, a favor dos soldados.

Estava ali para bem servir o rei, embora nem sempre se lhe fizesse justiça e para defender a provincia com a soberania portuguesa. Os seus inimigos na côrte, invejosos do alcançado poderio e do amor que lhe tributavam os baianos agradecidos, intrigavam-no, criticavam os seus me-

lhoramentos na capitania defraudando o erario da côrte dos reditos ali applicados, improvisavam enrêdos onde o metiam, dizendo-o já nesse tempo muito parcial do principe D. Pedro com o qual se correspondia, havia uns seis anos, quando o herdeiro da corôa não passava ainda dos treze.

Presenteava-o com graça cortezã e simpatia sentida, enviava-lhe lindo fogo de vista, trabalhado nas officinas da polvora da provincia, gostando daqueles modos audaciosos, das suas tunentadas de gaúcho, das suas sacudidas atitudes e até das ruins travessuras que lhe attribuiam. Isto irritava os familiares, que bacorejavam ao rei, o precaviam, lhe anunciavam ambições enormes no conde. Sobretudo Thomaz Antonio de Vila Nova Portugal, indispensavel intimo conselheiro do monarcha, não o poupava.

Pois bem; mostrar-lhes-ia ser o homem de acção que êles não eram: defenderia o prestigio real e debelaria o mal causado por esse governador vencido que nem desembarcara na côrte e fôra logo, entre cavalaria, para a cova negra do carcere na Ilha das Cobras.

Comsigo não succederia o mesmo. Cumpriria, atravez de tudo e mesmo sem aguardar as demoradas ordens do Rio de Janeiro, o seu grande dever.

Naturalmente os ministros, como o Galveas, empatariam as suas resoluções, despachariam ao contrario os seus designios e como já se finara o seu amigo marquez de Aguiar, havia dois meses, e em seu lugar ficar Antonio de Araujo Azevedo, não podia sequer contar com um auxilio. O conde de Linhares falecera irez anos antes e até à volta da sua morte se gerara o lenda de que fôra envenenado. E' crível que o politico, insultado pelo Regente, tão tomado duma crise de colera, a ponto de o ameaçar com a bengala, preferisse a peçonha à perda do poder e à vergonha de não poder vingar o ultrage.

Não se ia quedar o conde dos Arcos a aguardar os designios dum inimigo, dum indifferente e dum valido a espicaçar o amo real. Tratava-se de proceder; êle agia.

Para demais os de Pernambuco, ao sentirem os seus actos, não se coíbiã: embargavam as propriedades dos portuguezes, depois de os terem ferido, morto ou aterrorisado. Iam espoliã-los, e, embora a medida fôsse de natural defeza, os residentes na Baía, os foragidos, conclamavam que os iam arruinar, delapidar-lhes as fortunas, vender-lhes os bens, extorquir-lhes as riquezas e incitavam as represalias.

Uma atmosiera, espontaneamente criada, formada dum entusiasmo enorme, por parte da turba e desenvolvida pelo pavor dos maçons, o rodeava, lhe emprestava forças maiores para os seus actos.

O ódio contra o padre Roma crescia extranhamente. Representava, ali, entre os atacados, os tumultuarios e os incitadores da morte dos *marinheiros*. Versejava-se, alegremente, no enaltecimento do cabo Sim-

plicio, seu captor, misturando a religião com o golpe do esculca popularizado. Era um *Pelo Signal* que se cantava nas tuas e não se esquecia, com um *Padre Nosso*, a firmeza do governador.

*Excelentissimo conde
Da mais alta fidalguia
Vieste ser na Baía
Pai nosso*

Seguiam as quadras no mesmo tom da prece :

*Como no govêrno vosso
Amparo viemos ter
Havemos todos dizer
Que estais no ceu*

Na mais sentida adoração o tratavam e o povo, dançando, dizia-lho, porque quando se lembra de amar vai até ao delírio como, quando odeia, chega até à tortura.

*Pelo castigo dum reu
Do mais enorme delicto
Fosie, senhor, por isso
Santificado*

*Por tudo que haveis obrado
Com tão honroso decóro
Cravado em lamina de ouro
Seja o vosso nome*

Eram assim os versos. O conde dos Arcos mandara julgar o emissario de pernambuco.

Não inventara uma culpa, nem se lançara num ódio. Chamara dois generais, dois coroneis, dois tenentes-coroneis e majores em igual numero, tomara para relatar o processo o ouvidor geral da provincia e decidira solidarisar-se com eles na justiça a fazer. Assumira a presidencia do tribunal contra o qual, com a sua eloquencia costumada, protestou o acusado.

Tinham apenas medeado trez dias, de 26 a 29 de março, da prisão à sentença.

O padre Roma mal soubera quem o traíra; o conde dos Arcos aproveitara a denuncia, mas não publicara o nome do tredo. O reu,

diante dos juizes, apenas asseverava ter vindo à Baía para vêr o filho. Confessava o seu peccado de sacerdote, aquele rebento duma paixão criminosa, mais nada. Outras culpas não eram as suas, não praticara nenhum delicto pelo qual o pudessem condenar.

Apareciam, porém, as testemunhas dos portuguezes asilados sob as armas baianas; todos eram conformes em o apontar de cúmplice, pelo menos na eleição do govêrno provisório de Pernambuco. Isso bastaria. Não era necessario mais nada; e embora insistisse no protesto contra a maneira de o julgar, a sentença de morte foi dada por unanimidade. O conde dos Arcos tinha conseguido a opinião dum alto magistrado e de varios militares de patente superior. Nenhum se pronunciara em contrario, e, recolhido ao oratorio, o reverendo praticou sómente com o confessor. Tinha quarenta e nove anos e esperara muito do futuro; embrenhara-se num sonho e as balas do pelotão das execuções iam pregar o ponto final naquela aspiração, nascida talvez porque a mão semi-divina dum cardeal, alçado ao pontificado, tinha sagrado a sua cabeça de clérigo.

Rufavam as caixas, cobertas de negro, no dealbar; os soldados já formavam no Campo da Polvora aguardando o condenado que marchava entre baionetas e ao lado do confessor. Não se proibira o povo de assistir como para o exemplo frutificar e o republicano, de cabeça alta, não quizera morrer, nesse pardejar duma manhã baiana, sem que a sua voz soberba, rica de bons ritmos, habituada ao pulpito e ao fóro mais uma vez soasse em vez desses tambores de peles cavas e de luto.

Tinham acabado as orações de finados; os granadeiros firmes apontavam as espingardas àquele homem revestido dum caracter sagrado e ele, num vago arrepio, na hora do fremito da morte dirigiu-se-lhes como um soldado, vibrando os nervos de revolucionario, soltando a despedida como um romantico por quem a posteridade esperasse:

«*Camaradas! Eu vos perdôo a minha morte!*» Detivera-se ainda a respirar o ar salgado da marezia, olhar o ceu, por ventura vêr desabrochada alguma flôr nesse fim de março, naquele campo de nome marcial. Então, fez um gesto; pôz a mão sobre o coração e gritou aos executores:

«*Lembrai-vos da pontaria! Aqui é a fonte da vida!*»

Para o coração apontaram; as balas vararam-no na descarga cerrada, o seu corpo baqueou esburacado, no instante em que o sol rompia e seus olhos já o não viam.

Nesse mesmo dia largou para o Rio de Janeiro o mestre da jangada com as noticias detalhadas dirigidas ao rei. Trouxera uma presa, levava uma certidão de óbito que lhe renderia a nomeação de meirinho do mar da alfandega de Pernambuco, quando a revolução fôsse vencida.

E não seria difícil aniquilar aqueles visionários, crentes em demasia nas palavras que ouviam e nos recursos de que dispunham.

Confiavam no auxilio dos Estados Unidos para onde tinham mandado um dos seus adeptos e, na sua efervescencia de sectarios, aquecida pelo grande sol, espalhavam — sem mentir, iludindo-se só — que, em breve, viriam os seus irmãos republicanos auxiliá-los na destruição dos reis. Ingenualmente acreditavam na intervenção de um país distante só por um ideal e as mensagens que lhe dirigiam padeciam da linguagem empolada dos demolidores franceses incompreensivel para a flegma americana. Fôra Cabugá, o inteligente negro, o enviado a Monroe, alçado mezes antes à suprema magistratura. Recebera-o um secretario de estado, Rush, ouvira-lhe os dizeres, aceitara-lhe a credencial e, apesar de se ir atirar ao mundo o lema celebre, «a America para os americanos,» nenhum passo decisivo se dera. Debalde evocara a liberdade dos povos, se referira à república numa musica sonora de grandes palavras romanticas. A fraternidade sumira-se na masseira dos interesses.

Sobre o caso dizia-se de Washington para Lisboa:

«Chegou de Pernambuco aos Estados Unidos, a bordo do brigue *Gipsej* hum tal sujeito chamado Antonio Gonçalo da Cruz dizendo-se enviado do intruso Governo Provisional. Como é possível que êle possa espalhar noticias falsas concernentes à sua recepção, posso dizer-vos com perfeita certeza, que a sua chegada será inutil; que o Presidente não deseja sequer a apparencia de saber do sobredito emissario; e que pelo contrario está resolvido a usar de todos os meios que a sua autoridade põe à sua disposição para frustrar quaisquer esperanças vantajosas que os rebeldes possam ter dos Estados Unidos.

Elle sabe que esta é a norma de comportamento que todos os governos devem observar para pôr termo a esse espirito revolucionario que ao presente reina, e que se fosse animado ameaçaria tornar um cahos ao mundo civilizado».

Em Londres não fôra maior a felicidade mesmo servindo-se de Hipolito José Pereira da Costa, o celebre irmão Hipolito da maçonaria, foragido aos carcereos da Inquisição de Lisboa e que redigia, na capital inglesa, o *Correio Brasiliense* ao qual o regente pensionava, apesar de ser prohibida a entrada do periodico em Lisboa. Pediam-lhe para ser o representante da república, os revolucionarios, e o jornalista, receando perder a pitaça e ser expulso pelos amigos da Casa de Bragança e seus aliados, ladeou o assunto, protelou o caso, pôz-se de esguelha, todo de arancos doutrinaricos no papel mas conhecendo em demasia as aventuras da politica e dos idealismos para as tentar novamente.

A fé, finalmente, só existia naqueles patriotas, tão firmes na sua crença, que nem sentiam o exercito, enviados pelo governador da Baía, a invadir o seu territorio em pé de guerra.

Entoavam hinos, à liberdade, garganteavam discursos para a sua exaltação e até o vigário geral, ao benzer os estandartes, usara duma linguagem terrorista: «*Nós não elegeremos o príncipe, nós o combateremos, até que entre no inferno, donde o antigo inimigo do genero humano o extraiu.*»

Era tudo assim apocalíptico e ameaçador, mas os seus soldados ridentes nos uniformes, aprumados, ao som marcial dos tambores, deixavam-se esmagar facilmente. Nas regiões aderentes a revolta marcava a descrença. Escasseavam os viveres mas a alegria souu mais alta, cantou nas almas ao ver-se chegar, nada menos de onze barcos baianos carregados de mandioca. Queria encontrar-se nos mercantes um sinal de solidariedade dos habitantes daquela provincia onde o padre Roma de certo — pensavam eles — teria actuado no bom sentido. Aquele hora já apodrecia, sob os laçgedos, o seu corpo fuzilado. De repente, transmutou-se em sanha e entusiasmo.

Armara-se à pressa uma expedição ao Alagóas ás ordens dum Cavalcante, apelido celebrizado nos fastos revolucionarios, atocharam-se as barcaças com balas, provisões, pólvora, espingardas e soldadesca e fa-se largar quando se esmaltaram nos espaços as velas dum brigue e duma escuna em cujos mastros fluctuava, a desafiar o pendão, azul e branco, da república, a bandeira branca bordada pe'os escudos dos dois reinos unidos sob a corôa real.

Vinham para o bloqueio; eram os arautos do conde dos Arcos que passara semanas nas fabricas fundadas por êle, nos moinhos da pólvora, nas oficinas de munições de balas de artilharia de bombardas e outros explosivos incitando os operarios, fazendo-lhes promessas, dando-lhes conselhos, exigindo-lhes trabalhos de noite e dia, ao mesmo tempo que obtinha dos traficantes—em nome da patria, do monarca e do terror branco dos espirites daiguns dos cúmplices—mais dinheiro, viveres e até os barcos. Sob o seu olhar penetrante eles acachapavam-se como à mercê de alguma cousa de fatidico. Encarava-os no ar de quem lhes desnudava o íntimo, revolvía os seus segredos; e, então, não lhe resistiam. Tremia-se, havia pressas em cada um se mostrar mais dedicado à causa real.

Arcos nem sequer soltara uma ameaça. Contiurbara-os muito o supplicio do padre Roma.

O governador, por consequência, fazia tudo quanto queria e daí essa armada vistosa, mais do que forte, apesar da corveta enviada depois, chegando às aguas pernambucanas e levando o pavor às almas. Num instante, a gente da expedição ao Alagóas se recolheu para sob as canhoneiras dos fortes; não havia maneira de a lançar contra esses barcos pimpantes aparecendo ali como espectros condenadores do seu acto.



Soldado português da época em que o
Conde dos Arcos governava a Baía (Dos
Arquivos de Marinha da Bib. Nac. de
Lisboa

É que, embora pouco aguerridas em seus cascos, levantavam uma arma formidável: a desilusão que abste, corroe, mata os espiritos, rouba as forças, desbarata as mais solidas convicções.

Julgavam-se seguros do apoio da Baía, que lhes enviava as provisões de mandioca, e de repente apareciam-lhes bôcas de peças e homens hostis. D. Marcos de Noronha — como um grande conhecedor dos sentimentos humanos — ainda mais demolia as crenças dos soldados da republica ao proclamar-lhes serem falsos os apoios dos Estados Unidos aos revolucionarios.

Usava a linguagem de quem sabe para onde vai, ao dizer: «*A facilidade, com que todos os homens, em tais circumstancias, podem ser fascinados, obriga-me a gritar-vos que aquele governo (o americano) tem dado muitas provas de perspicacia ante o mundo todo, para que seja licito suspeitar que hade proteger o mais vil dos crimes perpetrado por meia duzia de bandidos, que nascerão na escuridade e indigencia donde não virão mais sair senão por força dos delictos que acabam de cometer.*»

Violenta como uma chicotada, esta mã redacção tinha um grande alcance psicologico. Desculpava os fascinados, como a ofertar-lhes um perdão vago que sabe bem nas horas em que se prenuncia a derrota, a desmanchar-lhes a crença no auxilio da poderosa America; mostrava-lhes as condições, quasi humildes, dos chefes, o que, num momento de desanimo e, sobretudo, na época dos privilegios, sensacionaria, certamente, os combatentes.

Por fim, exagerava, dizia o Universo a desprezar o patriota Martins, chamava infames aos seus companheiros, prometia-lhes o castigo dado sempre «*a todos os famosos chefes de revoluções*» para quando os soldados baianos entrassem no territorio rebelde.

Êles iam chegando ao mesmo tempo que se davam as cobardias nos sitios visinhos onde se jurara fidelidade à republica.

No Penedo, a officialidade voltara a içar a bandeira real, exactamente com festas eguais ás de quando se aclamara a revolta.

No Alagôas, o chefe da rebelião fugira e a soldadesca pronunciara-se pelo rei; um movimento contrario aos vencedores da vespera se esboçava e para o manietar havia apenas um general, José Mariano, conduzindo mal o exercito dos patriotas, não sabendo mesmo da chegada das tropas baianas. O conde dos Arcos não socegara um instante. Os officiais improvisados nas fileiras dos insurrectos aterravam-se; os animos sobreexcitavam-se ante as ruins noticias vindas de todos os lados com as proclamações do habil capitão general da provincia visinha. Anunciava-lhes a marcha «*para a comarca de Alagôas de bandeiras portuguezas e soldados baianos para as içarem em toda a extensão dessa capita-*

nia». Era concreta, formidável como quem não hesitava em levar até ao máximo a ânsia de vencer: *«Todo o habitante de Pernambuco que as não seguir rapidamente, e não marchar junto delas será fuzilado». As forças navaes, ora á vista, em bloqueio do porto teem ordem para arrasar a cidade e passar tudo à espada se immediatamente não forem instauradas as leis de S. M. Fidelissima El-Rei Nosso Senhor.*

Procurava assim gerar uma rebelião contra os triumviros pois acaçava-o a pressa de liquidar o seu governo antes da chegada dos socorros, que, bem sabia, se arranjavam na côrte.

Dir-se-ia, depois, a êles ser devida a derrota dos inimigos de el-rei a quem tinha o direito de servir.

La sempre no seu formidando trabalho de defeza da instituição, já sem detenças à medida que via o avanço dos seus contingentes.

Usava de umas expressões devastadoras, mas o conde dos Arcos era soldado, tinham-lhe entregado uma provincia, desejava cumprir o seu dever, no sentimento contrario à republica, na defesa da ligação de Portugal com o Brasil, e sob o instincto, talvez, da perda do país assim a retalhar-se, e levado ainda pelo seu espirito voluntarioso, decidido a impôr-se. Então assegurava:

«Nenhuma negociação será atendida sem que preceda como preliminar a entrega dos chefes da revolta a bordo ou a certeza da sua morte ficando na intelligencia de que a todos é licito, atirar-lhes à espingarda como a bandidos».

Juntava-se a este fragor o delirio dos soldados baianos, conduzidos por excelentes officiaes engrandecidos com as vitórias, excitados pelo chefe que déra à sua terra supremacias, a enchera de edificios, de prosperidades, de fama como um soberano bom gerando, com a justiça, o bem estar. A minoria maçônica rodeava-o de cuidados a cada nova ameaça aos seus irmãos de Pernambuco e como se uma velha rixa existisse de provincia para provincia, a guerra fazia-se como se não pertencessem ao mesmo país, à mesma raça.

O marechal Cogominho—suspeito de pedreiro livre—era o grande executor das ansiedades de triumpho do governador. Exagerava até o seu papel afim de mostrar maiores zelos, desencapar-se dessa fama naquele momento perigoso

Arcos soubera bem o que fizera; entregara-lhe o comando mas puzera a seu lado dois vigilantes—o Gordilho, o Maciel—officiaes monarchicos da sua confiança, assistentes ás suas passadas do chefe, o qual devia ter comprehendido tudo: Não hesitava; lançava-se como um furioso contra as resistencias, deseioso de se mostrar limpo aos olhos do capitão general.

No Rio de Janeiro, todos os ministros se alarmaram; desconhecendo

os recursos do governador da Baía, ou querendo demonstrar que a eles se deveria a derrota republicana, aprontavam uma esquadra de socorro. O rei, deixara a sua vida calma, o seu canapé das séstas, os repastos fortes e socegados e até a sombra das arvores da chácara da Boa Vista, de S. Cristovão, oferecida pelo abastado Elias Lopes aos regalados ocios do seu real agrado; para, transbordar no carrinho de arruar, ligeiro e solavancante nas ruas da capital, para ir aos Arsenais vêr os aprestos. Arrimado à sua grossa bengala encimada por um grosso diamante, seguido por um aulico de vasto guarda sol aberto, uma umbela rica a guardá-lo dos calores, sua magestade entrava nos estaleiros, nas cordoarias, nas oficinas, recolhia-se nos telheiros, bebia grandes tarraçadas de boa agua, pitadeava-se e apressava as gentes.

Desvanecidamente os artifices trabalhavam sob o olhar bondoso do seu soberano.

Dentro em pouco estavam prontos os três navios que o almirante Rodrigo José Ferreira Lobo ia comandar, mal sabendo como, graças ao dos Arcos, já estava bloqueado o Recife.

Tinha má biografia o chefe da frota; à sua volta tecera-se uma singular fama. Sofrera um grande desaire no estreito de Gibraltar, inflingido pelos piratas de Argel, em 1810. Passara a vergonha de um conselho de guerra, demonstrador da sua inepecia. Também não admirava, pois, se de capitão de artilharia da Baía transitara para a armada, onde em breve, a proteção do governador, D. Rodrigo de Menezes, o alçaria a chefe de divisão. Após a derrota, o marinheiro levava a vida a demonstrar a sua inculpabilidade ao passo que outros officiais, e entre êles Isidoro Francisco Guimarães, que de bacharel se dedicara á marinha numa vocação intensa, o acusavam de negligente, de incapaz, de ignorante da arte do mar.

Tal era o, mais uma vez protegido, capitão de mar e guerra que comandara a *Minerva* na passagem da familia real para o Brazil. Já lá iam sete anos depois do seu fracasso e tornava-se necessario demonstrar qualidades, vencer, aniquilar, com um feito, os propositos veridicos dos seus adversarios.

Chegaria no momento em que os destroços dos exercitos republicanos, esmagados pelos soldados da Baía, já causavam dó. O general Paula partira para o Trapiche da Ipojuca; Domingos José Martins lançara-se furiosamente na luta e, deixando a noiva pelo ideal, correra para o lugar do perigo como um heroi.

Membro do governo provisório, cheio de autoridade, de bravura e de prestigio, encantava os guerrilheiros do padre Souto, entre os quais caminhava em socorro das tropas de Paula. Quando chegara, ouvira-se apenas o seu nome aclamado pela soldadesca e, então, o chefe militar, tivera arrancos, coleras, ciumes e fizera sentir a necessidade de ou re-

gressar ao seu logar de político ou, então, de se bater fóra das suas ordens. Preferiu este papel o caudilho; eletrizou os soldados de cavalaria que o outro lhe entregou, sob o comando de seu filho, o capitão José Francisco de Paula, e com os tropeiros de Souto, o antigo comerciante decidiu-se a batalhar.

Claro que possuía mais a fé ardente dum ideólogo que a sabença militar dum general. O exercito baiano avançara, a marchas forçadas, até Sernibaem, enquanto os inimigos o imaginavam paralisado em Alagôas. De sobre as arvores da floresta as esculcas viram avisinhar-se o bando que Domingos Martins comandava e o pedreiro livre, o Cogominho, exultou.

Na beira do Merepe debandou aos primeiros tiros da companhia do capitão Antonio Santos a guerrilha do padre Souto, a qual se bateu até sentir a cana da escopeta queimar-lhe as mãos. Por fim, lançou-se na fuga atrás dos seus homens perdidos entre o arvoredo. Começou então, a caçada e a chacina. O filho do general Paula foi morto. Caíram sobre ele os caboclos, numa arremetida fera, rasgaram-lhe o uniforme, mutilaram-no, deixaram-no numa pasta de sangue e de lama à espera de apodrecer na margem das aguas mansas.

Domingos Martins, abrigara-se numa cabana com o padre; dois outros officiaes ali se acolheriam tambem fremitando ao menor rumor de passos, à mais leve queda de folha das arvores da floresta. Fechada a noite, os corações cheios de esperança numa salvação, os demagogos deviam implorar de Deus a sua bondade para com êles. Talvez o sacerdote rogasse mas no ceu nem sempre se escutam as preces dos desditosos.

Um bando armado surgira no seu retintinar de armas contra os troncos, alumiado na luz dos resinosos archotes e a um grito de alegria, de jubilo, febril, o berro do vencedor ante a presa, que se escuta desde os combates das cavernas até as batalhas modernas, correspondeu uma submissão no seio da noite e do misterioso bosque.

Extranhamente alumiados os pardos da vila do Penedo, em esgares de alucinados ferozes e em insultos rancorosos, souberam com quem tratavam ao levantarem os machados para os trucidar. Luziram-lhes os olhos de jubilo e passaram a amarrá-los solidamente ao som das palavras rubras de infamias, emborcaram a cachaça das cabaçonas, com risos estupidos, ao recordarem um que era bebida brasileira, e, depois, passando-lhes nós aos pescoços e levando-os como animais à trela, conduziram os vencidos à presença do marechal Cogominho.

No dia seguinte, o general Paula era batido no Ipojuca e mandava retirar, silenciosamente, como se fossem sombras, os seus soldados, afim de os esgueirar por entre os flancos dos adversarios. Num instante cá-

ram em poder dos realistas e o general, fugindo, a unhas de cavalo, só muito tarde soube da sorte de Domingos José Martins.

O marechal encarara-o sem o menor vislumbre complacente; sentiu que o prisioneiro o ilibaria de suspeitas e mandara-o entregar aos do bloqueio. O chefe revolucionario, como por uma singularidade do destino, foi recolhido, com os seus companheiros, a bordo do *Carrasco*.

O govêrno estava reduzido ao padre João Ribeiro e a Teotonio Jorge. Ao saberem da prisão do amigo, cuja noticia correu como uma fásca a zigzaguar fulminando quem topa na sua passagem, encararam a ideia da rendição.

Vivia ainda em Pernanbuco o ouvidor denunciante dos revoltosos mas de cuja acção eles não sabiam. Escolheram-no para intermediario junto de Rodrigo Lobo. O seu character de magistrado e de neutral no pleito acredita-lo-ia bem. Solicitavam a amnistia, abatiam os seus pendões, cediam aos soldados do conde dos Arcos a gloria de vencer e entregavam as armas, as fortalezas, o erario mas deixar-se-ia que os patriotas largassem da provincia para onde a sorte os lançasse.

Içada a bandeira branca na prôa duma falúa, o ouvidor, com seus poderes, dirigiu-se para a *Thetis* onde Rodrigo Lobo, o vencido dos piratas, tinha o seu almirantado. Acolheu de maneira grave o parlamentar, e retorquiu-lhe quando o ouviu:

— «Submissão sem condições».

No animo do magistrado houve uma revolta, e talvez um remorso. Disse que já se derramara muito sangue e era tempo de treguas.

O outro, mais do que nunca, ansioso duma reabilitação, escrevia a sua resposta aos rebeldes na qual lhes assegurava, *«ter força para poder entrar no Recife, com a espada na mão, afim de castigar muito á minha vontade a todo e qualquer patriota ou infiel vassalo, que são sinonimos, por terem atropelado o sagrado das leis de El-Rei Nosso Senhor.»*

Ao falar de infieis, o marinheiro devia julgar que se desforrava dos argelinos que lhe tinham cuspido na farda e enodoado a carreira.



CAPITULO IV

A RESSACA DA REVOLUÇÃO

Os fuzilados da Baía — Versos dum condenado à morte — Os homens da lei — Como Luís do Rego os acusava — O confidente real — A apoteose do Conde dos Arcos — A sua entrada no ministerio — Carlota Joaquina e os governantes — As novas ideias nos dois paises — De heroi a subalterno

A Baía iluminara em galas as fachadas das suas casas quando se soube da sufocação do movimento e da prisão dos cabecilhas. Trazia quatro dias de viagem o brigue *Mercurio*, mais atulhado de prisioneiros que a corveta *Carrasco* na qual, com as novas das derrotas, vinham os chefes revolucionarios.

Domingos José Martins, diferenciado dos outros por sua importancia de maior caudilho, seguira entre escolta para o carcere; o advogado José Luís de Mendonça, autor do *Preciso*, do programa republicano, trazia algemas fortes nos pulsos maguados e para se acentuar o desprezo, encadeara-se, como a um escravo, o padre mestre Miguel de Castro, o *Miguelinho*, dotado de muita bondade e que, sendo um idealista, servira a república; o deão que benzera as bandeiras e o doutor Pereira Caldas, conselheiro do govêrno dictatorial, tambem de ferros nos dedos, caminhavam para a cadeia.

Danças alegremente o povo baiano nessa noite em que, à luz das luminarias, se preparava o conselho de guerra na qual os prisioneiros seriam julgados; a turba dos rebeldes entrava nos subterraneos do presidio onde chegavam todos os fetidos, a fumarada das cosinhas, o acre fedor do pau do ar queimado, trabalhado pelos presos comuns, fabri-

cantes de pentes e castões. Gradões pesados rangiam a separa-los da vida; nos estreitos corredores passeavam carcereiros e sentinelas. Era a ressaca revolucionaria; tentava-se o recuo do ideal, queria conter-se naquelas paredes, em nome da lei vencedora como as aguas ao mar roubadas que depois alastram, vagalham, são ondas bravias a derrocar, a demolir, os diques, mais tarde em livres furias.

Os actos do conde dos Arcos tinham merecido, com os elogios reais, a apoteose do povo, inimigo dos republicanos, talvez porque não venceram e enquanto do Rio de Janeiro o conde da Barca, titulo conferido a Antonio de Azevedo, lhe dizia em louvores, que sua magestade o considerava «*crédor dos seus reais agradecimentos*», a gente da capitania enchia as ruas e bailava cantando uma quadra chocha de má rima em sua honra:

*Baía é cidade
Pernambuco é grotta
Viva o conde dos Arcos
Morra os patriotas*

Aclamavam-no tambem de salvador da monarquia, exigiam para êle recompensas enormes, louvando a sua energia na repressão. Seguiria para com os cinco chefes vencidos o mesmo processo uzado em relação ao padre Roma. A comissão militar começou a funcionar; instalou-se no palacio e êle procederia conforme as decisões dos alto militares de grande patente e do ouvidor geral da provincia.

Ainda mal se extinguiu o rumor da turba ebrifestiva e se apagara o morrão das luminarias já, no vago luciar da manhã, os presos caminhavam para os interrogatorios.

Inquerido acerca dos seus delictos, Domingos Martins declarou não ter conspirado. Tudo quanto se apurava acerca das reuniões em sua casa, dos agâpes de mandioca e cachaça negava o desditoso pensando na noiva amada com a qual se consorciara no mesmo dia em que se votara, vencedor, à sua ideal republica. Versejara, durante a viagem, unindo-as no seus sentidos, ligando-as na sua alma, futurando que ia ser fusilado.

*Meus ternos pensamentos que sagrados
Me foste quasi a par da liberdade,
Em vós não tem poder a iniquidade,
Á esposa voai, narraí meus fados.*

*Dizei-lhe que nos transes apertados
Ao passar desta vida à eternidade*



*Ela de alma reinava na metade
E com a patria partia-lhe os cuidados.*

*A patria foi o meu Numen primeiro,
A esposa depois o mais querido
Objecto de disvelo verdadeiro.*

*E na morte entre ambos repartido
Será de uma o suspiro derradeiro,
Será da outra o ultimo gemido...*

Era um idealista o homem de commercio e da revolução; poetava enternecidamente lembrando-se da felicidade que deixava, sem duvida evocando aquele seu consorcio, ao som da polvora, lembrando o seu noivado dos tiros e sabendo do seu final: o sangue, a morte.

Continuava a alegar não ter premeditado o grande passo revolucionario; deviam vislumbrar na sua alma umas resteasinhas de vagas esperanças.

Acrescentava, então, ficando-se muito no caso: que se deixara prender sem resistencia quando Montenegro lhe enviara o marechal João Roberto.

O doutor Caldas, esse, asseverava que, sendo êle portugûes e o movimento à sua patria contrario, não poderia ter tomado parte nela. O deão olvidava o brado da sua alma ao benzer o estandarte, após os insultos aos principes: «*seguio-o; êle nos conduzirá ao caminho da honra, da independencia e da liberdade*» e negava tudo. Fôra claro apenas ao argumentar com o seu testamento no qual legava todos os bens ao rei de Portugal.

Viu-se, então, o padre Miguelinho, tão retraído sempre, tão modesto, crescer diante dos juizes como gigante brotando do vaso encantado das *Mil e uma Noites*. Não se desculpava; confessava tudo. Era verdade ser um rebelde; e os juizes queriam agora salvá-lo, dominados pela sua attitude, procuravam dar-lhe uma condenação ligeira, mas não a aceitava pois, diante das assinaturas atribuidas pelo tribunal a individuos abusadores do seu nome, o reverendo reconhecia-as a todas, querias-as por bem suas. Sabia que subiria ao cadafalso, que iria morrer e não queria manchar a bôca na mentira.

Como não podia deixar de succeder foram todos condenados à morte, mas ainda suspensa a sentença ao deão e ao doutor Caldas alegando-se suas provecas edades.

O povo leu, naquele amanhecer rosado, enchia o Campo da Polvora onde se preparava a execução dos patriotas pernambucanos.

Tinha-se levado bolos, cabaças de cachaça, figos para o desjejum; ao assistir-se a esse espectáculo, num prazer intenso, e, desde a formatura das tropas à passagem dos reus, não se perdia a menor peripecia, numa enorme curiosidade, má, cruel, ao repisar torvo da ruím canção:

*Baía é cidade,
Pernambuco é grotta,
Viva o conde dos Arcos,
Morra os patriotas!*

Os patriotas, vestidos de alva e de baraço ao pescoço, algemados e descalços, entre as baionetas, chegaram ao logar da execução; as tropas vivavam D. João VI e o capitão general, a turba acaudilhava-lhes os braços com o acrescimento de vivas a Portugal, à monarquia que o governador salvara.

O unico que fez um gesto, logo detido, foi o comerciante-poeta, o caudilho Domingos José Martins, ao saír das portas da cadeia:

— Vinde executar as ordens do vosso sultão; eu morro pela liber...

De chapa, num impeto, a mão dum clerigo abafou-lhe a palavra.

No Campo da Polvora galgou ao tablado, seguido pelos companheiros; defrontou o palanque engalanado onde as autoridades assistiam ao suplicio, à justiça feita nos considerados criminosos de lesa magestade. Sufocada a revolta que dividiria o Brasil, separaria de Portugal algumas das suas provincias, abateria a autoridade real não cabia nos codigos a clemencia. O exemplo dava-se crudelissimo e fero, mas em nome da de-feza duma instituição e dum principio. De resto, tudo se preparara na côrte desde as razões judiciais às formulas para condenar os sacerdotes. Meia duzia de balas fôram disparadas quando um official, grave, hirto, solene, bradou: Fogo!... Os tres corpos caíram varados; adiava-se a represalia. Com eles não falecia a revolução.

Depois, ao chegar o brigue *Mercurio* com imensos presos, entre os quais Antonio Carlos de Andrada, Muniz Tavares, officiais como Pedroso e José Mariano, o morgado do Cabo, frei José Maria Breyner, e outros a quem a populaça vaticinava a morte; narrava-se-lhe, aos gritos, qual fôra a sorte dos que primeiro tinham entrado nas cadeias.

O Conde dos Arcos, porem, ordenava a devassa a um bom juiz, o desembargador Manuel José Baptista Filgueiras, ao qual escolhera depois de ter, por sua mão, dilinido os outros, desde o seu saber até à sua limpeza de mãos, analisado a sua jurisprudencia e a sua situação monetaria, querendo um homem serio e incorrutivel, incapaz de odios e sem interesse em condenar.

Agora iam chegar os elogios, as submissões, os enaltecimentos. O chefe do bloqueio, em Pernambuco, Rodrigo Lobo, merecia já censuras ao governador da Baía. Mal saltara em terra, ao vêr vencidos os republicanos, começara a perseguir, a ferir ao acaso. Uma cousa era a justiça, outra a brutalidade; o suplicio é mil vezes preferivel legalmente determinado, ao enxovalho duma tirania de titeres.

Os revolucionarios estavam encarcerados quando o padre João Ribeiro, que assistira ás prisões e aos vexames, quizera salvar-se da cadeia. Andara, até à ultima de escopeta ao ombro, guerrilhando, e, agora, esse doce republicano, que desejava a egualdade até com escravos, ajoelhava diante do altar, numa capela depois de ter bebido veneno e de o inocular. Quedara-se de mãos postas a aguardar a morte. Assim o encontraram quando o vieram prender; acabara, ao som das salvas da esquadra à branca bandeira triunfante onde as armas reais coroavam os escudos de Portugal e Brasil.

Por ordem do dictador interino cortaram as mãos e a cabeça ao sacerdote; pregaram em postes os seus despojos a apodrecerem e a descarnarem.

Pernambuco tornara-se um territorio maldito. Desabelhavam dos esconderijos, delatores e acusadores, prendiam-se as familias dos revolucionarios, açoutavam-se nas ruas os que se topavam e ao grito de *mata marinheiro* sucedera o da revindicta. Sequestravam-se bens, arrastavam-se mulheres para as cadeias e subia tanto a indignação em certas almas que um pernambucano, correndo todos os riscos, não hesitara em mandar dizer para Londres ao *Correio Brasiliense*, onde o afamado irmão Hipolito ia renovando as suas diatribes.

«O comandante da esquadra Rodrigo Lobo achou beia ocasião de mostrar o seu character, e, entrando em Pernambuco, começou a fazer prisões a torto e a direito, exagerando os seus serviços, que talvez ainda recebam o premio que merecem; porque o conde dos Arcos, segundo se diz, deu uma conta dele para a córte que se fôr atendida o sugeitará a um conselho de guerra, e por isso não digo mais nada dele.»

No Rio de Janeiro ou porque a carta do governador da Baía tivesse pezo ou porque se pretendesse entregar a pacificação da provincia a mais categorisado militar nomeara-se Luís do Rego Barreto, general dos mais nobres e illustres de Portugal.

Reconhecido numa das melhores familias do Minho fôra casado com uma dama da mais preclara estirpe da saxonía, a filha da baroneza de Ruxlebeu. Era tenente em 1807 quando os franceses invadiram Portugal. Demitira-se do exercito e corra a meter-se na sua quinta, onde começara a conspirar. As guerras napoleonicas encontraram-no a bater-se no Cantaro, na Mortagua, no Bussaco, Pombal e Redinha e depois em Foz

de Arouce, além da fronteira, em Fuentes de Onoro e em Castelo Rodrigo, na tomadia da praça. Aparecera já com os galões de major, a combater em Torres Vedras e no Bussaco à frente de caçadores 4 que Beresford, o sisudo e fleugmatico chefe do exercito, louvara, memorando, numa Ordem do Dia, a bravura do militar. Fôra o primeiro no assalto a Badajoz; em Arapiles conseguira mais elogios, na batalha da Vitória de novo fôra citado e, coberto de gloria na Biscaia, onde tomara o forte de S. Sebastião, êle, já com a cruz de ouro, ao peito, a medalha de comando de sete batalhas, tanto portuguesas como hespanholas, e as inglesas de Talavera no Nive, só regressara ao reino no fim da guerra, para ir apresentar-se ao soberano no Rio de Janeiro, em 1816.

Chegara a tempo; estava viuvo havia seis anos e encontraria uma noiva na filha dum dos grandes favoritos reais, o almoxarife Joaquim José de Azevedo, titulado de visconde do Rio Seco, de seu officio guarda joias e fiel do real bolsinho.

Quando fôsse preciso um general estava ali Luís do Rego Barreto cheio de experiencia e de coragem. A revolução de Pernambuco fôra sufocada mas era necessario um pacificador, um governador de prestigio para defrontar essa ressaca sediciosa.

Colocado à frente dos *Voluntarios Leais de El-Rei* chegaria a tempo mais uma vez.

Rodrigo Lobo, afim de fazer esquecer o seu anterior conselho, tri-pudiava, deixava à solta a multidão que, ao vêr os prezos, pedia vinganças; êle mandara prender o celebre pintor mulato Antonio Alves, cujo delicto consistia em ter retratado alguns dos chefes revolucionarios e pintado as bandeiras republicanas, do mesmo modo que fizera um quadro a oleo representando el-rei D. João VI. Não hesitara da marinha em autorisar chibatadas, vexava, feria, maguava a ponto do nevo governador escrever a Tomaz Antonio de Vila Nova Portugal para a Côte:

«*O Conde dos Arcos queixa-se amargamente do comandante da esquadra, Rodrigues José Ferreira Lobo e penso que êle já escreveu a S. M. sôbre o assunto.*»

Participara os destemperos do marinheiro e mandara sentar à sua mesa o pintor dos revolucionarios.

Mas Rodrigo José Ferreira Lobo tivera um protector e talvez, mais do que isso, um affectuoso padrinho no conde de Cavaleiros, governador da Baía ao tempo que ele ali servira e o qual tambem se chamava Rodrigo José, com o dom heraldico e o apelido de Menezes. Havia muitas destas proteções nas casas fidalgas. Junto do rei, um outro conde de Cavaleiros, exercia o cargo de conselheiro. O pai, esse, morrera desterrado na quinta do Furadouro, em Obidos, acusa-lo de conspirar contra o principe, em 1805. Aos filhos coubera, porém, premiar a ponto de equipara-

rem na pensão de exílio ao duque de Cadaval destinando-lhe quatro contos de réis, e encarregando o outro, D. Diogo, conde da Louzã, de ir buscar a Leorne a noiva do príncipe D. Pedro, meses depois daquela revolução da qual o protegido da família de Cavaleiros queria tirar proveitos em vinganças que lhe apagassem as dedadas da derrota deixadas nas suas dragonas pelos corsarios de Argel. Em todo o caso, se um dos fidalgos não entrava no pleito, outro devia ser adversario do conde e esse seria o da Louzã.

Falhariá assim o novo conselho de guerra que se lhe agourava pela carta do conde dos Arcos ao rei mas tornar-se-ia mais vivo o conluio dos inimigos do capitão general da Baía, nas recamaras reais.

É que elle tinha adversarios odientos, e muitos. A prova estava no que dizia ao sentir-se atacado uns dias antes do seu energico acto de dominador da revolução:

«Sou coberto de afrontas, sou até ameaçado de castigos no tremendo nome de el-rei nosso senhor! Oh! meu Deus! e porque hei de ser eu o unico português excluído da justiça que tem sido a característica do mais querido dos soberanos?»

«Sei de certo que o nosso augusto amo nem sonha que eu tenha sido afrontado em seu adorado nome e por isso já pedi licença para queixar-me contra o ministro de estado e mostrar a minha inocencia; ainda não recebi resposta, o que talvez principia a persuadir-me que não foi presente a el-rei nosso senhor a minha supplica. Si o governador da Bahia delinquo S. M. tem leis, ministros, torres, cadafalsos para o punir; não me consta que tenha autorizado a nenhum secretario de estado para insultar um creado seu, grande do seu reino e que se não tem servido bem ao menos tem feito os sacrificios mais custosos para o servir. «O crime que se me imputa é o de ter entendido o tratado de Viena mais favoralmente aos vassallos portuguezes que aos vassallos de S. M. B. Crime que não existe; porque a intelligencia que dei aquele tratado é a que S. M. El-Rei Nosso Senhor me ordenou que lhe desse, e aquele que o direito das gentes tem prescrito em suas regras de interpretações mas se crime existisse era bem digno de perdão, provando-se por elle que o governador em qualidade de soldado não teme as forças inglesas e na de empregado publico nem tem nem quer ter nada que agradeça ao governo britanico cujo oiro tanto tem influido nos destinos do mundo».

Tinham mais força do que se imaginava os ingleses na côrte de D. João VI senão por suas prebendas a ministros ao menos aos deles apaniguados. O conde de Linhares mostrara sempre uma dedicação sem par à Inglaterra mas já apodrecia no tumulto; os ministros, agora, escasseavam; o conde da Barca esse, um amigo da França, finara-se havia

pouco e como se um mau ar passasse na côrte, João Paulo Bezerra, que secretariava nos estrangeiros, ia acabar também.

Existia, porém, na intimidade do soberano um homem incapaz de receber proventos, sério, honestíssimo mas todo entregue a um sonho vasto e abstraído o suficiente para deixar medrar as intrigas.

Tratava-se de Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, o mais modesto em pompas mas o mais poderoso na privança do rei. Êle não queria ser ministro; era um confidente desde as horas amargas que o filho de D. Maria I passara, quando da conjura de Vila Viçosa. Daí, por diante, nunca mais largara sua alteza nem sob as sombras de Mafra nem no parque ensoalhado de Queluz; assistia-lhe as séstas e aos conselhos, à mesa e aos cantochões. Homem de leis e chanceler do Brasil, imaginara transformar o país de asilo num vasto emporio capaz de segurar a hegemonia da America do Sul.

D. João desconfiava de toda a gente; mas dizia-se abrir para o valido uma excepção, de resto não comprovada; enviava os papeis dos ministerios à sua analyse e era o seu grande confidente.

Se para seguir os pareceres dos conselheiros o rei levava dois dias a meditar bastava-lhe um para os de Tomaz Antonio.

Como não o largava a ideia de pavar o Brazil nas suas mais fertes regiões, de o engrandecer com culturas e numa mistura de sangue novo, era com o frenesi dum grande trabalhador, ancioso de concluir a obra, que tratava com o rei fóra dos conselhos da corôa, tendo sempre a servi-lo diversos individuos aos quais confiava o que julgava de somenos importancia. Fóra daquela clara visão dum povo a alar-se, duma nação a nascer, cousa alguma o interessava e, embora tivesse a larga compreensão das cousas, por vezes, deixava-se enganar. Houve um tempo em que um seu protegido, José Albano Fragozo, tornado juiz da inconfidençia, tais terrores inoculava no espirito do soberano que este só a êle queria ouvir, preso nas suas largas devassas como numa novela de crimes aterrantes. Chegava a recebe-lo misteriosamente e tão alucinado que pegava no candelabro de prata afim do magistrado poder lêr os seus apontamentos e enquanto borbuhavam as lagrimas de cêra nas velas, como continhas líquidas e sujas deslisando para a alcatifa, el-rei perturbado e de bôca sêca, os olhos em espanto, deixava-se mergulhar na intriga até à hora em que o juiz quizera enredar o favorito, seu protector.

Então, D. João VI parecera acordar; jamais na sua mão papuda oscilou a luz, tampouco voltou a ouvir o ingrato.

Toda a gente aplaudira a firmeza e decisão do conde dos Arcos menos o intimo regio. (*)

(*) Apendice — Doc. n.ºs 4, 5 e 5-R.

O soberano já não gostava muito daqueles rompantes do governador da Baía, mas agora, apesar da opinião do amigo, sentia não poder censurá-lo. O Chanceler teria querido, em vez dum conselho de guerra para julgar os rebeldes, uns devassantes togados lavrando sentenças, talvez piores, mas nas letras do código em processos de milhares de folhas. Deste modo nomeara para Pernambuco um desembargador e julgou ter ouvido a própria lei com Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho. Preparara tudo para ela ser executada sem atáculos, puramente. Afiava o cutelo nas lombadas couriaciais das Ordenações e ficava satisfeito. O homem da lei, que abominava o conselho de guerra punidor dos republicanos, censurara Arcos e o colocara por apressado, ao menos, aos olhos do monarca, enviara para castigar em Pernambuco, cheio de poderes, o juiz de quem o general Luís do Rego, governador da provincia, o que estava destinado a pacificar os seus habitantes exaltados, escrevia o seguinte:

«Eu não me enganarei muito em afirmar a V. Ex.^a que a devassa tirada pela alçada é talvez o processo o mais irregular que se tem feito e eu bem creio que S. M., quando tiver conhecimento dele, mandará talvez queimar e proceder a nova devassa. Bernardo Teixeira tem escolhido para mais credito lhe dar a homens sem representação nem credito, e quando algumas destas cousas tem são conhecidos pelo seu character infame ou pela sua conduta criminosa. Algumas das testemunhas foram maltratadas e ameaçadas por não deporem aquilo que o juiz queria; e levou as ameaças a tal ponto, que Joaquim dos Santos homem, morador nesta vila tomou-se de terror de sorte que caiu em vágado.»

Era o devassante quem entregava as vítimas ao militar, o qual, se irritava e ia participar ao chanceler haver mais de duzentos enclausurados:

«Finalmente ainda é tempo de salvar a muitas familias da ignominia, muitos bens a confisco, muita gente da ultima miseria.»

Aconselhava ponderação e o outro, quando não lhe davam rolos de peças de ouro, ferroava grandemente nos detidos, arpoava-lhes as fortunas e enchia-os de torturas, pois cousa alguma o apavorava.

Indignadamente Luís do Rego o punha a distancia e ele logo o acuzava de protetor de rebeldes, ao passo que o general continuava a narrar para o Rio de Janeiro as infamias do supremo investigador:

—«Aélm da humanidade deve haver cautela com os revoltados de que este é juiz; porque um homem a quem pezam tão pouco os males alheios, e que está tão pouco disposto a fazer o mesmo bem que Sua Magestade manda, não póde entrar na classe dos juizes imparciaes.»

Mais tarde havia de declarar: *A autoridade de Bernardo Teixeira rivalisava com o seu poder.*

O conde dos Arcos executara, após as deliberações dum conselho de guerra; o magistrado de Tomaz Antonio de Vilanova torturava como um verdugo.

E o chanceler, ligado sempre ao seu alto sonho de justiça, só acordou quando o soube com as malas atafalhadas de ouro, joias, moedas, despojos pingues da sua alçada. O Rodrigo Lobo enriquecera também e o tenente Baronete, seu secretario, até trazia escravos como recompensa das suas protervias. Ofertara-se trinta contos para os soldados, mas ao marinheiro os entregaram para distribuir como quizesse, os agradecidos mercantes da capitania.

Chorara-se mais em Pernambuco, após a revolução, quando passara a justiça, com as suas resmas de costaneira, do que ante os fusilamentos da Baía.

Nada se podia censurar ao governador senão a presteza no castigo, e, porventura, a sua deliberação de soldado.

Celeramente servira a defeza dos principios: o governo transmite-lhe ordens, marcara-lhe mesmo, num officio decisivo, que era preciso *«os reduzir à sujeição por todos os meios que forem conducentes a obter estes resultados antes que possa tornar corpo o sistema de revolta manifestada naquella parte dos seus dominios.»*

Depois aprovara todas as suas propostas de criação de milicias, de gratificações aos do bloqueio, ao embargo dos navios deixava tudo à vontade do conde e concluía, sem ambages nem denteça: *«o mesmo Augusto Senhor se dignou de manifestar a sua Real aprovação por tudo que até se tem praticado.»*

Apanhara-se entre os rebeldes a noticia do assassinio do governador, ao rebentar uma insurreição que quizera dominar e, logo o primeiro ministro, o felicitara por não ser verdadeiro o atentado e em nome do monarca acrescentava: *«não omitirei a v. ex.^a a satisfação com que Sua Magestade viu neste facto—o aplauso dos rebeldes à sua suposta morte—mais uma prova do muito que elles recebem das medidas rigorosas que v. ex.^a tem empregado para os punir.»*

Vinha, pelo mesmo correio, claramente, a sanção governamental e regia do fuzilamento do reverendo Abreu e Luna, o Roma: *«E não podendo o mesmo Senhor deixar de reconhecer que as medidas tomadas por v. ex.^a até ao suplicio daquele padre, foram imperiosamente dadas pela gravidade das circumstancias de momento, me Ordena certifique a v. ex.^a, da Sua Real Magestade, aprovação por aquele procedimento que muito terá influido no animo dos seus parciais.»*

O que poderia haver no espirito do rei contra o capitão general não o exteriorisava. De resto D. João VI receava sempre manifestar-se.

O conde dos Arcos tornara-se um herói fabuloso e elle não o que-



Palácio do Conde dos Arcos no Rio de Janeiro no qual está instalado o Senado

reria vêr desabar com o seu peso de corôas civicas. Todas as corporações lhe ofereciam tributos, lhe votavam elogios; vinham os versos com evohés, e chegavam, do fundo das provincias, as mais sentidas homenagens. Agora era Camara de Maceió enaltecendo-o e logo todas as outras; depois os homens praticos, os negociantes, traziam alguma couza de mais positivo: a solicitação para se oferecer ao triunfador *«um vinculo no valor de cem contos de réis em acções do Banco do Brazil, pelos seus grandes serviços à cidade da Baía.»* A doação era pelos feitos dedicados *«a el-rey e a nós.»*

Não quizeram ficar atraz dos ofertantes da espada de oiro pela fundação da Bolsa mas não paravam em provas gratas e de respeito, como diziam. Convidaram todas as pessoas da cidade e do reconcavo para a festa na qual apparecia um retrato de tamanho natural do antigo vice-rei, exposto no salão da Praça de Comercio, distribuiram uma redução da figura aos convidados *«para que em todo o tempo sejam as casas desta provincia honrados com a effigie do restaurador de Pernambuco e Heróis da Baía.»* Deliberava-se que *«em acções da Caixa de Descontos desta cidade se instituisse um vinculo no valor de cem contos de réis, cujo rendimento anual ficaria à disposição do ex.^{mo} sr. conde dos Arcos e seus descendentes, como monumento eterno da gratidão dos Governados e da Justiça do Ex.^{mo} Governador.»*

O rei deferia; Tomaz de Vila Nova referendava.

Era o Restaurador do Brazil, era o Herói, era o Pai do Povo, e enriqueciam-no.

Tambem não deixaram de o saudar os commerciantes de Pernambuco: *«e para que a modestia de v. ex.^a não padeça, nós, ainda que humildes, e de tão pouca autoridade, bradaremos aos pés do trono e ao Mundo que a Restauração desta Capitania se deveu, principalmente, à grandissima actividade de v. ex.^a»*

Incensavam-no como a um idolo e ofereceram-lhe depois um palacio no Rio de Janeiro onde se deveria instalar porque, tornado rico, celebre, poderosa, não podia deixar de viver junto do trono.

Apossara-se dêle a fama, a gloria; a *Gazeta de Lisboa*, ao descrever o baile e a festa dos commerciantes baianos consagrava-o:

«O Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde Governador, mostrava a mais viva complacencia e reconhecimento em todas as suas falas e maneiras; e podemos asseverar que na Baía não houve ainda um espectáculo tão rico e tão brilhante. Descrever as circumstancias deste magnifico festim e pintar ao vivo a magnificencia daquela céa, a grandeza e ornato da casa e da meza, he tarefa que não podemos desempenhar porque no meio de tantos encantos a espirito se extasia e se perde ficando inhabilitado para calcular e descrever.»

Despertara-se em faustos e galas a liberalidade dos negociantes da Bahia que, além de mandarem gravar o retrato do seu bemfeitor, ainda quizeram inaugurar o quadro a óleo que o representava em pompa tão subida que até em livros andou com versos de enaltecimento e frases de idolatria.

Só em petia e pau roxo se gastara cabedal avultado para incrustações no improvisado salão da ceia com vinte e seis janelas, lustres de vinte e quatro lumes, bugias, dirandelas, luzes em profusão para bem iluminarem a obra do pintor Velasco, muito celebrada. Estava em tamanho natural, e de perfil o governador «*cabeça voltada um tanto para o lado esquerdo; a postura é feliz e fielmente apanhada*». Fardado de marcha, a mão na espada magnífica, festejada por seus gratos amigos, e que o artista colocara sobre uma mesa de estilo grego, o conde dos Arcos, dominava e até em effigie era aplaudido.

Quando êle montou no cavalo, soberbamente ajaezado, «*e picou em direção à praça*», entre o seu estado maior, badalejaram sinos, retumbaram canhões, bombardeios esfoguetaram nos espaços e as bandas marciais espalharam com o hino baiano para o qual sua excelencia compuzera trovas. Após os discursos graves desabulharam-se os vates solenes que vinham de pé a traz, em reverencia, manipular sons ditirambos e incensar o festejado: «*instalado assim o Parnaso*», como se dizia na época, um Pina Leitão, desembargador, chamou-lhe:

*O grande Marcos . . . Nome, cuja gloria
Vai à volta do mundo*

isto após o padre Ignacio Macedo, lente de filosofia, ter evocado «*o loiro Numem que bafeja os vates*» para o elogio do conde.

Outros, como Borges de Barros, gritavam-lhe:

E's verdadeiro Heroe, Noronha és grande

para logo vir de novo o reverendo pedir-lhe:

*O teu Retrato não, tua alma inteira
Que de lá vivos Lumes fulgurando
Adoram a Bahia que t'adora.*

Tambem appareceu, doce e calmo, um certo Procopio de Castro que começou:

Nuvens de incenso ao Deus eu ofereci

e logo veiu um homem da confiança dos revolucionarios que pindarisava

o heroi como um esmagador dos rebeldes pernambucanos. Chamava-se Paulo José de Melo Azevedo e Brito, era fidalgo cavaleiro, cumprimentava com garbo «sua excellencia e a Companhia» para lhe dizer estas cousas extranhas, de quem abdica do ser para rastejar:

*Sagrada liberdade, aqui tu reinas
 Não essa liberdade que sem freio
 Os mais santos direitos atropela
 E os homens põe em fim a par de fêras
 Quando o lethal contagio (oh! dôr) grassava
 Entre os de Pernambuco filhos reprobos
 Veloz, qual raio, meu Heroi, tu viste
 Banhado da Patria em Santo fogo
 Huma carreira após ele impenetravel
 Repentinas Phalanges levantando*

Despejara aqueles louvores sorridente, amavel, condenatorio para os rebeldes «a par de feros» e cedia o estrado a outro que do mesmo modo elevava aos ceus o antigo vice-rei.

Iniciou-se logo a parte prosaica da festividade; cincoenta creados, dirigidos por vinte e quatro mestre de cerimoniaes, serviram refrescos e bolos, uma Dona Maria Jourdan tocou piano, um alleres filho de Felisberto Brant, soprou frauta e logo se dançaram gavotas, valsas e contradanças, «no seu brilhante enredo». Seguirá-se a portentosa ceia, entrou-se pela madrugada bebendo e ao som da orquestra, em brados, de copos em punho, após a saudação ao rei e sua real familia, começou-se a cantar, depois de dar tres vivas ao excellentissimo conde:

*Bravo Batanos
 Em toda a idade
 Tereis por mote
 Fidelidade*

Rompia a manhã quando acabou o banquete e a consagração. Deviam piscar-se os olhos ante o sol, e ante tanto deslumbramento.

Regressavam as tropas da pacificação e as alegrias continuavam. Virham tambem as sumacas, bergantins, escunas e galeras que tinham servido gratuitamente no bloqueio: a *Espirito Santo*, a *Mercurio*, o *Audaz*, o *S. Sebastião Voador*, a *S. Antonio Diligente*, a *Conceição*, a *Pegazo*, a *Piedade*, a *Carolina*, a *S. Antonio Distinctivo*, o *Bomfim*, o *Bom Jesus d'Alem*, a *Amphitrite*, a *Foguete*, a *Esperança de Fortuna*, a *Americana Portuguesa*, a *Oriente*, a *Providencia*, a *S. José*, e outras,

algumas pertencentes a maçons salvos com a sua cedencia, não tendo sido perseguidos e os quais, agradecidos, deviam ser dos contribuintes do donativo. Nem sequer, o conde, lhes fizera sentir o seu partidarismo.

No Rio de Janeiro era aclamado também o restaurador da ordem e o rei recebia no rôsto as baforadas dos subditos embriagados de civismo e radiantes. No teatro, mal se escutou a representação da *Mulher inimiga do seu sexo*; todos os sentidos eram poucos para o hino real dezenas de vezes tocado. Chegara-se ao desvario quando um dos artistas mesurou no proscenio a declamar:

*Pelo melhor dos Reis, o Pai da Patria
Quem hade recusar o sangue e a vida?*

Os gazeteiros concluíam assim a narrativa da apoteose:

«O ceu ajudava este festejo com a noite mais serena e seria o desejo de todos, que ela nunca terminasse».

Já se vê que não podia haver nuvens na côrte com tão esplendorosas abobodas celestes.

As antecamaras se não cessaram de cochichar ao menos deviam dar uma tregua aos enredos, naturalmente breve, mas em todo o caso uma folga.

Toda a gente saudava o pacificador e o primo, conde de Cavaleiros, estribeiro mór da casa da rainha, mandava-lhe as vinte linhas de parabens que o deixou talvez, admirado.

Aceite V. Ex.^a muitos parabens e mil cumprimentos da Prima Cavalleiros.

Meu querido primo e amigo do C. ? já por Luiz Paulino (*) te mandei dizer as muitas couzas obrigantes que Sua Magestade teve a bondade de me dizer a teu respeito, pello q. tres vezes tive a honra de lhe beijar A Real Mão, depois tive o gosto de te escrever dando-te os parabens de tudo, e por tudo, sim, por fazeres tudo com tanto acerto q. Luiz Paulino era ajudante de ordens de Luiz do Rego mereceste a aprovação de S. M., e depois porque o Mesmo Senhor se dignou de t-o segurar do seu proprio Punho: logo que recebi a tua carta (q. muito me obrigou a tua lembrança, e ta mereço sem duvida nenhuma) fui logo á Chacara apresentalo a Sua Magestade e lhe beigei a Mão da tua, e da minha parte que muito agradeceu, em fim muito te queria dizer mas fica para a vista; ao Principe D. Pedro igualmente está muito obrigado, e finalmente todos te fazem a justiça que mereces, do interesse e ami-

zaõ q. todos d'esta casa tem manifestado por ti; a alguns parentes, e amigos q. forão na Divisão pedi te decem muitos abraços da minha parte, em quanto não posso ter o gosto de o fazer pessoalmente como muito o deseja o teu

Primo e amigo do C.
Gregorio

Do Primo Marialva tive muito boas noticias.

De tudo aquilo interessa-lo-ia muito o saber como radiara o herdeiro do trono cuja amisade desveladamente sempre procurara e agora mais, do que nunca, quereria deixar de cultivar.

Emquanto ao Marialva esse era o grande senhor que deslumbrara Viena com as suas festas (*) ao ir buscar a noiva de D. Pedro, como o heroi fascinara o Brasil na sua acção audaz, rapida e triumphal.

Tomaz Antonio de Vila Nova não pudera tambem deixar de aceitar o logar no govêrno que D. João VI lhe oferecia. O conde da Barca e o Beserra tinham deixado vagas e o rei, sem ministros apelava, para o seu valido a dizer-lhe que não tinha já o direito de recusar.

Era então o senhor de todas as pastas, quasi um soberano, esse homem modesto de casaca de briche, lenço de Alcoçaba na mão e grande caixa de rapé, em prata, enrolada no assoadouro. Queria crear um Brasil novo, trabalhar os seus postos, realisar o que fizera só na Baía o antigo vice-rei, cargo que êle occupava agora, embora ao lado do soberano, a nomear o outro tambem do conselho de estado. Dava-se-lhe uma pasta singularmente sem importancia; ficava titular da marinha e do ultramar a dirigir do Rio Janeiro os barcos de Portugal e os incommensuraveis dominios á metrople pertencentes.

Emfim, era uma maneira de o trazer para junto do rei, de lhe premiar, embora com menos valores, os serviços prestados, tudo quanto fizera, uma forma de o ter ali, mais ou menos, à mão com o seu prestigio e as suas luzes, não o deixando apossar-se muito mais do espirito dos bañanos que o enchem de homenagens e de contos de reis.

Tomara-se duma grande clemencia, o capitão general, após os castigos; quizera consertir em melhorar a sorte dos encarcerados das formidaveis levas que o juiz da alçada de Pernambuco continuava a despejar nos fortes da provincia. As freiras tinham-se encarregado de dar de comer aos reclusos, cada uma tomava seu revolucionario como afilhado e sem a treva da prisão, sem a aglomeração dos detritos em montes, sen-

(*) (Ver *Independencia do Brasil* do mesmo autor.)

tir-se-ia o beneficio daquelas mãos de mulheres como alguma cousa de caricioso, de suave, a fazer sonhar, ao mesmo tempo, em amores profanos.

O grande confidente do soberano acudiu a dizer-lhe como os cariocas tinham exultado pela sua entrada no ministerio, todo grave, muito polido, sabendo já que governaria sosinho.

Tive a honra de expedir a V. Ex.^a a participação da escolha que Sua Magestade fez de V. Ex.^a para o ministerio, coisa tambem mercida por V. Ex.^a e tão apetevida pelos habitantes desta Capital; e por isso me considero com direito de dar a V. Ex.^a os parabens, e rogar-lhe o favor da sua amizade, oferecendo-me em todo ao serviço de V. Ex.^a;

Congratulo tambem a V. Ex.^a pela gloria que se tem adquerido nesta expedição de Pernambuco; e da Segurança em que deichou uma tão importante Capitania ao senhor Conde da Palma: Pondo toda a delegencia em procurar os meios d'elle ir depressa para esse Governo para que V. Ex.^a não tenha demora na sua jornada para a Côrte; e que todos desejam e em que eu tenho maior interesse: No entretanto estarei pronto a obedecer a V. Ex.^a o mesmo a seguir qualquer insinuação sobre os objectos da Marinha queira dar-me.

Seu com toda a consideração e respeito de V. Ex.^a muito respeitador obrigado e criado

Thomaz Antonio de Villanova Portugal

Rio de Janeiro 16 de Julho de 1817

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Conde dos Arcos

Ia ser instalado em seu lugar D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma o qual deixava a capitania S. Paulo pela da Baía.

Pertencia à grande casa de Obidos e Sabugal e por sua ascendencia tinha grandes prosapias no Brasil onde o primeiro senhor do titulo governara.

Seu irmão, o celebre Conde do Sabugal, estava, a esse tempo, desterrado na Ilha de S. Miguel por ter servido com os franceses à ordem da regencia do reino a qual condenara agora o brilhante ajudante de ordens d'Oudinot, condecorado, pelo proprio Napoleão, em Wagram.

Corria de salão em salão a fama do seu espirito; era galanteador, conversava com brilho, seduzia as mulheres, fasia versos, entrava em

batalhas e satirizava os políticos. Não precisava mais nada para ser o mais feliz dos homens ao amanhecer e o mais desditoso ao cair no leito, para socegar. Fizera pelo menos meia dúzia de adversários, preparara outros tantos invejosos e alguns inimigos para quando o amor terminasse. Naquele tempo, porém, não devia ser muito maltratado pelos políticos, todos entregues a mandar ao cadafalso, entre outros, o illustre companheiro do conde, Gomes Freire, justicado como da repercussão da revolta de Pernambuco, que se julgara fomentada em grande parte em Lisboa. (*)

Tinham uma singular maneira de cohenestar os seus delictos os senhores governadores do reino, em nome de ellei D. João VI.

Causara muita impressão a saída do Arcos da Baía. Ele, porém, já satisfeito, contente de voltar á côrte, ao cabo duma ausencia de sete duros anos, que foram os melhores da sua vida.

Tinha uma distincção de familia o novo ministro de D. João VI; sempre dos Marialvas se rezara muito em donaire e brilhos de salão tanto como no curveteiro de galanteria.

A côrte, onde já chegar a noiva do principe D. Pedro, continuava a ser igual á da hora da entrada no Rio de Janeiro, com mais enredos, mesquinhas e etiquetas.

A rainha morrera; o infante D. Pedro Carlos tambem repouzava no seu jazigo, mandado vir de Lisboa, Carlota Joaquina, desiludida do seu imperio das Americas, não deixava de maldizer os ministros, agora, sobretudo, que o seu grande adversario se apossara do poder.

Jamais a esposa de D. João VI pudera amar aquelle dedicado vigilante do marido a quem attribuia grande parte da descoberta da conspiração de 1805. na qual esperava muito da Hespanha e a sua subida á regencia deixando o deposito no palacio de Vila Viçosa em cujo ambito era então corregedor o potentado de hoje.

Odiava-o com o sentido prescrutante das histericas que parecem adivinhar os menores passos do inimigo; nem o queria vêr, até lhe preferia os tão mal queridos Lobatos.

Era esse o senhor e ministro de todas as pastas á excepção da marinha e ultramar, pois apesar de nomeado para os estrangeiros o conde de Palmella não se decidia a largar de Londres, talvez conturbado por deixar os seus habitos elegantes e ir habitar no paiz distante pouco interessante para os seus sonhos de poderio. Ele o que queria era o soberano em Lisboa embora deixasse o principe herdeiro no Brazil.

Com esse entendenda-se melhor a rainha; fôra um seu delegado em Hespanha, servira-a no instincto admiravel de não crear uma furibunda

(*) Na *Independencia do Brazil*, descreve-se a conspiração e seus meandros.

inimiga. Palmela, educado pelos italianos da igreja, guardava em si alguma coisa de suave e de penetrante, de disfarçado e de activo; uns nervos calmos de reflectido, escondendo um vulcão de ambições.

Mas como o conde não chegava, na côrte só dominava o ministro favorito, sem grandeza, sem pompa, muito humilde, lembrando mais um creado do que um vice-rei, alcachinado, de boa sombra.

Vivia muito aterrado, num grande medo dos pedreiros livres e, depois da conspiração pernambucana, e da descoberta do trama de Lisboa, afogado em sangueira, decretava do Brasil para o reino penas terríveis para os acusados de entrarem em Lojas, Clubs, Sociedades ou Comitês.

Pois a soberana — toda inimiga dos maçons, mal sabendo que um dos seus filhos mergulharia na seita — nem tal medida aprovava.

Ela nem aparecia nas funçanatas e o povo já não extranhava a sua ausencia. Recebia o corpo diplomatico por desfazio, interessando-se muito pelas intrigas, os amores, as scenas travessas das legações, gostava de saber quem se amoriscava das senhoras estrangeiras, que paravam nas audiencias, passeava na chacára e fechava-se por dentro, cada vez que lhe annunciavam regosijo nacional em honra de el-rei.

Adoecia logo e era bem capaz — a enervada — de sentir as picadas, as dôres, ás vogadcs, as pontadas que annunciava aos medicos por desdenha-los e preferir aos da sciencia os remedios caseiros: a herva cidreira, a macela, um ladrilho quente no estomago ou no ventre, embrulhado numa baeta.

Uma vez, no dia do nome do rei, inaugurou-se em Santa Ana um chafariz de vinte e duas bicas das quais golfava a agua fresca e pura do Maracanã e do Audarabri canalizadas da lonjura de duas leguas.

Deixava a perder de vista as abundancias da fonte da Carióca e, á noite, os lampiões, as tochas, as tijelinhas e copos coloridos, com os seus pavios molhados em cebo, tingiam vivamente os caudais e divertiam o povoleu enusiasmado com tanta generosidade do soberano em lhes mandarem servir o liquido dos rios distantes.

Pois nem a solenidade de tanta monta — tampoco ao teatro — Carlota Joaquina comparecera indiferentando-se até ao baile serio — pantomima em que esperneava o celebrado dançarino Luís Lacombe.

Não havia forma de a captivar, de a prender; vivia muito desgostosa, querendo dominar e sofrendo por não ser mais do que vassala. Desconfiava de tudo; olharia tambem do mesmo modo o conde dos Arcos, tornado ministro do odiado rei.

O Brasil, porém, não era apenas aquella côrte nem tampouco aqueles vencidos que, no fundo da cadeia penavam, iam expiando as culpas.

Uma grandiosa força e uma intensa corrente civilisadora passava

sobre os seus destinos para os definir e solidificar como a lava metamorfica doseando os sedimentos e gerando os rochedos sobre os quais se edificam poderosos castelos, solares e fabricas magestosas.

Se houvera quem chamasse loucura ao arrebatamento pernambucano tambem a ideia daqueles idealistas metidos nas fortalezas ameaçava gerar, nas indoles bondosas dum povo que tinha sangue português, uma irritação vizinha da revolta. Pois que tinham eles feito mais do que pretender uma egualdade de direitos entre os nascidos nessa patria e os vindos de longe, como naufragos, para na tomadia se comprazerem? Não fôra obra de loucos ou de ambiciosos a revolução de Pernambuco, porém um brado justo a que não deviam ser indiferentes nos brasileiros. Eis o que diziam já de animo feito, convencido, forte.

Para demais, Paraíba e Rio Grande do Norte tambem proviem-os nos carcereiros já governados pelo conde da Palma, com a sua mocidade generosa, os seus militares vencidos, os seus pensadores reduzidos a escumalha. Ah! não; o resto do país não podia indiferentiar-se diante do sucedido. Passavam-se de bôca em bôca, ao começo a medo, depois em tom mais alto, os protestos; contavam-se os prisioneiros e as suas qualidades, diziam-se os seus titulos: capitães môres, de Vila de Arez e Vila Flôr, e de Porto Alegre, coroneis, ouvidores, sacerdotes, senhoras como Barbosa de Alencar do Ceará, e a irmã do padre Miguelinho. Não eram os pés frescos dos cais, os escravos, os parias. E isso causava impressão e tanta que Tomaz Antonio insistira com o rei para dar um perdão a alguns no dia da sua aclamação de soberano do Brasil.

Resistira tanto quanto pudera, o monarca, porque vivia alanceado e receoso. Aquella revolta longinqua, abafada pelo conde dos Arcos, ainda o fazia tremer, mas o valido teimava, invocava razões, até supplicava e, só então, D. João assinou a Carta Regia mas apenas para gente de pouca monta, nunca para os cabecilhas.

Procurara-se soltar egual numero em diversas provincias e tinham influido os empenhos; libertavam-se alguns padres, alferes, cirurgiões, sargentada, sobretudo recomendados. No meio deles aparecia um corone de milicias, Bento José da Costa, comerciante. Era o pai da viuva de Domingos José Martins; o ouvidor que não dera a denuncia, Afonso Ferreira, tambem recebia a graça, aqui e ali um Cavalcante surgia como um alarme com um parente do morgado do Cabo; e o resto não passavam de impressores como o Pinches, que computera proclamação, um mestre regio dos filhos dum capitão mór do Olinda, um musico, algum desgraçado com alcunha, um pardo e eis tudo.

Advinhava-se atravez da lista, as pressões, os pedidos, as influencias empregadas para lançar para a liberdade aqueles enclausurados.

D. João VI tinha o admiravel instincto dum homem sofredor e re-

servado. Aquela gente solta constituiria o rastilho de novas perturbações. Podia-se continuar a devassa e ela levaria mais dois anos.

Entretanto desenvolvia-se um poder novo e diante desse nenhum óbice se levantaria. Vivia no misterio e alastrava; perturbava as almas e fazia adeptos. Eram as sociedades secretas, já não com o ar ingenuo das academias e assembleias das vilarias e engenhos mas organisadas no proprio coração da côrte. Uns iam filiar-se por ancias de combate, outros atraídos pelas ideias novas, tambem apareciam alguns por curiosidade e chegavam a pertencer-lhes até gentis-homens de el-rei.

Levedava a vida brasileira; um despertamento vinha tomando não só os nacionais mas até portuguezes amantes da nova situação criada e, enquanto uns procuravam conduzir tudo revolucionariamente, havia quem meditasse calmamente.

Senhor dessa ideia, vinda dum comodismo e dum horror á Europa, onde se guilhotinavam os reis e um soldado de genio pudera aluir tro-nos em proveito do seu, estava o proprio soberano.

Mal lhe importava já Portugal com as suas fixas, as suas aspirações, os seus destemperos. Se uma saudade de Maíra o tolhia, haustava mais o ar de S. Christovão.

Em Lisboa, depois de faserem sentir a Sua Magestade a necessidade da sua presença, entravam a pensar noutras medidas, numa forma rapida de liquidar tal estado de coisas. Não se podia ficar toda a vida com uma regencia brutal, sob a tutela dum *captain* britanico de mau sorriso e de verdasca na mão.

Cochichava-se que se alçaria rei o duque de Cadaval e que a mãe, pertencente á casa de Luxemburgo, formosa, de educação franceza, toda se dedicava a esse passo, e que o tio, capitão das guardas de Luiz XVIII, preparava o golpe. Fôra um amigo de Gomes Freire e talvez se tratasse em fazer o ataque aos «senhores do Rocio» — aos da governança — ao general nalgumas das balizas que corriam acerca de se pretender dar novo rei a Portugal ante aquele apego do monarca do Brazil. Começou-se a dizer tornar-se a antiga metropole em colonia; ser já uma chacara de que se procurava apenas o senhorio, num ciume vasto e em razões peremptorias.

Em todo o caso não era bem assim. Os portuguezes continuavam com as suas exigencias no lugar do asilo, impavidos, pedantes, á laia de conquistadores, malbaratando as boas intenções do rei, querendo para si as feiras, os privilegios. Os militares, acolhidos nas fileiras, sentiam-se marchais em comparação com os nativos; desdenhavam-nos, falavam em rompantes, das batalhas contra os francezes, do Russilhão, de Saragoça, de Tolosa, tossindo forte, chasqueando das guerras brasilicas. Quasi não os cens deravam camaradas; desejavam comandá-los sempre e detê-los sempre nos baixos postos.

De tudo isto sahia inevitavelmente, a separação. O berço do patriotismo brasileiro teceu-se da intolerancia portugueza e o seu nativismo embalou-se na insuportavel supremacia que os da metropole lhes queriam impôr-lhe.

Por todas as provincias começava um movimento contra o portuguez embofiento, desderhoso, atoleimado. Havia-os, porém tambem amigos do Brazil, já tendo filhos nascidos no país ou ligados á sua terra, a fazer causa comum com os patriotas. Era este o grande e inevitavel movimento a produzir-se pela força da logica, em rasão dos acontecimentos.

O mesmo succedia com os portuguezes na sua terra, ao sentirem todos os poderes do estado, senão abasileirados, ao menos com séde no Rio de Janeiro.

Em volta de tudo isto, as ambições nos dois países, as audacias, os interesses, os politicos, as aspirações, uma grande ansia de colher o orvalho de liberdade, o qual pairava gotejante sobre alguns povos sufocados.

O Brazil queria-a como uma rega benefica para o seu desenvolvimento, uma agua pura para a sua séde de progresso, uma limpha para gerar, com as doçuras do seu gorgolejar, a seiva da nova nação.

Portugal, mas perto da França, imaginava essa sociedade como um alento á velha e decrepita arvore absolutista, pronta a reverdecer numa enxertia mais nobre; futurava-a como a fonte rejuvenescedora do velho país das conquistas e bem capaz de dar consistencia ás naus e as almas apodrecidas.

Pensava-se assim, em 1818, quando já se tramava a revolução do Porto, nas sombras da noite, cautelosamente, não fossem erguer-se as forcas e perder-se aquelle sonho nalgum oceano vermelho de sangue e negro do fumo dos patibulos cimentados com as cinzas dos suppliciados.

Do mesmo modo se espalhava no Brazil o sentimento patrio. Era de dentro das cadeias que sahia, embeira em nevoa ainda, uma nova audacia como se o bafo das primeiras formasse um doce halo de esperanças.

D. João VI de todo se decidia a ficar no Brazil; intensamente o amava, lhe queria. A sua eterna vontade de socego satisfasia-se ali; e, depois, mandava sosinho, tinha ao lado, para os conselhos, a Tomaz Antonio; Palmela — esse assustava-o com os seus modernismos — estava, felizmente, longe e o conde dos Arcos, o herói, o restaurador, o semi-deus, do ano anterior nem sequer era ouvido nos planos da guerra de Montevidéu.

Descera, por consequencia, e, no seu animo ferido, devia existir o desejo de voltar atraz, ao tempo em que os patriotas pernambucanos tinham erguido a sua bandeira de revolta cuja ressaca o tornava como um madeiro ao apodrecer nos vagalhões.

CAPITULO V

O CONDE DOS ARCOS E O PRINCIPE D. PEDRO

O herdeiro da corôa — Os seus amigos — Tendencias liberais dum principe — Os presentes do governador da Baía — Turbulencias e amores — O casamento de Sua Alteza — Baptisado de D. Maria da Gloria — Thomaz Antonio e o Conde dos Arcos — Carlota Joaquina e os seus planos — Palmela no Rio de Janeiro

D Maria José do Rego Matos era a professora de D. Pedro e tratava, com respeito, mas por companheiro, o conde dos Arcos. Ela, quando sua Alteza ainda não fizera quinze anos, escrevia-lhe muito para a Baía, enquanto o herdeiro de trono se desenvolvia nos exercicios equestres, mais que nos da ortografia. A mestra epistolava, a miudo ao governador em pedidos e em cortezas:

Meu estimavel Companheiro Snr. da minha veneração e respeito.

Como tenho portador para essa Cidade não sofre a amisade que devo a V. Ex.^a deixar de buscar por este modo as suas noticias estimando sejam de que passe com saude e desejando-lhe as maiores felicidades; eu tenho passado sempre doente e minhas irmãs, esta tem sido a causa de que a mais tempo não tenha cumprido com o dever lhe dar o sentimento da morte da sua sobrinha que lhe havia de ser muito sensível assim como a todos nesta terra sem embargo de

não haverem as razões que V. Ex.^a existem mas elas se fazia amavel e por tanto ainda que havia pouco tempo do seu conhecimento foi sentida como merecia as suas boas qualidades e merecimentos. Aceite V. Ex.^a de mim e minhas irmãs os mais respeitosos cumprimentos, a este respeito; estimarei que V. E.^a continue a passar bem e a todos os cariocas que tiver de buscar noticias de V. E.^a não deixarei de o fazer.

Com aquella amizade e respeito de

Companheira muito obrigada
Maria Geneveva do Rego e Matos

Paço do Rio de Janeiro 7 de Julho de 1814.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conde dos Arcos.

Tendo apenas nove anos tinham querido nomear a real criança condestavel e fazel-o embarcar para o Brazil, levando a aia e mais uns camaristas e até, bem se lembrava ainda, fôra dada ordem para aprontar a esquadra, a qual voltaria deixando a familia no reino á espera dos soldados francezes.

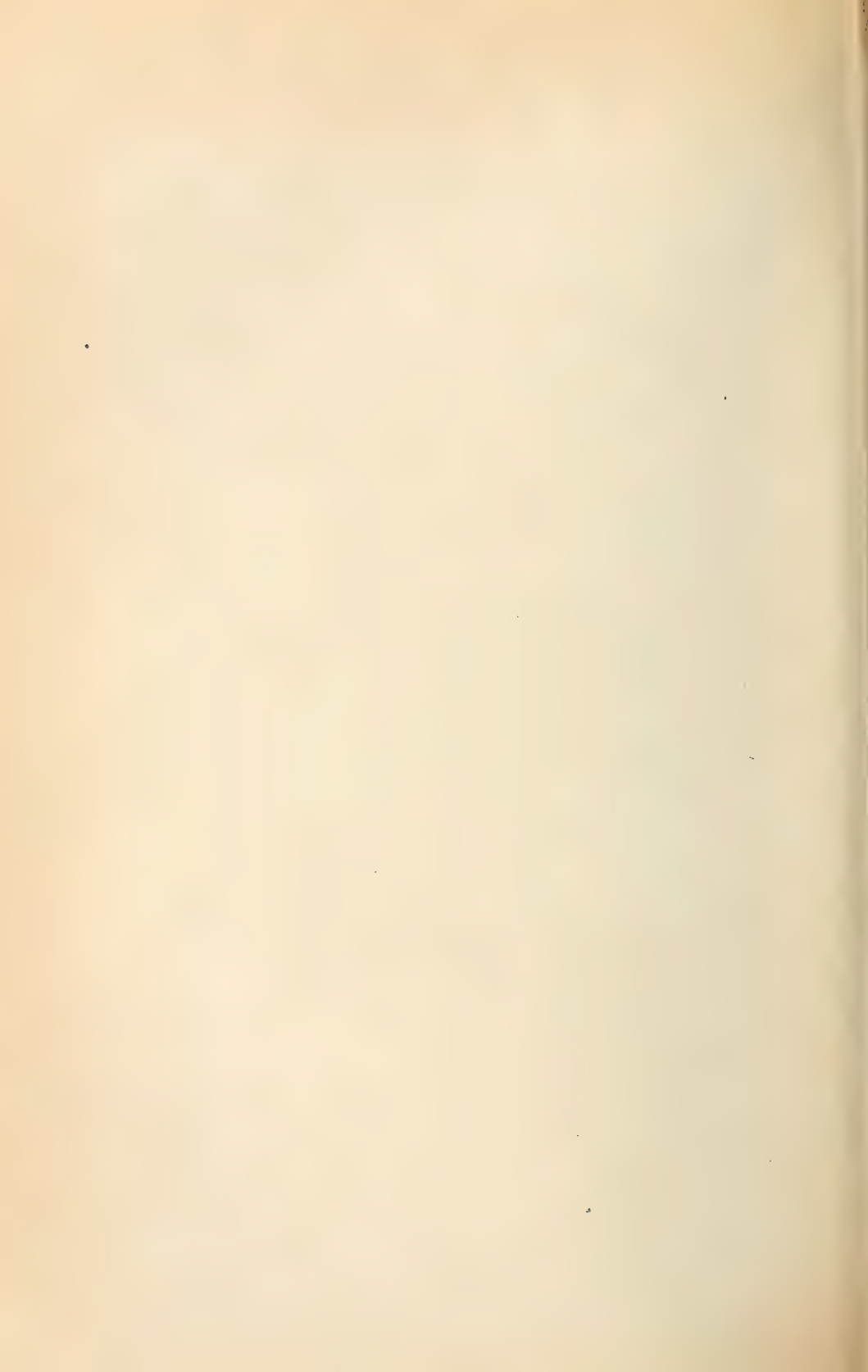
Seria lá entregue ao conde dos Arcos, então vice-rei, e muito se esperara dessa ideia de Tomaz Antonio de Vilanova Portugal.

Não largara nesse baldão da neu mas noutro peor, o daquela precepitada partida que o regente pretendera, até à ultima, evitar, com tanto afan como agora punha em ficar no Brazil.

Entregue a Montaury e a D. Maria de Matos, começara os estudos, o principe da Beira, preferindo-lhes, todavia, as grandes cousas balburdientas. A seu lado, dominando-o com o saber e a bondade, estava tambem fr. Antonio Arrabido, porém era no regaço da mestra que se fa acolher o pequeno principe que via a mãe sempre apressada, bulhenta, dando safanões nas servas e beijocando apenas o filho mais pequeno, D. Miguel.

Carlota Joaquina não era má mas historica impulsiva. Se não perdoava aos politicos, que lhe perturbavam os sonhos ambiciosos, jamais castigara um creada que não lhe desse de seguida uma recompensa. Tinha muito dó da pobreza e um rancor profundo aos que a contrariavam e, como só pessoas de alto favor ou posição a tanto se atreviam, não sentia raivas contra o povo. Comprazia-se, até, em o ouvir; convivia com ele, mondonga, de saias sujas, mal penteada, rezando, embruxando, muito crendeira, supersticiosa, aciganada, deixando tudo por uma intriga e não tendo medo de cousa alguma.





Dedicadíssima ás filhas, castigava-as de chinelo como uma mulher da rua; verdascava o proprio D. Miguel, fazia carranca a D. Pedro que nunca sentia em volta as suas mãos e os seus olhares senão em abanões ou em zangas.

Não lhe queria mal mas preferia-lhe o outro, o infante o menino Isaac, e isso influia tão pouco no animo do mais velho que o ensinava a montar, a tratar dos cavalos, a guiar carros, a aparelhar as alimarias que conhecia como um alquilador, sobretudo desde a sua andata à vontade pelas cavalações e potris.

D. Pedro tinha caracteristica; não era um ser maleavel antes personalismo, até originalidade. Epileptico, por vezes com ataques, sua alteza, vivia de impetos e se agora fazia mal logo o procurava reparar; não perdoava — exactamente como a mãe — aos politicos senão por fingimento, mas isso mesmo raras vezes, porque preferia falar-lhes claro, impôr-se-lhes, afrontante antes de cair numa cendencia.

Cultivado o seu espirito mais ao acaso do que com regra, ia escrevendo com erros, lendo, aprendendo francês e mergulhava o latim em que o embebia o frei; prendia-se dias inteiros, quando se fartava das estrebarias, a estudar musica e cantava com a bela voz dos Braganças. Era uma tendencia hereditaria aquila das cantatas; vivia na familia a tradição do carinho com que cultivavam essa arte, sabia-se das composições de D. João IV, e do amor pelos grandes instrumentais que faziam delirar D. João VI. Na sala de Queluz D. Pedro viu, quando menino, pintadas num painel do tecto, todos os infantes emplumados, galantes, seguindo as lições de David Peres, o maestro insigne; sua tia, a princesa do Brasil, extasiava-o tocando cravo o seu pai deleitava-se, comprazia-se, gosava com os cantochões. Por sua vez o principe se dedicara à musica e não deixava de pedir a Marcos Portugal, ao começo mal visto na côrte, para lhe dar lições que seguia encantado. O rei chamara-o logo o musico, dera-lhe boa tença e honorarias. O compositor entoleitara-se e era um dos maiores fatuos da côrte.

Isso, porém, não servia para o feitio do herdeiro da corôa, o qual piparoteava o nariz dos filhos dos fidalgos que vinham ao beijamão mas, se acaso lhe faltavam em cat'goria os militares, sabia encara-los como um futuro chefe. De resto, mesmo quando fazia as suas travessuras, chicoteava os cavalos, empoleirava-se nos carros, guiando a quatro, ou pregava as ferraduras nas alimarias, mesmo fardado de capitão, e de comendas ao peito.

O irmão amava-o com grande admiração pelos prodigios de força e de dextreza que cauzam comções em certos infancias. Pretendia imita-los e auxiliava-o de boa mente, querendo sempre ser agradável ao mano Miguel.

Ninguem pretendia fazer dele um letrado mas safu um vorsejador porque no seu temperamento soldadesco havia tudo do portugûes, o im-

peto, a ternura, a paixão, a fatalidade, o desejo de vencer e também o de exprimir, duma maneira alta, os sentimentos que mais se entrecrocavam no seu espirito. Poetava, então, ou compunha hinos. De quando em quando iam encontra-lo ao torno cantando uma aria em grande entoação e acabava sempre por presentear com uma argola, uma bola, uma varinha arredondada quem o topava nos seus devaneios de marceneiro. Também traçava, com certo geito, desenhos que coloria e quasi sempre representavam navios ou soldados. Gostava das fardas vivas e inventava-as, era ele proprio quem limpava a espada de seu uso gostando de a ter muito afiada e jamais saía sem analisar bem a pita do chicote a estraleja-lo. Altivo, fascinador, tumultuoso, era também complacente, terno, contemporisador diante da razão. Se fazia mal queria logo remediar-lo a não ser quando topava um adversario de força.

Se lhe diziam ser perigoso galgar um muro, trepar a uma arvore, montar um cavallo, ele, de subito, fazia a proeza e ria sem alarde, demonstrando não ter medo. Creado à solta, vendo as façanhas dos creados fortes, queria sempre sobrepassa-los e se deparava com algum, mais li-songeiro, a fingir-se vencido, franzia o sobreolho e batia-lhe.

O principe exclamara, certa vez, para uma subserviente personagem:
— Trata-me como um homem!

Andava nos quatorze anos e já tinha as suas amizades e os seus cortejos mas sabia-os tratar, distinguir, aproveita-los como fazia com as femeas que se aproximavam das suas precoces necessidades de amor. Seria sempre um vioento nas paixões, impetuoso e fugaz, voluvel mas com um grande desejo das responsabilidades, querendo tudo ás claras. Não occultava o pensamento; avançava para os castigos como para o perigo, não hesitava em dizer na cara das pessoas o que pensava delas e, sendo muito teatral, amava as representações, as gloriolas, sonhava grandes emprezas, e cultivava certos affectos como a possibilidade de que lhe serviria mais tarde em seu conselho.

A professora D. Maria Matos devia manter no seu animo a admiração e o carinho pelo conde dos Arcos o qual o presenteava com pyrotechnias admiravelmente fabricadas nos maquinismos baianos. Então, o herdeiro do trono, contando apenas treze anos, gravemente agradecia:

«Rio de Janeiro 26 de setembro de 1811. Meu Conde, estimei a carta e o jogo q me mandou, e do q fico obrigado: desejando que o conde seja tão feliz como o meu affecto lhe appetite; e como nem sempre posso escrever-lhe a m.^a Maria fica auctorizada para o fazer em meu nome; queira o Conde ficar certo que sou seu Amigo

D. Pedro

Marca-se decerto a influencia do mestre na redacção da carta, mas o príncipe não a escreveria, se não sentisse pelo seu correspondente distante, pelo menos algumas simpatias, a qual de longe se alimentava sempre com lembranças, logo agradecidas :

« — 13 de Setembro de 1812. Meu Conde

Não sabe o prazer q. tive em ver letra sua, e em saber q. estava bom como eu tambem.

Agradeço o presente

*Este seu amo, e
amigo como homem e não como Príncipe. Pedro.»*

E' singularissima tal distincção feita por um garoto de quatorze anos, nascido dum tronco real dos mais antigos da Europa, habituado a sentir em volta a pompa e os respeitos, o ouvir dizer que os principes divergem do resto da humanidade. Bastar-lhe-iam as continencias, os soldados, as guardas dos archeiros, todos os uniformes bordados dos camaristas, os coches, os grandes titulos heraldicos, as corôas que enchiam os paços e todos os attributos da realza para cimentarem essa ideia da supremacia. Não a guardava, porém, e queria ser um cidadão investido, é certo, nas funcções reais e tendo que exercê-las. Nestes momentos a ninguem cedia o príncipe que queria ser apenas um homem e oferecia como tal a sua amisade ao grande governador da Baía.

D. Marcos de Noronha, na sua intelligencia e na sua natural ambição, devia muitas vezes pensar no que teria sucedido se, tivessem mandado esse filho do rei, com nove anos, para a sua beira, quando era vice-rei. Sabê-lo-ia captar pela amisade, pela ternura e pelo carinho, conduzi-lo-ia como um pequeno intelligente, capaz de aprender tudo, sendo, todavia, menos rebelde, do que se mostrava agora, em virtude da educação levada ao acaso em correrias, em aventuras, em desobediencias.

Teriam certamente governado ambos esse Brazil, no qual fôra vice-rei e cujo mando lhe caíra das mãos com a chegada da realza e da côrte.

Toda a sua larga obra feita na Baía, sob os seus olhos e devida á sua acção, já estaria realisada nas outras provincias e um grande imperio, no qual seria o conselheiro, o mentor, o valido dum joven rei — nasceria da sua vontade, do seu talento e da sua forte energia.

Creado numa balburdia, o futuro soberano, não sabia se lhe seria mais facil ou mais dilicil o papel que fatalmente lhe devia caber porque

arredado pelos conselheiros do pai, decerto seria o privado, o particular amigo, o íntimo do filho.

Fôra sempre assim nas côrtes. O conde dos Arcos raciocinava como um politico bom leitor da historia e comprasia-se, cada vez mais, nas suas relações com o indicado sucessor de D. João VI.

De quando em quando, a professora, sua amiga, decerto a sua vigilante pela amisade do principe estouvado, escrevia-lhe. Chegava a pedir-lhe obsequios, nomeações, pelas quais a alteza, de dezaseis anos, se interessava.

O Principe da Beira nosso Augusto Amo e Senhor me manda escreva a V. Ex.^a da Sua parte para dizer-lhe que S. A. tem grande e empenho em que V. Ex.^a nomeie para huma das varas do Sivel ou Crime da Relação d'esta Cidade ao Dezembargador Henrique de Mello Coutinho de Vilhena por quem S. A. muito se interessa e como esta nomeação depende de V. Ex.^a tem S. A. a serteza de que ha de ser servido pela posse em que está de que V. Ex.^a em tudo lhe deseja dar gosto e S. A. tem muito em que este Ministro fique empregado no que lhe requeiro estimarei que V. Ex.^a faça este obsequio a Seu Amo que muito lh'o merece pelo que estima a V. Ex.^a e se recomenda desejando-lhe boa saude S. A. Continua a parecer bem só alguma coisa Magro mas muito crescido tem trabalhado muito na sua officina de Torno em que tem muito gosto principalmente em obras de madeira para que V. Ex.^a tem concorrido com as lindas amostras que lhe mandou tenho dado a V. Ex.^a as ordens de Seu Amo tenho-lhe dado noticias da sua preciosa saude e divertimento e fico a obediencia de V. Ex.^a Com o respeito da

Mais atenciosa Companheira
e mt.^o obrg.^a a V. Ex.^a
Maria Genoveva do Rego e Mattos

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. C. dos Arcos

Paço do R. de Janeiro, 7 de Julho de 1814

Trabalhava no banco e mandava-lhe tambem pedir das boas madeiras bañanas, numerando-as, segundo as amostras que o governador lhe enviava:

«Meu conde estimarei q. já esteja bcm. Agradeço muito as madeiras, e lhe digo q. mande as madeiras dos numeros que vão, 3. 4. 9.

14. 18. 21. 29. 63. 69. 76. 96. 104. 109. 110. 112. *E se tiver Gonçalo Alves mande um bocado. Deste seu amo e amigo D. Pedro. P. S. Agradeço o lindo Boldrié.»*

Desta maneira se foi entretendo a correspondencia com o herdeiro do trono até á hora em que ele delirou ante a acção do seu amigo a dominar a revolta de Pernambuco.

Devia causar funda impressão aos seus dezanove anos, já de boas atitudes, aquele homem activo, soldado e administrador a um tempo, dominando os rebeldes que lhe queriam cercear a herança.

La casar-se no ano seguinte: já tinham partido os emissarios para Viena a buscar a sua noiva e ele, aguardava-a sem impaciencia.

Prendera-se em feitiços de amôr, o principe, não só com as mocambas do paço mas tambem com senhoras de mais categoria; não lhes guardava, porem, nenhuma afeição, apetezia o fruto e ia colhê-lo, de impeto, onde calhava. Conta-se que entrando em casa duma menina, à qual requestara, ao vê-la ceder no primeiro encontro logo a desdenhara; os pais de familia vigiavam as filhas com cuidados e quando lhe tolhiam os passos ele não deixava de fazer a sua partida agarotada. A uma que tinha medo das linguas do mundo, responhia o principe deitando a lingua de fóra cada vez que a encontrava.

Jamais D. Pedro se coibia de procurar o prazer onde o topava e se lho faziam partilhar floria bondades, carinhos, ternuras, embora todas, rapidas, fugazes. A maior parte das vezes aborrecia-se logo, fugia, deixava-as desamadas em desolação, se lhe queriam, ou em pasmo se apenas a curiosidade ou o interesse as rendera.

Demorava-se mais num derrete com mademoiselle Noemia, bailarina francesa, após um sortimento de amazias de todos os países arribadas à ventura ao Rio de Janeiro. E' que a piruetista fizera-o conhecer os pródomos da paternidade, apparecera grávida, e isso ligara o principe e levara-o a interessar-se de amago pelo primeiro vagido da criança gerada no ventre da formosa e esbelta dançarina.

Mas ía chegar a noiva e, não seria galante aguarda-la com um delirio de paternidade ilegítima.

De resto, mal quadrava à sua tradição de gentileza não apreciar a filha dum imperador, vinda de tão longe para partilhar da sua vida. Conheceu-a na tolda alcatifada da nau, diante das aguas do Guanabara e beijou-lhe a mão. Era a austriaca típica, loira, de olhos azuis claros, a face córada, rosetada em demasia, tendo o ar duma boneca de menina remediada, com canudinhos no cabelo e pés mal feitos. Apresentava-se de plumas, num tom de grande gala, para logo se demorar a olhar o mocetão dragonado, forte, de olhos brilhantes que a examinava,

livre já da etiqueta, como um ogre guloso de carne nova, de boa origem, virgem, e duma raça real.

Quando a Capital, num deslumbramento, fuzilou polycromias e as tropas, em S. Cristovão, fizeram as ultimas continencias já os noivos se beijavam a caminho da Boa Vista. Três dias depois, na chegada do conde de Eltz, embaixador extraordinario austriaco, D. Pedro cantou uma aria, honrando, o enviado do sogro e parecendo agradecer-lhe, nos seus modos felizes, aquele noivado.

Ao cabo de três meses sabia que o filho da francesa morrerá à nascença e, depois de lhe ter mandado fazer funerais, quizera possuir o corpito embalsamado. A' mãe arrumara-a, casando-a com um militar ilheu descrupuloso, despachado logo, para junto de Luís do Rego com emprego remunerador e mais o dote que o avô real dera á concubina a titulo de enxoval, afóra a generosidade do principe: uma duzia de contos sacados a custo e a credito.

Houve precisão de confessar à princeza aquele desatino, os amóricos e os resultados, e, calma complacente, querendo mostrar-lhe o seu desapego pelo passado, ainda enviou uma joia aquella que tão querida fôra, antes dela, pelo seu marido. O feto, exposto no gabinete real, recordava sempre a falta e D. Pedro, encarando a mulher como pouco atreita e aziamentos ciosos, classificou-a como a passa culpas de todos os seus pecadilhos futuros e quiz-lhe com amizade, desejou ter dela rebentos legitimos para o trono e embora se afeiçoasse ao começo, ao seu encanto, que murcharia sob os calores, como uma camelia transplantada, nunca sentiu a paixão a devora-lo. Tinha-a ali, era sua; revelou-se-lhe e quiz que se lhe revelasse, exgotou a sensação e, com a sua volubilidade, entrou a procurar mais amores naqueles arroubos de cadete enamorado para os repelir, de seguida, numa brusquidão de enfastiado.

Ao começo ainda se contivera na chácara, nas sombras e nas fresquidões, à vontade, falando francês, aprendendo da noiva algumas palavras de alemão. D. Leopoldina ficara surpreendida da sua ignorancia em botanica, depois de lhe terem garantido o contrario, pois era grande colecionadora de folhas e de flôres, possuia um herbario, entrara já a dedicar-se aos estudos das borboletas variegadas, formosissimas do Brasil; lia novelas inglesas, relembrava convivios com sabios. Ele, se não se morria pela sciencia, não desconhecia as madeiras, trabalhava-as, mostrava as suas habilidades e acompanhava-a na caça como monteiro util, amavel.

Mal procurava luzir dotes gracios de amazona esbelta ao lado daquele gaúcho celebrado; escanchava-se no cavallo, a carabina no arção, o tricorne sobre o loiro desbotado dos cabelos. Adorava as galopadas,



espicaçava a montada, não tinha medos ridiculos e D. Pedro recordar-se-ia, talvez, de ter visto, na sua infancia, uma outra mulher assim enforquilhada, corajosa, de casaca verde e chapelhinho debruado a oiro, chicoteando o cavallo e correndo as lebres na real Tapada de Mafra.

Era a mãe que não amava a austriaca, ou antes, dela se desinteressava. Para que lhe dar affecto se não serviria aos seus planos, ás suas combinações, aos seus ardis, tornada uma coisa, um objecto do filho do minador, capaz de chorar de zelos mas sem energias, amolentada apesar das suas vertiginosas correrias, das suas galgadas furiosas nos campos de montarias, seguida pelos cães de colmilhos rijos?

Não se pareciam senão nesse fervor pela caça que a rainha de Portugal e Brasil levava ao maximo, para logo, conforme seu habito nos prazeres, o perder. A princesa, essa, afixava-o numa frenesi. Só nisso tinham comuns gostos; no resto divergiam, separavam-nas abismos fisicos e morais. Uma era a sombra palpitando pacifica, numa balada, vinda dum país de legendas e de gnomo; para se tishar na soalheira; a outra uma cigana ardente, amiga do ruido, da côr. do som, a viver no seu fogo como uma real salamandra.

Quazi ignorava a nota, achara-a presumida, subjectiva, desvoluntari-sada, mole cêra de chancelas para os dedos brutais masculinos, que esmagam ou poluem, e deixava-a, com os seus caracois, os seus roupões largos, queixosa do calor, a pele a abaçanar-se e a criar um pigmento caparrosado, desagradavel.

Durante o noivado, o conde dos Arcos apparecera a saudar o seu real amigo. Trazia-lhe, ainda, com presentes, a sua gloria, nova em folha e a ultima sagração da Baía. Os officiais da guarnição, conduzidos pelo seu pomposo brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, acorreram, de grande uniforme, luzidos, empenachados à despedida na sala vasta da capitania. Fôra lida uma mensagem na qual lhe chamavam: «*capitel, o mais belo ornamento da corporação*». A escolha dos termos architectonicos nem por isso minguara o reconhecimento do novo ministro, que, conforme narrava a *Idade de Oiro*, levantara «*huma voz de reconhecimento e doçura e fez soar, em laconico e jocundissimo estilo, os sentimentos do seu agradecido coração*». (*)

Nesse primeiro encontro, na quinta real talvez, pouco falassem do futuro, da politica. Sua alteza noivava; o amigo, premiado com a grã cruz da Conceição, deixava-o para ir agradecer ao rei mercê singular e nova.

Cifrava-se no seguinte:

«*Hey por bem faser mercê ao conde dos Arcos, ministro e Secre-*

(*) Apêndice Do.

tario de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, que o alqueire e meio de cevada que tem por dia com moradia do seu Fôro o haja em especie na Minha Real Cevadeira que se lhe pagará desde o dia 5 de Fevereiro do presente ano, em que chegou a esta côrte».

Um pouco adoentado, tambem pediu audiencia á rainha, e, após isto, seguira para a sua secretaria, a governar os dilatados dominios de Portugal como um titereiro movendo fantoches, distantes da sua mão, fugidos aos seus cordeis.

Bem melhor seria aquele governo da Baía, onde mandava sósinho. Quasi criara todos os seus progressos, lançara base de industrias, realisara melhoramentos, trabalhara o que lhe era defeso nesse lugar de secretario de estado, apagadamente a viver, a deixar perder-se sua gloria só para trazer ao lado da sege, chouteando, um correio de fato azul engalado de vermelho e de chapéu armado de oleado lúsidio.

Apetecer-lhe-ia sair daquela situação e sem duvida teria lançado para o principe os seus olhos, num grande desejo de vencer. Ele, porém, não era ouvido, não possuia senão cargos decorativos, não o chamavam aos conselhos onde o poderia guiar. Sumia-se na sua vida intima, agora mais cauteloso nas rapaziadas, todo encantado, ao cabo de dezasseis mezes de matrimonio, com o nascimento duma filhinha que se puzera a adorar. Tomava-a como uma boneca, e fazia-lhe meiguices, palavra, erguia-a, beijava-a ao vê-la mover as mãositas gordas muito alvas. Mas nem por isso arredou o feto do seu quarto de trabalho; apenas olhava com mais amizade a espoza franzindo o sobreceño aos seus ciúmes. Já os mostrara toda apaixonada, pelo marido, querendo disputá-lo ás outras, áquelas de quem se falava á boca pequena: uma cabocla de corpo estatual, uma donzelinha que o tentava, certa madama que o interessava tambem e ainda outras mulheres de ocasião das quais nem sempre obtinha airozas vitorias.

La baptisar-se a princezinha que era muito forte e loira; um amorsinho com covinhas nos braços e uns lindos olhos azues, rozea lactea, cercada de mimos e embruihada em rendas. Mais valeria um rapaz para a sucessão, mas a capital não lhe regateara as festas na cerimonia que se ordenara para 3 de maio, mez de Maria. O mesmo doce e suave nome foi dado á filha de D. Pedro, sagrada ao som dos canhões, pelo bispo, capelão mór, na pia da real capela, tendo-se destemperado a agua benta com outra morna trazida por ordenanças em jarros de prata. Assim determinara o barão de Alvaiazere, fisico mór, que quisera assistir e vêr a temperatura, não fosse apanhar friagem aquella linda pequenita, em honra da qual se punham colchas nas janelas e se acendiam, no adro da egreja, oitenta e sete lampêões. apesar da claridade do sol.

Reis de armas, passavantes, menestreis, charamelas, atabales, abriam

a marcha; seguia-os a guarda rial, a creadagem de librés ricas, o corregedor da Côrte e Casa, os grandes do reino cobertos, entre os quais se mostrava o conde dos Arcos. Depois apareciam os dignitarios de serviço, imponentes, com os symbolos, os apetrechos, as opulencias destinadas ao acto: Asseca com o massapão, o marquez de Torres Novas com a veste candida, o do Lavradio conduzindo o cirio de quatro ducações, a moeda mandada cunhar por D. Sebastião, á qual chamavam *Portugueza* e ia cravada em cruz na vela do batismo real.

As magestades eram os padrinhos da neta, da princeza da Beira, levada nos braços do conde da Louzã, o qual vestia opa roçagante de brocado branco e oiro. Ungiram-lhe as carninhas rosadas, no peito, nas costas, numa cerimonia, encharcaram-na de agua benta destemperada, fizeram cristã a D. Maria da Gloria, futura rainha de Portugal e Algarves.

O reino, como se lhe adivinhasse os destinos, celebrava-a com grandiosas festas. Santarem, tão visinho da capital, onde os sagiões farejavam conjuras, viu o seu juiz de fóra e os seus edis bailando diante dos Genios e das Famas mal pintadas em lonas, com versinhos enaltecidos, entrelaçados:

*De brancas rosas
Trazei capelas
De Pedro á filha,
Tagides belas*

Assistiram ao bailado mais de duzentas pessoas entre as quais cinquenta senhoras vestidas a rigor e que se levantaram ao ser descoberto, com vénias das personagens officiais e cortezias da assistencia, o retrato do rei, sabido amigo do Brasil, já esquecido de Portugal onde o celebravam:

*João da Patria he pai, he Rei clemente
Delicias, Gloria amor da Luza Gente*

No norte coubera a honra da maior celebração a Vila Real, onde troara a artilharia, por ordem do conde de Amarante, general das armas e cujo irmão andava de gorra com os do Synhedrio do Porto em cujo segredo se alimentava a revolução desagradavel para o soberano assim festejado nos versos dum poeta transmontano emuito engalanados em paineis azuloides:

*O Sexto João
O Centro da Paz
Por filhos e netos
Felizes nos faz*

Na vila de regio nome saudavam-no assim; nos logares da conjura pensavam em não querer a felicidade vinda dele atravez de filhos e netos. A ideia de o substituirem no trono pelo duque de Cadaval talvez não tivesse influido pouco para a saída do Brasil, senão do rei, que não o queria deixar, ao menos do filho indicado para a travessia e para o encargo.

Cadaval era, como todos os fidalgos do seu tempo, um estouvado em amores, senhor de prosapia e de maneiras rudes entre a população e gracil nas salas. Ele sobrepassava-os, porem, em garbos devendo as galanterias usuais à educação que lhe dera a mãe, francesa de sangue quasi real. Como se acudisse ao encontro dos boatos espalhados acerca da sua provavel ascensão ao trono, o duque desposara uma filha dos Lafões, da casa do reino que se lhe igualava e para mais se enlaçarem ainda esses dois florões regios, D. Segismundo Cadaval consorciava-se com a primogenita daquela familia. (*)

Juntavam assim duas estirpes reais e garantir deste modo uma solida sucessão à qual ninguém poderia dizer faltarem direitos pois eram dos parentes mais proximos dos Braganças.

Os duques casavam-se, os que, porventura neles pensavam para a realzeza continuavam a conspirar. O consorcio do herdeiro do titulo realisara-se em 1 de agosto; em 18 triunfava a revolta do Porto.

No Brasil ignorava-se a rebeldia. O govêrno trabalhava.

Não se podia negar-lhe falta de cuidado para com o país de asilo. A Baía fôra desenvolvida pelo conde dos Arcos, em Goitacazes limpavam-se os cinco rios e em quasi trinta legoas de bom terreno se faziam já as grandes culturas, cresciam as pastagens nos maninhos antigos, alargavam-se estradas e taihavam os novos caminhos para Minas desde S. Salvador até ao registo do rio da Pomba, quasi na foz do Paraíba.

Em Campos devastaram-se as florestas, bateram-se os indios, exgotaram-se os pantanos, lançaram-se mais de dezoito pontes desde S. Fidelis até ás aguas largas.

Durante o reinado de D. João VI, o emporio desentranhara-se em riquezas. Sobretudo contribuïam para a faciuidade do comercio as comunicações e agora ainda, quando o principe casara e Tomaz Antonio fôra empossado na governação as estradas continuavam a merecer atenções pois tinham sido reparadas as que levavam a Santa Cruz, Ilha dos Governadores, Macaco, S. Cristovão, bem como a da Cascata da Tijuca. A' policia se entregara o trabalho e ela cumprira-o magnificamente. Trabalhava, no momento, das calçadas e aterros desde a casa do conde de Cavaleiros até ao quartel de Sant'Ana e desde a residencia do conde dos Arcos, que ali ficava, até ao canto da mesma rua. Acabava-se o

(*) Ver a *Independencia do Brasil*.

aqueducto nas Larangeiras, edificavam-se mais fontes, refrescava-se o bairro de Catete enquanto o ministro supremo, sempre aterrado com os pedreiros livres e com os jornais, mandava *«que toda a pessoa de qualquer qualidade, e gradação que seja, que tiver em seu poder algum exemplar do referido Periodico com o titulo de «Campeão ou Amigo do Rei e do Povo» o vá entregar nesta cidade ao Ouvidor da Comarca dentro de sessenta dias»*.

Afirmava que, o papel *«visivelmente mostra o danado projecto de destruir a confiança que os passalos de Sua Magestade tem no seu govêrno e nos seus ministros»*.

Para que serviria ao idealizador do fomento brasileiro, aquela determinação? Assustava-se com letras e não sabia quem as propagandeava. Por muito que lidassem espíões e esculcas, se recrutassem observadores e vigilantes para os arranjos do intendente Paulo Viana e se engendrassem decretos, assaz difficil seria aniquillar os conspiradores existentes já em todas as camadas.

D. João VI tinha um grande bom senso e ao entrever as cousas que se passavam em Portugal não queria descara-las, apesar de Tomaz Vila Nova constantemente o azoinar com o definitivo estabelecimento da familia real no Brasil. Correria, porem, com largos visos de certa, a pretensão do Cadaval ao trono e o rei logo escrevera a Luís XVIII para deter as passadas do seu capitão das guardas, o duque de Luxemburgo, tio do grande senhor portuguez. Mandara chamar o conde dos Arcos e interrogara-o, ficara a escutar as verdades dos seus labios vindas de amigos, parentes, e de maritimos da travessia entre o Rio e Lisboa, gente de lingua solta que o informava a valer das amarguras, do mal estar, do azedume metropolitano.

O valido só apresentava ao soberano o horror das ideias fervilhantes na Europa, todo o perigo em ir cair no meio delas quem se salvara das garras dos franceses, desdenhava dos principios mas temia-os, e abria, diante de sua magestade, o mapa do Brasil, apontando com a unha as regiões opulentas, espalmava a mão sobre a imensidade do país, batucava com o dedo a matraquear nos pontos onde dizia o solo feracissimo:

Minas, a maravilha, Baía, o esplendor, Rio Grande, o maior dos futuros agricolas. E Pernambuco, Ceará, S. Paulo? Enchia assim de deslumbamentos o espirito do rei, eloquencias de convencido e de teimoso borbulhavam para serem logo torrentes mas mal voltava as costas, assaltava-se de duvida a alma do amigo e empuxavam-se em terrores os seus soliloquios. Então queria ouvir o outro ministro e boquiabria-se ante o caudal que tambem o vinha perturbar.

Mandava-o logo embora, repetia, assombradamente, que fosse escre-

ver aquilo tudo, e despachasse. pois se tratava de graves cousas, conforme lhe anunciava tão perentório, tão categorico e tão decisivo.

E ele ia de corrida, como quem se empenha em dar a comungar a salvação, trazia seus pareceres e esperava os resultados, satisfeito ao receber-lhe os bilhetes: *«estimo muito que continue a estar bem, pois estimo-o pelo bem que me serve»*.

Realmente, era dum leal servidor aquele relatório, onde prepassavam os males da nação e as prováveis receitas para os combater. Mostrava-a *«em estado de mais aflitiva penuria; assim o atestão cartas particulares e os ditos de todos os que de lá veem. Assim era de esperar, quando todos tiramos tudo quanto podemos de Portugal ha dose anos 'porque disso necessitamos no Brazil e ninguem manda do Brazil para Portugal senão a pequena quantidade de generos coloniaes que apenas chega para o consumo interior do país. Donde acudir aos portuguezes fieis em estado de desgraça he o mais sagrado dos deveres de VM. Mas acudir a Portugal sem com ele repartir a Fortuna, que dele mesmo se retirou a favor do Brazil, he o mesmo que pretender o que se sabe de certo que he impossivel conseguir»*.

Qual seria a solução? No descanso do seu canapé, junto do oratório, o monarca nas horas da sua sêsta, bem fechado e com o Magé de serviço, devia lêr o resto sobressaltadamente:

«Não se podia já restituir a Portugal o privilegio de ser o imperio exclusivo dos generos coloniaes d'onde defluio a inensa riqueza que o fez tão respeitavel». Havia, porém, uma vereda e era torná-lo *«o entreposto de todos os productos do Brazil, não só para principiar a entrar alguma vitalidade na nação, meia amortecida, mas tambem para preparar, e, por assim dizer, antecipar, facilidades que em qualquer futuro obveniente (?) podem vir a ser ampliadas e extremo uteis»*.

Lembrava, como sequencia logica de suas deducções, o acrescimo da exportação em navios de propriedade portugueza e o alivio dos direitos para os generos nacionaes nas alfandegas brazileiras.

«O infalivel destas medidas he ligar Portugal com o Brazil, o que decerto não se consegue com a Magna Carta da União nem se póde conseguir jámais a não ser com vinculos comerciaes».

O pensamento do estadista era toda uma analyse e todo um programa.

E' que ele bem sentia o desapego dos brazileiros expoliados e tambem relembrava a sua derrota, cada vez que pensava em limar as grades de separação entre os da metropole ávidos de bons lugares e a nativos preteridos. Tomaz de Vilanova amava o Brazil mas queria o grandioso, prospero, exuberante, a desentranhar-se em frutos de ouro, para se dividir em partes pouco iguais, em quinhões, por enquanto, ainda mais destinados aos da metropole que aos nativos.

Aquilo não poderia continuar e os rumores que chegavam dos propositos revolucionarios portuguezes, pareciam, como nos fenomenos sismicos das beiras dos mares, ecoarem já, numa vaguidão, para se transformarem, mais tarde, em estrepito.

Que a atenção real devia voltar-se um pouco para o lado da patria — affiançava o dos Arcos, com firmeza — para que «os portuguezes empobrecidos, jracos, na adversidade e saudosos de V. M. por quem darão o sangue, reconheçam — continuava ele — o amor do seu principe».

Viviam muito perto da agitada Hespanha e sem o auxilio de quem lhe competia zelar por seus interesses, lenitivar suas dôres, dulcificar suas amarguras, poderiam envolver-se no que chamava singularmente «o *Delirio Universal*», a revolução.

Daqui por diante não se detinha: «um baldão incalculavel do destino trouxe a familia real para o Brazil, outro baldão tambem a pôde restituir a Portugal; naquela casa tiveram os ministros de V. M. a mui agradavel ventura de assegurar a V. M. que encontraria no Brazil meios proporcionados ao esplendor do trono e ás despezas do Estado; mas se V. M. quizer voltar a Portugal teremos a desgostosissima obrigação de lhe observar que não tem V. M. meios de subsistencia em Portugal».

Não se mostrava peado diante do monarca, atirava-lhe as verdades em toda a sua dureza e deviam soar como calhaus incomodando uma grande preguiça, sobresaltando um delicioso bem estar, mas, ao mesmo tempo, despertando um pavor.

D. João VI, recebera o papel, passara-o logo ao confidente, naquele habito de não confiar só numa pessoa e não se convencer muito das suas faculdades de discernimento, todavia melhores que as da maioria dos seus familiares.

Horrisava-se de deliberar por sua conta este rei absoluto.

Ainda mal se compreenhiera do conteúdo do alnaço, já do reino chegavam ideias eguaes, supplicas dos senhores da regencia no mesmo sentido, e lord Beresford, vindo propositadamente, apparecia a narrar o sucedido, a falta de dinheiro, de generos, de proteção que se notava por todo o pais. Nem podia pagar à tropa: ia escasseando tambem a paciencia e, por ventura, a esperança.

Aquelas palavras, confirmadoras do parecer do conde dos Arcos, deviam alancear mais do que impelir à acção o animo real e tambem dar razão ao valido sempre a pintar-lhe os subditos em queixas, em clamores, na beira da revolta. O grande designio de Sua Magestade, a alta prudencia e o juizo de el-rei, lho aconselhavam, consistiria em fincar o seu sólio nesse belo emporio brasileiro, o qual seria, no rolar dos seculos, o mais fabuloso em riquezas, em proventos, em maravilhas de que aproveitaria a Casa de Bragança, sem ir meter-se naquele vespeiro

de além mar onde não havia ouro e os homens bulhavam constantemente.

Pois aquele marechal britânico, cuja clássica fleugma o tornara um tipo de frieza rude, estava ali narrando calamidades, como um simples tambor peninsular e allicto, e ainda se pensava em largar do socego, do meio do celeiro farto, para se correr uma aventura?! Quasi considerava o Brasil a metrópole e era exagero da sua paixão, na vertigem do seu idealismo, na sequência da sua perseverança, comprazia-se em dilacerar as razões do colega no ministério e a traçar um alvará exactamente contrario ao remedio aconselhado.

D'óra avante, em vez da descida dos direitos, aconselhado numa mésinha agradável, sobrecarregava-os em mais oito mil reis por pipa de vinho, aguardente e azeite estrangeiros mesmo fretados em barcos nacionais; retirava o privilegio do entrada livre, em certos portos do Brasil, aos productos da Companhia de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro e estendia-o a todos os que quizessem fornecer o mercado, o que aumentava os renditos visto o grande tributo a desembolsar.

O sai português não deixaria de ser onerado em oitenta reis por alqueire mas, como na terra de asilo não se produziam lãs, saragoças, bureis, era difficil a vulgarisação dos linhos, e os pescadores, arrancados à Ericeira, com largas promessas, ainda não enchiam de peixe os mercados brasileiros, isentava-se de pagamento a entrada daqueles panos, e tambem o atum, sardinha e pescado de conserva.

Desenvolviam-se imenso a industria dos cortumes; as grandes pastagens tinham nutrido gados de toda a especie; no interior das provincias traçava-se e preparava-se o pelame, exportava-se da Baía, de Pernambuco, da beira de agua e como se carecia da casca dos sobreiros para o fabrico da courama, cabedais e peles finas, grandes penas caberiam a quem a desviasse para o reino.

Gravemente o monarca aplaudira mas hesitara logo com a mesma gravidade, ao topar o conde dos Arcos. Então usando o seu melhor modo, D. João VI pediu-lhe mais largos conceitos e o ministro levou-lhos confessando *«empenhar em verdade o mais subido e interessante da minha vida por eles»*.

Nessa época em que se agitavam ideias, as suas não tinham o poder de extirpar o enquistado criterio de Tomaz Antonio, cada vez mais dedicado aos progressos do Brasil, receoso dos pedreiros livres e tambem mais metido no seu capote, segurando o lenço do tabaqueamento e a caixa bem atulhada de meio grosso.

Ante os propositos de Beresford indicara-se, embora vagamente, a necessidade do envio dum representante real ao reino.

Boquejara-se a nomeação de D. Pedro e o principe algemara-se a

esta ideia, decerto de conluio com o conde amigo, farto já de não ser nada nessa côrte brasileira.

Arrimado à experiencia e ao saber do antigo vice-rei, gosaria em Lisboa dum ilimitado poder, embora os revolucionarios o pungissem e maior foram os seus desejos de partir, quando, nos meados de novembro, a 12, o brigue *Providencia* trouxera a certeza dum movimento constitucional triunfante, aclamado já por toda a nação com festas, delirios, arrebatamentos, loucuras peninsulares.

Como se o destino tivesse a singular fantasia de trocar com um velho e bondoso conselheiro valido fazia com que exactamente, no dia seguinte á publicação do alvará contrario ás ideias do Arcos, na *Gazeta de Lisboa*, os governadores do reino lançassem, na mesma folha, o seu alarme e a sua surpza:

«Portuguezes! O horrendo crime de rebellião contra o poder e auctoridade legitima do Nosso Augusto Soberano, El Rei Nosso Senhor, acaba de ser cometido na cidade do Porto».

Anunciavam a vitoria da revolução de 1820 e ela desabara com o fragor dum cataclismo, fazendo pasmear os aulicos, estremecer os politicos e desesperar o rei.

Tomaz Antonio, embuçando-se com maior carinho no seu mantéu e nas suas opiniões, considerava-se em plena vitoria. Lá tinham os maçons conseguido o poder. Felizmente estavam muito longe. Ao ouvir falar em mandar alguém governá-los, hesitava, embora muito a par e sabedor dos desejos de D. Pedro. Pensaria, ao mesmo tempo, do que ele seria capaz, lá em baixo, sósinho, não querendo um dia obedecer ao legitimo dono de Portugal e quedava-se, não se manifestava, deixava o príncipe, com a sua má criação, a olhá-lo de ruim modo.

Apesar de casado e de já beijar uma filha, o herdeiro do trono parecia ser tratado como uma creança, afastavam-no dos negocios, temiam o que julgavam a sua leviandade. Pois nesse caso melhor seria estar em Portugal, preparando-se para reinar, embora no contacto desses jacobinos que não lhe eram antipaticos. Desde pequenino desgostava-se de ser vêr tratado como um ser raro, amava a vida igual à dos outros rapazes e, de resto, os desembargadores, os letrados, os militarões não deviam fazer-lhe muita móssa com o dos Arcos por conselheiro, falando de leis e ele arrastando o espadagão e passando revistas, armado, porém, mais do seu criterio inteligente que do gume da sua arma preferida.

Sorria-lhe aquela aventura, alem dos mares, na patria da qual saíra aos nove anos para regressar, já marido e pai, retomar o seu lugar.

Não lhe metia medo, não, o passo a dar. Confiava em si e não via esses demagogos de que se diziam cousas terriveis senão como uns vi-

sionarios falando em voz grossa, com um sequito de arruaceiros, vivanda a liberdade. E ele devia ama-la tambem pois que se existissem umas côrtes não seria possivel aquele dominio do arcaico Tomaz Antonio.

A revolução do Porto transtornara todas as cabeças, gerara novas ambições, alcandorara planos e despertara sonhadores, desentranhara aspirações nos lacaios e nos principios como aquelas de D. Pedro já ansioso dum papel na politica, mal podendo conter o seu temperamento bulhão, vibratil, ousado.

A ninguém mais competia ir a Portugal representar o rei, dizia consigo.

Um dia, porem, correram a desiludi-lo. Viera um dos da sua roda, apressado e amigo, segredar-lhe o escutado ao proprio Tomaz Antonio, acerca dessa ansia da sua alma. Devia ter barafustado, berrado, espancado alguma mesa, nos seus murros de impulsivo, antes de pegar na pena indocil para confidenciar ao conde dos Arcos os seus desgostos, os seus aborrecimentos, os seus males, em palavras alictivas e em letras confusas:

«Meu Conde e amigo. Dou-lhe parte, o Sarmento me disse q. Tomaz lhe dissera q. eu não havia ir porque ele não cria e que meu pay tambem não cria mas havia ir a Manna com meu sobrinho e o Manno debaixo do pretexto de tomarem conta na sua casa, deste modo não van-os bem e he necessario, que o Conde veja se meu Pay dессide a meu favor q. he o q. nós desejamos. Eu hontem disse á Manna q. sab'a todas estas coisas porque mo haviam dito na Cidade, e eu tinha muito interesse nisto porque a meu Pay interessava igualmente ou se hera possivel ainda eu interessava mais para ver se ella lhe vae contar e se meu Pay lhe diz amanhã alguma couza mais ainda q. elle não diga nada visto o Conde «oportum et importum» porque é d'absoluta necessidade. Já se poz outro dia huma proclamação dizendo que não queriam constituição mas sim confederação. Veja se pode salvar a este seu amigo do pergatorio. Deste seu amigo. Pedro».

Para salvar do «pergatorio» o principe seria necessario que D. João VI quizesse despertar. Bastava-lhe ouvir, naquele momento — mais tarde já não valeria cousa alguma — a suplica do filho e o proprio monarca teria sido salvo.

Mas não. Por emquanto, todo o seu empenho era o de acatar o valido, e isso já azedava o espirito de D. Pedro contra a irmã, a viuva do infante hespanhol, destinada a ocupar-lhe o lugar, com o filho, D. Sebastião no regaço e como tutora de D. Miguel, ao tempo já de desoito anos.

Não havia duvida: os liberais aceitariam a regencia do irmão com mais motivos, que alçariam o Cadaval á realza e um dia esse infante reinaria no paiz da sua herança. enquanto ele aguardaria. no Brazil. a sua hora, sem poder lançar mão da soberania de Portugal.

Desviavam-no do seu país: a sombra dos manguieiras da chacara real deviam vê-lo passear agitadoamente.

O Conde dos Arcos impulsionara-se tambem de aborrecimento: já tinham corrido oito meses sobre a consulta feita pelo rei. a revolução triunfante fôra a sua prova de grande razão e ainda ele andava a escrever-lhe sobre novas coisas de que não fazia caso: *Quanto ao que tratamos com respeito a Portugal espero q. ponha por escrito o seu parecer pois faz-me muito pezo pelo muito q. deseja q. eu acerte* traçava a regia mão. Por escrito novamente?! Mais um trabalho para Tomaz Antonio destruir ou inverter. Não entraria por esse caminho. O atrio do palacio do Campo de Sant'Ana. alumiado pela lampada da Senhora da Concordia. devia, tambem, vêr algumas atitudes sacudidas do antigo vice-rei.

O monarca ficava sempre na expectativa sem comprehendêr como tudo mudara. Debalde os sagiões do intendente Viana se multiplicavam.

Uma nova ideia passara como um vento, trazendo o pollen transformador e um novo poder se movia nas trevas, conjurava, atraía amizades, fanatismos, cumplices.

Era a rainha D. Carlota Joaquina, toda activa, viva, feliz no movimento e no segredo. Romoçara o brilho dos seus olhos e na face de sua magestade luiza um belo fulgor.



CAPITULO VI

AS ALTAS INTRIGAS

Os segredos do paço - Os conspiradores do Rio de Janeiro — Conselhos de Palmela a D. João VI — As revoluções do Pará e da Baía — Temores do príncipe D. Pedro — As missivas ao Conde dos Arcos — Como o herdeiro do trono se recusou a partir para Portugal — O espirito de rebeldia da provincia — A revolta de 16 de janeiro na côrte — Um beijo de Carlota Joaquina

ERA verdade, desconfiava-se na policia; conspirava-se no paço da rainha para as bandas da capela nova. Mas não se abria, a revela-lo, bôca de familiar, apesar das tentativas do intendente em prodigalidades de avultadas peitas a recameiras, moças e açafatas. Toda a creadagem amava Carlota Joaquina. Ela se, por vezes, se zangava e em furias ou insultava os do sequito, logo pagava com beneficios as más palavras lançadas terrivelmente nos seus dias mal-humorados.

Tinha coleras de hiena e mansidões de rôla essa rainha que barafustara, certa vez, ao vêr uma branca cambulhar nos despejos com as negras. Interrogada, a mulher, contara das suas misérias: servia no carreto das fezes porque tinha duas filhas a sustentar; o marido deixara-a, ela, a tudo se sugitava para ganhar afim das pequenitas não morrerem à mingua. Logo, ante seu pranto, a soberana mandara dar mestias às pelezinhas, arrancara a serva a tais trafeg-s e, embora a descompuzesse nos seus momentos de nervos, recolhia dela afagos de podengo e uma ternura de escrava.

O resto da gente de serviço adorava-a; sentia na filha dos reis, mesmo embrulhada no roupão de chita sujo e estarrapado, alguém que

lhe queria de maneira diferente das outras pessoas. Daí o fanatismo, o formar-se um partido contra os da casa do rei, uma coligação de família na qual se arvoravam como máximas os desejos da sua atribiliária ama e senhora.

Agitadamente, como uma formiga laboriosa, não parava um instante e espalhava alegria; deixara as suas atitudes moles, lassas, desmazeladas; aparecia, ás vezes, com uma flôr no cabelo, perfumava-se.

Que desejaria? Porque se movia com tal presteza? Queria regressar a Portugal ante as suas falhadas ambições de imperar nas antigas colonias espanholas da America.

Em toda a volubilidade do seu temperamento enchera-se de odio ao Brasil talvez porque D. João VI se sentia bem e era querido. Tornava-se mais forte do que tudo aquela vontade de não viver ali e aiava de saudades ao evocar—como estes temperamentos relembram, vendo atravez das maiores distancias—as coisas apetecidas: os quartos de Queluz com os amorinhos voejando, a Tapada de Mafra com os seus rendilhados de verdura atraz dos quais espreitavam os focinhos atentos dos veados, sob as arvores ramalhudas, os corredores da Ajuda, frios mas muito visinhos do Jardim Botânico onde se rebolara, outrora, na relva ou se deliciara com os lunduns dos senhores conegos.

Enternecia-se ao pensar na frescura de Portugal; ensampava com o calor do Brazil, disia-se falha de respiração e queria fugir para beber ar do reino, toda ela cheia de curiosidades por esses jacobinos dominantes que a tinham transtornado. Bastava-lhe a idéa da tranquillidade do marido e dos seus triunfos para a irritar; só ouvia louvores ao seu genio manso, á sua bondade, ao seu amor á terra brasileira e essa incontinenca de elogios feriam-na, como se fossem pedradas de fundibularios a escaqueirarem as suas idéias, as suas paixões, os seus odios e azedumes.

Ambicionava ir para Portugal e não lho consentiam, sem que o rei regressasse. Obrigal-o-hia a isso. A atmosfera preparava-se para a sua victoria e já reunira gente que lhe vinha contar de reuniões secretas—como as dos revolucionarios do Porto—com fins separatistas. Os brasileiros não podiam mais sofrer a supremacia dos portuguezes nos empregos, a sua jactancia, a sua filauca. Era certo que o monarca amava o Brazil, mas estava amarrado a preconceitos e carecia-se de alguém de sangue novo, pronto a agir, a deixar-se elevar.

Pensavam, estes conjurados—que naturalmente não falavam de maçõs á rainha, embora ela mesmo com o demonio se entendesse, quando queria vencer—exatamente como os padreiros livres da loja *Comercio e Artes* que se assemblisava nas casas do doutor João José Vahia, á Pedreira da Gloria.

Parecia, até, que as suas ramificações tinham chegado a S. Cristovão,

embora não se atrevessem a pensar no príncipe D. Pedro para coroar a sua obra libertadora. Viam-no como a aturdir-se, guiando seis parelhas, com mão de mestre de redea, ferindo lume, estalando o chambrié igual a um cocheiro da Roma cesarea, forte, denodado, dextro e elegante. Sentiam-no a estrinhar, após os seus prodígios de força e agilidade, e embora desviasse os libados e a gente de princípios, ganhava, sem a procurar, uma popularidade estrondosa, pelo seu bom praser construída.

A mãe achegara-se-lhe corinhosa e amiga e ele admirara-se muito daquela subita aproximação. Depois compreendera, ao ouvir-lhe as confidências, as ameaças, os despeitos de quem se sentia morrer sem realizar um sonho da vida inteira.

Também escutara outros a dizerem-lhe que o seu lugar era no Brazil e não em Portugal onde a autoridade do rei mais poderia do que a sua inexperiencia. Não se confundia em pasmos, antes tomara, de repente, um partido, uma decisão e começou contando só o que lhe parecia ao conde dos Arcos, a interessar-se por pessoas da opinião que lhe quadrava. Ia formando um conluio de amigos, depois seria uma *clan*, por fim uma Causa.

As lojas maçônicas funcionavam intensamente e acabavam por se juntar nelas indivíduos de classes diferentes em conciliabulos tenebrosos, logo narrados ao João Bernardo Caupers, guarda-roupa de sua alteza, que, segundo se bichanava, mantinha cambio com uma proxima parenta do famulo. As informações vinham, ao começo, por esta boca serva, depois o herdeiro do trono interessara-se pelos boatos, quizera conhecer os membros da conjura e acabara, recebendo mais gente no quarto superior da sala dos passaros na chacara real. Chamava-se-lhe assim porque de aves fôra povoada antes de D. Pedro a transformar num retiro onde se encontrava com Marcos Portugal, afim de se entenderem sobre musica. Como se tivessem ficado no espaço os ritmos canoros, o príncipe e o maestro inspiravam-se, e a certa altura, desviada a mesa, cujo longo pano vermelho cobria um alçapão movediço, sua alteza descia e encontrava quem visitava o Caupers. Lá em cima, o compositor, arredado da politica, entregava-se ao papel pautado, sobre o qual lançava as melodias; tocava o violino, atraía as atenções, enquanto D. Pedro conferenciava com o advogado e eclesiastico Marcelino Mocambôa ou com o padre Romão Goes, muito mexido, audacioso, tido, com o colega, em grande conceito do príncipe.

Erão estes os da avançada da conjura, vindos, primeiro, como informadores, passando, pouco depois, a agentes, torcendo bem o fio, arranjando a meada, elucidando sua alteza sobre o que se passava nos clubs e querendo auxiliar, sobretudo, os designios da rainha, cada vez mais alegre e mais agitada na acção.

Trabalhava-se muito no sentido de a servir e a ela agradava aquela vida de segredos, de misterios, de conluios, sentia-se nas suas horas de maior esperança, entrevia Portugal, repelindo um dia a seita jacobina, farto dela, voltando-se para os seus projectos, acolhendo-os, comungando no seu sonho.

Na intendencia da policia pasmava-se; o brasileiro Paulo Viana era um magistrado tão pouco á altura de lidar com a astucia dos compatriotas e dos portuguezas, que os animava. Sem duvida acreditava no que lhe disiam os sagiões, os espias, os policias, porém, hesitava em avançar para onde o queriam levar. Estava na situação dum homem que procura um caminho claro e é lançado numa cisterna.

De todos os lados reboavam avisos. Que se acautelassem com o Pará; na Baía conspirava-se, no Rio de Janeiro as conjuras tomavam incremento. As cousas da metropole tinham uma influencia enorme na alma brasileira. Aquilo que se fisera gerara uma derrocada de velharias, de privilegios, de usos, de habitos arreigados. Não mais o mando supremo dos reis nem o nascimento dragonando bébés nos berços, tampouco os Tres Estados, mas sim a ordem para serem abertos os carcereiros da Inquisição dentro em alguns dias, o mando dos letrados, hirtos, engolados, vestidos de briche, como se vestissem de ferro, tronitronando, parodiando os constituintes de França, retoricando ao som dos aplausos da rua que sempre ganha mais pedras cada vez que se derrue um prédio. Pediriam ao dos Arcos, a sua opinião para se convocar as côrtes e ele responderia, como um aristocrata, aceitando-as, mas limitando-lhes o poder. (*)

Sintelisavam-se as cousas deste modo. Os diseres do conde de Palmela, chegado á côrte, consubstanciavam-se em pouco: vivia-se lá na confusão; carecia-se levar tudo delicadamente, mas com pressa, para a ordem. Nada de guerra; diplomacia apenas, porem veloz, rapida, sem perda de tempo.

Viera para o Brazil, após a negativa de jurar a Constituição, como Manuel Fernandes Tomaz lhe sugerira, mostrando-lhe a situação de empregado do estado. Sem isso teria ficado; ante a exigencia fôra obrigado a embarcar e confessava que *«como uma viúva num sacrificio»*.

Deram-lhe alojamento na rua de Catumby, escutaram-no, admiraram-se das suas pressas e entreo'haram-se, aguardando o que a portuguez sempre apelece: o acaso feliz.

Quando dezembro estava meão enverdecera o arrabalde do Rio de Janeiro e engrossaram as suas aguas. Já então o conde de Palmela que, da chacara do seu pousio, vinha todos os dias á côrte, deslumbrado com

(*) Apendice — Doc. n.º 14.

a paisagem, tão esmeraldina como a de Inglaterra, arranjava a forma do Príncipe Real assistir aos conselhos de governo.

Falara claro, dissera tudo; os clamores de Portugal, a audacia revolucionaria, como saíra para o Brasil, forçado pelos vencedores, o fructo das suas meditações a bordo, o desembarque na Madeira onde folgara nas magnificencias do Palheiro do Terreiro, do nababo José Carvalho e muito se divertira, depois de explicar ao governador os seus planos de moderação a epôr aos dos caudilhos. Contava ainda a sua paragem na Bafa onde encontrara o conde da Palma acabrunhado «*pelas responsabilidades de momento*». Sentira uma furia de revolta a alvoroçar a cidade.

Devia passar um sorriso desdenhoso nos labios do dos Arcos bem conhecedor do terreno onde o outro tacteara; uma scentelha medrosa luziria nos olhos de Tomás Antonio e os conselhos saíriam dos seus labios em bobolões, mostrando que bem os estudara e expondo-os respeitosa-mente os apresentava como filhos da reflexão e da experiencia:

— «*Ora não se deve perder de vista que se a revolução de Portugal se prolonga a tranquillidade do Brasil está muito ameaçada, e que é, portanto indispensavel, desde já, antes da partida do primeiro paquete para Lisboa, haver V. M. fixado o seu sistema e determinado as relações que provisoriamente convirá manter com o governo que já se acha de facto, posto que ilegitimamente, erigido em Portugal*».

Assim solicitara primeiro; no conselho se discutira de seguida porque acrescentara: «*peor de que todos os arbitrios seria não tomar resolução nenhuma*».

Não se devia dar livre pratica, para Portugal e mesmo para as provincias brasileiras, aos navios fundeados sem se deliberar sobre as medidas a tomar, rapidas, astuciosas, pois faliava aquele movimento no que turbara a Europa inteira sendo impossivel contraria-lo. Bastaria ir ao encontro delo, *antecipar uma concessão que dentro em pouco se veja obrigado pelas circumstancias, a tolerar*» e marcava bem que «*actualmente ainda aquela concessão, emanada de V. M. lhe atrairá o geral reconhecimento; daqui a pouco poderá parecer efeito duma necessidade*», acabava dizendo como devia «*dirigir-se sem perda dum instante aos povos de Portugal uma proclamação ou Carta Regia*».

Outorgar-lhes-lr direitos e fóros e uma Constituição e emquanto ao Brasil, os governados, nomeariam «*um certo numero de individuos conspicuos pela sua representação ou conhecimentos, afim de se reunirem, em tal epoca*» na Côte do Rio de Janeiro e serem por V. M. consultados sobre os melhoramentos de que fossem susceptiveis as instituições e a administração». Não occultava, tampouco, a «*esfervescencia que, por desgraça, se manifesta em diversas provincias do Brasil*».

Assim falava o homem que viera da Europa, ouvira os soberanos, os políticos, os diplomatas e auscultara os povos. Escutavam-no em silencio, Tomaz Antonio irritado. Arcos de boa sombra, D. Pedro curiosamente, o rei ansioso e os rostos, decerto mudaram quando Pa'mela aconselhou para se mandar o príncipe a Lisboa presidir ás Côrtes e sancionar, em nome de sua magestade, parte da obra constitucional. O herdeiro da corôa seria o arauto da vontade real; não aconselhava a ida do proprio monarca porque *«a sua partida do Brasil nas actuais circumstancia tambem me parece poderia produzir neste país fatais consequencias»*.

Insistia mais do que solicitava. Saiu mais de mal com o favorito que detestava o constitucionalismo. D. Pedro achava cedo para largar a côrte mas sem desistir da ida para Portugal, o desejo do seu amigo; o rei ficava a meditar e isso devia indispor-lo tambem um pouco. Desadorava as mudanças, os sobressaltos, as inovações, o pobre chefe de estado, num periodo de transições brutais, violentas, esmagantes.

O principal, asseverava-se, era tratar primeiro de mudar o capitão general, conde da Palma, pois na sua provincia como na do Pará, fermentavam as ideias do Porto, a liberdade, a constituição e sua alteza, ouvindo o valido, dirigia-se ao conde dos Arcos, como a um bom conhecedor do meio, do assunto e dos homens dessa provincia:

«Continua Tomaz Antonio a julgar necessaria a mudança do governador da Baía; quanto ao que deve ser para o Pará, conformando-me com o seu voto, me lembra o conde da Ponte. Diga-me se julga perigosa esta mudança, não a achando pode mandar nomiar Embarcação para conduzir o Conde; responda-me logo para saber a sua opinião antes do despacho.»

O aulico real já dissera ao rei: *«He conhecida de V. M. a manobra secreta da Baía; todo o mundo a conhece e teme.»*

Estava-se a 23 de dezembro e Vila Flôr era mandado marchar para o seu posto do Pará, contra a vontade de Arcos, o qual preferia o conde da Ponte por seu genio calmo e conhecedor das capitánias onde vivera com seu pai o qual estava chefiando a da Baía quando a familia real chegara ao Brasil.

Reinava uma agitação enorme no Pará. Vila Flôr fôra rude em demasia no Maranhão. Não passava dum soldado habituado a empregar a violencia e no momento era dum diplomata que se carecia para aquela provincia que uma comissão estava dirigindo. Depois pretenderam nomear para a Baía o illustre brigadeiro de vinte oito anos que aos quatorze se batera contra os franceses e, aos vinte e dois, coberto de gloria e de medalhas, comendador da Torre Espada, por seus feitos, queria, acima de tudo, honrando o nome do seu avô, D. Sancho Manuel,

—o conde de Vila Flôr celebrado da defeza de Elvas e da victoria de Ameixial sobre os hespanhois—e engrandecendo mais a propria reputação, meter na ordem rebeldes e fazer respeitar as vontades do rei, de espada em punho, a ferro e a fogo.

Discutia-se ainda quando rebentou a revolução no Pará. Nem houvera grandes alarmes nesse dia 1.^o de Janeiro.

Começara-se bem o ano de 1821. Fizera-se um tumulto e vendeira-se; instalara-se uma Junta Governamental e proclamara-se a adesão ao govêrno constitucional portuguez. A' frente dos rebeldes e dos dirigentes estava o vigario capitular Romualdo de Seixas; e vice-presidente era o juiz de fóra Pereira de Macedo, vogais os coronéis Pereira Vilaça, Rodrigues Barata, Geraldo de Abreu, tenente-coronel Francisco José de Farias, commerciantes Gonçalves Lima, e os agricultores Fonseca Freitas e Castro Goes. Mandara-se á côrte a participar o que se passava pelo juiz do povo, José Manuel do Nascimento, e pelo coronel Oliveira Belo.

O constitucionalismo ficava-se na provincia; já alastrar como um fogo em bem fornido paiol mas no Rio de Janeiro hesitava-se ainda apesar dos avisos permanentes de Palmela, já exacerbadado, a declarar ao rei o seu sentir e as razões da sua grande vontade de não perder tempo. Irritava-se contra Tomaz Antonio que propuzera fazer uma promessa de ir o soberano ou algum membro da familia real para Lisboa mas só quando houvesse ordem, paz, tranquillidade, obediencia ás ordens de el-rei. E em que se cifravam elas? Na dissolução das côrtes como os vencedores as instituiam e na reunião das Tres Estados. Queria, tambem, nomear presidente da regencia um nonagenario, o bispo de Coimbra—especie de cardeal D. Henrique nas vespas desse Alcacer Kibir liberal. Era a loucura ou antes a eterna applicação do sistema do valido: desdenhar das medidas energicas e rapidas para esse longinquo Portugal e aplicar todas as forças ao Brasil onde o monarca se encontrava bem.

O conde dos Arcos assistia á lucta entre o intimo de D. Jo. o VI e o intelligente Palmela, tão experimentado na Europa mas não o auxiliava muito, sentindo um retrahimento do seu real amigo e palpitando lhe pressa de largar para Lisboa. Clamara ao lado do diplomata, como este diria mais tarde, e até já falara ao principe na Constituição embora em segredo.

Tomaz Antonio infiltraava mais irresolução no espirito do soberano. Nas provincias brazileiras rugia-se, e preparavam movimentos como os do Pará. O rei, entre os espicaçamentos dum, a quem mal atendia e a inação doutro a quem obedecia, não anteparava os golpes vindos de todos os lados.

No Rio de Janeiro a acção continuava, moviam-se influencias, a rainha não descansava. A intriga subira ao maximo e, no meio dela, o

velho amigo de D. João VI apenas enchia de apreensões o espirito do soberano, mostrando-lhe a sua felicidade no Brasil, não falando já como um conselheiro politico mas á maneira dum d'lecto familiar, enternecido, medroso, receando que os homens de Lisboa, os maçons, os pedreiros livres, não acatassem sua magestade.

Deviam perturba-lo grandes visões de cadafalsos, alarmes de rufos sinistros de tambores, lugubres fortalezas, torres de crimes e sangue real derramado. Pensavam, então, ele e o rei, na sorte de Luiz XVI. Seria melhor enviar o príncipe; era novo, tinha boa mão de redea; seguraria melhor esses fogosos rebeldes que levavam numa galopada o carro do estado até á tão comodo e tão roncoiro.

O velho não se cohibia; tomava-se de frenesins e afixava raucedões; ora se rebelava contra D. Pedro, ora procurava captá-lo, num grande medo de tocar nesse liho do rei, de olhos acesos, gaúcho e arruaçoiro, que dominava, com a sua espada tilintante, a fazer tremer na mão do valido a argentea e bem provida caixa de rapé.

Agora não se hesitava mais em atirar o violento conde de Vila Flôr para a Baía, de onde chegavam noticias aterrantés, de maiores violencias ao conhecer-se a ida de soldados no intuito de dominar a provincia. Se não agíssem rapidamente seriam estrangulados pela sua mão de ferro. Que partisse; fosse depressa, ordenavam Tomaz Antonio e o rei, quando já entrava fevereiro.

O valido acabara por tomar decisões; appareceram a seus olhos sintomas claros da conjuração do Rio de Janeiro; o intendente da policia prevenira-o de certos passos misteriosos, de assembleias suspeitas, de certo das visitas dos homens da rua de S. Cristovão e, então, Tomaz Antonio, raivoso, não se continha mais. Desabalava, ouviam-no e iam narrar ao príncipe os seus brados de alivio, de desafogo e D. Pedro passava-os ao conde numa larga ternura e num dilacerante aviso, não lhe tendo dito senão o que lhe convinha:

«Meu Conde e Meu Amigo. Sinto infinito dar-lhe esta parte. Saiba: Tomaz Antonio e o Intendente maquinam por todos os modos fazer-lhe a sua desgraça e por conseqüencia a minha querem parece-me que deitá lo fôra do mysterio, e ousso diser por pessoa que o pode saber que tem tambem tenção de prenderem o João Bernardo e o Goes — porque dizem que eles e o Conde me tem melido na cabeça uma indiferença pelas cousas succedidas, mas que por ora não os prenderão por que tem medo que eu faça alguma tarramontana, e dizem que esperam forças Inglezas para então o poderem fazer com segurança. Veja a que ponto a intriga pode chegar que eu sou julgado contra mim mas não importa, o tempo e a nação me despiciará. Deste seu amigo, Pedro.»

Muito obrigado da Mha parte. Sobre o mesmo, e a
 liberdade adquirida por todos os membros da sua igreja,
 e por consequencia a minha querem pararem q. lido. h. para
 prometterem a esse dize por pessoas q. e pode saber q. tem tambem
 tanto de liberdade e Jose Bonanno, os q. se porq. dizem q.
 esse e o lido que me temem na calca h. m. m. m. m.
 posso dizer mandado, mas q. por ora nao se pode dizer porq.
 tem mais q. se faz alguma coisa amatoria, e dizem q.
 espere para q. se possa e poderem fazer com regular
 ordem. O Governo e sempre ajuntado e o outro e tambem
 esta em se de sua amoria, e meigo. Nao de q. ponto a outro
 pode saber q. eu me julgo contra mim, mas nao me
 importa de tempo, e a minha me deficiencia.

Pedro — Muito sua amigo

Aquella ideia da prisão do Caupers, particular de sua alteza e do padre Goes, acirrava coleras no animo do ffilho de D. João VI quando, estando ainda na sua tenção de nervos, lhe vieram participar mais actos do valido. Então exaltara-se embora se espalhasse a nova de que iria para Portugal. Correrá o boato com tanta intensidade, que o proprio Palmela já redigira a proclamação para sua alteza levar e participava para Lisboa, á esposa, a determinação real.

«Posso dizer-te (com a certeza que ha nas cousas humanas) que está determinada a ida do Principe D. Pedro para Portugal e que se efectuará muito brevemente, e como esta noticia se ha de espalhar por Lisboa, dispenso-te mesmo de me guardares segredo, comtanto que não digas que sou eu que te escrevo. Está-se em duvida se levará consigo a Princesa Real ou se esta irá ter com ele daqui a alguns mezes. De resto não se tem determinado ainda as pessoas que o acompanham mas já é um grande passo, e que espero será bem vantajoso, a determinar-se a sua ida.»

Apromptava-se a nau que o devia conduzir, douravam-na, como se a quizessem para o deslumbramento; Palmela não cessava de aconselhar, já quasi arrebatado, sem circumloquios:

«O que eu entendo é que V. M. não deve anunciar aos portuguezes a ida de seu augusto filho, mas que a deve acelerar por todos os modos possiveis.»

Isto constava; os conspiradores agitavam-se mais ao saberem que iam ficar sem o principal objecto dos seus planos. Por isso, quando chegou a noticia estroindosa da revolução vencedora na Bafa, redobrará a esperança e com ella emparceirará a alegria.

A noticia da partida do conde de Vila Flor para os esmagar, decidirá da acção immediata.

A artilharia rolara, de estrepito, na luz incerta da madrugada; avancara, de mórões acesos para a praça do Trem; outros soldados a seguiram, e o chefe da revolta, o tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, entre o desembargador Moura Cabral e o cirurgião Cipriano Barata, quedara-se, como se aguardasse o romper do sol, depois de guardar as embocaduras das ruas.

Acordara em sobresalto o governador, e, afivelando a espada, vestindo o grande uniforme, descora á guarda da porta, mantiera formar os da primeira de linha, e descoberto, em voz rija, ordenara que apresentassem armas e dessem vivas a el-rei.

Ouviu, dentro em pouco, aclamar a Constituição de Lisboa e comprehendeu o intuito da revolta. Militares de mau comportamento, soltos das fortalezas, chefiados pelos capitães Velozo e Falcão, apareciam armados, fazendo o maior clamor e arruido, a que o conde da Palma preten-

dia ainda resistir. Deliberadamente, assumira uma atitude no quartel da Legião, juntara gente, e dispuzera-se á arremetida do Trem, quando os insurrectos proclamavam, com a Constituição, a sua victoria. O marechal Felisberto Caldeira Brant, garboso e ousado, falara em assaltar á baioneta, com duzentos homens, o reducto dos rebeldes e assim fizera, num arranco, a ordenar aos capitães da insurreição que se rendessem. Retorquiam-lhe com a voz de alto e ele, num impeto, baixando a espada, arrastara os infantes, com as suas armas luzentes. Ouviu-se uma descarga, depois outra, abateram-se vultos nas pedras naquie dealbar.

O major Hermogenes morrera; junto dele dez soldados não se moveriam jamais. Outros vinte, contorciam-se, feridos, impregnando molhando a rua de sangue. O major Castro, gravemente atingido, via ainda passar, numa gaigada, a artilharia montada, ao som dos clarins com a cavalaria do tenente coronel Paula e Oliveira.

O conde dos Arcos, que nunca pudera estar inactivo, ao criar aqueles regimentos mal sabia que papel eles exerceriam contra a sua obra, bem como os navios mandados construir na sua tarefa de ministro da marinha num país de esplendidas madeiras e rasoaveis arsenais. (*)

Agora já a soldadesca aplaudia tudo; berrava os vivas que ouvia dar aos seus officiaes ao lado do procurador do Senado, Silva Maia, que proclamara a Constituição na Casa do Conselho.

Com aquella sangueira acabara a lucta. O conde da Palma entregara-se; discutira ainda com os revoltosos mas os seus argumentos cediam ante o triumpho e acabara assinando o que chamavam: *A Resolução*, sete artigos onde prepassava a Ideia embebecida na idolatria liberal dos vintistas: obediencia ao rei em nome da Constituição sendo adoptada logo a de Hespanha, visto ter sido essa a escolhida em Lisboa emquanto não se votasse a dos caudilhos. Deliberava-se, tambem, tratar da eleição dos deputados da provincia ás Côrtes Nacionais e concluia-se, após a nomeação da Junta do Govêrno, por um paragrafo de concordia:

«Que o dia de hoje seja de reconciliação geral entre os habitantes desta Provincia, que por qualquer differença de opinião politica estejam discordes até agora.»

Gloriosamente, à luz do sol, os sinos repicaram no ar dourado, as musicas percorreram as ruas, rodeadas pelos habitantes e indo saudar os novos senhores da Baía rebelde, radiantes felizes. O conde da Palma recusara o cargo de presidente da governação; sentia-se vencido, recolhia-se, com um filho do conde da Ponte, a casa dum amigo, Antonio Vaz de

(*) Mandou fabricar as fragatas: *Principe D. Pedro, União, cervetas Satellite, Voador, Maria da Gloria, bergantim Princepsinho Real D. João, Real Pedro, Audaz, Reino Unido e Treze de Maio, escunas artilheiras Pandora, Aulana, Cossak, Jaussara, Mameluca, Tartara e uma divisão de canhoneas.*

Carvalho, em Boasfim, e dali só sairia para embarcar num navio inglês protegendo Caldeira Brant e sua familia que os vencedores desejavam entregar, apesar do artigo reconciliador.

Ficava presidindo ao governo o desembargador Moura Cabral, era vice-presidente Azevedo e Brito e vogais Silva Freire, Paula e Oliveira, Rodrigues Viana, Francisco José Pereira, Francisco Antonio Felgueiras, Manuel Pedro de Freitas Guimarães, militares, e o advogado José Lino Coutinho, um dos mais celebrados conspiradores do tempo do conde dos Arcos e a quem ele poupava, assim como a alguns dos que iam governar a Junta. O vice-presidente fôra seu protegido, até o enaltecera em ditirambos quando, ao inaugurar-se a praça do Comercio, lhe tinham oferecido uma espada de honra.

Ao ser conhecido, no conselho de ministros, o succedido na capitania Palmela não se prendera com etiquetas, marcara, desde logo, ser necessario mandar D. Pedro á Baía, levando um manifesto real com as bases fundamentais da Constituição, o qual tambem deveria ser publicado na capital. Conceder-se-hiam regalias, fóros, mas com duas Camaras, á inglaterra, o seu eterno programa pois, desejava um partido aristocratico contrabalancando o popular. O principe seria acompanhado pelo conde dos Arcos, ao qual a provincia rebelde devia tudo, desde os seus jardins á sua casa do trafico, desde o seu teatro á sua limpeza o seu desenvolvimento, a sua fortuna.

Não deveria haver demora; nem um minuto a perder e enquanto o herdeiro do trono e o seu amigo fossem pacificar os baianos, convocar-se-iam para o Rio de Janeiro, os procuradores das principais cidades e vilas do Brazil, afim de se entenderem acerca das formulas da Constituição ao seu país destinada.

O antigo vice-rei apiava a voz do conde de Palmela, juntava a sua voz á de ele que ousadamente pedia a nomeação de mais ministros, formando um verdadeiro gabinete, solicitava a expulsão de certos empregados que os brasileiros detestavam, como Targini, que defraudava o tesouro e outros que tudo comprometiam. Deviam lançar-se no caminho dos melhoramentos, das reformas, das inovações e T.raz Antonio, concordava, sentia sêr aquella a saída, mas só num ponto: a chamada dos procuradores brasileiros para umas Côrtes Nacionais.

Não queria tocar em funcionarios; apenas se conformava com o Ajuntamento do qual poderia formar-se um Brazil concorde com as suas opiniões e com a solidificação do trono de D. João VI no imperio sonhado.

O ministro da marinha safu doente da reunião, onde Palmela, bravamente, solicitara do soberano que o demittisse. D. Pedro, puzera-se na espectativa, ao passo que el-rei hesitava em deixar o diplomata abandonar o gabinete.

Era a eterna complicação das dubias atitudes de D. João VI diante dos acontecimentos. O filho, esse, movia-se, agitava-se, aconselhava-se, com o seu amigo recolhido ao leito muito constipado.

E as cartas, as consultas, sucediam-se, violentas, alegres, ou aterroradoras, sempre mal escriptas.

«Recebi agora este papel, diga-me o seu parecer, mande demorar a partida, até segunda-feira, do Paquete, estimarei que tenha alivio na sua molestia, o seu parecer basta que m'o mande amanhã, pois he melhor que escrevera de dia, para não lhe aumentar o seu incommodo.»

Sofria de nevralgias, de dôres agudas na cabeça, o conde dos Arcos e o seu real amigo não o deixava socorrer.

«Ai lhe remeto esse archote aceso capaz de queimar todo o mundo. Estimarei que me v'ante mais algum, veja se me manda o Portuguez que eu quero ver como ele trata a respeito de Portugal.»

E no fim, para poder contar com a voz do encatarroado, aconselhava-o amigavelmente:

— Tome uma gemada por causa de ter força terça feira »

Era tudo assim, rapido, ao acaso, mas o principe ocultava muitas verdades ao ministro de el-rei.

Punha alcunhas a Tomaz Antonio; chamava lhe: o alcaide de Mataporcos», todo a seguir as pisadas da mãe quando sobrenomeava de apódos deprimentes os funcionarios da sua embirração.

Apareciam proclamações decerto levadas pelos amigos a sua alteza que as transmitia ao enfermo:

«Ai lhe remeto a proclamação que lhe disse e farei diligencias para ver se apanho mais alguma; para ter o gosto que S. M. veja apesar do Alcaide de Mata porcos não querer. Deste seu amo e muito amigo. Pedro.»

Já se deliberara no paço fazer-se um manifesto no qual se declararia definitivamente que o herdeiro do trono iria a Portugal *«afim de restabelecer a tranquillidade geral do reino, ouvir as representações e queixas dos povos e estabelecer as reformas e melhoramentos e as leis que possam consolidar a constituição portuguesa.»*

Acrescentava que não podia ser a lei nacional adaptavel, em todos os seus pontos, ao Brasil e daí *«hei por bem convocar a esta côrte os procuradores que as Camaras das cidades e vilas principais, que teem juizes letrados, tanto do reino do Brasil como as que as ilhas dos Açôres, Madeira e Cabo Verde elegerem.»*

Tomaz Antonio julgava ter assim cedido no maximo e sobretudo na nomeação de alguns individuos para tratarem da assembleia à qual presidiria o marquez de Alegrete que governara o Rio Grande, a provincia mais amada pelo regie favorito, tomara Montevideu e combatera o cele-

201

Meu Conde, e
Meu amigo

Ahi lhe remeto este arrolhete afegado ao sa-
o de quimar todo o mundo. Citamari q. m.
mande mais algum seja a me mandan
o Portugal q. eu quero ver como elle
trata a respeito do Portugal. Tome hum
Gemada por conselho. Si ter for, ca terça feira

Pedro Leste seu amo, e
amigo

brado Art'gas. Cobrira-se de louros o descendente do Conde Vilar Maior, do heroe que, com vinte e sete anos, apenas, fizera grandes escaramuças contra os hespanhois às portas de Evora.

D. Pedro, agitado, nervoso, continuava incomodar o conde dos Arcos: *«ai vai a carta do Conde de Palmela, que hontem me mandou e veja se sabe mais que me mande dizer. Nós não vamos hoje à festa e não sei a razão. Se o conde não souber mais nada mande o mosso por casa do conde de Palmela para eu saber tudo bem. Remeto o meu voto para o conde o mandar ao conde de Palmela porque ele me disse q não tinha o visto. Estimo que esta o ache mais aliviado para consolação.»*

Depois, o principe, numa deliberação subita, declarou não poder partir sem conduzir a esposa que estava grávida.

Aparecia claramente como era, muito à vontade, dentro do seu feitiço, surgindo na politica como na vida particular, incapaz duma contrariedade sem um berro. Amparava-se aos dois homens de estado, ouvia naturalmente, de Palmela as suas opiniões sobre o Constitucionalismo que amava e dizia, na sua nota, ao pai, que as Côrtes diviam discutir as propostas reais e não formularem-nas para a assinatura regia. Transtornava, tudo no seu desejo de não se sujeitar muito no futuro, o plano inglêz das duas Camaras.

Temava, ainda, em não querer que Sua Magestade cedesse aos jacobinos de Lisboa e os reconhecesse; preferia fabricar uma Constituição para lhes oferecer em vez de os deixar à vontade a votarem a sua.

Tilintava a espada e as esporas, sentia-se ansioso de arremeter, forte com os boatos cuja origem conhecia, sonhando victorias, ao lado dos seus amigos e em castigar bem o intendente da policia que falara em capturar o Goes e o Caupers.

Viera, mais uma vez, junto do rei narrar como a sua deliberação não contentara ninguem e, juntamente, apareciam as notas de José Maria, comandante do policia, a expôr o caso, a apresenta-lo numa grande nudez: *«o que todos queriam era a Constituição de Lisboa.»*

Tambem se andava em conjuras republicanas, diziam-no alguns espões e traziam nomes de individuos que os ministros queriam castigar ou afastar dos cargos: o Targini, esse não poderia ficar, pois, para continuar a sua obra de prevaricação, iria até aos extremos; um desembargador Luis José de Carvalho, nomeada, com João Severiano Maciel da Costa, para a comissão que devia reunir os procuradores do Brasil, tambem acaudilhava as ideias, juntamente com o colega e Isidoro Francisco Guimarães, official de marinha e grande inimigo do Rodrigo José Ferreira Lobo que regressara opulento do bloqueio de Pernambuco.

Aquele militar letrado e talentoso, deixara a vida da magistratura

pela do mar e era agora um dos filiados na conspiração na qual tambem estava um almirante, Rodrigo Pinto Guedes, padre que renegara a batina amoriscado das vagas e se comprasia nas cousas scientificas do seu novo mister.

Travavam-se discussões azedãs, surgiam complicações e em S. Cristovam não paravam as reuniões secretas, agora numa pressa, afim de não se perder tempo. A glorificação dos herois baianos dera volta ás cabeças e já se falava numa anistia aos presos dos carcerees da provincia que tinham entrado na revolução de Pernambuco. Quando, realmente, os gradões se abriram recommçaram os conciliabulos liberaes. Os do Pará correspondiam-se muito com as Côrtes de Lisboa, suas inspiradoras, e já lhes tinham enviado como delegado, o alferes Domingos Simões da Cunha.

Um dos correios de Luiz do Rego fôra o chefe de divisão João Felix Pereira de Campos que se apresentara no Rio de Janeiro a narrar o estado da região: o governador, ainda ha pouco, estivera em riscos de morte em virtude dum atentado que se planeava, sob a chefia do coronel Alvares e Castro; um official chamado Lisboa, com um tal Nolyli, seriam os executores mas decidiram revelar os planos gerando a prisão dõs que entravam no trama. Um rancor profundo nascia na cidade contra o homem de mão firme; na Baía temiam-no tambem e os escapos da cadeia, pela generosidade do Conde dos Arcos, juntavam ambos no mesmo enorme e sinistro odio.

De Sergipe tinham pedido socorros contra es constitucionais da provincia de Alagõas os quais declaravam adotar o procedimento do governador de Pernambuco e ele, reunido o povo, declarara que se seguiria a sorte de Portugal com as Côrtes, a Constituição, a obediencia ao soberano e a união à metropole.

Repisara muito o ultimo ponto e recebera aplausos. Eis o que mandava participar a El-Rei com as memoriais das camaras.

Levantara-se-lhe uma opposição na capitania. Enalteciam o conde da Palma, na sua resistencia e apodavam Luis do Rego de traidor á causa real. Um capitão, Francisco de Albuquerque, não o poupava, acusava-o, metia-se por vilórias e logares a acusá-lo. enquanto ele mandava dizer á regencia de Portugal que não lhe escrevia por não se lhe ter dirigido, mas confessava-lhe os seus sentimentos de verdadeiro portuguez.

Nas provincias procedia-se assim; na cõrte lavrava a agitação.

Mal se conhecera a decisão de D. João VI e se espalhara o projecto da reunião dos procuradores do Rio de Janeiro nasceram os comentarios dos officiaes portuguezes. Aquilo, no sentir da tropa, habituada a mostrar-se como soberana e a impôr Portugal, com o tilinlar das espadas, representava um passo para a separação e quem o queria dar era esse negregado valido do rei. Tomaz Antonio.

Falava-se das suas preferencias, da sua amizade pelo Brasil, citavam-se os seus dios e a sua influencia no animo real; contava-se que quizera empurrar para Portugal o principe D. Pedro num momento critico como aquelle. Ele iria, porem, mais tarde, conforme já manifestara.

Ragouava-se por vielas e bêcos, vinha-se de pontos distantes discutir no Ouvidor, passavam militares em atitudes allivas e com modos desaliantes, turbava o ar um bafo de arruaça que chegava ao palacio e obrigava D. João VI a transigir, em 25 de fevereiro, à noite. Chamara o Conde de Palmela, dissera-lhe, terminantemente, que applaudia os seus projectos. Oxalá não fosse tarde, repisara o diplomata, concertado com o dos Arcos no assunto e tambem com o principe renitente na partida.

Redigisse já o reconhecimento da Constituição, lavrasse o decreto, salvasse-se. O monarca, se desta vez ouviu Tornaz Antonio, esqueceu os seus conselhos.

Retirou o conde de Palmela para Catumby, escreveu o seu sentimento, oficialmente, em poucas palavras:

«Havendo eu dado todas as providencias para ligar a Constituição que se está fazendo em Lisboa com a que é conveniente no Brasil, e tendo chegado ao meu conhecimento que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já aprovar essa mesma Constituição e sendo todos os meus cuidados, como é bem constante, procurar-lhes todo o descanso e felicidades: hei, por bem, desde já, aprovar a Constituição que ali se está fazendo e recebe-la no meu reino do Brasil e dominios da minha Corôa.»

Era tudo; o monarca absoluto despia o manto; quebrava um dos fiões da realza, cedia, arremeçava-se do trono, mal amparado no sceptro.

Tardiamente ordenara a Palmela que lavrasse o decreto; á sua hesitação iam replicar os amigos do principe, aqueles que ouvia em S. Cristovam. Nem de tudo o que se passava nessas entrevistas o conde dos Arcos tinha conhecimento. D. Pedro, contava-lhe das suas relações, era certo, como se marca no bilhete em que lhe falava da pensão do seu guarda roupa, mas não era completamente franco nas confissões.

Tinha má fama, o padre Goes, todavia, isso não o afastava dos conciliabulos reais; orgulhava em jogatinas, frequentava os palcos e as fêmeas publicas sem rebuço. Guardava as vestes ecclesiasticas e uma audacia sem limites, afirmada sempre nas reuniões em casa do Macambôa, advogado de recursos, palrador e romantico, que dava assembleia aos coajurados e muito se lisongeava das misteriosas viagens a S. Cristovam.

Ali se juntavam os grandes conjurados, os constitucionais decididos a levar o soberano até ao juramento «do que se fizera em Lisboa.»

Os militares arvoravam as suas prosapias e propositos e á frente deles o major Antonio Duarte Pimenta falava rijamente. Era um incorrigível soldado que militara em diversas possessões portuguezas e se insubordinara. Estivera preso alguns anos e á sombra da rainha arranjara situação no Rio de Janeiro. A seu lado perorava o seu camarada, adido ao estado maior brasileiro, Antonio de Padua da Costa e Almeida, que procurava no Brazil o esquecimento dos seus tristemente celebres apellidos. Seu pai, Francisco Bernardo, entregara Almeida, praça fronteiriça de Portugal, da qual era tenente rei, aos soldados de Massena. Fôra condenado á morte; o seu descendente procurava enobrecer-se nas lutas. Manuel dos Santos Portugal, official da policia, decidira-se, havia muito tempo, a arrancar os soldados á obediência do seu comandante, José Maria Rebelo, tão detestado por Sua Alteza como o intendente Viana. Também estavam metidos no segredo mais militares como o chefe dos artifices tenente Cipriano José Soares, Luiz de Souza Gama de caçadores, e outros que se movimentavam em torno dos padres recadeiros de S. Cristovam. Á hora em que Palmela traçava o decreto, que julgava salvador, a reunião estava muito concorrida na casa do Macambôa; distribuiam-se os papéis para a revolta, esperavam-se adesões, recebiam-se noticias dos elementos dispostos para a luta. O Costa e Almeida arrestaria o 11 do exercito da metropole e ainda os soldados da artilharia de Paula e Vasconcelos, embora sem as peças, Cipriano Soares apresentaria o melhor de todos os batalhões, o celebre 3, cujos officiaes, á excepção de dois, dariam os primeiros passos no movimento e trouxera, também, a certeza da marcha da artilharia montada. José Maria da Costa, major do 11, ao ser convidado, falara no comandante daquele corpo, José da Silva Reis que, embora doente, se prestaria á acção. Sousa Gama arrestaria os seus caçadores e o 3 de infantaria e nem faltava a policia. Apenas os regimentos de cavalaria não se manifestavam na contenda, embora o major Pimenta se decidisse a ir busca-los.

Os dois sacerdotes rejubilavam; recebiam informações detalhadas do que se passava; sabiam até que em casa do conde de Palmela não corraera bem a reunião dos delegados para convocação dos procuradores, presidida pelo Alegrete.

Ainda melhor seria para o seu movimento, de ha muito tratado mas que ia rebentar de chôfre em virtude da falta do juramento da Constituição, ante a ideia da assemblea brasileira e da noticia da partida precepitada do principe. Êle, porém, determinara demorar-se sob o pretexto da gravidez da esposa, apesar de já estar dourado o bergantim e nomeado o conde de Belmonte para seu camarista.

Ele não se escusava de vez a ir ao reino; tinha mesmo a ambição de lá estar para o não perder, porém soubera dos ousados propositos a deflagrar e fizera mais um tempo para os seguir, visto não os poder vencer.

Da reunião revolucionaria de casa do Macambôa saíram para a praia de D. Manuel, onde estava o 4 de artilharia, o major Pimentel com os padres e um cirurgião Cerqueira. A tropa brasileira era a unica a não querer ajoldar o movimento no qual sentia mais um predomínio portuguez. Tratou-se, depois, de mandar alguém prevenir o principe, e o Goes, todo animado pela missão, escançado no seu cavallo de tropa, largava para a Boa Vista de espera lita, aos gelões, respirando scfregamente a brisa perfumada do dealbar, impregnada do balsamo das flôres e arbustos das chácaras e jardins.

Apeou. D. Pedro dormia quando recebeu a nova. Não e esperava tão cedo; vestu-se a correr, decerto turbado pelo que lhe diziam acerca de todos aqueles regimentos na rua, não havendo com que lhes resistir. Afivelou a espada, enterrou na cabeça o chapéu armado e deixando para traz o padre dirigiu-se a S. Cristovão. Já o sol se abira e D. João VI, acordado em sobresalto, pela prevenção de dois officiaes de caçadores 3 — o regimento das maiores alcações — chamados Pereira Valente e Francisco Avelino, estava na sua eterna indecisão. Pois se mandara lavar a convocação das côrtes; encarregara Palmela de trabalhar o outro decreto, o da cedência, o do reconhecimento, para que vinham ainda perturba-lo e lançar horrores no seu espirito? Era verdade que tudo se fizera muito tarde, mas acaso julgava tão excitados os seus bons subditos?!

Nesta situação o veio encontrar o filho; nas suas mãos fortes se entregou o rei num desespero. Começava a abdicção.

Como um gúcho, as pernas bem apertadas no ventre da montada, todo inclinado sobre as crinas, o principe passou com uma furia e entrou no Rocio. Estavam tomadas as enbocaduras das ruas; chairava ao chamusco dos morrões de artilharia; impavido o brigadeiro Francisco Joaquim Carretti aceitara a chefia da revolta e ali estava a explicar a sua alteza o que se desejava.

Em volta luziam dorsos das peças, brilhavam as baionetas, relinchavam os cavalos dos esquadrões empenchados e garbosos, e a soldadesca, apresentando as armas reluigentes, ante o herdeiro do trono, formava como uma parada pronta para a possibilidade de uma batalha.

Não faltava nem um pelotão nem um estandarte; os cauros dos artifices de munições estavam apetrechados; os infantes conservavam a sua attude perfilada e, junto das muares das caretas, os condutores

velavam e os apontadores seguravam os seus resinosos e torcidos fachos acesos e ameaçadores.

Não tremia a voz do sucessor do trono ao falar-lhes; puxando da ordem da convocação de procuradores mostrou os bons desejos de seu pai para com o Brasil, mas logo Macambôa, descoberto, diante da tropa e do povo, que já se juntava curioso e interessado, volvera não ser aquela concessão o bastante. Poderia acrescentar que D. Pedro bem o sabia, mas guardara compostura e respeito ante a caixeirada do Rio, toda de liberalismo, os cidadãos sempre prontos a delirar com os vencedores e com a turba rugidora.

Pediu outro cavalo, recolheu das mãos do brasileiro a nota do ministerio que os officiaes impunham a substituir o de Thomaz Antonio. Lançou os olhos ao papel, não viu o nome do amigo e calou-se. Aparecia como ministro do reino o vice almirante Ignacio da Costa Quintela, um dos tenentes do marquez de Niza, coberto de gloria nos combates navais contra os francezes. Só arriara a bandeira portugueza dos topos quando o seu navio *Andorinha* mal se mantinha esgarçado por profundos rombos. Batalhava assim, mas tambem escrevia versos.

Para o logar do conde dos Arcos entrava outro marinheiro, Monteiro Torres, no de Palmela ficava Silvestre Pinheiro Ferreira, illustre escritor, liberal e sabio; a fazenda entregava-se ao conde da Louzã, nulo, intrigante, contrario aos brasileiros nos altos empregos; dava-se a intendencia da policia a Antonio Luis Pereira da Cunha, a cheia da policia a Oliveira Barbosa e ao visconde de Asseca a presidencia da Junta do Comercio. Nas finanças, na biblioteca, no Banco os revolucionarios collocaram logo os seus amigos e o comando das armas da côrte foi entregue ao delegado do exercito brigadeiro Carlos Frederico Caula.

Este era tambem um soldado da guerra peninsular, brusco, ambicioso, habituado a vêr no Brasil uma colonia, ancho da sua qualidade de portuguez e muito aferrado ao constitucionalismo.

Thomaz Antonio recolheu-se á sombra amiga do rei que o guardava pela sua grande afeição. Ele não perdera a sua idéa; fechara-se com o soberano e dissera-lhe as verdades todas: as inconsequencias do principe, a insubordinação das tropas portuguezas, a necessidade de adoptar aqueles revolucionarios que deixariam de o ser mal subissem à governação.

Cedeu D. João VI ao arrazado; o habito de adiar não lhe servira no momento, e, autorisando o filho a tudo quanto fosse preciso fazer, recolheu-se à sua camara com o valido, receoso de que lho viessem buscar, na furia, na colera, no odio.

Na capital convocara-se o senado da Camara para a sala grande da teatro S. João. Aparecera tambem o bispo e pela primeira vez D. Pedro



Principe D. Pedro de Bragança (por Bartolozzi). Gravura pertencente ao sr. conde de Almarjão

se poz em contacto com o povo assim, oficialmente, frente a frente, numa semi-luta.

Rebentára dois cavalos e estava fresco; nem um arfar mais profundo lhe soerguia o largo peito; firmava-se bem nas pernas e segurava a espada com os dedos calçados de anta enegrecida de poeira e do suor da montada. Então leu, em voz rija, o decreto pelo qual se concedia à terra de asilo os mesmos direitos que a Portugal. Ouviu vivas, aclamações, brados, alegres dizeres, expressões carinhosas, foi para á varanda do edificio e embriagou-se com o mosto perturbante da alucinação dessa excitada turba. Estendeu-lhe os braços, falou-lhe, foi verboso, sem pejos, sem escolher frases e jurou, sobre os Evangelhos *«em nome de el-rei, seu pae e senhor, veneração e respeito à nossa santa religião, observar, guardar e manter perpetuamente a Constituição tal como a fizer Portugal pelas suas côrtes»*.

Não sabia o que seria; não conhecia quaes os ditames dos demagogos, mas jurava, esquecido das opiniões de se lhes dar a liberdade em vez de a acolher de suas mãos, como um cristão a vender a alma ao demonio, alegre, sorridente, de bom humor, de animo feito para aproveitar bem o pacto ou para o ludibriar.

Após o juramento, em nome de el-rei, fê-lo no seu proprio e assinou o que lhe apresentavam num firme traço da sua pena inculta.

Depois, entre aclamações, coberto de pó, escorrendo em suor, voltou à presença do pai.

la buscal-o; o povo queria vê-lo e aclamá-lo, conduzi-lo-fa consigo à frente das tropas e ouvia-o hesitar, ficar na sua indecisão, enquanto êle lhe mostrava a absoluta necessidade da real presença para o fervor da turba.

Uns braços febris tomaram-no, uns lábios lhe tocavam o rosto.

Era Carlota Joaquina, satisfeita com o acto, sentindo-se encaminhada para a victoria definitiva, que acariciava o filho, o heroi dessa hora.

E entregava-lhe o irmão mais novo para que fosse tambem assinar a Constituição. Porquê?! Sabe-se lá nunca o que pensa uma real conspiradora?



Meu Conde

779
1779
1779

Recebera se abisenta m^{te} p. l. havi
ministro de Estado p^o q. d. g. d. g.
e me hade governar, e como
em mi q. l. l. l. se entenda
por mim mas me queira
fazer tu por honra q. poriza
no governo por outro portado
mi participa isto a Ma^d p^o
para q. romando Edo. v^o
q. m. h. m. k. m. s. f. g. m. s. m.
permittido para com o p^o
Eto. e sentim. t^o de v^o m. s. m.
e arrigo

Leitor

CAPITULO VII

SUA ALTEZA, O REGENTE

O novo ministerio — Como D. Pedro não queria ser mandado — Os revolucionarios do Rio de Janeiro — As suas cartas ao Conde dos Arcos — D. João VI e o seu amôr ao Erasil — O povo e o soberano — As intenções de Sua Alteza — A partida do rei para Lisboa — Os primeiros actos de D. Pedro — O ministro diante da nação

O primeiro cuidado do brigadeiro Caula, comandante das armas do Rio de Janeiro, fôra insinuar ao Conde dos Arcos o seu dever diante da nova ordem de coisas. Passados dias escrevia-lhe entre grave e circunspecto:

«Podendo succeder que hajão alguns officiaes generaes ou outros officiaes que por se não acharem no dia 26 do corrente presentes ao acto do Juramento, e não o prestaram como he necessasio, resolveu Sua Magestade que o Senado da Camara estivesse para esse fim e pelo tempo que fôsse preciso em sessão continuada o que participo a V. Ex.^a de Ordem do Mesmo Senhor para sua intelligencia».

Aquele trecho era peremptorio; ordenava ao ministro decaído a sua subordinação. Ele porem não apparecera, escusara-se a jurar para não ter o tom de quem corria a aderir aos vencedores e porque se encontrava profundamente maguado. Acoimavam-no de conspirador e viam-no caído; epitetavam-no de mentor de D. Pedro e sentia-se posto de lado. Recolhera-se, pois, à Casa de Santana, ao seu palacio, cferido pelos mercadores da Baía, e ai recebia os que lhe tinham ficado fieis e tambem a certeza de que D. João VI se lembrara muito dele mal pudera tratar

com os seus novos ministros. Concordava que o conde e Palmela o tinham aconselhado bem, procurava maneira de os atrair mas nem conseguia leva-los ao paço. Tampouco entravam no Senado aberto à espera de seus juramentos. Apesar disso pensara o rei chama-lo de novo ao ministerio apesar dos odios de Tomás Antonio. Não fôra elle quem desta vez delivera a nomeação. D. Pedro, num arranco, não vendo senão a sua popularidade interviera e notara-lho num dos seus costumados impetos:

«Meu Conde. Desconfiou-se absolutamente q. D. Marcos ministro de Estado porque dizem q. me hade governar, e como eu sei q. o Conde se interessa por mim não me quererá fazer ter por homem q. presiza ser governado por outro portanto eu participo isto a Meu Pay para q. nomeando ele outro nenhum de nós fique comprometido para com o povo.

Estes são os sentimentos deste seu amo e amigo, Pedro».

Fôra a veemente embriaguez das primeiras horas da apoteose que o transtornara e o levára áquelle rompante mas logo reflectira e não receara entregar ao dos Arcos esse documento de confiança, ou porque realmente o estimasse ou porque muito dele carecesse para os seus planos futuros. É que D. Pedro ambicionava, mais do que nunca, o mando, preferindo-o todavia, em Portugal sentindo só poder exerce-lo onde o soberano não estivesse. Continuava a dirigir-se ao grande fidalgo em termos de larga intimidade:

«Meu conde e meu amigo» A nossa amizade existirá sempre, e eu nunca devia ou poderia ser seu verdadeiro amigo se não lhe falasse a verdade.

Di-se-me o amigo q. eu trago por toda parte para saber o q. se diz — (devia ser o Mocambôa ou o Goes) — q. me disse isto; dei todos os descontos, mas como já o tinha sabido outro dia he que eu acreditei porque quem me disse mercia credito, o Conde bem sabe q. nisto não perde porque terá sempre a minha amizade, e a todo o tempo q. todos estejam despersoadidos disto eu farei publicamente todos os sinaes de amor que eu tenho pello conde. Deste seu amigo, Pedro».

Era toda a ronha paterna numa enxertia de ambições sem par, essa carta, na qual paira um afeto tão dominado pela anciedade do mando como o perfume das rosas num quarto fechado.

Agora vestia-se na farda de dragão, cavalgava noite e dia com ordenanças militares atrás, entrava pelos quarteis, arrastando a espada,

1111 Ao Príncipe Real em 4
de Maio, 1422

1

Por meus officios recbi' vossa
e encarecida Carta que V. A. R. T. me a seu
previdencia de enviar-me, e por ter distincto
meio de maneira mais humilde e agradavel
todas a vossa de vicio no Senhorio de
de V. A. R.

Quero agradecer novamente, Senhor,
vossas de longidura e muy abastado - se me a
vossa em nichas almas folgaras - me todoy
de vossas de parte de lavoura - me todoy
de vossas de parte de lavoura - me todoy

Entretanto a fortuna de lavoura e adeos a
V. A. R. de se muy prouiso a se a de se
que V. A. R. ha todo tempo embuido a vossa - me
a dirigiu-me a Sua Auguste Persona ainda
me me na minha beste qualidades de Prout;
de que todavia suppleo enuaidamente perdo.

Depois no dia 26 de Maio
pp. com toda a solemnidade - por e longu-
tamente com Sua Maria de Policia - Te
vossas Antonio e quem se terba. Constatu com
lavoura de todo a Prout, de, e
engozos de lavoura, e todo fozem em nos
appostas muy em publico no Rio Janeiro, no
Rio Janeiro emba sua se lavoura a

querendo subir, entrevendo os dois partidos, o brasileiro e o português, a mirarem se, como dois rijos galos, antes do primeiro combate. Os acusados de republicanismo e que comandavam os nativos já tinham sido postos em liberdade num gesto magnânimo da rei; os nacionalistas tinham à frente os oficiais do 3 de caçadores, petulantes, de kepis á banda, fanfarrões, expelindo importância. O major Antão Garcez Pinto de Madeira tornara-se popular no Rio de Janeiro desde que fôra o primeiro a trazer o batalhão para o Rocio no 26 de Janeiro; o outro chefe era o do 11, José Maria da Costa, que tinha os seus soldados na mão; acaudilhavam-no uns subalternos, João Cristovam e um Sá. A influencia dos dois eclesiásticos tambem se marcava admiravelmente: Blasonavam liberalismos e queriam, todavia, mandar nos brasileiros. Havia à sua volta uma grande desconfiança e logo, nos começos de março, o príncipe, fazia a sua penitencia ante o conde dos Arcos.

Não fôra ele o instigador da conjuração; sabia das ligações do herdeiro do trono, é certo, mas o grande dominio que todos julgavam existir não passava de uma intimidade na qual nem tudo se dizia. D. Pedro queria reger, subir, mandar, e embora precisasse do amigo nem por isso se lhe subordinava.

Soubera, porem, que teria pouca consistencia aquele gabinete onde preponderavam os revolucionarios e não os ministros e ao antigo vice rei se confiara para lhe entregar o poder na hora propria quando *«todos estejam despersoadidos»*, como ele escrivia. A isso retorquira o politico, já a conhecer-lhe as audacias, com a placidez e o tom de quem apenas deseja curar más recordações. O conde pertencia à Academia Real das Sciencias de Lisboa e literava; porem na resposta, mostrava-se apenas de coração e orgulho feridos. Depois das glorias da Baía, do vice reinado, do idealismo, do endeusamento, o clangor dumas cornetas e um brigadiero a intimidar-lhe alitudes, como fizera Caula, eram coisas desproporcionadas, absurdas. Então retorquira em 4 de março:

«Por meu sobrinho recebi hontem o onrosissimo recado que V. A. R. teve a generosidade de enviar-me e por tão distincta Mercê, da maneira mais humilde e agradecido tenho a onra de beijar a Augusta Mão de V. A. R.

Desde aquele momento, Senhor, vortices de considerações atropelando-se uns aos outros em minha alma fatigarão-me todas as Faculdades a ponto de conservar-me mudo e quedo desde então...

Entretanto a fortuna de conhecer e adorar a V. A. R. desde seus primeiros anos, e a de ser por V. A. R. ha tanto tempo conhecido obriga-me a dirigir-me á Sua Augusta Presença, ainda mesmo na minha triste qualidade de Proscrito, do que todavia suplico encarecidamente perdão.

Deposto no dia 26 de Fevereiro p. p. com toda a solemnidade a par e conjunctamente com José Maria da Policia e Thomaz Antonio a quem eu tão bem conceituo como escuma de todos os Prezídios, Galés e enxovias deste Mundo, estou firme em não apparecer mais em publico no Rio de Janeiro onde tive por successor a . . . Seu Augusto Pae em Cujas Reaes Mãos tive a onra de entregar esta Provincia em estado de publica felicidade e opulencia.

Sei decerto que V. A. R. aprova esta firmeza porque ella parte d'um resentimento justo e nobre, e proprio d'um seu fiel Criado injuriado á face do Mundo inteiro que brevemente conhecerá os espantosos acontecimentos de 26 de Fevereiro p. p. Peço, todavia, licença para acrescentar em meu abono as Reflexoens seguintes:

Chefe de partido pela Soberania absoluta em 1817 e assim já conhecido na Historia Moderna, como posso eu apparecer à testa de uma Corporação Constitucional sem atrair a Reprovação do Universo sobre a versatilidade e oscilação de meu Character!

E o povo talvez por isso duvidando ha oito dias de meus sentimentos a ponto de proscreever-me, como pôde tão de repente ter ganhado comigo a boa fé e Confiança para entregar-me os seus interesses mais queridos?

Fui, he verdade, o primeiro que se atrevo a pedir a S. M. em 16 de Novembro pp uma Carta Constitucional como Unica Taboa de Salvação que via no Brasil. He verdade que estou hoje viva e sinceramente convencido que só Ella poderá tirar a Nação dos embaraços em que está; he tambem verdade que não me são novas quaesquer Theorias Constitucionacs: Entretanto, Senhr, sendo o Homem por natureza, animal de habitos, não é por certo o que se passou mais dum terço da vida figurando nos maiores logares do Governo Monarchico, aquele que é o mais proprio para figurar depois nos grandes logares do Governo Constitucional.

De outra parte tendo sido, segundo me consta, quasi opinião publica, que eu sabia dos acontecimentos do dia 26 e tendo eu constantemente desmentido tal opinião, V. A. R. sabe se com avices de verdade, um emprego tão distincto agora não faria senão confessar aquella opinião que me he tão excessivam^{te} desfavoravel quando até na Presença de S. M. assegurei que não sabia até aquele momento quando erão nove oras e meia daquele dia.

Peço finalmente licença para observar a V. A. R. que sendo o Amor da Patria o primeiro e mais poderoso Agente de todos os Grandes Feitos, falta-me esse totalmente no Brasil, e persuademe o meu amor proprio que elle me sobeje em Portugal: a Natureza não ama como Patria senão o ninho em que nascemos; à Politica pertence

depois determinar outro amor de Patria ficticio em cuja força eu não tenho tamanha Confiança.

E porque nenhuma Constituição do Mundo designe o sitio onde Cada Indivíduo deve servir a Patria Suplico humildem^{te} a V. A. R. a Graça d'interceder na Aug. Prez.^a de S. M.^a a favor do requerimento Junto em que peço licença para partir p.^a l.^a não só pelos razoes expostas mas tambem, e especialm^{te} porque indo eu com antecedencia terei tempo de estudar o estado das cousas antes da chegada de V. A. R. sobre circumstancias que muito convirão ser logo presentes ao Seu Alto Conhecim.^{to} Beija a Aug Mão de V. A. R. Conde dos Arcos.»

Tais eram os sentimentos do homem acusado de querer o Brasil para si, de o pretender governar e, ainda, de ser o mentor do filho do rei.

Devia causar grande impressão no real animo tão longa, tão digna e tão ponderada carta. D. Pedro perdera a ideia de voltar à metropole, era certo, mas os projectos da mãe, a cujos pés caíra, ao receber o seu beijo na hora da vitória, prevaleciam, amarravam-no ao prometido. A princeza D. Leopoldina d. ra à luz um filho, ele já não pedia argumentar, dentro em dias, com a doença da esposa para não partir e D. João VI, mostrando a sua vontade de ficar, quasi lhe insinuava a necessidade de o vêr deixar o Rio de Janeiro. Carlota Joaquina, porem, manobrava sempre os seus militares e os seus padres; o herdeiro da côroa, continuava a palpar os revolucionarios e dizia as suas impressões ao dos Arcos de quem recebera a grave, severa e honrada lição:

«Meu Conde e amigo. Cá vamos hindo como Deos permite e graças mais sucegados porque os homens já conheceram as asneiras, eu estou bom, e a Princeza e Filho. Deos lhe de saude como deseja este seu amigo Pedro.»

Recebeu as missivas no palacio de onde não saia mas onde lhe chegavam as noticias com as honrações. O rei como para o consolar e atrair ao paço sua familia nomeara o filho D. Manuel seu camarista e a filha, D. Luisa, dama do principe e da princesa.

Arcos não fazia senão agradecer; quedo, calmo na apparencia, agora todo agarrado aos livros. Um dia, um estrepito enorme de cavalos das ordenanças acordou-o do seu prazer favorito; entreabriu a sanefa e viu o principe que desmontava, entrava no portão largo tilintando a espada e vergando na mão o chicotinho de junco. Vinha falar-lhe; casu-lhe nos braços; narrou-lhe que a familia real iria toda para Portugal e o Brasil ficaria entregue a uma Junta conforme os militares desejavam. Já não carecia de se occultar: queria mostrar-lhe amizade e ali estava satisfeito.

desiludido não, mas com um certo despeito que o levava a afrontar os dize-res e as censuras.

Neste tempo ia-se aprestando a esquadra para reconduzir a côrte, os empregados, os comerciantes, aterrados com a situação em que se cairia após a saída do soberano para a Europa. Palmela escrevia o seu sentir, falto de dinheiro, aborrecido, confessando que *«o conde dos Arcos pae está com o Príncipe no maior auge do valimento de que ha ideia, a ponto de ir Sua Alteza Real visita-lo todos os dias.»*

Partiriam todos mas D. João VI ainda não acreditava, e, andava tão entregue a Thomaz Antonio, que vivia em S. Cristovão como turbado pela ideia dos *«casacas de briche»* de Lisboa. Preparava-se para ficar molemente nas sombras da chácara deixando ir o filho sósiho.

Março decorria suavemente; os portuguezes dispunham-se a largar para o reino e embarcavam os haveres; os brasileiros olhavam-nos com desconfiança, espalhavam que levavam tesouros. Nas provincias continuava o desgorgamento, voltavam-se para a obediencia ás côrtes metropolitanas e o major Garcez, com os companheiros, arrastando as espadas, dominavam mais do que o proprio governador das armas que não entrara na revolução e era ali um tolerado pela vontade da tropa portuguesa.

Ao mesmo tempo o conde de Casa-Flôres, ministro da Hespanha constitucional, ajudava a fomentar o espirito da rebelião. Não havia ninguem com confiança na vida brasileira desde que se propalara a saída do monarca para a Europa. Ele não pudera deter-se mais; decidira-se ante as culpas que lhe vinham dizer, sentindo o dedo rijo da consorte a impeli-lo. Lisboa, com todos aqueles demagogos, era o horror, era o inferno comparada com a tranquillidade da sua quinta, a cortezia do povo, a doce vida que levava deitado na sua rêde, dormindo a sua sêta, mas não podia gosa-las mais.

Lançou-se o decreto em que se annunciava a partida como um ardil de Thomaz Antonio do qual viria uma reacção. Procurava-se vêr como os fluminenses e os amigos de D. João VI, mesmos os brasileiros, encavravam semelhante acto.

Confessava sua magestade fazer *«ao bem geral de todos os meus povos um dos mais custosos sacrificios de que é capaz o meu paternal e regio coração, separando-me pela segunda vez de vassallos, cuja memoria me será sempre saudosa»*

Depois declarava que o príncipe ficava *«encarregado do governo provisório dèste reino do Brasil, enquanto nele se não achasse estabelecida a Constituição geral da nação.»*

Não se esperou muito pela resposta. Cada dia eram maiores os saques no Banco do Brasil dos que se retiravam e as finanças abaladas sofriam; gerava-se o panico. Levantou-se a gente do commercio a querer

sustar a partida do soberano e a representar-lhe para não a deixar pois sentia-se *«que fica o Brasil governado outra vez como colonia, na total dependencia da côrte na Europa; vemos que Sua Magestade, que haviamos recebido dentro dos nossos corações, se auzenta para sempre de nós e até que seu augu-to filho, esperança e gloria desta mo:arquia, se reli-rará logo que a Constituição fôr consolidada neste país.»*

Vinha, então, a grande nota impressionante a alarmar e a marcar uma verdade clara, iniludível que só os das côrtes de Lisboa, mal que-riam ou mal sabiam constatar: *«não está na ordem das cousas que o Brasil assim abandonado, se conserve muito tempo unido a Portugal.»*

Apresentavam o estado da Baía, e mostravam rezear pelas suas resoluções; ao conhecer-se ali o decreto real futuravam: *«as querelas intestinas da independencia e separação reciproca das capitanias, ensoparam de sangue a America do Norte, e actualmente tem ensopado tambem a America Hespanhola, e nossa sorte será ainda muito mais terrivel por termos entre nós um numero imenso de barbaros africanos.»*

Ponderavam, depois, a sorte do reino: *«acantoado no ocidente da Europa, ameaçado por Hespanha, sem commercio nem industria, sem apoio senão na politica estrangeira, e por isso mesmo dependente della, perderá quasi totalmente a sua existencia politica.»*

Deste medo, se dirigiam ao rei que chorava pelos cantos do palacio, já a sentir saudades do Brasil e do seu socego, só sorrindo ante uma manifestação popular que vinha pedi-lhe para que a partida — como solicitavam os negociantes no caso de ser irrevogavel o designio de el-rei *«seja ao menos depois depois de consolidada neste país a nova Constituição para resolver muitas duvidas, que necessariamente ocorrerão na sua applicação, ou, emfim, que se digne esperar pela decisão das Côrtes, que, cert.mente, tem de ocupar-se da parte essencial da séde da monarquia.»*

Thomaz Antonio, sempre no seu recatado papel de conselheiro secreto, conseguira ganhar mais algum tempo e esperançava-se, sem contar com a rainha, em conservar para sempre ali a familia real.

Voltava á sua idéa de enviar o príncipe e acrescentava ser melhor deixar Portugal entregue a si proprio. Um dia os absolutistas demoliriam os ideologos e logo entregariam o reino á obediencia real.

Que não fosse... Que ficasse... Ele é que não iria... O Brasil é que lhe convinha... Fossem todos os portuguezes mas neja ele...

— Mas tu não tens nada... nem mesmo uma pensão... Como has de viver? perguntava-lhe o rei.

— Eu sou simples — tornava-lhe o valido, naturalmente a mostrar o capote velho, o lenço de Alcobça, a póida caixa do rapé — e irei para o Rio Grande advogar.

Renascera tanto a idéa de que D. Pedro ficaria no Rio de Janeiro até ao juramento da Constituição, indo depois justar-se ao pai, que ele proprio o narrava para Lisboa:

«Chegou finalmente o grande dia 26 de Fevereiro em que tive a felicidade de servir de mecianteiro entre Meu Pai e a Nação e de me contribuir de Regenerador da Patria, cargo que para mim merecerá eterna lembrança, e me obrigará sempre a concorrer directamente para felicitar a Nação dos Heróis a que eu tenho a gloria de pertencer; não quero contar nesta que vai em resposta à sua de 3 de novembro de 1820 nenhum dos feitos acontecidos desde o dia 26 de Fevereiro até 18 de março porque assento seria hum amor proprio sem igual gabar-me a mim mesmo, até porque nada mais fiz do que cumprir o meu dever como filho, como Principe e como Vassalo, o qual ha de concorrer inda que seja com a propria vida, para a felicidade de huma Nação, que outra igual não he conhecida até hoje.»

Não se jactava mas não olvidava o grande passo da sua vida; continuava finto com esse fervido favor popular e então contava o seu plano, e o do rei:

«Eu aqui fico até pôr a Constituição em marcha e em exacta observancia, depois terei a gloria de ir para lá entregar-me nos braços da minha amiga Nação para ter parte com ela em todas as suas desgraças e felicidades, pois não me quero rir quando ela choiar, que eu penso (e penso bem) que o Soberano e a Nação constitui um Corpo no qual em o mal atacando huma parte o todo se deve sentir por amor, por uma reciproca gratidão que entre nós deve haver.

Para prova do amor que consagro a todos os Portuguezes de ambos os hemisferios mando já meu filho João Carlos e minha filha Maria da Gloria, e eu (repito) aqui fico esperando a Constituição, para que logo que estiver posta em pratica nesta metade do Reino Unido me vá unir a El-Rei meu pae á outra parte da Nação, á qual eu anciosamente desejo felicitar quanto cabe no humano poder.

Estes são os sentimentos que sempre tive, como Você sabe mas que emquanto não se rompesse o Veo do Templo os não podia manifestar tão claramente á Nação.»

Rompera-se — como sua alteza dizia — o veu do Templo.

Em Lisboa celebrariam com prazer essa carta boa para anunciar as intrigas que já lavravam contra os constitucionais. Os Corcundas, os reaccionarios, açulavam as iras que os correccionarios remordiam entre

si. Havia também os *Empenados*, os que aguardavam o momento de se manifestar e os *Colhutinhas*, os já sentados à mesa do novo orçamento. Apareciam pasquins atrevidos, obra dos absolutistas, que irritavam os «casacas de briche» soberbos, impávidos, bamboando-se de mãos nas algibeiras sobre as alcatifas das Necessidades, na sala das Côrtes.

Os inimigos colavam, de noite, as suas diatribes nos muros, e elas eram sibilantes como pedradas puxadas por boas fundas:

«Constituição de dia de Reis, constituição de cem mil reis, constituição sem reis não vale cem reis.»

Houvera motins à porta do parlamento; a população derespertara a tropa e a multidão entrara de chefe para as galerias, a vêr os senhores deputados que já não se entendiam uns com os outros embora não tivessem ainda muito tempo de contacto.

O grande desejo comum era verem ali o rei à mercê, dando-lhe as honrarias do cargo mas impondo-lhe as suas; sentando-se quando ele tomasse assento, cobrindo-se quando sua magestade puzesse o chapeu porque eram os representantes do povo o qual impava, crescia, atirava frases como a do rapazito roto e de pés nus, nos corredores do palacio, ao ser interrogado ácerca do que estava lá fazendo: *«Tanto como vossemecê porque também sou Nação.»*

Todos eram nação desde este garoto até ao soberano que mal se decidia a partir, estava ainda confiado em não se mexer, pois D. Pedro resolveria tudo. Este é que elandeava liberalismos, grandes affectos pela nova ordem do cousas, extranhas preferencias marcadas em seus dizes. Realmente dedicara-se a exteriorisar aquelles sentimentos e teria entrado admiravelmente em Lisboa a entender-se com os jacobinos.

O representante da Austria no Rio de Janeiro, o barão Wenzel de Marschall era o seu melhor fiador ao escrever a Metternich:

«La revolution de Portugal eclata et trouva, par les mêmes raisons, en lui un partisan». Era porém um singular correligionario. Desejava a Constituição mas para mandar nos constitucionais embora afixasse as tendencias popularescas ácerca da sua ida para Portugal. Corrobora-vam nas correspondencias que a capital portuguesa logo conhecia. Jubilosamente dizia uma dessas missivas:

«Muito devemos a Deus e muito ao Principe que tanto se expoz, e que de tudo sahiu tão bem» Anunciava-se a partida e acrescentava-se ir *«com Sua Alteza sr Antonio da Arrabida que he seu mestre e seu Confessor, de quem se faz muito caso por ser hum homem de muito*

merecimento e não ter de frade senão o habito. Diz-se também que o Conde dos Arcos vai com Sua Alteza Real . . . »

Agora tratava-se dele partir adiante a preparar a entrada do pae no país conforme Palmela aconselhara e tudo isto constava enquanto o rei soluçava nos recantos dos seus quartos apesar de Tomaz Antonio lhe assistir a convence-lo de que jamais largaria do Rio de Janeiro. Concertavam, convencidos ambos do sonho do valido, desamparar Portugal e desde já lhe retirar a Constituição. Mandaram chamar João Severiano Maciel da Costa, a quem ha pouco el-rei livrara a prisão, ao accusarem-no de republicano, combinaram que iria, sob o aspecto de se dirigir a Roma como embaixador, procurar na capital do reino a fórma de liquidar essa lei demagoga.

Era a pessoa peor escolhida para o encargo em virtude de se lhe attribuir a auctoria de um folheto assim intitulado: *Devem, nas presentes circumstancias, El-Rei e a Familia Real de Bragança, voltar para Portugal ou ficar no Brasil?* Acabava aconselhando, no seu amor à terra onde nascera, que se fizesse do Brasil a séde da monarchia portuguesa. O soberano mandara-o, com a sua procuração, logo que o libertara da Ilha das Cobras; aceitara a mostrar-lhe o seu arrependimento ou antes a sua impotencia ante a vontade dos revolucionarios. Embarcou para Portugal mas navio foi forçado a arribar e só tardiamente chegou a Lisboa. Gorara-se, mais uma vez, o plano do favorito.

Clamava-se, cada dia em voz mais alta, ao sentir-se como fatalmente o soberano deixaria o Brasil apesar da sua vontade em contrario; a rainha não perdia um momento de impeller os cúmplices nessa ideia. Rebelavam-se os nativos ao verem o Banco a entregar o dinheiro aos acionistas e aos depositarios que largar tam para a metropole. Para se calar essa constante agitação mandava-se depositar as joias da corôa nos cofres do estabelecimento, reconheciam-se como divida nacional os empréstimos ao tesouro, entregava-se-lhe os diamantes em bruto que não fossem necessarios para a laboração da fabrica onde se lapidavam e assim se ordenara ao conde da Lousã, presidente do real erario e ministro da fazenda. O rei asseverava que partiria para a Patria mas decretava tais medidas para o deterem.

Entretanto preparava-se tudo para a reunião dos eleitores da comarca os quaes, por sua vez, escolheriam os deputados ás côrtes de Lisboa.

Reinava uma eferverscencia enorme nesse sabado de Aleluia em que se aglomeravam os votantes na Praça do Comercio. Mandava-se a lista dos ministros [para que o povo pudesse censura-las ou admiti-las e n'elas fa o nome do conde dos Arcos que, emfim,

cedera, após uma conversa com el-rei e aos instantes pedidos do príncipe, nomeado regente em nome desse pai que, apesar de tudo, ainda esperava conservar-lhe o seu socego. Receava muito pela popularidade pois a turba vivava-o ao ouvir que ficaria no Brasil e ele retorquia sempre sorrindo, num largo gesto da sua continência: Viva el-rei! Por vezes bradava, viva el-rei nosso senhor! e encontrava menos entusiasmo. Andava tateando a rua o denodado D. Pedro, ela porê'n, se o aclamava nem por isso acolhia de bom grado o seu amigo para ministro do reino e dos estrangeiros. Protestos tão grandes como para ele se ouviram ao apresentar-se o conde de Lousã para a fazenda, ficando apenas secretarios de estado interinos na marinha o major general Manuel Antonio Faria e na guerra o marechal de campo Carlos Frederico Caula aos quais a população também não aceitava.

O homem que quizera levar o antigo vice-rei a jurar a Constituição por um officio era agora um seu colaborador embora sem a categoria de ministro; a seu lado o da armada, acolitava-lhe os despeitos, o conde da Louzã, que não gostava do parente, desde a hora em que o vira dar empregos a brasileiros e talvez por causa de antigas queixas contra Rodrigo Lobo, o ganancioso do bloqueio de Pernambuco, juntar-se-ia na conjura que se esboçava, ainda antes da posse, quando o povoleu, dirigido por energúmenos, clamava contra os inditados.

Não achavam constitucional a sua nomeação; alardeavam largas furias liberais; gente que não sabia lêr a palavra bradava pela lei organica; descalços, famintos e rotos ajoldavam-nos por dinheiro enquanto os negros cochichavam dizendo que ia haver grande bordoadá entre os brancos. Um odio de raça explorada subia na sua furia; esperavam os escravos vêr os senhores combatendo-se e folgavam, riam, assistiam aq'le balburdiar, senão junto das urnas ao menos no terreiro.

Um brado soou formidável; a grita enorme de quem leva a lição estudada e topa auxiliares numerosos e inconscientes.

— Não... Não... Os ministros não devem ser assim atirados ao povo... Nada de esperas... Vamos a proclamar a Constituição Hespanhola... Faça-se a eleição á sua sombra...

Viva a Constituição!...

Tumultuava-se; o corregedor que presidia, de pé, suado, cheio de pasmo, não comprehendia aq'le desacato ao soberano e os secretarios sorriam, senhores da situação. Ninguem os nomeara; apossaram-se dos logares em nome dos seus princípios, dos dictames aconselhados aos eleitores. Eram eles o portuguez José Clemente Pereira e o brasileiro Joaquim Gonçalves Ledo,

Ambos amavam a liberdade e a independencia. Clemente era um beirão de Trancoso, Ledo um autêntico carioca. Tinham ambos começado

estudos universitarios em Coimbra, deixando-os a meio, o portuguez para se ir bater contra os franceses, o brasileiro porque o pai lhe morrera e ele devia ganhar o seu pão. Encontraram-se, um no fóro advogado, pois acabara o seu direito após a guerra, o outro numa secretaria do estado. Completavam-se; o orador beirão, popularissimo, sob a alcunha do *Zê Pequeno*, era muito querido; o fluminense movia-se na maçonaria e ensaiava a pena de jornalista que o devia celebrar, inêses depois, no *Reverbero*. Tais eram os secretarios do presidente desse primeiro collegio eleitoral do Rio de Janeiro.

Subira tanto o clamor, a ameaça, a imposição, que o corregedor cederá e votara-se tudo, aceitara-se a vontade da assemblea, louvaram-se actos, prestaram-se juramentos aos artigos da lei hespanhola enquanto as côrtes de Portugal não aprovassem os seus.

Redobraram ainda em exigencias; a turba quando vence arvora caprichos singulares de creança com argumentos fortes de gigante servido de boa massa de armas. Queria-se mais; e Ledo e Clemente, dirigiam os desejos da multidão.

Tratava-se de ir a S. Cristovão pedir a D. João VI o que tinham determinado e tambem para que ordenasse, desde logo, o desembarque dos cofres, o tesouro, já acomodado a bordo conforme se espalhara. O povoheu achara o estribilho para lançar a sua revolta:

Olho vivo e pé ligeiro
Vamos à nau buscar o dinheiro

Gritavam, saltavam as suas imprecações, tomavam o logar dos comerciantes que fugiam espavoridos ante aquele singular assomo de civismo e se uns iam barricar-se nas casas cheias de medo, decididos a defender as fazendas, os outros tremiam ante tal turbamulta.

Nomeara-se a comissão na qual entravam o desembargador Veloso de Oliveira, o general Curado e o coronel Manuel de Moraes.

Caula recebia os declamadores que lhe solicitavam ordem para não deixar sair os navios sem deixarem os cofres e retorquia-lhes que só acatava ordens do soberano; um advent'cio, Duprat, falara alto, mas não se lhe ligara importancia de maior. Só então o coronel Moraes, se decidira a ir até Santa Cruz, com o povo, intimar o governador a fazer fogo sobre os barcos que se movessem. Um tenente Souto, com um esquadrão de cavalaria, recolheu-os nas casamatas. D. Pedro estava junto do pai e vestia a bela farda dos dragões quando o official cumpriu a missão. El-rei a tudo cedera mas ao saber-se no Rio de Janeiro o sucedido com os comissionados os tumultos redobraram. Andavam bandos de bebados barregando depois de esvasiarem a pipa que o ilheu

do Faial, Feliciano de Sousa, mandara abrir na rua da Quitanda, à porta do seu armazem de molhados. Não devia ser especialidade o licor, visto o oferente ter a alcunha de *Vinagre*, mas bebera-se e ainda mais se aze-daram os animos e se acirraram os motins, os protestos, os brados, na noite chuvosa desse sabado de aleluia.

Ouviu-se um toque de corneta, depois os passos acelerados dos homens sob a cacimba, na meia claridade da lua embaciada como um fóco sob neblinas; depois, mais tropel, destacadas vozes de comando e os soldados estenderam-se num círculo do lado dos Mineiros para a rua Direita. Ao sentirem os passos da tropa os cidadãos atropelaram-se no interior do edificio e começaram a saltar pelas janelas. Soaram, então, os tambores e a 6.^a companhia, do 3 de caçadores, avançou para não deixar passar no rua do Sabão os tumultuantes. Uma punhalada vibrada, num ímpeto de fuga, abatera um dos militares e logo, de chofre, de subito, uma descarga retumbou.

As portas foram arrombadas e o edificio invadido, as baionetas feriam fundamente sob as vistas dos officiais, e na fuga, levados numa galgada, veloz, furiosamente, o bando procurava abrigos. Uns corriam para a vereda da praia e atiravam-se ao rio onde se afogavam, outros eram fusilados na primeira descarga. O *Vinagre*, que tão alegremente se decidira a dar à populaça a sua pipa de vinho, foi uma das vítimas. Quando a manhã clareou os officiais continuaram a passear arrastando as espadas e de kepis à banda.

D. João VI, nos seus eternos sobressaltos, entregara ao filho toda a administração e dispunha-se a largar para Lisboa. Perdera o jogo que Carlota Joaquina ganhara. Os majores começavam já a palrar ácerca dos sucessos ao verem-se condenados pelos comerciantes recolhidos ás suas casas. Murmuravam ter sido D. Pedro o mandante das violencias. Foi quando o rei se dispôz a dar o seu ultimo beijamão na terra brazileira e o conde dos Arcos a redigir a proclamação que lhe encomendara. Não podia recuar. Dum lado o soberano mostrava-lhe o principe inexperiente, fógoso e rodeado de aventureiros, do outro o proprio herdeiro do throno lhe solicitava amparo.

Fazia anos D. Carlota Joaquina naquele dia 25 de abril marcado para a partida e ainda não parava um momento, apesar da festa. Movia-se para saber o que se passava com os seus amigos e ao sabe-los presos alguns deles apenas perguntava quando se embarcava, freneticamente exaltada a deitar à larga as suas contas.

Pois como podia o marido ficar no Brasil, depois de ser obrigado a transigir com a populaça e conduzido pelos emancipadores?

Qual a situação dum soberano que abdica assim, enquanto o filho dá as ordens, se impõe, ocupa o seu logar? Não tinha senão que acom-

dar-se nessa esquadra que já estava de velas abertas na bacia formosíssima, embora o povo andasse a lamentar sua magestade.

De todos aqueles arruaceiros da noite não restava nada; ou tinham sido sumidos nas fortalezas ou ocultos nas covas dos sepulcros conventuais. Pelo menos quarenta, baquearam sob balas da soldadesca. Agora era o verdadeiro povo, amante daquele bom monarca, que andava a espreitar a sua partida e a prantea-la. Já não havia duvidas ácerca do pacto e o mulherio berrava apontando a nau *D. João VI* que o ia conduzir, a *Carolina*, a charrua *Oreste*, a *Princesa Real*, o *Conde de Peniche* postas em linha para a largada de toda essa côrte que regressava.

Apesar de ser o dia do aniversario da soberana não se descretara a gala; o rei não apparecera depois do beijamão. Na noite começou um cortejo funebre entre brandões, confrarias, sacerdotes, numa marcha lenta e triste debaixo dos chuviscos que apagavam os lumes dos pavios. O rei quizera levar consigo os seus mortos, conduzi-los, num carinho que só usara para com raros vivos. Fôra buscar-se a Santo Antonio o cadaver do infante *D. Pedro Carlos*, à Ajuda o da rainha *D. Maria I* e ele, descoberto, palido, tremulo seguia-os como se fosse um duende arrastando a filha, viuva e o netinho *D. Sebastião*, pequenino como um arbusto, orfão, vestidos de negros, e soluçando no escuro da noite.

Apenas se ouvia o rodado dos coches e o das passadas lentas dos fieis e dos irmãos das confrarias; manchas vermelhas das opas do Santissimo e amareladas dos franciscanos, roxas e claras, confundiam-se naquele oscilar de cem luzes a caminho do cais onde o soberano, chorando e aiando, ia embarcar, no misterio, escondido, envergonhado ou receoso como um hospede que se julga importuno hoje, embora mais tarde saiba que o lamentaram.

Antes disse, porem, chamara o primogenito à sua alcova, olhara os reposteiros bordados nas pregas, do seu damaseo vermelho, tomara as maneiras dum conspirador, o pobre rei, que eles tanto tinham feito sofrer e quedara-se ainda, mudo, sem palavra.

Em volta da chácara real desenvolvia-se a vasta e opulenta terra brasilica tão amada e da qual o obrigavam a sair.

Os treze anos decorridos naquele retiro enrochavam-se em saudades no seu coração. Enquanto a Europa se convulsionara, se agitara, se enfraquecera nas guerras, em que uma rajada de genios abatia legiões, ele, tranquilamente deitado no seu canapé de palhinha, tinha os Lobatos a velar-lhe o sono, os archeiros de alabardas na antecâmara, um país inteiro a cantar a sua bondade, o seu carinho, a sua doçura.

E ia deixar tudo aquião, largar o socego, atraz dos seus mortos

amados como sendo um despojo funebre tambem. Riquezas sem fim se ocultavam sob essas campinas verdejantes, maravilhosas pedrarias, metidas nas suas gangas, esperavam a sua hora de nascer para fulgurarem nos colos das mulheres, nos peitos dos herois, nos diademas dos reis, platas magnificas, tendo em cada baga o valor duma moeda, floresciaam nas campinas, rios auriferos, porque ouro traziam ou com suas aguas ouro creavam, cortavam aquele imperio onde reinara e do qual só restava a pena entranhada que jamais o largaria.

Então naquele quarto, visinho do oratorio, el-rei, sempre com o seu ar de conjurado, disse ao filho, muito baixinho e tão comovidamente como se lhe entregasse um pedaço da alma:

«Pedro . . . Se algum dia o Brasil se quizer libertar, toma-o para ti, salva-o das mãos desses aventureiros . . .»

Soltava a sua confissão; era o que teria feito se tivesse coragem e tempo.

Disse e safu, já de outro aspecto, egual a um Rei Lear que doasse ao herdeiro toda a sua fortuna em vida e aguardasse os dias tormentosos de esmola.

Sucumbira assim antes de seguir o feretro dos seus queridos mortos.

Diferente fôra a attitude da rainha e tambem a do principe nomeado regente.

Carlota Joaquina vestira os seus melhores trajos, tomara um ar altivo e em tal attitude marcara um desafio. Não tinham posto a pompa em gloria dos 47 anos que fazia e encarava todos com desdem. Atravessou as ruas, chegou ao Arsenal, e ao pôr o pé na gateota, sem rebuço, soltando um desabafo, até então contido pelas conveniencias, exclamou:

— Ora até que emfim vou para terra de gente!

A ingrata deixava, emfim, desprender-se a lingua num arranco bem do infimo, furiosa mas felecissima.

D. João VI, rodeado pelos seus camaristas, quiz ainda vêr o valido que não largava a terra do Brasil. Tomaz Antonio appareceu a escutar as queixas do soberano, cabisbaixo, aborrecido, vendo fracassada toda a sua obra. Mas, emfim, ele ficaria no territorio amado, não voltaria mais a Portugal, onde imperava a demagogia. Dentro em pouco ninguem se lembraria mais das suas ideias nem da sua categoria; iria advogar, refazer a vida. Disse, inclinou-se, beijou a mão ao amigo de tantos anos naquela impasevada tolda da nau de quarenta peças. Quando fã a transpôr o portaló, um official, de grande uniforme, correctamente perfilado, não a deixou sahir.

— Mas que fã à sua vida! . . .

— E' da parte del-rei . . . Não posso consentir que v. ex.^a saia . . .

Forçadamente voltava para a metropole esse grande fanatico pelo

Brasil. Deixava o mobiliario; apenas mandava uma carta, ao creado Francisco Lopes, para que lhe trouxesse a roupa. E como um pobre escorraçado pelo destino se recolheu no beliche aquele que fôra o arbitro, o senhor, o dominador do imperio dispondo da vontade real, embuçado numa capa, cheirando o seu rapé, assoando-se ao seu lenço de Alcobaça.

D. João VI, quando se levantou o ferro do navio, chorou; a seus pés um homem soluçava. Era Tomaz Antonio; só eles, entre todos aqueles devoristas, soluçavam pela bemdita terra de asilo.

D. Pedro, esse, desembarcava no Arsenal como um conquistador; devia saber-lhe melhor calcar o terreno onde mandaria livre das peias que iam nas naus para a terra da revolução. Entrou nos estaleiros; chamou mestres e artefices, disse-lhes que se armassem de picaretas e enxadas. Assim começou a caminhar, com um sequito extranho de mestreaes, e entrou no Jardim do Campo de Sant'Ana que Tomaz Antonio mandara plantar. Reverdeciam as amoreiras de folhas largas, começavam a desabrochar as flôres que o antigo intendente da policia sempre cuidara e guardara. Eram a obra do valído do pai e do seu agente e então, sob a luz viva, os machados brilharam destroçando os troncos, excavaram-se as raízes, destruíram-se as grades, ali a dois passos da casa do conde dos Arcos, que entregava ao príncipe a proclamação solicitada:

«A obrigação de entender primeiro que tudo ao interesse geral da nação força-me a deixar-vos e a encarregar-me do cuidado sobre a publica felicidade do Brazil até que de Portugal chegue a Constituição e a consolide.

E julgando eu mui conveniente, nas presentes circumstancias, que todos, desde já, conheçam quaes são os objectos de administração geral, a que especialmente attendereis, não perco tempo em manifestar que o respeito austero ás leis, vigilancia constante sobre seus explicadores, guerra contra as ambages com que ellas se desacreditão e enfraquecem, serão os objectos da minha primeira attenção.

Altamente agradavel me será anticipar todos os beneficios da Constituição que puderem ser conjugaveis com a obediencia das nossas leis.

A educação publica que actualmente exige o mais apurado desenvolvimento do governo será atendida com tanta efficacia quanta couber em meu poder.

E porque em semelhante estado se achão a agricultura e o commercio do Brazil não cessarei de procurar quantas facilidades poder ser a favor de tão copiosas fontes de receita da nação.

Igual attenção prestarei ao interessantissimo artigo das reformas

sem as quaes é impossivel promover liberalmente a publica prosperidade.

«Habitantes do Brazil! Todas estas intenções serão baldadas se esses poucos mal intencionados conseguirem sua funesta vitória, persuadindo-nos de principios anti sociaes destructivos de toda a ordem e diametralmente contrarios ao sistema de franqueza que desde já principio a seguir. Principe Regente».

Era o programa de um reformador. Toda a obra que fizera na Baía lhe devia acudir igual à de um molde, ampliada para o emporio imenso. Êle bem sabia o que desejava e detalhadamente o marcava. Primeiro seria a instrução, as escolas a semear-se nas provincias onde se trataria de proteger a agricultura, de levantar o commercio por medidas sabias e interessantes. Porem, o conde, presentia o inimigo a querer derruba-lo, via-o a seu lado e tilintando a espada nas ruas. Não havia duvida que a tropa portuguesa sufocara o tumulto e que estava no poder mas a demora precisa para conseguir realizar o seu intuito dependia da vontade dos constitucionaes militares. Desde o primeiro dia ligou os colegas ás responsabilidades de todos os trabalhos sob a presidencia do principe. Só êle trazia as ideas, as espalhava, demonstrava a sua conveniencia, apresentava as suas vantagens mas cousa alguma se decidia sem a maioria dos votos.

O conde de Louzã encarava-o de má sombra ao compreender como desejava servir os brasileiros, contrabalançando seus interesses com os sentimentos dos nacionaes, procurando, por todos os modos, pacificar as provincias, liga-las, para formarem o nucleo brasilico, a Nação, em vez de estados diversos os quais se envolveriam em batalhas successivas. Carlos Caula não deixava de o encarar como pouco liberal ao recordar o aviso para o juramento a que se eximira: Manuel Farinha, esse, acaudilhava o colega da secretaria da guerra.

O estado do Brazil nessa epoca era de um latejamento de sangue novo após uma doença prolongada. A revolta da Baía, os vislumbres de um movimento em Pernambuco, definiam muito bem o que se ambicionava: uma sentimental ânsia de liberdade a qual, ao lado do character politico, trouxesse um vasto ressurgimento economico Os portugueses do exercito esses desejavam, tambem, a Constituição de Portugal, mas sob o seu dominio, muito receoses de desagradar aos senhores do reino e perderem os logaras a que tinham direito, os soldos e as patentes metropolitanas.

Nos conciliabulos dizia-se ser necessario liquidar a administração do conde dos Arcos, e, embora D. Pedro mostrasse bem que não se deixava subordinar pelo seu amigo, alimentava-se essa crença entre a populaça

ao verem entrar no palacio do Campo de Sant'Ana mal sabendo que sua alteza aproveitava nessas visitas mais do que despendia.

Uma má vontade subia contra o chefe do governo que não se entendia com êles nem procurava o beneplacito dos militares cuja popularidade ia diminuindo mas cujo poder não soffria. Então começaram a espalhar que o ministro desejava a independencia do Brazil sob o governo do regente, liberto da séde da monarchia e que odiava, sobretudo, as Côrtes de Lisboa.

Ao mesmo tempo diziam-no em tratos com alguns reaccionários baianos para libertar a provincia da obediencia aos liberaes e acrescentavam, a fim de roubarem populariedade ao principe, terem sido apenas os mandatarios da sua alteza, e mais nada, ao fusilarem o povo.

Contava, e era verdade, que D. Pedro reduzira as despezas da sua casa, cortara nas largas verbas de ucharias, manutenção, serviçais, que se privara até de muitos cavalos e, por consequencia, de seus tratadores e isso agradava à gente da classe commercial e aos trabalhadores. Vinham, porem, desmanchar essa nobreza de procedimento as atoardas dos officiaes portuguezes ácerca do tiroteio do dia das eleições. Fôra o regente o mandante, repetiam-no em voz alta. Quando chamavam assassinos aos militares rebelavam-se e procuravam o manto augusto para se acobertarem.

Nas correspondencias dos ministros estrangeiros liam-se todos estes dizeres e tambem a critica aos planos do conde dos Arcos que chegara na hora menos propria para fazer uma obra de regeneração.

Por toda a parte apparecia o alarme; no Rio de Janeiro detestava-se as tropas metropolitanas; a Baía ligava-se, cada vez mais, aos demagogos de Portugal que publicavam jubilosos a noticia da proclamação do seu sistema naquela provincia e cuja noticia chegara pela galera *Feliz Ventura* como se o proprio nome do barco fosse uma saudação dos baianos. Narravam, tambem, terem enviado a Pernambuco tres embarcações armadas em guerra encontrando já a Constituição jurada e um édito de Luís do Rego a socegar o povo.

Mas continuavam, apesar disso, as coleras contra o governador. O capitão Francisco de Albuquerque apparecera a dizer-se um perseguido mal corra a noticia dos acontecimentos de fevereiro e da subordinação do rei ás obras dos revolucionarios. Mudara de reaccionario, de acusador do capitão general, para um liberalismo ultra e rodeado de rapazes excitados, começara a planear o assalto ao poder.

O governador lançara mão deles e metera-os, com os cumplices, na cadeia ao mesmo tempo que acatava o sistema que a Baía proclamara, reenviando para a sua patria os presos da revolução de 1817 que Luís do Rego fa ter como formidaveis inimigos,

Mostravam-se aos olhos do povo como autenticas vitimas. Os quatro anos nos carcerees, dos quais os vencedores os tinham arrancado, sagravam-nos e tomavam de novo o seu partido de vingança declarando que devia chegar, em breve, o momento do seu triunfo. Desde logo começaram a ser espancados de noite os que tinham deposto ácerca dos seus delictos quando da devassa.

Recomeçava a levedar a rebelião.

No resto do Brasil tambem havia vagos rumores; acentuava-se a tendencia liberal e rara era já a provincia que mandava pagar ao Rio de Janeiro as suas obrigatorias taxas. Entravam a aplicar os renditos em seu proveito, enquanto D. Pedro fazia economias.

Deste modo e com tais embaraços, se iniciara o governo em que tinha o principal papel o ultimo vice rei do Brasil.



CAPITULO VIII

AS INGRATIDÕES DO POVO E DOS PRINCIPES

A acção ministerial do Conde dos Arcos — Como a encaravam os officiaes portuguezes — D. Pedro e a impopularidade — O general das armas e o governo — O Regente na vespera da revolução — A sua attitude ante os revolucionarios — O brigade "13 de maio" — O Conde dos Arcos a caminho da Baía — O procedimento da Junta — A atmosfera de Lisboa em 1821

Ao ser conhecido o primeiro decreto do gabinete do Conde dos Arcos houvera celeuma e tecera-se uma formidavel conclusão. Ele desobrigava o sal que ia para o interior do Brasil do encargo de setecentos e cinquenta reis e, fazia-o, porque desejava agradar aos nativos, com o fim de os associar às suas ambições, de os separar de Portugal. Era isto o que espalhavam os do exercito nacional, ainda todos envaidecidos com a victoria e voltados, cada vez mais, contra as aspirações dos filhos do país e de alguns da metropole, como Clemente Pereira, que os aplaudiam e apoiavam.

Uns, os brasileiros, desejavam egualdade e por isso se ligavam às theorias constitucionais; outros, os da trepa e mesmo os civis, estavam definidos pelo barão Marschall, ministro da Austria:

«Os portuguezes desprezam os americanos como uma raça degenerada, e acreditam que serão facilmente os dominadores se os reforços de Lisboa chegarem cedo».

Para se manter o socego da Baía, solicitara, a Junta, soldados do reino. No Rio de Janeiro o diplomata mostrava a situação que não poderia durar:

«Os portuguezes moram quasi todos na cidade, occupando a maior parte dos empregos publicos; são os unicos, sobretudo, depois dos ultimos acontecimentos, que falam francamente e dizem as suas opiniões; os brasileiros são reservados, medrosos, têm realmente elevado grau de fleugma e de apathia».

O que eles sentiam acima de tudo era o esmagamento de que o Conde dos Arcos — apesar de muito dedicado ao seu país como escrevera ao principe, e só por ele sentir patriotismo — buscava libertá-los. Desejava-os nos empregos e aconselhava D. Pedro a que lhes desse irritando tanto o conde da Louzã que o levara a manifestar-se às claras contra o chefe do ministerio apesar dele deixar recair sobre o regente toda a gratidão dos nativos pelos cargos qua se lhes conferia.

Havia, porem, nessa insenção dos onus do sal, mais do que uma medida de captação, uma larga visão de futuro,

Desenvolviam-se industrias no interior para que era indispensavel o producto. Creados nos imensos prados, gados numerosos, tratava-se a carne para a revenda nas outras regiões; sem o sal era impossivel trabalha-la. Sabia-se que vinha fazer falta ao tesouro essa importancia do imposto porem, dentro em pouco, ela appareceria decuplicada trazendo, ao mesmo tempo, a satisfação dos povos.

Apesar dos militares não se calarem com a critica ao acto, de resto apoiado por todo o gabinete, ainda se lhes aumentava os soldos.

Isso, porem, não os calava. Alguma cousa mais importante os movia; o grande receio de ficarem um dia em termos de egualdade com os brasileiros, o medo dalguma manifestação ao regente que o levasse a desrespoitar as Côrtes de Ltsboa porque assim como o barão de Marschall o comprehendera, melhor o conheciam os do exercito.

«Julgo que o principe não é liberal senão por ter recebido dos adeptos do partido algumas ideias que não digeriu e a sua falta de experiencia de os apreciar pelo seu justo valor. Tendo soffrido sob o governo de el-rei, seu pai, acreditou, talvez de boa fé, até um certo ponto, que o mal vinha dessa fórma politica. Deseja francamente o bem e faria de bom grado sacrificios para o conseguir.»

Dizia isto o austriaco; sentia a gente da tropa que remarejava por querer o juramento das bases da Constituição. O conde dos

Árcos apenas aguardava a chegada do documento, conforme se decidira no 26 de fevereiro, regendo-se até esse dia pela lei espanhola. De resto quatrocentos e vinte e quatro officiaes de todas as patentes e regimentos garantira, por escrito, ao rei a sua fidelidade ao «que êle julgava mais conveniente e que tudo fariam para evitar que se formem conventículos».

Governava as armas da côrte, o lugar deixado por Caula, tornado secretario de estado, o tenente-coronel Jorge de Avilez, heroi da guerra peninsular e de Montevidéu que vivia muito junto do príncipe. Era casado com uma senhora linda e honesta à qual o regente fazia madrigaes, visitando-a a miudo na Guarda Velha.

Galanteava-a a ponto de despertar o ciume da princeza real. Boquejava-se muito do caso e entre os officiaes, sobretudo os que ainda aterravam o Rio de Janeiro, com suas attitudes redobrava a falacia.

O exercito viveria sereno sem o irrequietismo desses chefes ambiciosos aos quais êle «obedecia cegamente» escrevia o enviado de Austria, para o príncipe de Meternich — e apresentavam-se, mesmo na rebelião «com conducta tão cheia de disciplina como se estivesse numa parada» «O soldado brasileiro — acrescentava-se — é igualmente impassivel, os seus officiaes estão descontentes, humilhados mas, não tendo chefes, não se pronunciam»,

Isto era como outrora; Garcez, João Crisostomo, o Sá, o Julio, officiaes do 3 de caçadores não queriam subordinar-se, entreviam no comandante das armas um inimigo; e, apesar da sua bravura, não o queriam por general. Voltavam-se para Caula, o seu delegado, o seu representante no ministerio, o seu agente, em queixas amargas.

De resto não era preciso muito para o convencer desde que lhe diziam andar o dos Árcos a abolir impostos afim de agradar aos brasileiros, a demorar o juramento das Bases Constitucionais para arranjar outras só para o Brasil e, ao mesmo tempo a ter entendimentos com a gente reacionaria da Baía no desejo de resolver a Junta a ceder os seus dictames, e, não podendo ser assim, dar mais decisivos passos a guerra contra êles. Para isso devia contar com Luís do Rego contra o qual andavam exacerbados os revolucionarios pernambucanos.

Bem sabia o Caula ser tudo aquilo falso pois tambem assinara a abolição do imposto; igualmente o julgava o da Louzã mas argumentava logo com os empregos concedidos aos da terra e não lhe repugnava acreditar nessa idea de ligações com os bafanos contrarios ao governo de Lisboa, pois o conde ganhara grande influencia na provincia, que lhe devia tudo, e podia, com o governador de Pernambuco, tentar algum golpe. O secretario de estado da guerra era um excitado constitucional: Louzã, nesse tempo, tambem mergulhava no crêdo; Farinha, deixava-se

levar e, no meio de todo aquele enredo, o antigo vice-rei procurava realisar o sonho de desenvolvimento, de ação, de bem estar, enaltecedor para o príncipe, bom para os nativos, digno para Portugal.

Entrara o mez de maio e a agitação aumentava. Lançara-se outro decreto que se propalava, malsãmente, tender ao mesmo fim: agradar ás provincias,

Não se cobraria os 2 % estabelecidos em 1818, por Tomaz Antonio, e relativos aos direitos sobre os generos despachados em alfandegas provinciaes desde que se destinassem à capital.

Contentar-se-fiam as duas partes mas os revoltados clamaram tambem: estava-se a arruinar o erario para servir os nativos.

Depois como se estabelecessem aulas de orfãos destinadas, quiz vêr se, nesse estabelecimentos do seminario de S. Joaquim, mais atenções para com os brasileiros. E que era isso senão a tentativa de os captar, de os roubar à obediencia à metropole, de os levar à repulsa pela Constituição? Ainda não tinham chegado as Bases e já acusavam o fidalgo de lhe ser contrario visto não convocar os funcionarios e os militares para o juramento. Gritavam, que não os quizera acreditar e voltavam-se contra o príncipe, desejando no governo, não o Regente, mas uma Junta como a baiana,

Ali é que se cumpria a lei; já andavam tratando de eleger deputados a fim de os mandarem a Lisboa, ao dever. Tinham à sombra dalgumas armas, nomeado aqueles bons cidadãos e no Rio de Janeiro devia fazer-se o mesmo. Um homem só a dirigir mostrava um ar de absolutismo aos governados. Pois se em Lisboa houvera um Conselho de Regencia até à chegada do rei, se em toda parte, onde não estava um soberano, se dirigiam assim as maquinas constitucionais porque razão D. Pedro continuava a ser o arbitro, ao lado dos ministros que o palle deixara, e sobretudo desse dos Arcos, tanto a salientar-se?

Carecia-se duma Junta e quanto mais depressa melhor; era necessario pedi-la para não a impôr. Os militares atiravam estas ideias e os caudilhos, como Clemente Pereira e Ledo, os das Lojas, que já andavam a agregar-se, a «*levantar colunas*», lá para a rua das Violas, em casa do capitão de mar e guerra Moncorvo, e aplaudiam-nos e esperavam a sua vez porque queriam mais, o fim, a independencia.

Agora a grande teima da tropa era o juramento das Bases; a opposição ao ministro era já odio; ácerca do Regente os boatos fervilhavam e os officiais excediam-se a ponto de dizerem que se tivessem cumprido as ordens de sua alteza, no 21 de abril, quando dos fusilamentos, bem maior seria o numero de mortos.

A situação descrita pelos diplomatas, era esta e acreditava-se que D. Pedro tal mandara «*num momento de colera*».

Fazia-se em torno do príncipe «*um silencio de mau agouro*»: Diziam «*deixar-se inteiramente levar pelo conde dos Arcos*». Chegara a ser «*impopular*». Tudo isto afirmava o agente austriaco e tambem que: «*faltava o dinheiro para fazer frente aos gastos. Nenhuma provincia mandava fundos e os recursos limitavam-se aproximadamente aos direitos de alfandega do Rio de Janeiro*». As economias não serviam para cousa alguma e as provincias, atordoadas com as ideias constitucionais, levavam uma singular e instinctiva autonomia. No Rio Grande do Sul nomeara-se uma junta, escoraçara-se o governador, cortara-se com a capital; em Montevidéu lavrava uma grande questão entre os chefes das tropas occupantes. Desejavam retirar-las para na côrte se applicarem as fragatas *Venus* e *União*. Falava-se duma cumplicidade entre os riograndenses e os mineiros; desconfiava-se muito dos provincianos de Mato Grosso.

Exactamente quando se tratava de cohesão era quando os militares clamavam a proposito de tudo. Decidira-se não se pôr mais algemas a presos e os liberais berravam contra o ministro que ordenara a medida, mostrando desejarem os encarcerados com grilhões, os detidos com correntes, embora se tratasse de politicos.

Outra ordem que muito os exacerbou foi a de não se manterem prisões sem ordem do juiz, dada por escrito e com nota da culpa, à excepção de quando fossem encontrados os delinquentes no acto do crime. Um protesto rebou ante os alvarás libertadores. (*)

No fundo, o que pretendiam era o dominio, lançar-se contra o dos Arcos, afastar Avilez do comando das tropas, continuarem tilintando as suas espadas e mandando na sombra. Sabiam, demasiadamente, que não tinham vindo de Lisboa as ordens relativas à Constituição mas não hesitaram, os chefes revolucionarios, em começar a sua propaganda.

Tratava-se de levar as tropas para a rua, numa demonstração de força, accentuar bem o seu poderio, e cousa alguma seria mais facil de que o assegurarem deveras, nomeando quem quizessem afim de assistir ao Regente — a Junta — e elegendo logo os deputados destinados às Côrtes de Lisboa. Radiariam «*as casacas de briche*» e ficariam sabendo que solidos esteios tinham n.ºs officiaes do 3 de caçadores reunidos, naquele fim de maio, para decidirem do golpe,

Proclamar-se-ia a Constituição à força, asseguravam o major João Crisostomo Corrêa Guedes e o seu colega Francisco Peixoto de Magalhães Portugal; o capitão Sá era tambem dos mais agitados e com elles se unia outro sedicioso, do 11, José Maria da Costa.

(*) Apêndice, Doc. n.º 15.

Bastar-lhes-ia levar o batalhão e o regimento para se pronunciarem; os outros viriam depois, tanto mais que nunca tinham deixado de estar ligados. Passar-se-ia sem o comandante das armas, bem diferente de Caula que logo aderira. Decididamente não podiam contar, com Jorge de Avilez que, ligado ao principe, decerto não os deixaria mover. Com ele não se deveria contar e parece que, até, a um determinado instante, tiveram razão porque realmente sua alteza dizia ao seu amigo, acerca do aviso que se devia fazer às tropas, julga-lo desnecessario pois «*ajustei com o Jorge e tudo*».

Ajustara tudo e alguma coisa o principe conhecera do acto que iam praticar.

Queria D. Pedro, com o seu primeiro ministro, antecipar as Bases da Constituição; não proclamara a lei porque esta devia ser feita com a colaboração dos deputados nacionais enviados a Lisboa onde se traçariam os artigos relativos ao Brasil mas os militares não o entendiam assim; repisavam seus designios de tal maneira que o regente os conheceu oito dias antes de eles os levarem a cabo.

Não perdera, por isso, os habitos de fragoeiro; divertia-se muito na caça, dava audiencias na côrte e logo queria perder-se nas fazendas reais a atirar aos passaros como a dar largas à sua veia belicosa.

Numa das vezes escrevia «*ao conde dos Arcos: Hontem tive tenção de hir a S.^{ta} Cruz mas como chove não fui, agora que está bom tempo vou e o despacho de amanhã passa para sabbado e partcipe isto aos outros ministros*».

Pois numa dessas sortidas, de espingarda em punho, meditara muito no que sabia acerca das intenções do batalhão 3 de caçadores. Participara-o ao ministro, falara-lhe tambem de Avilez contra quem os outros se rebelavam e até mesmo, topando João Crisostomo, o interpelara na costumada arrogancia de quem não teme os acontecimentos nem os homens. Largara-lhe de chôtre tudo quanto acerca dos seus propositos aprendera.

— Bem sabia que queriam proclamar a Constituição à fôrça sem terem ainda eleito os deputados do Brasil que em Lisboa a deviam ajudar a fazer . . .

— Que eram intrigas, volvera o major e fazendo a sua continencia partindo para o quartel de mau humor.

Era ao tempo em que o tenente general Jorge de Avilez lia as proclamações para serem distribuidas no dia seguinte antes de se decidir a adopta-las. Uma delas era peremptoria, edificante: «*se fôr preciso correi ás armas e desapareça de todo o despostimo de qualquer maneira que ele esteja mascarado; baldai planos traçados pelo odio e que serão*

seguidos duma longa serie de desgraças; mostrai, ainda uma vez, que ou portugueses cu brasileiros, descendeis de heroes que fizerão brilhar as quas portuguezas nas regiões mais remotas.»

Resoava a prosa mas era desnecessaria porque os soldados obedeciam aos seus officiaes. Aos habitantes proclamar-se-ia depois. A Junta formava-se mas não do que se poderia chamar uma eleição. Os conjurados nomearam-na com tempo. Mais tarde o conde dos Arcos (*) descreveria, com a ação tentada, a iniciativa que devia partir do Caua a quem se apresentara Avilez, da parte do principe a pedir a demissão para contentar os rebeldes. Nesta altura o secretario do estado devia garantir-lhe o logar mas tambem envia-lo ao ministro do reino a narrar-lhe as intenções dos seus officiaes que, dentro em pouco, o aceitariam por chefe, perdidos os rancores, limados os odios.

Ouviu-o o conde dos Arcos naturalmente com pasmo; decerto lêra tambem os manifestos e acabara a esperar uma atitude digna da parte de quem competia a defeza.

Avilez, porem, foi claro e frio: o seu poder contra que se levatavam, dizia-o ao chefe do governo. Retorquia-lhe ser o contrario, pois sabia bem que os da tropa não o queriam por comandante e melhor seria pedir a sua demissão para se salvar. No caso de não a solicitar ele lha daria. Saía, o tenente general, tilintando as esporas e quando a noite se adiantou mais foi D. Pedro que appareceu a dizer-lhe tudo quanto se preparava e como iria ao encontro dos revolucionarios.

Ao animo do Regente, mais de impetos que de reflexão, feito de arrojo e valentia, não cabia quedar-se; o publico julgou uma quebra de dignidade ir, nesse ar temerario, ao encontro de rebeldes. Poderia defender-se com os fieis; ele, conde dos Arcos, não se moveria para semelhante passo; a sediciosos respondia-se com o castigo; o poder não se devia baixar senão quando lhe faltava a consciencia da justiça.

Seria melhor cair do que vergar. Tomasse sua alteza as tropas brasileiras e as portuguezas, que não acompanhassem os rebeldes, e resistisse. Ele começaria a agir. Mandou chamar o general Curado e esperou, com a dignidade de quem assumia o papel de adversario, que lhe competia, e não a de dirigente militar a outro entregue. Operava como na Baía, mas sem tempo e sem força.

Os revoltosos contavam com tudo e traçavam a sua lista da Junta que devia ser fingidamente eleita e a prova estava que enquanto davam trinta e quatro votos ao bispo capelão mór, ali metido apenas como suprema autoridade ecclesiastica, era Mariano José Pereira da Fonseca, da Mesa da Inspeção do antigo governo colonial, o que mais sufragios obtinha, como

(*) Apêndice, Doc. 147 do Arquivo da Casa dos Arcos.

a garantirem-lhe a supremacia. Dois tenentes generais, Oliveira Barbosa, e Oliveira Alvares, representavam o exercito, um com trinta e trez votos, outro apenas com vinte e dois, enquanto cabiam vinte e trez ao vigario de Santa Rita, José Caetano Ferreira o Aguiar; os negociantes Francisco José Fernandes Barboza e Joaquim José Pereira d Faro tambem figuravam obtendo desassete e vinte listas favoraveis. Com quinze fôra contemplado um Manuel Gomes e com deoito Sebastião Tinoco. Efectivamente realisaram-se eleições mas os vencedores já estavam escolhidos.

Os liberaes ensaiavam o seu sistema deste modo; nos quartéis tudo se apetrechava para o impôr e o Regente não se continha no paço.

Imaginara-se tratar-se da apresentação de um requerimento para serem juradas as Bases e mais nada e, nessa conformidade, ao romper da alva, foi, sósinho, ao quartel do 3. Atirara a uma sentinela as redeas do cavallo, subira e chamara o capitão Sá, cujo nome estava escripto a giz na porta do quarto.

Vinha esfregando os olhos, fingindo-se ainda ensonado e escutou, com simulada surpresa, as acusações reaes: *«que tinha posto proclamas, que era o amotinador e perturbador do socego publico por andar metendo medo ao povo com o batalhão que é de si muito socegado.»*

Desculpara-se com boas palavras e mal o principe voltara as costas soaram as cornetas, formara-se à pressa a soldadesca e largara-se, a *mar-che marche*, para a aquartelamento de infantaria 11. Os comerciantes e moradores fechavam-se nas casas, trancavam-se, armavam-se a espreitar os militares com medo de saqueamentos e assim, no dealbar, os revolucionarios passaram, aterrando os fluminenses, como se constituissem um bando sicario.

D. Pedro ouvira, na chácara, a declaração de Caula ácerca da demissão de Avilez com o qual se voltara a insistir para deixar o encargo e ficara pasmado: o exercito tinha-o comsigo, à sua frente. O general Curado, a quem o dos Arcos ordenara que tomasse a chefia das tropas, viera escoltado pelos dragões até ao Rocio onde o abandonaram. Partiram ambos a cavallo, para a sua residencia no campo e, exactamente, como em 26 de fevereiro, as tropas, em boa ordem, tomando os seus postos, arvorando as suas bandeiras, acesos os morrões das peças, aguardaram o momento de explicar a alguém o fim que as movia. O general das armas estava à sua frente, ladeado pelos adjuntos já impostos.

O conde dos Arcos, no palacio do Campo de Santa Ana, sabia tudo. Acusa-lo-iam, mais tarde, de não se ter apresentado, ao lado do Regente, a defrontar-se com a sedição mas as suas ideas de não transigir mas de lutar — se tivesse com quê — demonstram bem como não devia apparecer ante os sediciosos. O poder não se subordina e menos deve suplicar: — ou cae ou vence.

Sua alteza, levado pela sua ânsia de batalhar, sabendo que não o desrespeitariam, gritou do alto da montada ao general e aos oficiais, mal a sopeou no logar da revolta:

— Quem é que fala aqui?

Um silencio enorme reinou nas fileiras; podia ouvir-se o tilintar dos freios e das esporas, o retintar vago de alguma bainha tocando numa estribo, e, êle, na sua voz baritonal, e de cabeça erguida, repetiu:

— Vamos, quem fala aqui?

Avilez tomou-se de coragem e replicou:

— Eu, pela tropa...

— Que querem? interrogou de sombra carregada, para demais sabendo o que lhe iam pedir.

— Jurarmos as bases da Constituição!

Ante a réplica do general, êle encolerisou-se, arremeteu num dos seus arrebatamentos e retorquiu na costumada violencia:

«— Seja... Não tenho dúvida...

Ao acabar a promessa chamou-lhes atrevidos e mostrou-se magoado por duvidarem desde que jurara, havia pouco, sobre o Evangelho respeitar e defender a lei que ainda não se fizera... Aceita-la e servi-la, *in totum*, acrescentava, atirando-lhes o latim aprendido com o arrabido reaccionario mas denodado, o frei Antonio, que de eclesiastico só finha o habito.

Escutavam a sua raiva e a sua furia, acolhiam-no numa grande calada.

— A êle não lhe ficava mal cousa alguma das sucedidas naquele dia jurara a lei e parecia impossivel haver quem duvidasse da palavra de um principe...

Respeitosamente, então, lhe insinuaram que deviam antes reunir na sala do teatro ao que...

— «Já vou... Vamos todos...

Entraram; subiram de tropel as escadas no seu tilintar de espadas. Em baixo as escolas esperavam, os movimentos tinham ensarilhado as armas; uma atmosfera de terror se estabelecera. Não havia povo nas ruas; apenas um ou outro negro espalhava aquelle segundo conflito dos brancos, rindo satisfeito, esperando dos molins qualquer benedictio.

O capitão Peixoto accorreu-se do repente e disse-lhe sem praeiso que todos jurassem as bases da Constituição aprovada em Lisboa em 24 de março, embora ainda não tivessem sido reunidas ao fim de Janeiro. Como se aceitara já o que lá se fizera não se tornava necessario mais nada: era jurar.

Num berro veiu a resposta audaciosa dos labios do fino de D. João VI, vibrante como um dos seus estalos de chicote as paradas do carro de ensino:

— «Eu não juro sem saber a verdade do povo que estou governando

porque a tropa é uma parte da nação apenas... Falta a outra, a civil, a que não está aqui... »

Era aquela a verdadeira teoria liberal e êle ainda repetia:

— Foi para saber essa opinião que mandei convocar os eleitores da provincia não como tal, porque já elegeram os seus deputados mas como homens da confiança publica...

Saíra a terreno um padre, antigo capelão do conde de Vila-Flor. Na sua attitude e nos seu dizeres havia um frêmito revolucionario. Era quem falava em nome de todos, ao que declarava, e o principe, num repelão, interrogou-o:

— Quem é?! E o que quer?...

— Venho em nome do povo, real senhor!... vouveu o eclesiastico com arreganho.

— Mas onde estão as provas da sua missão? perguntou-lhe muito excitadamente.

— Senhor, se eu quizer, dentro em duas horas apresentarei quatrocentas assignaturas a Vossa Alteza solicitando aquilo que desejamos.

Não se deteve o principe; tão pouco se convenceu. Defrontou-o e retorquiu-lhe:

— E eu em dois minutos tenho duas mil em contrario...

Parecia succumbido o padre, ante as altivas palavras de sua alteza, quando os officiaes intervieram:

— Que êle era o seu representante e tinham-no escolhido para falar, visto ser prégador...

— Seja... Ouvir-vos-hei, então, em nome dos officiaes ou da tropa, mas repito-vos que ela não é a nação... Pertence-lhe mas é apenas uma das suas partes... Pois não é verdade que até é excluida formalmente das eleições...? Convoquei o Senado da Câmara, convoquei os eleitores, êles falarão em nome do povo...

Chegava-se ao accordo, seriam escolhidos dois militares por cada regimento e com os cidadãos volantes, se decidiria acêrca do que se havia pedir: aquella nova exigencia, a junta cuja missão não comprehendia.

Tratava-se de ligar bons cidadãos ao governo, e era necessaria para auxiliar sua alteza dispensar os servicos do seu primeiro ministro, conde de Breos, respondiam-lhe no tom de quem sente a força a seu lado.

Como se já esperasse aquella exigencia que vinha directamente ferir o seu orgulho, sorriu Fernando, num instante que o levavam com a junta para o dominarem, julgando assegurarem-se da sua vontade; annunciou que iria partir e pediu a dirigi-lo constantemente, a ser o seu mentor, o seu mestre, o senhor das suas palavras e das suas acções. Teve um impulso de riso, hem seu, e logo, apresentou um sangue frio

enorme para retorquir ante os eleitores, o senado, os militares e os sacerdotes de mais reputação:

— E' certo que sou amigo do conde dos Arcos, mas sou-o ainda mais do bem publico e do povo...

Olhavam-no pasmados daquela serenidade e mais ainda, ao notarem que despojava o confidente sem rebuço:

— Retiro-lhe o cargo de secretario de estado e manda-lo-hei para Lisboa pelo primeiro navio a saír...

Chegava-se ao maximo; ou fôsse o receio de o considerarem cousa do valido como seu pae em relação a Thomaz Antonio, ou de liquidar rapidamente um conlito em que estava só contra os revolucionarios e três ministros cumpliciados a falsearem-no, cedia.

Devia passar nos olhos do Caula um clarão de triumpho, de alívio nos de Farinha, fartos de intrigas. O conde de Louzã tremia diante dos officiaes.

Mas vinha logo uma reacção feroz, formidavel e o principe, encarava, num desafio, toda aquella gente a admirá-la e a sacudi-la. Cruzara os braços e largara-se na sua diatribe:

Não julgassem todos elles — senadores, militares, eleitores — que procedia assim por ambição, que acedia aos seus desejos demittindo o «amigo» e assinando pactos porque quizesse governar... Vissem bem... Fazia-o porque lhe disseram que o povo assim seria feliz, mas só por isso... Apenas porque o amava e o desejava servir...

Redobrava a insolente attitude e o desdem:

— Era novo e forte, sentia-se, no caso de necessidade, capaz de trabalhar para sustentar a mulher e os filhos... Já era a segunda vez que o obrigavam a vir àquele teatro, escutar reclamações e exigencias mas dava-lhes a sua palavra de honra que seria a ultima. Á terceira, embarcaria para Portugal...

Todos se mostravam satisfeitos porque, embora num clamor, se vergara aos seus desejos, e estavam na sua frente, vencedores, ouvindo-o perguntar:

— Quem deseja o nome para o logar do conde dos Arcos?

O indomavel parecia não deter-se, mas exordia a sua manhosa acção, procurava dar o salto. Não impetiu e succedea o habil principe que por vezes se apropriava das manhas passadas: elles diziam outros nomes ao acaso e atiraram tambem o do juiz conselheiro dos Ingêzses Pedro Alvares Diniz.

— Pois que seja — retorquiu sua attitude de novo-se naquella que lhe convinha.

O proprio nomeado devia confessar depois não se queria ser ministro mais de um dia e por isso fôrta o menos possivel.

Não passava de um magistrado ignorante dos idiomas estrangeiros «tanto como Tomaz Antonio», asseverava-o o barão de Marschall.

Naquele momento, D. Pedro tratava só de se apossar de um homem; do resto da Junta trataria depois.

Os revolucionarios rodeavam-no satisfeitos, felizes, sentindo o contrario do que elle dentro de si guardava. Chegou a sorrir-lhes quando o convidaram a assinar tudo, concordara, traçara o seu nome no decreto da criação da Junta no qual dizia:

«Determino, outrosim, que todas as leis que pela necessidade publica eu fôr obrigado a fazer, sejam remetidas em projecto pelos ministros e secretarios de estado à Junta, para que, depois de por ela serem examinadas, subão à minha real presença».

O ministerio ficava o mesmo com o acrescimo do juiz, e quando isso se deliberou ouviu-se um soluço, e logo uma supplica. Era o conde da Louzã, que acaudilhara tanto a intriga contra o dos Arcos, chorando e pedindo tambem uma comissão para o acolitar na gerencia financeira da nação.

— Que só devia assinar. . .

O homem nulo, inimigo dos brasileiros, buscava para si a situação que o regente queria sacudir e, então, num dos seus empuxões de mau genio, o principe agarrou-lhe no braço, e perguntou-lhe se ele estava doido, se tinha a cabeça perdida.

Tratava-se de levarem Sua Alteza à recita de gala ante o ministro vencido e os novos dirigentes redigiam para a *Gazeta do Rio de Janeiro* a seu modo, a narrativa dos acontecimentos dos quais se culpava apenas um homem:

«É porque o povo e trouxa tinham provas publicas de que a demissão daquele juramento era dada ao conde dos Arcos, ministro e secretario de estado dos negocios do reino e estrangeiros, por tanto rogão a Sua Alteza Real houvesse por bem remetter o dito ministro daquella employo».

Lascavam-no de alto de pedestal onde se guardara por seus talentos. Os inimigos não venciam porque a Junta em tudo deveria mandar; Alvez, bravo general das armas mas com os dois adjuntos, seus verdadeiros dirigentes, os brigadeiros Costa Rêgo e Verissimo Cardoso.

Quando os revolucionarios perguntaram ao regente se iria ao espectáculo com sua esposa — elle logo de bom humor e, na sua familiaridade de improvisa, parou as de todas as maneiras, prometera-lhes até um hino,

o qual, realmente, seria oferecido com musica e letra e executado antes do *Engano Feliz* de Rossini e do *Recruta da Aldeia*, dança tão má como aquella em que os sediciosos se tinham metido. Para D. Pedro aquilo fôra como a opera «o engano feliz». Seria ele o enganador ao mostrar-se no espectáculo — como escrevia Marschall — «*absolument come de coutume avec beaucoup de calme e de assurance*».

O conde dos Arcos sentia zumbirem contra êle todas as infâmias e todos os doestos; espreitavam o seu palacio, rugindo ameaças. Era o vencido, o abandonado. Quizera realizar uma obra solida à sombra das leis que entendia indispensaveis; sentia-se absolutamente inocente ou tão culpado como os colegas que, com êle, tinham assinado a seu lado. Apenas fizera a proclamação após a saída do rei. Só isso traçara sósinho mas tinham-lhe odio e tanto que ficaria na historia do Brazil como o insinuador das acções do principe, o qual, como se vê, não queria dever a ninguem obediencia (*).

Em todo o caso êle alguma cousa esperava ainda do regente não o sabendo disposto a arcar de frente com as difficuldades nas quaes tanto o ajudara.

Tomou a pena e escreveu-lhe a pedir licença para lhe ir beijar a real mão quando se calaram os vivos e o Rio de Janeiro viu as esculturas ameaçadas; junto do palacio de Sant'Ana de apparencia tranquila. Também o vencido estaria socegado sem sentir no espirito nem os revezes nem as ameaças. Souzara, pois, do amigo aquella graça. Desejava igualmente conduzir consigo sua filha D. Luiza, aia da princesinha da Beira, para posar da mercê regia (**).

O despacho mandá-lo-ia ao proprio conde nos mais singelos termos, pois o principe respondera:

«... que podia levar sua filha, mas que deoira ambalhar quanto antes, bem e sem pezar.»

Entrevia-lhe apenas esse despedida. Era um aviso, uma ordem, uma vontade bem exarressa, talvez para o salvar de atentados, talvez para que o proscrito sentisse bem que os principes pagam mal a quem os serve bem.

* O principal motivo de apparecimento desta carta (e as paginas encerradas pelo autor em um envelope) ao conde dos Arcos e ás scenas narradas na sua obra *A Independencia do Brasil*, serviu-lhe-se antes de versões de autores nacionaes e brasileiros não podia deixar de querer marcar a verdade desde que punham á sua disposição documentos relativos á esta personalidade historica dos dois países.

No arquivado da casa dos Arcos se colheram os elementos do presente livro que lança uma luz diferente sobre a memoria do estadista illustre e qual o ultimo de forma diferente daquella porque o apresentamos historiadores conagrados.

(**): Apendice, Doc. n.º 144.

Subiu para uma carruagem com a filha e entrou no Arsenal de Marinha onde tantos trabalhos mandara fazer; pediu ao patrão mór um bote para o levar a bordo do brigue *Treze de Maio* que fôra construido com tantos outros, quando o conde occupara a pasta da marinha. Eram dez horas da manhã e os remadores conduziram-no rapidamente para o barco que seria o primeiro a largar.

Nem levava roupas, tampouco tivera tempo de pensar em tratar dos seus haveres. Entendeu naquela ordem real um aviso peremptorio, a indicação duma retirada, um grande perigo para a situação real — e obedeceu.

Deixava o seu magnifico palacio do Campo de Sant'Ana, os cem contos no Banco com mais algum dinheiro, a bela fazenda da Olaria, na estrada de S. Clemente, alem de outras cazas mandadas construir no mesmo sitio.

Era limitado o alojamento que a bordo lhe podia dar o comandante do navio, 1.º tenente da armada real Manuel Pedro de Carvalho; exiguo o tratamento e estranha a forma porque o atendia ante a sua insolita chegada trazendo ao lado a querida filha em prantos impossiveis de enxugar.

Que era necessario largar com rumo a Lisboa, dizia ele, interpretando a vontade regia e ao mesmo tempo, querendo satisfazer o marinheiro que pedia ordens por escrito. Ao ministro da marinha, se dirigiu, o antigo chefe do gabinete real, no qual Manuel Farinha servira como secretario de estado. Lembrava-lhe a necessidade de partir para o reino directamente «*não só para socorro da cidade, se he que dependia da sua retirada, mas para lhe poupar o dissabor de tocar na Bala e em Pernambuco em tão desagradaveis circumstancias.*»

Por sua mão escreveu-lhe alanceava-se-lhe a alma á idea de ir como um foragido ou como um expulso até ás terras onde fora eleito, onde governara como um soberano. Não quereria tambem dehonrar os seus inimigos, aqueles que poupara e agora faziam parte da Junta; precisava eximir-se aos choros dos amigos ou entã á certeza do seu terrivel e a situação desastrosa em que lhes appareceria.

Em Pernambuco, apesar das suas relações com Luiz do Rego, não lhe seria agradavel apresentar-se, pois se havia quem o tivesse aplaudido, existiam ali os parentes dos conspiradores, já em situação de certa influencia.

Por isso ansiava ir de proa feita ao Tejo e o requeria, em termos officiais, ao seu antigo colega.

Respondeu logo o alular da marinha nas suas costumadas indecisões. Couse alguma poderia fazer nese sentido; parecia-lhe, porém, que um dos membros do gabinete falara ao principe no caso. Naturalmente fôra Caula que ao regente se dirigira, pois Pedro Alvares Diniz em couse alguma

Manda o Principe Re-

gente do Reino do Brasil a toda a qualquer que
 sea aqui em o Contimento desta ysa ou de
 va por trazer que nao ponhao em barao algum
 a libra sahida deste Porto para o de Lisboa
 do Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos,
 levando consigo a Companhia da sua Filha a Ex-
 cellentissima Senhora D. Luiza de Abranches,
 hum Criado de nome Angelica de Coimbra
 hum Criado de nome Alcaandre Gueri, dois
 Poetas, Domingos e Luis, e hum Cabra Petri-
 co. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Junho
 de mil e cento e vinte e hum - Manoel
 de Souza Ferrinha = lugar do sello = Regista
 de a fecha desta setenta e sette =

Para a parte do Porto de Lisboa Porto
 de a fecha desta setenta e sette =

Para a parte do Porto de Lisboa Porto
 de a fecha desta setenta e sette =

se entretinha além de assinar os despachos trazidos de alogadilho. O secretario de estado da guerra tratara com o chefe de estado «*para o Correio hir pelos portos*».

Queria dar-lhe mais aquella picada na gloria do rival, leva-lo batido até onde fôra enaltecido e adorado e conseguira-o ante «*a magua do conde que sahira da Bahia em triunfo na fragata União, com geral aplauso não só do povo e corporações mas athe dos Consules Extranjeiros ali residentes; e hir agora numa embarcação e agazalhado* — melhor ficaria o desagasalho — *aonde se não podia estender ou pôr em pé*».

Não o poupavam; era Caula quem assim o expedia para as vaias e para que os baianos lhe negassem os seus carinhos de outrora, ou, então ainda afim de se lhe armar a cilada que o devia trazer em desesperos até ás terras do reino.

Tocar na Baía para quê? Para o humilharem, apenas. Não escrevera a pessoa alguma para lá a não ser nos papeis officiais dirigidos à Junta, mas isso mesmo devia ter exacerbado aqueles que o detestavam e até quem o pindarisara.

A ultima correspondencia fôra dedicada à da remessa do decreto em que noticiava a regencia de sua alteza. Tinham respondido, logo, com a assinatura de todos os da Junta, declarando-se «*a obediencia do poder executivo*» afim «*de satisfazer os desejos da proovincia*» a qual estava «*em hum firme e resolutivo proposito de não obedecer a outro governo que não fosse o immediato de El-rei o Senhor D. João VI e isto em tanta maneira que o mesmo seria contraria-lo, que excitar uma sublevação*».

«*A Junta, segundo se applicou vigilante e escrupulosa a vigiar o espirito publico, o assevera como indubitavel*».

Isto, porém, não queria dizer que repulsaria o «*respeito e a alta veneração que annunciaram sempre pela Augusta Pessoa de Sua Alteza Real, como tambem que ela se prestará a todas as requisições, que da parte do mesmo Serenissimo Senhor se lhe fizerem e forem compatíveis com as forças e urgencia desta provincia*».

Tempo antes os baianos pediam socorros para a metropole e estava-se aparelhando no Tejo a esquadra que os deveria levar; tudo se previra e se combinara.

Ante as respostas de Farinha, o conde dos Arcos solicitou o seu passaporte que logo lhe foi enviado nestes termos:

«*Manda o Principe Regente do Reino do Brazil a toda e qualquer pessoa a quem o conhecimento desta possa ou deya pertencer que não ponhão embaraço algum á livre sahida deste Porto para o de Lisboa do Excelentissimo Senhor Conde dos Arcos, levando em sua companhia a sua Filha a Excellentissima Senhora D. Luiza de Noronha, huma*

criada de nome Angelica de Coimbra, hum criado de nome Alexandre Gueri, dois Pretos, Domingos e Luiz e hum Cabra Patricio. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Junho de mil oito centos vinte e hum Manuel Antonio Farinha».

O ministro indicava aqui o caminho directo mas outras ordens, ácerca do correio, foram dadas e o brigue largou, tres dias depois, e foi tocar na Baía a vinte desse Junho.

Grandes deviam ser ali os sobresaltos. Parecia que os da Junta não tinham mais confiança na sua força à aproximação do barco onde vinha o antigo governador.

Naturalmente encaravam as grandes simpatias de que dispuzera, ainda tres anos antes, o homem a quem a Baía devia imenso; receavam que o seu desembarque pudesse originar tumultos e, ao mesmo tempo, vendo-o vencido não hesitaram em o vexar.

Entre os membros da Junta, Lino Coutinho, o liberal excitado, era o primeiro a condena-lo: os outros obedeciam e o homem dos poetas enaltecedores, Paulo de Azevedo e Brito, já se esquecera dos que illa dedicara condenando os revolucionarios pernambucanos, falando-lhe de liberdade como, então, a amava.

Agora era necessario deter-lhe os passos, retirar as manifestações, esquecer aqueles versos:

*A'mo Noronha, e as perlehas corre
C'os Julios, e' os Portuguezes, Noronha o nosso. (*)
Musa do grandão, de Jose a Filha,
O eth'ico, insano por hum pouco esquece;
Van Celeste Polyinnia, e no recanto
Dos Paços do irmão teu a voz dizeis:
De Atlante o Neto, e as Filhas da Memoria,
O mesmo Pai Itierão; sem que Marcos,*

O *Trazo de Mato* ancorara na Baía: os governadores deliberaram não o deixar no porto senão umas poucas horas e, então, contavam para Lisboa, ao ministro Francisco Maximiano de Sousa, a occultarem a sua impotencia e o seu medo, que se *conde vinha sob custodia* — e que era feito como o resto — e que *havendo muitos dos membros desta Junta recibiam varias cartas de pessoas de intima confiança, escrupulosa prohibido a decidido error pela monarchia constitucional, cujo conteudo em substancia e mas na Junta participa e V. Ex.^a para o fazer subir ao*

(*) O total são 3 versos de Carbon.

conhecimento do Supremo Congresso das Côrtes Nacionaes, recomenda a mais desvelada segurança sobre a pessoa do dito conde, tido como chefe da mais execranda conspiração contra os interesses comuns da nação e do rei».

As comunicações recebidas do Rio de Janeiro deviam partir dos que contra a politica conjuravam, de gente do mesmo partido baiano a recearem-no ainda a distancia. Então os que o detestavam, embora ele os tivesse poupado, quando dos acontecimentos de 1817, acrescentavam que *«um partido de servís, com que o conde contava nesta provincia e na sua tresloucada imaginação procurava a scisão no imperio portuguez».*

Singulares acusações eram estas feitas a quem buscara tratar, é certo, dos interesses brasileiros mas encorporando-os nos nacionais, ao individuo que quizera partir directamente para Lisboa, pois como já noutra situação desolada dissera ao principe *«só podia sentir patriotismo em Portugal».*

Eles, então, envolveram na mesma cumplicidade o governador de Pernambuco, detestado, tambem, pelos conspiradores de ha quatro anos, aos quais com o dos Arcos corrigira e castigara.

Os odios politicos, fermentando terrivelmente, encontravam o momento de se expandirem, toda a peçonha acumulada se extravasava. Lançavam a queixa contra o ministro tão temido:

«E sabendo que se esta Junta da conduta anti-constitucional do governador de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto, tambem denunciado nas sobreditas cartas, como partícipe do referido systema, acreditou ser do seu mais rigoroso dever, não só recolher a mala pertencente aquella provincia para a remetter promptamente, pela primeira embarcação, senão fazer assignar ao commandante do brigue, Manuel Pedro de Carvalho, em termo de responsabilidade para com as cartas, o el-rei exigiu de não tocar, por circumstancias nenhuma, no porte da mencionada provincia e dirigir-se em direitura a essa cidade onde entregará o dito conde».

A 20 de Junho, o 1.º tenente assuava o que se chamaria o termo de segurança, e o 15 de maio saía para o Tejo.

Vieram tambem os avisos da Junta que continuava ainda as suas reflexões ácerca do que se determinava fazer contra a ligação dos dois países. Miseravelmente, depois de ter aliado a si emulso dos Arcos o seu *«profundo respeito e alta veneração que o confirmam sempre pela Augusta Pessoa de Sua Alteza Real, tido em três do anno da revolta, nesta data expressavam-se em contrario.*

«a Junta passa em silencio o risco de obediencia num ministerio

composto de inimigos descobertos ou occultos de systema constitucional que podia servir-se da subordinação da provincia para fazel-a concorrer ella mesmo e solapar o edificio que tão generosa e denodadamente erigira o povo e a tropa da Baía».

Era o panico e o receio de verem derruidas as suas ambições e os seus crêdos que os levavam ainda a caluniar o homem a quem a capitania estava reconhecida. Mas a ingratição dos povos era tão proverbial como a dos principes.

Vinha velejando para Lisboa o brigue que mandara construir e logo, dois ou tres dias depois do conde dos Arcos, D. Manuel, filho do estadista, deixara o Brasil com sua mulher e as creanças, na corveta *Gentil Americana*, afim de lhe valer, abandonando os interesses largos nas mãos malvadas e ladras dum procurador, João Alves da Silva Porto.

D. Manuel de Noronha e Brito confiara no comerciante que largos favores devia a seu pae a quem não desejava abandonar; trazia-lhe para o consolo da derrota, a nora, D. Barbara da Silva Tello, da illustre casa dos Vagos e os netinhos, de cinco e quatro anos, D. Nuno e D. Pedro. Reunir-se-ia ao menos a familia já que não podiam trazer os haveres, a não ser alguma mobilia e roupas a seguirem na galera *Duque de Victoria*.

La chegar-se a Lisboa onde os constitucionais viam inimigos em todos os que não os acaudilhassem. Feriam-se as catalinarias nas côrtes e os reacionarios eram castigados. Só porque o conde de Sabugal se permitira uma piada das suas ácerca de systema fôra logo desterrado como Palmela, os Lobatos e Targini vindos no sequito do rei que jurara a Constituição, enquanto Carlos Joaquina, vendo o marido submisso se libertava, tomava atitudes catalinarias ás de primeira hora em que muito agradável se mostrara aos cabeças de Bruto. Também houvera uma enorme questão com o marquês rebelde à lei.

A rainha intrigava, novamente conspirava, entendia-se com os hespanhoes em Queluz, recebia-os no Ramalhão, a quinta querida e a qual fôra visita mal chegara, toda a desvelar-se com o que via pois os franceses, os ordens de Junci — que ia lá almoçar em partidas de prazer — e o alizer do almoxarife João dos Santos, tinham feito das suas, a ponto que se perdia a armação e os panos das essas q. tudo cortarão para servir nas casas de Queluz».

Tinham mudado os panos pois esperavam que Napoleão fosse habitar o paço cujas portas estiveram pintadas com as suas iniciaes entre a corôa de louros sob a bandieira imperial. O intendente narrava:

«q. era para o imperador q. se esperava o que eu semp. e diço a todos do inferno que a Portugal não tinha elle».

Finara-se no exílio o Cesar; Carlota Joaquina chegara a ocupar os quartos que lhe destinavam e a soprar a tormenta anti-liberal.

Era nesta atmosfera de odios e de clemencias, de raivas ferinas, e desconfianças que vinha cair o ultimo vice rei do Brazil.

D. Pedro, esse acabara por vêr os officiaes do batalhão de caçadores a repelirem o padre José Narciso «*orgão do cinco deste mez—declarava o barão de Marschall «aconselhando-o a tomar sentido no que dissesse de futuro.»*

Abatera-se o espirito liberal pois a população pedira à Junta «*o estabelecimento da Inquisição e denunciara-lhe a existencia dum club de francos maçons.*

Ainda aconteciam outras cousas de um alto alcance como era o principe ter-se apossado dos membros da Junta e viver entre o rebelde Macombôa e o seu ultra-reacionario confessor e mestre, o frei Antonio Arrabido. O que se levantara contra o conde dos Arcos rugia já sobre Caula, conforme narrava o diplomata austriaco:

«*O general Caula, ministro da guerra, que certamente tomou uma parte activa na queda do conde dos Arcos, que odiava, começou, por sua vez, a cair em descredito.*

A divisão portugueza agitava-se e todos os dias se anunciavam novos movimentos. «*Atados e conhecidos de antemão, para dias certos*» mas sem resultado. O regente convidava os officiaes para festas e bailes afim de os conquistar e vicia, na sua balburdante tarefa, a dominar-se, a conter-se: «*parece muito em publico, trabalha egualmente com os ministros e parece não ter outro plano além de se manter até receber ordem do rei a quem escreveu a dizer-lhe que não era mais do que governador do Rio de Janeiro. Não mostra grandes saudades do conde dos Arcos.*

Depois da trahição de povo chegava, bem clara e expressa, a ingratidão do Principe.



CAPITULO IX

OS SOFRIMENTOS DO CONDE DOS ARCOS

O Congresso e o prisioneiro — Os seus acusadores — Quem o defendia — Intrigas da Junta da Baía — Como foi ilibado o Conde dos Arcos — O seu retiro — A Independencia do Brasil — A queda da Constituição — Novamente Carlota Joaquina — Dois irmãos em guerra

NA grande sala forrada de carmezim lhamada de ouro, do convento das Necessidades, onde reuniam as côrtes, o deputado senhor abade de Melrões, falava acerca do Conde dos Arcos preso, desde a sua chegada, em 9 de agosto, a bordo do brigue *15 de Maio*. Tinha-vizistado o preso, examinado a suas cartas de detença, verificado a sua obediencia do conculhente o qual cumprira exactamente com o termo a que se obrigara na Bahia.

Nesta sessão Ferreira Borges quisera ver os papéis do barco, uma comessão os analysara e acabara-se dando livre pratica aos seus lordos e pondo em segurança o conde dos Arcos até decisão do Supremo Congresso.

Um mez correira, em setembro, visto de todo sol, que corria pelas lampas janelas do parlamento, estivera ainda enluzado o soldado. A sua prisão era uma das lorniosas salas da Torre de S. João, d'onde do azul sulcado pelas nuas que ele via entrar, esperanças em que se ficaria muito tempo nessa sala eschouale aberta para o rebolado de nuim.

Quando chegaram as roupas e tabillas, pelo *Duque de Victoria*, debalde procurara o conto e quinhentos de leite, nos seus ramos.

Tivera que solicitar um empréstimo e quedara-se á espera de justiça. Agora o senhor deputado, abade de Medrões, interessava-se pela sua situação e, de sobr'olho franzido, os próceres escutavam-lhe a preleção favorável ao alcunhado de reacionario.

«Talvez não agradasse ao Congresso o que ia dizer, mas sentia remorsos que o obrigavam a fazer uma moção: Queria conservar o decoro da assembléa: a opinião publica, esta rainha do mundo, pesa em uma balança fiel, as ações de todos os individuos e daquele que é victima delas; he desgraçado no meio da sua felicidade; o que se diz a respeito de huma pessoa, diz-se a respeito de huma corporação. Não posso consentir que sobre este congresso recaia increpação alguma, sei que o Publico tem os olhos fitos na marcha dos Empregados e quanto maior é a sua graduação, tanto mais se empenha em observar a sua conducta; he necessario que sejamos coherentes para evitar mais desgostos».

Exordiava deste modo; o publico, nas galerias, amodorrava os congressistas encaravam-no e o presidente, senhor Vaz Velho servado na cadeira espadada, ao lado do secretario Ribeiro da Costa, deixava-o dis-correr.

Entravam baforadas de calor pela sala vasta ao fundo da qual se apainelava o retrato de D. João VI, alagava-se a luz e chorros queimando as bambinelas carmezim e do larco, do pateo, das ruas estreitas, das visinhanças reboavam ruidos de vozes de carros, de pregões dominando, por vezes, as considerações do abade, tão tocado de remordimentos

Ele invocava as bases da Constituição, as quaes *«ordenão que pessoa alguma seja preso sem culpa formada, esta medida he muito boa no entanto e conde dos Arcos se acha preso sem culpa formada e até ignora qual he o grau da sua culpa, pois que sahindo do Rio de Janeiro s'alto, arribou a Bahia onde foi preso por ordem da Junta do Governo d'aquelle Provincia talvez ofendida de que o conde em certo officio, que lhe dirigiu, tratou os seus membros por Vossas Mercês, e porque no tempo em que o conde foi governador da Bahia teve motivos de indisposição com hum dos eiaes membros da Junta».*

Não dizia o nome de Lino Confinho; a nenhum dos outros se referia nem narrava quais as questões navidas, pois seria aitar uma grande có-cisa constitucionali contra o repressor das audacias liberas de 1817 tão agradável ao Congresso, só enquanto não se envolviam no sonho do

abade, e se tambem, á atoarda das suas relações com o governo de

«Constitucio, mas nada se lhe ajuntou para formar culpa».

«Este procedimento he contrario ás Bases e mais que tudo, contrario á opinião publica, bradava o representante do povo, num alarde de legalidade não olhando os seus pares e ouvindo, porventura, algum rumor, logo atenuada a voz e as expressões»

«Quando falo a favor do conde dos Arcos não he para o apoiar mas sim para que a Nação conheça que no Congresso existe a verdade, a razão e a justiça».

Encostava-se a estas grandes e cançadas palavras como a um bordão, arrimava-se-lhe fazendo delas uma vara da lei, e ainda mais.

Esperava-se na sua confissão de que tambem votara o encarceramento do resolutivo vice-rei do Brasil. Reconheceu, tardiamente, é certo, que este procedimento não he constitucional e reconhecendo que elle está em peores circumstancias que os outros que vieram do Brazil, que não he homem de fuga, que os seus crimes não são tamanhos como se diz, te-lo preso é escandalizar os sensatos e dar azo aos Periodistas para censurarem as decisões do Congresso».

Com effeito Palmela estava na sua quinta de Serpa, o Lobato, ainda pouco, conseguira licença para se tratar antes de ir cumprir o exilio, Tomar Antonio reflectia nas sombras de uma herdade em Tomar e só ao conde conservavam na torre, sem ação e sem direitos.

Agora o senhor abade lançava a sua idea: «proponho, pois, que o Conde dos Arcos seja solto e enviado, dentro de tres dias, para fóra de Lisboa, em legua, e diante dez das costas do mar como se praticou com os Fidalgos, que o acompanharão a Sua Magestade».

Fernandes Tomaz, de proprio, com a severidade costumada, foi quem se ergueu para responder: «não heoção alguma para arguir o congresso, que não he o ser fidalgo que se habilita a que haja mais contempção para com elle do que para com qualquer outro cidadão. As bases da Constituição indicam quaes são os casos em que deve ter excepção o ser preso, qualquer homem sem culpa formada, e quem poderá negar que a segurança publica he humo dos seus interesses?»

Clava-se a entender que o antigo governador de Lisboa, e que de conspirar, mostrava-se o recelo, e achava, o chefe da revolução de 1820, e aizer que a Comissão da Constituição tendo em frequentissimo do poder, seu poder se pronunciaría sobre elle no dia seguinte.

«Que eram assaz poderosos os meios do encarceramento», avançava o deputado Bavia, medico por Edimburgo e bacharel em filosofia da escola de Coimbra. Desde 1787 andara torçido a ponta de jacobino; amigo de Darwin, publicista do voto, eloquente na camara, estudioso e celatrado, encontrava-se em lucta contra tudo

quanto tivesse um vago tom reaccionario, *corcunda*, como era de uso, dizer-se no tempo.

Acolitarara, logo, o seu colega e parceiro em ideas Ferreira de Moura. Este falava em voz tarda mas cheia de discernimento e argumentava bem. Intimo de Fernandes Tomaz e consocio na redação do *Independente* era quem mais marcava o tipo vintista com sua casaca de briche, fortemente engolado, seus colarinhos abertos e altos como diques à papeira que sem êles caíria sobre a gravata enorme de cambraia; o cabelo à Titus, a cara empatilhada, muito escanhoado, gesto firme, pena leve, jurisconsulto sabedor conseguira de direito ser acatadissimo. Seu parecer devia ter uma ação enorme na sorte do preso que não considerava vítima de qualquer incoerencia do Congresso pois se tratava de um «*crime de estado*».

Em todo o caso a comissão se pronunciaria e mais dois dias se passaram. É certo que se tratava de galas, se festejava o aniversario da revolução com paradas, foguetes, carrilhonadas, musicas e beijamão na Bemposta. As pedras da Torre foram abaladas pelas salvas e o conde devia lêr anciosamente a *Gazeta de Lisboa* em busca de algum lenitivo à sua desgraçada situação.

Lá vinha narrado o ataque de que Luís do Rego fôra vítima em Pernambuco, uma cilada com tiros que o tinham ferido, afogamento do agressor no rio para onde se lançara, toda uma tragedia a que o pernambucano Moniz Tavares, deputado da provincia e um dos revolucionarios de 1817, devia classificar de «*efeitos do despotismo e da arbitrariedade*», exigindo logo a mudança do governador.

Chegara, a vez de Fernandes Tomaz expôr o parecer da comissão da qual dependia a sorte do encarcerado: «*que se participe ao Governo que tome conhecimento da prisão em que se ache e que se julgar que não he conveniente e pôde perigar a vida do prezo, que se faça mudar para outra onde esteja com toda a segurança: que o mesmo Governo nomeie um ministro de conhecida probidade, honra e rectas intenções e que isto acharem-se em Lisboa muitas pessoas chegadas do Rio de Janeiro, e que estão ao alcance da conducção do conde, passe a tirar uma devassa dando conta ao Congresso do seu resultado para que se possa deferir o seu requerimento*».

Houvera discrepancias no entendimento do caso; alguns dos deputados reputavam illegal semelhante procedimento e daí não aparecer por scripto a resolução. O deputado Paixoto queria como arbitro o juiz do crime, Fernandes Thomaz buscava saber em que lei se fundava para tal pedido. Pronunciara-se tambem contra a comissão, Luiz Antonio Rebelo da Silva, orador illustre.

Passara-se a lêr os requerimentos do preso; um em que pedia a volta das suas culpas, outro o andamento da devassa já ordenada.

Acorrera em defesa dos principios João Vicente Pimentel Maldonado, homem que os tinha e jamais os desmentiria: fôra um dos setembristas e como tal sofrera deportação: poeta dos *Apologos* lidos como obra de apreço e cantor da grande Catalani, ele insurgia-se nobremente a dizer que não comprehendia que se devassassem em Lisboa acusações feitas no Brasil. Protestava por «*se tratar o conde dos Arcos com mais severidade do que aqueles a cujos conselhos se atribuem as desgraças de Portugal.*» «*Se não está em peores circumstancias porque ha de ser tratado com mais rigor?*»

Formulada a pergunta ante os contendores, alguém que conhecera na Baía o acusado, o deputado Brito, clamou a favor dele, dizendo ter sido sempre «*muito liberal e ser impossivel que se afastasse d'aquelles principios.*» Rebelo da Silva corroborava a asserção de liberalismo evocando até o barão de Alvaizcre, phisico mór da cõrte, o esmoler mór e outros que no Brasil assim o consideravam.

Jacobinamente, Barreto Feio achou ser «*muito perigoso que estivesse solto porque podia derramar por entre o povo as suas maximas e que este ainda se deixa levar pela voz dos grandes.*»

Pretendia-se dar a matéria por discutida; entrevinha o verboso Alves do Rio a querer ainda entregar a decisão à assemblea. e o deputado Castelo Branco combatê-o. Acabou por ser regeitado o parecer da comissão, o do magistrado a inquerir e da legalidade da prisão, conforme as Bases Constitucionaes, por cinquenta e sete votos contra trinta e quatro.

Então Fernandes Thomaz levantou-se num impeto e bradou:

«**Requeiro o mesmo a favor de Stokler!**»

Era uma segura tentativa de evitar que se desse a liberdade ao conde compara-lo com o prisioneiro detestado por todos os liberaes.

Quando o chefe da revolução de 1820 se pronunciava num desforço por aquele preso, já que ao outro se queriam conceder regalias, equiparava os delitos tão diferentes como se não tivessem abismos a separal-os.

Francisco de Borja Garção Stokler, descendente de hamburguezes e, pela mãe parente do poeta celebre Garção, alistara-se de militar mas formara-se em Coimbra, fôra lente da Academia de Marinha e por seus escriptos mathematicos, socio da Academia Real das Sciencias á qual se recatava à chegada dos franceses. Aceitara-os bem; disparara da bateria da Areia, contra os navios, que seguiam com a familia real fugitiva, quizera Junot na sociedade sabia, lêra-lhe um discurso laudatorio e tornara-se dilecto do invasor. O Conde de Linhares, apesar de o saber um verdadeiro chefe da guerra de 1801, traçava no seu requerimento desolado ao vêr-se demittido, o despacho mais extranho que é possivel imaginar-se.

Determinava se desse ao seu consocio academico: «*um logar ativo em face do inimigo, afim de se verificar se tem realmente grandes talentos militares ou se nesta materia como nas outras se avalia muito alem do que vale*».

De rastos, o sabio, obtivera de D. João VI a capitania dos Açôres; continuara ali os seus trabalhos e quando chegara a noticia da revolução de 1820 ele recuzara-se a aceita-la. Como o tinham epitetado de jacobino, pela sua ligação com o marquez de Abrantes, ali, defendendo o regimen absoluto, marcava o seu lealismo.

Garrett, muito creança ainda, proclamava contra ele em Angra; de Lisboa enviavam a bate-lo a fragata *Perola* e a sua resistencia lôra seguida e forte, até que o povo o abandonara e tivera que se render. Dirigira, em 1818, um officio ao Conde dos Arcos, quando ministro no Brasil, acerca do seu procedimento na lucta entre ele e o governador de S. Miguel, apenas, e daí, e da participação de ambos em trabalhos academicos vinham as suas relações.

Comparar um rebelde à mão armada com o estadista vencido era uma crueldade. A politica, porem, assim o ordenava e por isso acabou-se por discutir em partes o parecer da comissão.

Devia verificar-se se o carcere tinha condições para não ser abalada a saude do detido onde o internaram. Se perigasse sua vida que o mudassem para o outro «*em que esteja com toda a segurança*». Ordenava-se, tambem, que se «*tirasse uma devassa e sobre o sujeito a quem se hade confiar*». Após uma nova discussão decidiu-se que o inquiridor seria aquele a quem a missão competisse por lei.

Prendiam-se em nadas, em formulas, em detalhes minimos. Balburdiaram os próceres e o conde inocente do que lhe assacavam ficou na Torre de Belem enquanto se concedia ao rebelde Stokler licença para ir ás Caldas tratar da sua saude «*tomando medidas de segurança da sua pessoa e que ao voltar torne para a sua prisão*».

Ele requeria logo, a el-rei. Via-se privado do seu soldo de tenente general e narrava a sua carreira militar, invocava as obras de publica utilidade que empreendera e acabara na Baia; tratava ainda de outroa seus trabalhos e concluia:

«*Ora a suspensão do soldo importa a suspensão da memoria desta circumstancia que o representante considera e estima como sua mais nobre distincção*».

Era isto o que o molestava profundamente; a ingratidão dos grandes, dos pequenos, da nação na qual quizera trabalhar e da patria onde lhe negavam o sustento.

De dentro da sua torre nesse abrir do violento inverno, sabia o que se passava, as disputas, as batalhas dadas à sua volta.

Tinham sido afixados editais, assinados pelo desembargador da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro convocando testemunhas para a devassa sobre «*ser o Conde dos Arcos complicado em una horrenda conspiração tendente a desligar com os portu: eses de ambos os hemisferios e separar os interesses comuns da nação e do reino de que o mesmo citado Conde depois de conhecidas nesta côrte, digo Conde, as Bases da Constituição recusou jura-las e aconselhou outro tanto a S. A R. o Principe Regente*».

Este até as jurava duas vezes e para demais, não era «*homem que precisasse ser governado por outro*» como asseverava zangado em carta ao fidalgo.

A' sua volta fazia-se a atoarda; vinham uns periodicos avisa-lo, apareciam folhetos defendendo-o sempre na nota que ele lançava, e faziam carreira: «*Onde estavam as testemunhas dos seus delictos, que provas havia de suas tentativas?*»

«*As bases da Constituição Portuguesa não obrigavam ás Provincias Ultramarinas antes que estas tivessem os seus representantes no Congresso e declarassem plenamente q as aceitavam*».

«*O governador do Maranhão (general Silva) depois de ter jurado a Constituição, fez prender a varios individuos q o quizeram forçar a jurar as Bases, antes destas lhe terem sido comunicadas oficialmente pelo Soberano Congresso e o seu procedimento foi aprovado pelas Côrtes*».

«*As Bases da Constituição chegarão ao Rio de Janeiro comunicadas oficialmente pela corveta «Maria da Gloria», comandante Diogo Jorge Brito, q entrou neste porto muitos dias depois de 5 de Junho.*

«*Qual foi a autoridade (começando pelo Principe) Tribunal ou Pessoa, q propoz o juramento das Bases da Constituição antes do referido dia 5 de Junho, dando, por este modo, ocasião ao Conde dos Arcos retardar o referido juramento ou aconselhar a sua demora*».

«*Como se chamava o acuzador do Conde dos Arcos? Onde estão os annunciados documentos q justifiquem accuzação, qual o corpo de delicto p.^a duplicadas Devassas e por qual dellas farão obra os juizes?*»

Perguntava-se isto, principalmente, mas depois havia mais perguntas inteiramente logicas. Todos os ministros tinham assinado com ele as diversas medidas publicadas. Porque o acuzavam então, deixando o resto em liberdade?

Debatiam-se as suas razões e o *Astro da Luzitania* feria-o, queria-o bem prezo nessa torre. Ele não tinha dínheiro para pagar o trans-

porte das suas roupas e moveis «no momento em que volto de governo por muitos anos as mais ricas *Provincias do Brasil*».

Mas na Baía houvera uma sedição; um batalhão fôra desarmado, à hora da missa, e naquela vasta e acarmisada sala das Necessidades os senhores de casacas fortes, rígidos e plastrenados de civismos atribuíam ainda ao dos Arcos semelhantes influencias.

Iam os da Junta baiana remeter os presos à metropole pela fragata *Principe D. Pedro*. Eram dezasseis os mais perigosos estando na lista como chefe o brigadeiro Boccaciari que dava Clubs em casa. Marcadamente anti-constitucional, riquissimo, galgando os postos tornava-se perigoso. Não tinham provas concludentes a seu respeito e esperavam-nas da devassa. Procediam sempre assim com os inimigos esses liberais e daí a estada do antigo governador naquele quarto de pedra da linda e fria torre. O brigadeiro quizera persuadir dois dos membros da Junta da queda do constitucionalismo e como conheciam «a *grande habilidade deste homem para a intriga, apesar de ser fraquissimo julgamos indispensavel afastar-lo e por isso o remetemos preso e sob custodia pelo Brigue, Carvalho VI*». Tambem vinham detidos, alem doutro brigadeiro, ajudante de ordens do governo, Jose Tomaz Bacelar, e varios officiais.

Noutros barcos remetiam os coroneis Gordilho e Salvador, tenente-coronel Felisberto Gomes, major Antonio Maria, capitão Luis Antonio Horta, capitães João Antonio Maria e José Antonio Machado, José da Silva Neto, Costa Ferreira, Silva Castro, Silva Rego, José Soares e o tenente de marinha João Francisco de Oliveira. Lino Coutinho já estava no Congresso como deputado pela Baía, na vice-presidencia da Junta continuava o verzejador de 1817, Azevedo e Brito, de quem o Conde fazia boas ausencias, mas os odios no parlamento não se extinguíam. Da provincia explicavam-se cousas tendentes a deixa-lo no seu carcere para sempre.

A Junta acusava-o de longe, não se cõbia em lhe apertar mais os grilhões com as noticias atiradas ao Congresso ácerca dos conspiradores:

«*Emquanto ao nosso modo de pensar foi plano combinado com o Rio de Janeiro para fazer uma scisão entre Brasil e Portugal plano que havia estabelecido o Conde dos Arcos e o Conde de Palmela; e que aqui seguiu adoptado pelo marechal Felisberto Caldeira e seus satellites*».

Pela primeira vez falavam da cumplicidade de Palmela; tampouco perdoavam a quem tentasse opôr-se à revolta com os seus soldados muitos dos quais tinham ficado no campo, em fevereiro do ano anterior, quando

Explicação dos factos de sua
5 de Junho de 1921
Rio Janeiro

Os de 26 de Setembro foram chamados pelo Conselho de
Estado a votar os novos Empregos de "Arca" e nome de todos
Luis de Aguiar Ribeiro Soares, Thomaz Siqueira Mattoso Soares,
Leandro Ribeiro de Castro e outros. Não os fez nenhuma deliberação
nem se discutiu o P. 22, e o ultimo Conselho de Arca de
luta de São Paulo: Emprego que por esse motivo se discute até
de novo no antigo tempo de Governo Colonial.

Além desses sete Empregados quando o P. M. Horta de estabelecer
o novo Serviço que em sua opinião se fez encorajado de Lygion
de Horta e de Mattoso Soares que os fez nome Mattoso e sempre
contém o mesmo nome por P. 22 de Horta até ao
caso de Horta de Horta em Estabelecimento e Estabelecimento de S.
de Horta.

Em verdade quando se trata de Conselho de Arca de Rio Janeiro
for possível se estabelecer o P. 22 sobre de um Serviço em geral,
que se possa dizer mais e mais mas quando se trata de Arca / até
bem fácil de fazer / de tal Emprego porque se trata de Estabelecimento
então talvez Horta possa dizer que nunca se estabeleceu e até em

os membros da actual governação baiana conspiravam. Os satellites eram os que se enviavam sob custodia.

Por uma destas terriveis maldades do destino o periodico *Idade de Ouro*, que o prisioneiro fundára, ao inaugurar a imprensa na Baía, inseria as diatribes compostas no chumbo que êle comprára.

No Rio de Janeiro houvera uma nova complicação. O ministro Alvarés Diniz não quizera de forma alguma exonerar o intendente da policia Pereira da Cunha nomeado, como êle proprio, pelos revoltosos de junho. Criára o principe uma enorme colera e alcuñhára de indolente, inactivo, desamorado da constituição o funcionario. Achava-o cobarde: nomeava em seu lugar Francisco José Vieira; o outro resistia e então o regente não deixára de lhe lançar tambem o epiteto e pô-lo pela porta fóra. Causára agitação o golpe do principe em homem tão moderado como era o demitido e que só não lhe obedecera com medo dos revolucionarios, mas D. Pedro saira porque já o comprometera bastante. Até o acusavam de o ter por cúmplice com Cunha, Avilez e Angeja numa tentativa de emancipação. Chamava-se às armas o povo contra o batalhão do 3, que auxiliaria a tentativa, diziam as proclamações, as quais os officiaes portuguezes apreendiam enquanto êle energicamente redigia um edito, dirigido aos fluminenses e escrevia uma carta ao pai, na qual declarava quererem os revoltosos aclamá-lo imperador e a qual concluia assim: *«protesto a V. M. que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso, e que elles farão essa loucura mas será depois de eu e todos os portuguezes, estarem feitos em postas, he o que juro a V. M. escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: Juro ser sempre fiel a V. M., à Nação e à Constituição Portugueza»*.

Com effeito traçára romanticamente, com sangue bem vermelho, tanto que parecia tinta encarnada, viva, forte, aquele fecho da missiva.

Pois aos facciosos, que êle condenava, chamavam os baianos *«amigos de Felisberto Caldeira e apaniguados do Conde dos Arcos»*. Tambem se apontavam a Cunha e Avilez os soldados de caçadores como do partido do ultimo vice-rei e nunca tivera piores inimigos. Tudo servia, porem, aos que o desejavam preso, apesar de estar de longe.

Ê que estavam na Baía em união de certo familiar do regente e um primo do marechal, mas Luís do Rego, após o atentado, tambem largára o governo de Pernambuco e ligar-se-hia em Lisboa aos constitucionais. Enchia-se, pois, a *Idade d'Ouro* de insultos ao seu fundador, publicando a seu respeito que, no Rio de Janeiro já o achavam *«Um patriota e todos estavam arrependidos pelo insultarem no dia 10 de Fevereiro: não eramos maus pelo tratarmos mal nesta Folha. O nosso governo foi o mais injusto e calumniador em officios ás Côrtes contra o «incomparavel» conde; commetteu o maior attentado em mandar rondar as*

casas dos seus amigos, na noite em que ali chegou do Rio de Janeiro; tal era a linguagem dos conspiradores e agora vemos que aquelles dos que foram rondados naquella noite entraram muitos nesta conspiração».

A prosa era assim; o odio pior, os efeitos pretendiam-se que fossem terriveis porque não haveria maneira de despersuadir as «casacas de briche» de tais cumplicidades.

Um principe clamava contra os conjurados; misturavam-se nomes de todos os adversarios de peso como ligados na conjura e no fim a êle tambem o enleavam nas folhas do jornal que criára e no qual, de certo, Azevedo e Brito, o vice-presidente da Junta, o enaltecera,

Continuavam a falar duma tentativa de separação, que se sabe nunca estivera na idéa do conde, attribuindo-a agora aos conspiradores da Baía; como todos os vencidos maltratados, Silva Carvalho, ministro da Justiça, mandá-los-hia recolher ao Castelo de S. Jorge e mais se soldariam os elos da cadeia que amarravam o ultimo vice-rei do Brasil, se não viessem os resultados do inquerito salvá-lo.

Fôra e voltára ao Rio de Janeiro o 13 de Maio e ainda lá o julgavam em carceragem. Os portuguezes já não se entendiam muito bem com os brasileiros no Congresso, onde uns queriam cercear e outros obter vantagens para o Brasil, mas nada disso influa na situação do prisioneiro. Luís Coutinho lançava-se contra Siivestre Ribeiro Ferreira que mandou levantar dinheiro em Londres, pertencente a comerciantes baianos, afim de pagar a diplomatas; reboavam clamores, iniciava-se a guerra, exactamente no instante das revelações estrondosas da revolta baiana.

Isentâr-se-hia logo Luís do Rego de qualquer culpa; o deputado brasileiro Ribeiro de Andrade pugnára pelos conspiradores vindos da provincia, sem os convincentes documentos dos seus crimes.

Em relação ao conde succedera o mesmo. Debalde se afixára o edital de Picanço nas ruas da capital fluminense, renovando queixas em grande aparato. Enquanto aos bens havia quem os cobiçasse, palacios, casas e chácaras, mas neja quem fizesse provas de suas tentativas em que tanto falavam os baianos. Bem podia o *Astro da Lusitania* querê-lo encarcerado, ao passo que até o padre José Agostinho de Macedo e brasileiros amigos o defendiam, que para a luz da justiça nem um só acusador surgia. Ele apresentava quem o patrocinasse e se referisse à sua inteireza moral.

O seu procedimento para com os brasileiros marcára uma enorme correccção; desejava mantê-los em lugares e nomeá-los para outros, porem, nunca ninguem o ouvira falar em independencia, pois antes reivindicava a qualidade de chefe dos partidarios do reino unido, tampouco se deixára de jurar a Constituição, não fôra desdenhando-a mas — os deputados às

turras no Congresso — razão lhe davam — porque não chegára a tempo a base. De resto — bem o queriam agora os senhores liberais — não seria igual à portuguesa a lei destinada ao Brasil.

D. Pedro, aludindo de certo ao cuidado que este tivera para com algumas pretenções dos nativos, causando zelos nos portugueses, considerára *«que quem não quer ser lobo não lhe veste a pele»*. De resto elle praticára as maiores larguezas no mesmo sentido.

Sua alteza alardeava, agora, intensissimo amor à Constituição o que o levava a escrever com sangue os seus juramentos e num oportunismo igual ao que o fizera abandonar o amigo, após uns impetos orgulhosos, e o receio da impopularidade de perder aquella situação, enquanto não conhecesse a acção paterna em Lisboa.

D. sauxiliado, movia-se no Brasil, ao acaso, aos tombos, tendo saudimentos singulares, fazendo actos estranhos, sem refletir nos perigos, pouco preocupado com o dia seguinte. diziam os diplomatas, umas vezes para provocarem, noutras, absolutamente o contrario.

Um dia chegou a noticia que D. João VI desgostoso, entre as conjuras da mulher e a dictadura dos *«casacas de bricho»* se resolveria pela abdicção e se recolheria a um convento, talvez ao de Mafra, onde seria feliz com queridos cantochãos e refeitório de boa manutenção.

O herdeiro do throno concordou logo que sua magestade não poderia jamais aazer-se ao constitucionalismo. Sentia que só elle poderia acatar o sistema e viver de bem com os demagogos. Dizia Marschall, que sua alteza não via better-se *«do ataque à realza e não o rei»*.

Não era bem assim; buscava-se só ensaiar a teoria e não expulsar a familia real. Melhor o sentia D. Pedro, cada vez mais alardeante em seus propositos liberaes. Desde aquelas letras, escriptas com sangue, como num melodrama, jámais se cohibira a levar a imprudencia e a anciedade de vencer, de se collocar bem aos olhos dos jacobinos, que até mandara fazer publicações, nas quaes *«buscava popularisar-se á custa de seu pae e soberano»*. Em todos os partidos tinha causado má impressão o que se narrava acerca da conducta do principe nos dois movimentos revolucionarios perante os quaes el-rei succumbira. Nenhum dos ministros que-ria a responsabilidade dos atdos, e, acrescentava o diplomata revelador do facto: *«se alguem os aconselhou foi o general Caula, ministro da guerra e homem de bastante espirito, mas falso e sem nenhum caracter.»*

Todas as medidas egualitarias vindas das côrtes de Lisboa, alegravam as baixas classes; a nobresa quedava-se num pasmo, imbecilisada e impotente, a tropa pensava apenas em agradar aos poderosos vintistas e receava da sua opinião acerca dos movimentos realisados. Só o principe, aprovava tudo, na apparencia, pois sentia o desligamento da sua au-

toridade, levado a cabo na Baía e no Maranhão em holocausto ao congresso.

Naquele momento meditava em tomar consigo os familiares e partir para Lisboa, já farto de ser, como então dizia, «*só governador do Rio de Janeiro*». Imaginava-se no trono em Portugal, na boa camaradagem daqueles que o pae não comprehendia. Pensava assim, porque, tornava o austriaco, «*a ignorancia mais completa e uma extrema presumpção o cegou*». Não o conheciam; ele devorava-se na ambição que o fizera alijar o amigo e vogava entre duas aguas, não querendo senão encaminhar-se para navegar de vez na mais lavoravel ao seu futuro, ás suas aspirações.

Bem via os brasileiros a enlurecerem-se com essa semi-autonomia provincial, que só ao governo lisboeta queria obedecer, mas não se collocava ainda a seu lado, mesmo ao escutar-lhes os despeitos, por serem o desmembramento do seu reino. Quando o aclamarem no teatro como ao principe «*seu senhor*», o que as côrtes prohibiam, mandara levantar um inquerito e largara logo, na Carta, que fizera rir os próceres lisboetas, a sua jura solene e sanguinea.

Nem todo o Brazil, porém, queria ligar-se á metropole, como se podia imaginar.

Os portuguezes procuravam subjugar, atravez de todos os procedimentos, como os exercitos, antes da retirada, se vingam num saque definitivo; os brasileiros trabalhavam, apeteçiam uma paz duradoura, á sombra dum rei amado, e só alguns raros se pronunciavam pela republica, embora todos amassem a liberdade.

No interior das provincias opulentas produzia-se muito, mas não se desejava obedecer á metropole; na beira da agua, onde se vivia do commercio e do trafego, pensava-se exactamente ao contrario. Decidiam-se pela metropole. Deste modo, o barão Marschall narrava ao seu governo a situação, no meio da qual o principe procurava a melhor posição. Os militares, apesar das suas dedicadas palavras constitucionaes, não deixavam de murmurar contra o principe, que queria independentisar o país, diziam de sua sombra; os brasileiros não acreditavam no seu amor á terra do asilo, ao verem-no obedecer servilmente a tudo quanto de Portugal lhe ordenavam. Tratava só de economizar, como se receasse muito pelo futuro, o que desmentia a sua irreflexão ou ainda, como se desejasse agradar mais ainda aos realistas. Sujeitava-se a viver com a dotação, limitava o ordenado dos ministros e o tratamento dos creados.

Em Lisboa, porém, pensava-se em manda-lo regressar, sonhavam com as Juntas, governando e entendendo-se com o Congresso, desconhecendo as grandes aspirações nativistas. Quando da revolução da Baía não deixaram de acreditar na acção reaccionaria dos que vinham apodados de amigos do conde dos Arcos.



De resto, sucedia o mesmo no Rio de Janeiro, porque Gordilho, um dos cabecilhas, fôra empregado pelo antigo vice-rei e tinha um irmão ao serviço do príncipe, que renegava todas as sublevações e só ás Côrtes afagava nas cartas para Sua Magestade.

Decididamente procurava manter-se e mal se entendia na complicação, na anarquia, gerada pelos dirigentes portugueses.

Se tivesse chegado mais cedo a noticia acusadora dos baianos o Conde dos Arcos não teria saído da Torre de Belem, nos finais de novembro, por despacho que José da Silva Carvalho assinára como ministro, e só após deliberação do Congresso:

«Manda El-rey, pela secretaria de Estado dos Negocios de Justiça, participar ao Chanceler da Casa da Supplicação, que serve de Regedor, que as Côrtes Geraes Extraordinarias da Nação Portuguesa tomando em consideração o summario das testemunhas transmitido pela Secretaria d'Estado dos negocios da Justiça em data de 27 d'outubro, a que procedeu o Corregedor do Crime da Côte, em virtude da ordem de 17 de setembro proximo passado ácerca da suposta conspiração que a Junta do Governo da Bahia imputou ao Conde dos Arcos na sua Carta de 20 de Junho do Presente anno; e tendo juntamente presentes a memoria e documentos justificativos offerecidos pelo mesmo conde de que tudo se mostra a falta de fundamento d'aquella imputação, em que a Junta se reporta a Cartas, que não manda, recebidas do Rio de Janeiro, de pessoas que nem nomea, acrescentando que o conde vinha em custódia no Brigue «13 de Maio» quando é evidente por seus documentos «que vinha para Portugal com sua filha por licença do Principe Real» resolve que o Conde dos Arcos seja immediatamente restituído á sua inteira e absoluta liberdade.»

Mesmo fôra da prisão o homem de bem não esquecera; pretendia afirmar o seu crêdo de sempre até aos mais intimos e reclamava para si a qualidade de chefe de partido da Integridade do Reino Unido, o que fôra sempre sua divisa e sua missão. Não deixava de apontar os independentes a odiarem-no tanto como os portugueses excitados pela furia constitucional, apressados e incoerentes e dizia ter dado *«quasi metade da vida e toda a minha saude e patrimonio ao serviço da Patria na Zona Torrida donde voltei coberto de velhice, pobreza e atrocidades; bem me importa a mim a vingança da canalha»*.

Recolhera-se a uma quinta dos Olivais e dali continuava a sua correspondencia, narrando as suas intenções:

Requereria *«uma residencia conforme a lei tem estatuido a respeito dos governadores do Brasil em todas as capitánias onde estive, sendo*

sómente admitidos a juramento homens que eu tenha governado por mais de seis meses e excluidos todos os outros e publicar assim a petição como as sentenças». Alirava uma rija imprecação aos falsos, à humanidade perversa e concluía: «a respeito da Bahia estou ainda firme em antigos principios: Tres homens perversos, que estavam no governo, atarantarão-se vendo-me ali; não tiveram tempo de pensar, resolveram, no mesmo momento de susto, e pregarão conmigo na Torre».

Sabe-se como ele desculpara sempre o poeta Azevedo e Brito que o endeusára; a respeito do presidente da Junta, Moura Cabral, não se queixava também, mas não sucedia o mesmo em relação a Luís Coutinho, revoltado de 1817, e a Rodrigues Viana e Francisco Antonio Filgueiras, sendo os dois últimos os acusadores do brigadeiro Boccaciarí, a quem diziam amigo do antigo capitão general.

Habitado aos respeitos e às honrarias, todo se excitava à recordação de ter sido preso e desprezado, falsado e remetido para Lisboa ingratamente. Um procurador ladrão ia-lhe roubando rendimentos e haveres.

João Alves da Silva Porto era comerciante e queria enriquecer larga e facilmente. Entregára-lhe o conde os seus negócios quando partira; seu filho, D. Manuel, renovára a procuração, a pedido do agente de negocios quando largára do Rio de Janeiro onde ficára o traficante gosando das rendas do palacio, chácaras e casas, dispondo a seu grado das quantias e tratando confusamente as contas até que se nomeára outro individuo para o encargo, mas já quando os defraudamentos e os desperdícios eram enormes e irremediáveis. Argumentára, o lascaram, com razões inventadas, com as exigencias de crédores, leis, magistrados e a situação especial do roubado.

Recolhera-se, então, tristemente aos Olivais e dali, no inverno viera para a casa do Salvador, enquanto não passava para a das Mónicas. Sentia-se de bem consigo; provéra-se que jámais quizera separar Portugal do Brasil, antes conservá-los unidos, serem calunias as suas tentativas sobre a Baía mas ficava de alma torturada e de mal com muitos homens e viera-lhe um dia a nausea quando os insultara em duras frases, num momento de desespero profundo, de magua alucinante.

Emquanto se prendia nas suas leituras, desviado da vida publica, modificava-se a politica nos dois paises e duma maneira radical. Parecia uma scena de magia pela rapidez dos quadros.

No Congresso de Lisboa rebentara uma campanha formidavel contra os deputados brasileiros os quais exigiam egualdade de situação para o seu país que os demagogos procuravam manter dando ás provincias autonomias, queendo-as governadas por Juntas mas dominadas pela metropole. Um basto movimento nativista se desenhava pelo qual pugavam portugueses, metidos na maçonaria com os brasileiros. Ante a deso-

bediência dos baianos, o regente sentira-se desanimado e quizera garantir o seu logar no reino. Era o que desejavam os «casacas de briche», receosos de alguma «tarramontana» como D. Pedro costumava chamar aos seus impetos, Mandaram vir o príncipe para Portugal; acederam assim aos seus desejos, arranjaram o pretexto de dever ser educado em viagens pela Europa isto apesar dos seus vinte e quatro anos. Levantaram-se em massa os protestantes; as sociedades secretas moveram-se e quando as tropas portuguesas do tenente general Avilez pretenderam sufocar a insurreição foram despertadas e já tinham mudado os sentimentos do filho D. João VI ante o que se lhe deparava. Mergulhara um pouco nos segredos das lojas enquanto não lhe entregavam o malhete de grão mestre. Apresentava-se como um milagre aquele revigoreamento de espirito nativista.

Quando appareceu uma esquadra com reforços já o príncipe impedia o desembarque de soldados excepto dos que desejassem ficar no serviço do Brasil.

Transformara-se, num instante, aquelle que devia ser, em breve, o irmão Guatimozin do Grande Oriente. Aceitava a situação como se lhe apresentava. Narravam-lhe uma rebelião nas provincias e ele, com o feitio intemerato, o seu calção de gaúcho, a sua audacia, juventude e graça que, sendo necessario, se transformavam em rudeza corajosa, debelava a insurreição. Aplaudiam-no, aclamavam-no, enchiam de conselhos a sua alma aberta a todos os affagos e o seu espirito ávido de teatralidades. Imaginava-se um conquistador, usava os uniformes bizarros, desenhava-os com as frases retumbantes, de bom effeito, soldadescas umas vezes, retóricas e rufantes outras e começara a fazer a guerra contra a Baía, servindo-se dum official francez de boa reputação guerreira.

O general Madeira sustentava na provincia o governo metropolitano e já se armavam, no Rio, navios contra ele no meio dum santo entusiasmo.

D. Pedro blasonava, (*) batia o pé, insultava as Côrtes, que meses antes lisongeava; não deixava de enviar ao pai as blandicias, receando, talvez, que o deserdasse da corôa e a cada noticia vinda de Portugal, onde se mostravam os deputados brasileiros, mais se impregnava da ideia de não acolher as determinações dos vintistas. Vingava-se de toda a sua antiga submissão chamando-lhes todos os maus nomes que encontrava na sua collecção de apódos insultantes, agourava lhes a queda, desafiava-os, surgia, de repente, bem digno da mãe, atirada fóra a mascara dos respeitos, soltando-se, apparecendo em toda a sua luz. Os demagogos enviavam-lhe um *ultimatum*, barafustavam tambem contra ele

(*) Ver o livro do mesmouctor: *A Independencia do Brasil*.

nas suas salas onde parecia passar um sopro revolucionario que amedrontava D. João VI, muito alicetivamente a dizer ao filho para se moderar, para conter o genio, para se lembrar que era um principe.

O regente, tornado idolo, ao lado de José Bonifacio de Andrade e Silva, que marcava o dominio dos nativos no seu ministerio precursor da independencia, retorquia hostilmente: *ou lhe davam côrtes ao Brasil ou as convocava como defensor nato destes povos*: «*é impossivel fisica e moral Portugal governar o Brasil ou o Brasil ser governado de Portugal*»; «*defendia o pai desses traidores*». Mandava ao pobre soberano aterrado, proclamações, convocações, manifestos agora duma enorme exuberancia, narrava-lhe como até de Pernambuco, tão rebelde, o viam reconhecer. Assim o amava, e dizia finalmente, como soltara o grito de *Independencia ou Morte!* Um mês e uma semana depois era imperador e mandava sequestrar os bens dos portuguezes porque a guerra ia ser declarada.

O Conde dos Arcos, no seu retiro, soltava num pretexto escrito, o seu brado de desespero, nobre, levantado e digno:

Declarado, e tratado como os inimigos do Brazil não importa que os Inimigos do Brazil tenham sido os meus Inimigos no meio do Rocio, dia claro, duas vezes . . . Não entendo tal Clauzula! E então vendo eu a minha já tão farpada fortuna em um País onde sou reputado inimigo, e como tal tratado pelo Governo, que me resta esperar? . . . Entretanto consolo-me com a ideia que a suspenderá o Imperador porque tenho como impossivel que S. M. I. me considere seu Inimigo; he, e ha de ser sempre impossivel! Já vê que estou mui derido para ver com claridade este negocio e por isso deixo-o completamente á parte em quanto só me lembra que dei toda a vida util ao Brazil, toda a saude, mais de quatro centos mil cruzados em divida e que conhecendo por amor do Brazil Filhos e Netos no mesmo dia, e até no mesmo dia em que entrei na Torre de Belem prezo por Brasileiro, sou hoje declarado pelo governo Inimigo do Brazil como *Avilez, Garcez, Carreti . . . etc.*

A sombra de um Salgueiro-chorão, que junto de um Tanque com minha mão plantei naquele tempo em que tinha o coração puro, como o ribeiro em que se contam as pedrinhas fundo, a esta amiga sombra, digo, estava eu acolhido ao pino do meio dia, como he de meu costume, na qual em quanto o sol abraza como o de oje quando recebi a sua carta de 15 de Janeiro; e mandando vir uma meza aqui mesmo entre esta creatura não ingrata, falo da arvorê a quem com o unico Caladonio de existencia, bem como elas agora me dão som-

bra, irei escrevendo. Ora pois nesta distancia he que se vê bem, e desafortunadamente o que vai por esse mundo assim eu podesse olhar para o Rio de Janeiro, com a serenidade de animo e mesmo amor com que sempre olhei até algum dia a esta parte!! Bem diz S. S. que sendo eu desde o principio o trahido sou o que estou menos ao facto do negocio. «Estou, porem, desde o primeiro ano que de lá sahi convencido de certa verdade. . . »

Enfim João Alves fez-se ladrão e eis aqui está o Brazil de todos e os meus negocios. Mas agora faça favor de me dizer. Como diabo hei de eu acúsar João Alves de ladrão? Eu que nunca acusei ninguem de crime algum hei de estrear-me acusando um em quem eu depozitei tanta confiança que o nomeei meu Procurador?

Logo no fim do 1.º ano vi eu mui claramente que o que nos ultimos 4 dias de Brazil me tinha parecido virtude de Varão Constante fora manha e viveza de quem calculou rapidamente o projecto que até agora tem posto em pratica.

Não paravam as suas queixas: analisava os homens, prendia-se muito nas suas dôres e creava um tom amargo de se exprimir. Ao velho e justo raciocinio succedera o aborrecimento de quem se via desprestigiado quando se sentia cheio de valor.

Compreendia admiravelmente a situação e os proprios jacobinos, ante os acontecimentos do Brazil, entendiam ser ele o homem apto a ir deslindar o negocio, deveras enbruihado pela independencia proclamada.

A vida do conde dos Arcos apparecer-lhes-ia em toda a sua clareza, séria e ponderada. Em vez de se lançar, como eles tinham feito, para uma arremetida e um desafio desejara, lentamente, conduzir os brasileiros a um entendimento que os teria afastado daquele movimento independentista. Quizera-se provocar coleras e os resultados surgiam, em todo o seu horror, com uma nação a combater-los ante o imperio perdido, uma rainha a conspirar largamente, a vespera duma guerra com o Brasil, pois seria necessario não o deixar assim a zombar da metropole, diziam os realistas, muito aterrorizados á idea de chamarem o preso de hontem para seu embaixador junto dos rebeldes.

Sabiam que seria digno, entreviam, o que ele quizera realisar docemente e manifestavam o seu sentir a ponto do conde lhes conhecer os propositos.

Nuvens fortes de terriveis ameaças se acastelavam e a pesar de todas era a rainha metida nas conjuras que a policia devassava mas não podia evitar. Já a tinham presa. Que mais lhe restava? Liga-la num carcere a

alguma corrente de ferro em vez de a conservarem nos seus paços. v'giada e sem honraria?

Tinha-lhes faltado a visão; iam pagar esse erro que é o cadafalso dos políticos. O mesmo não sucedera ao conde já tão lembrado tanto quanto queixoso. Eis o que escrevia para o Rio de Janeiro:

Tenho que lhe agradecer duas cartas recheadas de impressões que todas ellas atestam ao mundo inteiro o quanto se ganhou com a minha retirada do Rio. Muito deveras os agradeço, e peço mais para mais vezes aplaudir aquella superfina medida.

Sahi quatro vezes fóra em todo o inverno e poucos dias me levantei da cama onde curti dores de cabeça sem numero nem explicação. Por outra parte sem soldo, sem Comendas, sem Foraes, sem Direitos banaes, e agora com decimas e radeimas tudo o mais, nem por isso estou lá que digamos bom humor: mas assim mesmo tenho tido a boa feição necessaria para que o Decreto em que ahi se mandão Sequestrar Fundos, predios Urbanos, etc. não tenha produzido em mim o effeito (effeito espantoso) que produzio em Lisboa. . .

Bem vejo que o caso é critico, quer dizer que ou hei-de ir para onde me deitarão fóra com Sladiis et Fustibus, ou hei-de perder o que lá tenho. Com effeito lá fez lembrar as casas a arder, etc.

Mas Senhores que mal fiz eu no Rio aos homens, ou aos Deuzes? Se neste verão ganhar, como me prometem os medicos, algum pouco de saude, parto para Argel com cheiro de fazer-me Eunuco a ver se por esse preço escapo ás Perseguições dos catholicos.

Parece-me contudo que o tal Decreto ha-de fazer mudar alguma coisa da opinião actual sobre o Brazil. . . Gentes sensatas já ha que muito mudaram de modo de pensar acerca das cousas da America porque pouco a pouco foram adquirindo ideias que não teem os Deputados que perderam o Brazil. Ha pois já muita gente que reconhece a bestialidade das medidas que aqui se tomarão, e que produzirão como era de esperar, a brevidade da Separação e Independencia do Brazil: e como a dor dos negocios he agudissima com o tal Decreto faz ela falar muito na materia e assim vulgarisar muito aquellas ideias de inculpação ao Congresso, d'onde ou eu me engano muito, ou estes Senhores vão brevemente mudar de Frase, methodo, etc. etc. Assim Deus o Queira.

Não foi S. S. o primeiro que me observou a conveniencia de entrar ne Sociedade M. e não cuide que eu espirre por esses ares com tal observação. Se eu não estivesse firmemente

determinado a fugir dos homens como da Besta, ou visse alguma possibilidade de aceitar qualquer emprego, então que remedio teria eu? Mas não conhecendo forças, neste mundo que me obrigam a ser homem publico, posso aloitamente continuar a olhar com profundo desprezo para uma Cafila que poz o Brazil e Portugal no tristissimo estado em que estão.

Estamos em 28 de Fevereiro.

Um suplemento ao Diario acaba de sahir annunciando que vamos principiar a cortar as goelas uns aos outros: Vou fazer testamento, e brilhar.

Entregue depressa a inclusa, ouviu?

MARCOS

Como todos os que não hesitam em dizer as verdades, numa larga franqueza e numa superior coragem, apontava os factos para logo mergulhar nos desalentos, de resto bem passageiros nos que vivem embevecidos pela paixão.

Na realidade este não passava de um apaixonado da politica e da governação. Vinha duma raça que sempre mandara ou na guerra ou nos conselhos de estado, nascera duma prole de senhores, que, desde o fundo dos seculos, jamais se minguara a não ser nos claustros, quando, fartos do dominio ou do contacto dos homens para os humildes ou para Deus se voltavam. Eram assim os avós; ou de rastos na poeira curando feridas e lenitivando maguas ou junto dos troncos, avisinhando-se dos reis. E ele, até então, fora o mesmo, apaixonadamente, como numa missão de alma, de dever, de linhagem.

Decahido não procurara a frescura duma portaria conventual ou o retiro duma cela; no seu espirito passara todo o rumor do seculo em que vivera, a ponte de não lhe repugnar a Sociedade Maçonica, se acaso como se exprimia; *não estivesse firmemente disposto a fugir dos homens ou a não aceitar qualquer emprego*.

Não teria outra idea naquele momento em que o solicitaram e sentia o vida perdida, os bens sequestrados, a balburdia á sua volta, mas num primeiro entrechoque com a realidade do mundo, do papel a desempenhar esse homem de ação não se quedaria a lêr os livros ou a escrever as suas cartas melancolicas.

Visão tinha-a ele e tão larga que antes do deflagrar da revolta a sentia e a aguardava.

Um tumultuar de coleras resoava agourando os primeiros estampidos da artilharia.

Manuel Fernandes Thomaz morrera pobrememente, numa casa da rua do Caldeira, como se o Supremo Architecto do Universo lhe quizesse

poupar o desgosto de acabar sob os escombros da sua obra apaixonada, tambem, louca, impetuosa, forte de ideal, mesquinha nos processos, mais resonante e retorica de que positiva e utilitaria.

Aquele finamento equivalera a derrubar-se uma coluna magestosa que aguentasse um edificio, e os inimigos rejubilando declaravam-se a guerra na nação, como os inhabeis politicos a queriam provocar entre o reino de Portugal e o novo imperio do Brasil.



CAPITULO X

DO CONSELHO DE ESTADO

À REGENCIA

Revoltas de D. Miguel — D. Pedro e o Conde dos Arcos
— As queixas do ultimo vice rei do Brasil — Os
seus conselhos a D. João VI — Os emissarios ao
Rio de Janeiro — Reconhecimento da Independencia
do Brasil — A morte do Imperador e Rei
— A enfermidade do Regente — O rei absoluto —
Na hora da agonia

RAPIDA tambem, pois não levava mais de nove meses, após a Independencia do Brasil, fôra a mutação na vida portuguesa. Caíra o vintismo. «Os casacas de briche» recolhiam à sua derrota sem grandeza: abdicara-se mais do que se travara um combate e aquilo fôra ainda a obra da Carlota Joaquina.

Recusara-se sempre a jurar a Constituição; alegara doença, abatimentos, escrupulos, questionara, resistira e conspirara nas casas de Queluz, nos misterios do Ramalhão, acaudilhara espias, soldados, hespanhois, fidalgos, lançara-os na lueta e, industriando o filho mais novo, o querido, encarregara-o da acção, visto não poder montar a cavallo e conduzir a batalha, se a houvesse.

O pobre D. João VI, no seu palacio da Bemposta, não conhecia cousa alguma do trama. Aiava na mesma desconfiança de sempre, recebia os ministros e obdecia-lhes. Nem sequer os nomeava; isso cabia aos seus senhores, aca da Côrte, pois habituara-se a concordar. O infante ia iniciar a primeira proeza revolucionaria. Esbelto, magnifico na sua

montada, seguido por alguns cavaleiros da tropa e por eguações, galgara até Vila Franca onde o exercito lhe prestara homenagem e o proprio chefe militar de 1820—o general Sepulveda—se lhe apresentara. Ditara, então, a sua lei. Dentro das Necessidades, na grande sala forrada de carmezim, onde tantas vozes se tinham aberto em juras de fidelidade aos ideais, vagueavam apenas desalentos. Os liberais não possuíam nem um tambor dedicado para rular nas suas exequias. Desaparecera o que se convencionara chamar liberdade e esse teatral eclipse representava o trabalho da vingativa, habil, inteligente e audaciosa a quem chamavam «a rainha dos corcundas», parodiando a sua moda de alcunhar os inimigos.

O infante, bem contra vontade da mãe, fôra obrigado a entregar ao rei o mando supremo. Ela, ao vêr o filho apeiar do cavallo, correrá a abraça-lo no mesmo frenesi que levára D. Pedro a ajoelhar a seus pés, quando no Brasil, regressara também da sua inicial vitória rebelde.

A este chamava-lhe desdenhosamente «o brasileiro» e espalhava o epíteto, toda jubilosa, a preparar um grande e novo golpe.

Tratava-se de o banir do trono o qual se tornaria o premio dos actos do seu menino amado. Para isso se movera, gerara aquella reacção, com uma paciencia de aranha e uma persistencia de gota de agua formando as suas stalactites nos rochedos duros.

O Ramalhão era um Capitolio e ela, após a consagração do povo, que a aclamara, ao vê-la no coche, sob arcos triunfaes, estendendo a mão encarquilhada aos beijos da turba, recolhia-se para pensar no seu grande anseio.

Cahira, por uns tempos, aquella terra de liberalismo na qual não cabia a sua aspiração do mando; tinham sido bem pouco habeis os seus cultores.

Ao Brasil, negando-lhe o que para si queriam, uma egualdade preconizada, como o simbolo de seus principios, tinham doado a revolta e oferecido a independencia; em Portugal, mercê da sua fatuidade, do seu palavrisimo, das discursatas ôcas e das medidas sem raizes, da linha de educação fomentadora da riqueza, emprestaram uma indiferença ao começo, tornada logo em desdem, depois em sanhas de odio, por fim em rebelião.

No meio dos acontecimentos dois principes, rebentos belos, um e outro, dum tronco carcomido, apareciam como homens de acção, bem do seu seculo, nascidos sob o signo sangrento duma epoca de transições. Eram como aqueles sedimentos que num dia encorpam, engrossam, endurecem, se tornam resistentes porque um cataclismo vulcanicamente passou e sobre a sua molle contextura vasou a sua lava metalica e ardente.

A revolução francesa rugira e acordara as almas; os dois Braganças

021 Rio 18^{to} 2222
6

185

Min amigo
Londe, e D. ref.

Recibi a tua carta q' continuei muito: todo era bem
e tudo hira melhor, ja temos representacao ja sou
mos gente, ja somos tenidos, ja campas o Brazil:
ja ja o Brazil começa a respirar, e a olhar
p' si, e a admirar-se, q' elle quizes tirar o q' a Pro-
videncia lhe deu, e elle alcançou q' he a mald.
de Deus Portugal. A Deus meu londe recubalham
abraço por escrito, e venha da l'ra de vras

Pedro. Neste seu amor, e amigo.

oram amamentados ao som retumbante dos seus canhões mesmo quando Bonaparte os disparava. Avançaram, na vida, jacobina ambos, um vermelho, outro branco, apaixonados, viris, tipos de ideias diversos, porém homens espantando a própria época portuguesa onde apareceram por tal metempsicose.

Depois da scena de Vila Franca, em que de começo tinham abundado mais os pampilhos que as lanças luzentes, Portugal tumultuario surgia diante do Brazil trabalhador. Dois irmãos faziam bravamente uma obra diversa. No meio dela tarantulando, movendo-se, insecto persistente e zumbidor, a rainha, como se os tivesse ainda presos ao seu ventre agitado de historica, tornava-os inquietos, balburdientos, versateis e infelizes.

Tudo se passara rapida, velezmente, quasi de surpresa, arrastando os homens e alarmando o paiz.

Os acontecimentos teriam grande influencia no destino do conde dos Arcos todo entregue a leituras, na sombra do seu salgueiro chorão. Uma vez ia para as Caidas, a tratamento, outras para a casinha de Moriacem, em Caparica.

Escrevia a dois a trez amigos do Brazil e no seu estilo marcava uma ironia, quasi um sarcasmo, entre queixas e desabafos.

Decidira-se enviar ao Rio de Janeiro dois delegados, a fim de tratarem com o governo do imperio a situação em que se encontrava para com Portugal.

Lembraram-se do conde a quem D. Pedro respondera, mal ascendera ao poder em resposta á carta onde se mostrava molestado por o terem atingido no sequestro dos bens como inimigo da nação onde trabalhara tantos anos.

Com a sua costumada franqueza, desembaraço e falto de sintaxe. dizia-lhe:

«Recebi a sua carta que estimei muito: tudo vai bem e irá melhor já temos representação, já somos gente, já somos temidos, já campeão os brasileiros e já o Brasil começa a resfriar, a olhar para si, e a admirar-se que lhe queirão tirar o q. a Providencia lhe deu, e Elle alcançou q. he a nacionalidade».

A Deus Portugal. A Deus meu Conde receba hum abraço, por escrito e venha dalo deveras.»

E venha dá-lo deveras! Depois de tudo quanto se passara convocava-o para o ir vêr no trono, tornado brasileiro, o chefe do partido da união dos dois reinos. Tanto tinham pensado em Portugal na influencia da sua acção nas negociações necessarias para liquidar o assunto ou

encaminhá-lo, ao menos, a um ponto honroso que os proprios vintistas, antes daquelle desabamento do seu poderio imaginavam convidar a aceitar a missão de medianoiro entre os dois paizes e aquelle que ilibado, não podia olvidar a sua prisão e os desacatos sofridos.

Era então, que se dirigia ao amigo distante, narrando-lhe a situação em que se encontrava ante o governo de el-rei D. João VI, em que entravam o conde de Subsera e Palmela elevado a marquês:

«Por eu ter sido amigo do Brasil e ter amigos no Brasil. Mal sabe V. o que isto dá de si!!!—escrevia dos Arcos, no seu fundo zombeteiro: as minhas circumstancias são como eu gosto, isto he, raras e incompreensíveis! O Governo que acabou não era por certo meu amigo; pois o actual ainda o he menos!! Ora entendel-os lá: os Barbeiros e os Remellosos despacharam-me para o Brasil e agora vai o Conde de Rio Maior e Francisco José Vieira. Dizem as más linguas que eu não era proprio p.^a observar as Instruções que levão, e eu entendo tambem o mesmo.»

Mandava el-rei umas cartas ao filho e à nora, nas quais lhes soliciitava o restabelecimento das relações e evocava laços de familia, ao mesmo tempo que mandava retirar da Baía as tropas de occupação, ao que fôra enviado o marechal Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, o qual já não encontraria ali os portuguezes e se não recolhesse a bordo do *13 de Maio*—era fatidico este barco evocador do dia do anniversario real—teria sido morto.

Os plenipotenciarios tinham demora em Lisboa: as cousas não caminhavam e êle continuava nas suas criticas, narrando o succedido ácerca da missão a que o desejavam levar e da sua vida no país:

«Estava eu nos Olivaes, havia tempos, quando rebentou a presente revolução, deixei-me estar.

Quando, porem, el-rei voltou no referido dia 5 succedeu passar na Panasqueira, que è muito perto da minha Quinta, e eu então fui alli beijar-lhe a Mão como Cavalheiro polido que sou.

Foi nesta occasião que sube do novo Ministerio, e vendo que a Pasta da Guerra não tinha proprietario, e a da Marinha estava vaga, entrei a tomar sentido nos Individuos que compunham o tal novo Ministerio e a «estranhallos» . . . e porque me parece que ainda estamos na mesma. Tato — disse eu comigo — não seja o Diabo negro que á falta de Homens me queiram encaixar algumas daquellas Pastas, e como eu «havia passado como doente até áquele momento» . . . aproveitei a apojadura, pedi licença como doentissimo, e parti para as Cal-

das onde estou sem novidade e no meu antigo estado chamado de saúde.

Consta-me no entanto por boa parte que a escolha de quem vá ao Brasil tem sido um negocio de alta monta em o novo ministerio; consta-me mais que os ex-Liberaes e Corcundas todos convem que eu devo ir; consta-me finalmente que um Espertalhão espalha, com quanta força pode que eu por fugir daquella Commissão me finjo doente (este mesmo tem um Protegido a quem convem hir ao Brasil etc). Ora enrabichar-me — aproveitava com delicia o termo popular de encalacrar, meter em trabalhos — he o *suprassumus* dos desejos destes meus senhores e intrigar-me com o Imperador seria uma victoria para elles. Em tal caso lembraria escrever directamente a S. M. I. sobre esta occorrença, mas não tem esta deliberação a nobreza e a franqueza de que eu gosto. Parece-me portanto melhor que tudo autorisar S. S.^{as}, como por esta o authorizo, a publicar que se El-Rei me encarregar de qualquer Commissão no Rio de Janeiro parto immediatamente ainda estando Sacramento e Ungido.»

Numa nota acrescentava depois de se mostrar assim desejoso de paz, esquecido dos tormentos antigos: «eu não podia offerecer-me directamente porque os nossos Inimigos não se esquecerião de dizer que a minha presença aos meus negocios do Rio valia a pena».

Acêrca dos bens tambem já o governo do Brasil se pronunciára, reconhecendo-lhe as suas antigas atenções para com os filhos da nação emancipada, embora sempre os tivesse numa enorme lealdade portuguesa:

Tendo representado o Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha, por seu bastante Procurador, os muitos e graves incomodos com que em Portugal tem sido oprimido por arbitrarios procedimentos, chegando até a eternisar-se o seu processo na Correição do Crime, quando a caluniosa accusação contra ele intentada só teve origem no conhecimento de suas ajustadas ideias e iluminados principios, sempre tendentes ao bem geral do Brasil, que constantemente amara como sua Patria: Ha por bem Sua Magestade o Imperador, intimamente convencido da pureza de seus sentimentos, e da sua inalteravel honra e fidelidade, Declarar o sobredito Conde cidadão inocente e benemerito, e por isso mui digno de gosar da protecção das leis deste Imperio, que será sempre um seguro asilo para a honra e para a virtude.

Pelacio de Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1823.

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADE E SILVA

Foi por esta epoca que o conde recebeu a sua nomeação de conselheiro de estado, honraria a que não ligou grande importancia e ácerca da qual se explicava, com o seu habitual sarcasmo, em carta ao amigo residente no Rio de Janeiro:

«Escrevo, por consequencia á pressa para lhe dizer q me fizerão (por mercê nova) conselheiro de estado entre Thomaz Antonio e Marquez de Valadas, tem este negocio uma explicação bem longa que não cabe no tempo da agora mas ellas todas as Franciscanadas d'Elvas, dignas de pé de Candeio, todas as operações Bem do Carrasco mexidas por Vargas, Francisco Veloso est, tudo é hum caminho á vista deste deste negocio.

Se eu tivesse paciencia para escrever havia de compôr hum romance com o titulo seguinte: Eu em Lisboa.

Nunca me pareceu que era homem de tanta importancia. E eis aqui donde partem mil erros meus; erros q confesso com franqueza mas q não posso de todo em todo considerar-me como me acostumei a considerar os Senhores q acabarão de governar e os que principiarão ha pouco a governar.»

Dava-se-lhe aquele cargo numa compensação aos males sofridos ou antes para se perpetuar nos conselhos de el-rei o que tão mau resultado dera no Brasil; a luta entre o valido, Thomaz Antonio, trazido do seu desterro de Thomar e o conde que não abandonava o seu retiro de Morfacem.

Entre as grandesas do Valada, senhor conde de Caparica, descendente dos Tavoras, e a pobreza e plebeismo do valido real, ficava bem a grande nobresa e a mediania pecuniaria do ultimo vice-rei do Brasil. Enquanto o fidalgo, que era veador de D. Carlota Joaquina, se renunciava por uma guerra sem tregua ao Brasil imperial, o desembargador queria o reconhecimento immediato da nova nação com uma só differença no seu territorio.

Thomaz Antonio entendia que o Maranhão não pertencia ao principado brasilico e como tal devia ser ocupado pelas tropas retiradas da Baía.

Quando o Conde dos Arcos tivera que se pronunciar e documentára largamente o seu honrado, logico e curiosissimo relatorio:

— *«O momento de aconselhar a Guerra ao Soberano — começava elle — he justamente o momento em que todos os apices da Responsabilidade se apresentam para o Conselheiro d'Estado. E que será, Senhor, quando a Guerra de que se trata é a Guerra Civil e, ainda que appa-*



rentemente, entre as duas Augustas Pessoas d'um Pae e d'um Filho. E que angustias agudissimas martirizão o animo, permita V. M. que eu aqui o crescente, do Conselheiro d'Estado que individualmente deveu a V. M. por quasi toda a sua vida, mercões que o levarão aos ultimos empregos da nação e a Seus Augustos Filhos a mais publica e constante distincção desde os seus primeiros annos até agora.»

Esquecera até as suas funções, talvez mesmo já de ha muito tivesse perdoado, aquella abandono a que o príncipe o relegara ante os seus interesses politicos e começava a mostrar-se, na sua larga teoria, contraria a *«qualquer expedição hostil à America.»*

Narrava, então, como se tinham querido emancipar os americanos e os hespanhois, as expedições contra eles enviadas, as derrotas sofridas pelos europeus que não compreendiam a ancia da liberdade dos nascidos numa terra conquistada. Pintava os generais batidos, os soldados ruidos de doenças, as bandeiras abatidas nas rajadas das derrotas e relembrava ainda os *«infelizes successos de Luis do Rego em Pernambuco e do Brigadeiro Madeira na Baía.»*

Não desejava, porem, que el-rei o julgasse um retorico ao dar-lhe aquella opinião, antes se baseava numa experiencia larga do qual tirava um proveito no serviço de sua magestade. Historiava, com verdade, a facção independentista do Brasil em 1808 a erguer-se, a encorpor após a chegada da familia real, o contacto com os estrangeiros vindos nos navios para os seus portos abertos e o desenvolvimento da maçonaria.

Não poupava quem espalhara as doutrinas da independencia e mostrava como um avigoramento enorme, feito de esperanças e crença, nascera na alma brasileira.

Depcis rebentavam os pormenores praticos do colonial e do soldado: *«convem observar que não estando ainda escrita uma Arte de Guerra para o Brasil, parece-me que com os comandantes de tais Expedições se hão de achar, geralmente falando, muitissimo embaraçados tendo que regular-se pelas ideias de guerra que aprenderão e Regem na Europa, de que será facil convencer-se quem reflectir por um momento que as bases em que se afirma a 'tactica Europea não existem de todo em todo no Brasil.»*

Demonstrava a falta de estradas militares, de povoados, de pontes, caminhos, auxiliares e mantimentos, o soldado português arrazado pela viagem e atirado logo para o combate, mal alimentado, sofrendo do clima, sujo, roto, apto para a derrota.

Era certo que poderiam instalar-se nas beiras do mar mas tambem ficariam sem recursos do interior, o que geraria a fome, o mal estar, o prurcio de todas as catastrofes.

Ter-se-ia que reconquistar o Brasil palmo a palmo e a nação irmã,

que tão fraternalmente os acolhera na chegada, com suas corôas civicas seus versos, só os receberia agora com as pontas eriçadas das baionetas e as soezes imprecações de quem sente defender o que lhe pertence: o seu solo, a sua independencia.

Fazer a guerra ao Brasil?! Oh! não; era esse o seu voto de Conselheiro de Estado.

Os brasileiros tinham-se unido só à ideia do ataque «*é esta a unica circumstancia que tem força para açaimar as facções que forem sucessivamente imperando no Brasil.*»

Em volta do sistema constitucional ligar-se-iam, formar-se-iam forças maritimas consideraveis, e a gloria da luta pertencer-lhes-ia.

Descrevia, então, o vasto Brasil com as suas regiões tão diferentes, costumes, e climas, a sua policia, a acção dos homens de 1820 naquele acto realisado por um desforço e apresentava a situação portuguesa em toda a sua veracidade.

Mostrava o exercito desorganizado e os pedreiros livres querendo ainda tentar o seu grande golpe, a reviravolta sangrenta. Do país distante tinham vindo tambem auxiliares do mesmo crêdo, escorraçados pela saída das tropas portuguezas; muitos eram militares desejosos de empregos e de figurar, e à menor derrota sofrida no Brasil eles levar-se-iam aqui. Mas havia mais ainda; para o conseguirem seriam capazes de criar atmosfera favoravel à guerra alim de afastarem os soldados da revolução, os que sustentavam o prestigio de D. Miguel, do vencedor.

Apresentava-se deste modo, altivo e ponderado, logico e sabedor tocando em todos os pontos, expondo a fraqueza, a inconsistencia, a temeridade e apelava para os sentimentos intrusos do Soberano:

—«*He, porem, necessario Senhor, tocar, no que é suprasssumum — ele gostava imenso desta palavra — do maravilhoso e do horrendo! Declarar V. M. guerra contra seu Augusto Filho!*

Queria mostra-lo como um constrangido a actuar, a mover-se ao sabor dos politicos e concluia, num arranço de superior visão no qual apontava os pobres, nas sociedades secretas, procurando dar o seu grande e definitivo combate contra os ricos, e estes na defesa ligados ao governo que lhes garantisse a propriedade que no Brasil era Independencia.

Emquanto aos negocios particulares tratava o governo brasileiro da forma de indemnisar os crédores, compravam-lhe o palacio do Campo de Sant'Ana, destinando-o logo ao Senado mas o antigo vice rei ficava sempre na indecisão ácerca da sua ida como commissario português ao Rio de Janeiro até que, por fim, tudo se decidiu.

Partiram Rio Maior e Francisco José Vieira e desenrolou-se uma

tenebrosa odyssea. Imaginavam ir encontrar o imperador de bom animo para receber a carta paterna e apenas tinham topado irreverencias.

O brigue fôra obrigado a colocar-se sob as peças das fortalezas, dentro em pouco vinham tirar-lhe o leme por ordem do governo e chegavam a bordo as mais terminantes ordens ácerca do que compelia fazer aos delegados dos regios. Ou deciaravam aceitar o novo estado de cousas ou seria melhor regressarem a Lisboa a narrar o que no Brasil se passava.

Tratava-se do reconhecimento, puro e simples, nem outra cousa eles aceitavam; impunha-se aquele passo decisivo ou nada.

O fidalgo e o magistrado, representantes do seu país, debalde procuravam amolentar o animo dos ministros; eles eram inflexiveis, não se perdiam em conjecturas, expunham a questão, em toda a claridade.

Mas não podiam aceder assim de chofre, seria necessario discutir, bases, projectos, leis, e isso só em terra numa conversa larga de diplomatas.

— Que não, que não . . .

Os animos exaltavam-se cada vez mais e não se respondia por cousa alguma. Então os emissarios lançaram protestos e encontraram desdem. Acabou-se por lhes apontar a barra, a saída, o largo mar pelo qual voltariam a Lisboa.

Quando os governantes portugueses quizessem entrar em accordos seriam acolhidos magnificamente mas já se sabia quais eram as bases: «o reconhecimento immediato do imperio (*)».

As cartas de D. João VI para o filho nera tinham sido abertas visto não lhe darem tratamento condigno com o seu novo titulo. Acabara de vez o contacto com o velho reino e cada país seguia o seu destino.

No ano seguinte Lisboa estaria sob o terror. O infante D. Miguel, sempre mal aconselhado pela mãe, decidira-se a nova revolta. Deffragrara-se a *Abrilada*, correrias, tiros, desordens, ameaças, lagrimas, o corpo diplomatico com Hyde Neuville, ministro de França à sua frente, procurando salvar o soberano das coações reaccionarias e conseguindo-o, tais eram os episodios dessa rebelião do filho contra o pai.

Depois succedera-se o exilio do filho desobediente, a sua passagem para a Austria e os desalentos maiores, dia a dia, do pobre rei.

Mais um ano passara ainda e, por fim, o Brasil encarreirara nas negociacões. Portugal já não se podia opôr à sua libertação e mais valia, francamente, reconhece-lo do que contraria-lo.

Então o reconhecimento produziu-se e o Conde dos Arcos devia ter rejubilado.

(*) Ver o livro do mesmo auctor: *A Independencia do Brasil*.

Um dos negociadores fôra Felisberto Caldeira Brant, o marechal vencido na Baía, tornado agora diplomata. Quebrara o silencio de longo tempo dirigindo-se felicissimo ao seu antigo amigo.

Aventara-se que seria o ultimo vice rei do Brasil e primeiro embaixador de Portugal junto do imperador e isso constava no Rio de Janeiro e não se tornava desagradavel a noticia.

A politica, porem, guardava-o na Lisboa torturada. A situação agravava-se e quando D. João VI sentiu as vascas da agonia, após uma refeição na quinta de Belem, onde fôra assistir à procissão do Senhor dos Passos, deliberara logo formar uma Regencia para aconselhar a filha D. Isabel Maria que ia ter o encargo de a presidir.

Horrivel devia ser a colera da rainha ambiciosa no seu paço de Queluz. D. Miguel, esse, demorara-se muito na côrte de Viena e D. Pedro, de longe, dispunha-se a governar Portugal. Dava-se o inverso do sucedido com o pai e protestava-se no reino contra esse imperador que se alçara na sucessão.

O Conde dos Arcos fôra dos escolhidos para membro do Conselho Regente.

Com êle estavam, alem dos ministros, os outros seus colegas no Conselho de Estado, o patriarca, Valada e o duque de Cadaval.

Ia começar uma nova e terrivel tormenta que duraria até à hora da morte daquele que tão bravamente aceitára de novo tão fortes e pesados encargos.

A situação tornava-se pessima nas vespéras da morte do imperador e rei, porque D. João VI quizera esse titulo como uma platonica compensação, a qual viera juntamente com o pagamento pingue do Brasil a Portugal pela sua libertação definitiva.

Ao cabo duns dias de doença, o soberano morrera e um inglês, residente em Portugal, definiu-o assim para o seu periodico: o *Evening Mail*: «*A principal pretensão do Imperador e Rei era uma na qual a morte de Luiz XVIII de França, deixou Sua Magestade Fidelissima sem rival em toda a Christandade, tão exclusiva e tão natural era a energia do seu real estomago. Comtudo, o interesse que nunca pode associar-se com sua magestade, emquanto vivo, na sua morte se desenvolveu pelo reino que este nominalmente governava.*»

Não se coibia. Claramente definia as cousas e as pessoas. O reino vivia num alarme, esperando o successor do soberano. Pretendia-se que a França e a Inglaterra recusavam o seu beneplacito a Carlota Joaquina, enraivada como «*impotente*», cheia de humilhação. Falava-se em D. Miguel e o britanico definia-o: «*criatura obnoxia e incorrigivel*» — Restava D. Pedro e para esse achava, o correspondente que; «*tres veredas se lhe abrem: a escolha da corôa portugueza, passo do qual resultaria:*

«o Brasil antes de um ano membro do grande mundo republicano occidental ou despedaçada, cedo talvez, a mais util acceção do numero de Democracias independente». Para o jornalista o imperador brasileiro era «homem de habilidade» e poderia empreender um grande sonho que seria a compensação da perda dos seus vastos domínios brasileiros: a corôa da península na sua cabeça de soldado visto a «ineritavel fluctuação da politica hespanhola».

Andava então em luta com as suas colónias; os partidos degladiavam-se no interior do país exausto e o periodista encarava como possível a hipótese da queda de Fernando VII e, porventura a duma aspiração ao mando dos dois países por parte do imperador, no caso de renunciar ao Brasil.

Aparecia, porém, logo a segunda solução da carreira de D. Pedro: A opção pelo imperio brasileiro, a qual, acrescentava, podia gerar a «perda do seu trono transatlantico assim como a do seu trono europeu».

Insistia ainda nas tendencias republicanas dos brasileiros, visto «existir ali uma forte desconfiança tanto da permanencia do Imperio que tanto custou a alcançar a D. Pedro, que até se pode duvidar se as suas finezas ao Brasil, regeitando a corôa de Portugal por amor dele serão avaliadas pelos Vassallos americanos meridionais de Sua Magestade como um direito á sua gratidão, sendo juntas com a designação irrevogavel».

A ultima hipótese consistia em guardar ele a soberania em ambos os países. Surgiam, porém, logo as grandes objecções.

Mas qual seria, neste caso, a principal? Onde ficaria o imperador? Depois, mesmo que se conseguisse alguma cousa não poderia nunca demorar-se semelhante situação.

Apesar de tudo, a aclamação do filho mais velho do rei morto realisonou-se sem desordens no reino de Portugal e o senhor D. Pedro IV legislou desde logo.

Quiz doar ao país uma Carta Constitucional, mandar criar um parlamento com duas Camaras, à maneira inglesa. Para a dos Pares nomeou o Conde dos Arcos, o que a infanta se apressou a expedir numa obrigação e num enfado, pois não gostava de governar.

Conde dos Arcos, Dom Marcos, Amigo

Eu El-Rei vos envio muito saudar como aquele que estimo. Tendo em consideração a vossa capacidade, e merecimento. Hei por bem nomear-vos Par do Reino. O que me pareceu participar vos para vosso conhecimento,

Escrita no Palacio de Rio de Janeiro aos trinta de Abril de mil oitocentos e vinte seis.

Era no tempo em que se inaugurava no Rio de Janeiro a Assembleia Legislativa, com a maior pompa, segundo lhe dizia um dos seus correspondentes e no seu palacio comprado pelo estado brasileiro.

Parecia, enfim, que D. Pedro queria pagar ao homem que tanto maltratára e que lhe perdoára. Alçára-o tambem à alta categoria de grã-cruz da Torre e Espada (*).

Voltara novamente aos grandes cargos, áqueles que sempre ocupára. Não era um vice-rei mas governava, junto da infanta, no seu Conselho, tinha o seu lugar na Camara dos Pares e pertencia ao mais alto grau da mais nobre Ordem Militar, ostentando ainda o maior posto do exercito.

Recompensaram-lhe seus talentos e virtudes mas não os sofrimentos e as ingratidões de que fôra alvo.

Não podia ter jámais um instante de tranquillidade o politico, porque colocado nos altos cargos viveria no cachoar das lutas.

No dia em que se soube ter D. Miguel prestado juramento da Carta Constitucional Carlota Joaquina fechou-se no seu quarto de vestir, em cujas paredes havia amorrinhos rosados e quedára-se em profundo enleio.

Fôra em 4 de outubro de 1826 e ela, na sua visão de histerica, desesperava-se com o que se chamava: abdicção de toda aquela gente de sangue real. O imperador da Austria, no seu palacio de Schönebrunn aconselhára-o; o duque da Toscana falára-lhe tambem, e, então, a scena dera-se, com toda a pompa, e sua alteza escrevera, jurára e deliberára aceitar o consorcio com sua sobrinha.

Oh! a brasileirinha de sete anos! berrava a rainha, no mesmo dia da abertura das Côrtes, que a desesperavam tanto como a transigencia do filho.

Na sala vasta do palacio da Ajuda e sob a presidencia do duque do Cadaval assemblaram-se os pares e deputados: porteiros da camara, reis de armas, arautos e passavantes, officiaes môres e ministros, com as deputações do parlamento, tinham ido ao encontro da Regente, a qual entrou seguida pela camareira mór, damas e veadores. Junto do presidente, seu irmão, D. Jaime, exercia o cargo de condestavel e sem aquela princesa avançando perturbadamente imaginar-se-ia ter o duque a soberania tão almejada antes de 1820 e estar na sua casa e realza.

Não apparecera na cerimonia a rainha; tampouco deixára que as outras filhas assistissem a semelhante acto.

Fazia antes votos para que vencessem os revolucionarios que tinham levantado o grito contrario às Côrtes em Bragança, Vila Real e ultimamente no Algarve, onde andavam tropas fieis a combatê-los.

E enquanto o marquês de Chaves e o visconde de Montalegre eram

(* Doc. 221. Appendix.

obrigados a refugiar-se em Espanha, após a sua derrota no norte, outros fulcros sediciosos surgiam, embora o infante D. Miguel — por cuja intenção sua mãe conspirava e agitava os exercitos — escrevesse ao irmão — ao brasileiro — «a ratificar a V. M. aquelas inviolaveis e fieis protestações de obediencia, acatamento e amor expressadas nas cartas que tive a honra de dirigir-lhe.»

Por este tempo de invernía a rainha acochava-se junto do brazeiro na saleta das damas, fuzilavam-lhe muito os olhos a proposito de qualquer cousa, e seguia, muito interessada, as noticias acerca dos rebeldes. Na occasião em que o conde de Alva mandou dizer que o Algarve estava pacificado recolheu novamente á recamara dos cupidinhos voejantes.

Positivamente o Conde dos Arcos, colocara-se contrario aos desejos de Carlota Joaquina. Fôra êle o primeiro a falar em plena sessão real, a querer saber se o rebelde marquez de Chaves era ou não par do reino. Cadaval, todo ligado ao absolutismo, volvia que o fidalgo transmontano não apresentara a sua carta nem se encontrava presente e por consequencia á Camara competia decidir do seu cargo.

Acudira logo o marquez de Vages, filho do Conde dos Arcos, a clamar não dever ser reconhecido enquanto não apresentasse o seu titulo legal. Os próceres guardaram sobre o caso um enorme silencio. Muitos eram pelo sedicioso, outros desejavam vel-o vencido, a maioria fluctuava entre estas duas opiniões sabendo que Saldanha batera os legitimistas mas receando sempre a derrota do caudilho num futuro mais ou menos chegado.

Desesperadamente, a mãe da Regente voltara na sua teima á conspiração. Metera-se mais nas intrigas com o irmão Fernando VII, e esperava que, por qualquer razão, acaso ou porque ella o provocasse a tal passo o filho regressaria a Portugal, e, então, com aqueles amigos de sempre, os absolutistas, resolveriam a questão.

Havia de alça-lo ao trono embora consumisse nessa tarefa o resto das suas joias e das suas energias. Depois podia morrer que iria em paz realiado o sonho de toda a sua existencia, tendo sido ella, na sombra, a grande conselheira do rei, a verdadeira soberana.

Que lhe importava o juramento á Carta prestado lá longe, em terras estrangeiras? Não valia; não valia; não podia valer. Deixasse-se rejubilarem os fidalgos liberaes nos Pares e a raiva jacobina dos Deputados. Tudo se transtornaria.

Um momento, porem, chegou em que a alucinação dominou a audaciosa mulher.

O filho sobre o qual fundava tão vastas esperanças, esponsalisara-se, em Vienna, com a *brasileirinha*. Uma ala rumorosa, galharda, realenga,

de príncipes, archiducos e diplomatas assistira á cerimonia na qual faltava apenas a noivasita de sete anos. Jamais Metternich fôra tão ofavel para D. Miguel, o imperador tão seu amigo, os delegados do Brasil tão submissos. O pontífice enviara as dispensas, o barão de Vila Seca assignara o acto em nome de D. Maria da Gloria e logo as testemunhas. E que de titulos apadrinhavam aquele consorcio?

O príncipe imperial, os archiducos Francisco Carlos, Carlos José, o chanceler do imperio e o visconde de Rezende (*) enviado do soberano do Brasil e ao qual fôra concedida a Corôa de Ferro.

Ainda mais aquelle golpe na rainha! E esta pensava sempre que aquillo não valia, não valia, não podia valer!

As côrtes festejavam o grande passo, annunciava-se, mesmo, a ida do noivo para o Rio de Janeiro. Então Carlota Joaquina, delirara. Sentenças de morte apareciam apoiadas no conselho da Regencia e assignadas pela filha, essa infanta historica de quem se boquejava um amor por certo official inglez do *Windsor Castle*. O decreto era claro, iniludivel acerca dos rebeldes vencidos:

— «Os militares incursos nos referidos crimes serão infalivelmente arcabuzados com toda a solenidade e aparato». Eram os seus amigos; aqueles que a tinham servido e á Causa que o proprio infante trahia.

Arcabuzados! Pois sim, estes estavam em Hespanha bem protegidos e, de quando em quando, entravam no paiz, faziam a sua sortida no Ferrel, na Misarela, vindo soldados e paisenos armados com «*espingardas hepanholas*», clamavam os defensores da Carta. A sedição continuava sem treguas; era preciso ter sempre um vencido em pé de guerra; solicitou-se até o auxilio da Inglaterra a qual mandara a divisão Clinton a vêr se apaziguava os animos partidarios.

O Conde dos Arcos ou por desdem ou porque os seus achaques o tomassem não voltou mais á Camera des Pares; apagara a furia do Conselho da Regencia, vivia no palacio da Travessa das Monicas — deixado o do Salvador ao filho — entregue aos seus amores, pois como jamais pudera gostar da esposa, encontrara quem lhe interessasse o coração. Uma menina legitimada brincava nas salas vastas a encher de alegria aqueles cincoenta e sete anos de glorias e desgraças, magnificencias e horrores.

Devia procurar nos beijos de D. Ana Joaquina de Noronha, sua filhinha, as compensações á ingratidão dos homens.

A senhora infanta adoecera gravemente e corriam versões singulares acerca da sua enfermidade. Naquelle formoso abril o regente deli-

(*) Ver a *Independencia do Brasil*, do mesmo autor.

nhava-se no fundo da sua recamara e bichanavam-se, pelos corredores, misteriosos terríveis. Relembavam-se todos os bastidores da atormentada politica da epoca, a serie de crimes escondidos, a morte do marquez de Loulé, aulico de D. João VI, as torturas inflingidas ao intendente da policia quando da *Abrilada*, aqueles boatos que corriam acerca dos maleficios espalhados e até o proprio sequecimento do soberano, occulto durante dias e muito mal celebrado na *Gazeta de Lisboa*.

A figura enxovalhada de Carlota Joaquina amedrontava; ella tinha as faces enrugadas, os cabelos à Titus mas encanudados a ferro para os dias de bom humor porque nos outres andava destrambelhada, à tóa, mal vestida, zumbindo na sua eterna conspiração. Trabalhava por D. Miguel contra o *brasileiro*. E, esfregava as mãos radiante na sua marcha ousada imaginando-o já no trono.

A proposito da doença de sua alteza ninguem punha duvida em que alguma cousa ella tinha de extranho, de singular e até isso se relatava ao Palmela, ministro em Londres, descrevendo-lhe a atmosfera portuguesa:

«Agora a doença da senhora infanta põe o selo final aos nossos males. Não repetirei os muitos e desagradaveis boatos que se espalham e de modo tal que é impossivel deixar de os ouvir mas basta saber que a doença é grave, pode ser fatal e não se sabe o que se seguirá.

«S. A. não quer vêr ninguem senão o seu medico e as creadas do seu quarto. Nem suas tias nem suas irmãs a podem vêr. Nem mesmo a Senhora D. Maria d'Assumpção, que em todo o tempo tem sido a fiel companhia, agora me dizem que só a tem visto dormindo.»

Singularmente apresentavam o caso, nas ruas e praças; nos salões os nobres entrecalhavam-se atterradamente sem se atreverem a dizer o que lhes passava nas mentes.

O isolamento do regente, aquella repugnancia por toda a familia, nublara de horrores o futuro. Se ella se finasse ninguem deixaria de acreditar nalgum veneno ministrado como de resto corria acerca da morte de D. João VI. Que comera uma laranja no dia em que fôra a Belem vêr a precissão dos Passes dos jardins da quinta da Praia e nela fa a peçonha, asseverava-se. E' que desde ha muito sua magestade não provava colher de comida, nem mesmo os manjares mais raros, sem primeiro sujeitar os pratos ao paladar duma negra velha e dedicadissima, que jamais deixava de estar ao alcance da sua voz. Daquella vez, na real estancia, devorara e morrera.

O habito de trazer nas algibeiras os frangãos assaados, é verdade que

sem o menor osso (*) vinha mais da desconfiança da possibilidade de o envenenarem do que da sua gulotoneria enorme mas de saciamento facil em qualquer palacio, moradia ou paragem, onde poderiam seguir mantença, copas e cosinhas em carros proprios. Não. El-rei tinha medo; el-rei tremia a toda a hora. E porque numa tarde de doçura e de religião sorvera, deliciado, uma laranja, deixára de existir. Tornava-se, pois, necessario acautelar a infanta e ela, que devia conhecer o segredo da morte do pai, apenas se confiava ao medico, às suas servas amigas e nem queria as tias nem as irmãs junto do leito, como se elas pudessem envenenar-lhe as poções, empeçonhar-lhe os remedios.

Noutra carta para Palmela acrescentava-se:

«A senhora infanta está hoje finalmente no ultimo ponto, resolvendo repentinamente os medicos mandal a sacramentar esta tarde, dizem que, pelo extremo abatimento em que está:

Tem sido um enyigma esta doença e acaba do mesmo modo.

Triste Portugal sahe d'uma desgraça para cahir n'outra!

Em que mãos viemos agora parar?»

Vivia-se num pavor e numa alucinação e a enfermidade de D. Isabel Maria tanta impressão causára que D. Pedro, receoso pela corôa portuguesa, deliberára abdicar na pequenina D. Maria da Gloria e casal-a com D. Miguel, ainda retido em Viena, na côrte do sogro do imperador que parecia ter a especial missão de carcereiro de principes da sua familia. Depois do duque de Reitschadt, seu neto, o Bragança, turbulento, seu chegado parente.

Em todo o caso para este havia mimos na côrte; ele dulcificára muito o temperamento, começára a lidar com as damas em galantarias e como era donairoso e belo, agradava; estava longe da mãe alanceada de ambições e do ar mefítico da politica portuguesa e quedava-se. É que em Lisboa não se podia socegar:

«Os partidos muito exaltados e sem rasão delles todos, a dificuldade ou antes a impossibilidade de os fazer cahir em si, de raciocinar um pouco, a pouca gente capaz, a miseria atroz do paiz, sem commercio, sem agricultura e ao mesmo tempo os tributos vexando ao ultimo extremo os lavradores, que não podem mais, este é o lamentavel quadro. No meio disto, todos a quererem gosar logares, postos, tudo é pouco. Como será possivel sahir deste pèlago?»

(*) Na casa dos senhores marqueses de Borba esteve durante muitos anos um dos cosinheiros reais que preparava os frangos por este processo.

Assim descrevia a condessa de Vila Real a situação, para que seu mano Palmela a sentisse nitidamente em Londres, onde lidava para manter a integridade da Carta Constitucional talhada pelo seu modelo das duas Camaras e da representação aristocratica.

Carlota Joaquina continuava privada na recamara de Queluz e despertára-se em furias ao saber que levavam D. Miguel para o Rio de Janeiro, a ligar-se à sobrinha de sete anos. Ao ter conhecimento como o filho aceitára as ordens do imperador, julgára-se à beira da loucura; mas, quando lhe disseram que não ficaria na Europa, actuára com mais violencia.

Mesmo contra a vontade de toda a gente se moveria; embora tivesse que agarrar o infante pelos ombros e guindá-lo ao trono, levá-lo-hia até lá, mas como rei absoluto. Entrava desde logo a entender-se mais e melhor com o irmão Fernando VII e, um dia, sentira que totalmente venceria. Os espanhois tinham acolhido tão graciosamente os rebeldes, quando se internaram no seu territorio, que o ministerio português se viu obrigado a protestar ante tanta gentileza e mais contra tanta protecção.

Que poderia ela tentar de mais rapido, de mais seguro a fim de evitar a partida do filho para as terras longínquas onde o empolgariam?

Intrigava, então, contra todos os que lhe pareciam liberaes, afastava-os, procurava inutilisar-lhes a acção. Atreveu-se até contra Saldanha, idolo da rua, e, apesar do motim que a sua demissão produziu, a rainha rejubilára e esperára os acontecimentos.

O imperador do Brasil ia ao encontro da sua vontade mal sabendo o que estava preparado. Esperava que os soldados britannicos lhe garantissem as instituições doadas aos portuguezes, imaginava o irmão e genro respeitando os seus juramentos de Viena e a Europa, à excepção da Russia e da Espanha, aplaudindo as suas resoluções.

Carlos Matias Pereira fôra o delegado escolhido por D. Pedro para ir à Austria apresentar o decreto em que se dava a lugar-tenencia do reino ao infante, tendo sido tomada esta determinação, ao que se dizia, «em consequencia da noticia que se tinha recebido da molestia gravissima e do perigo de vida da Senhora Infanta Regente».

Palmela, na sua carta para Lisboa, assim o escrevia e provava-se claramente ter valido de alguma cousa aquella enfermidade.

Mais do que nunca não se podia duvidar de que alguma cousa misteriosa succedera. Naturalmente — afirmava-se, embora em segredo — quizerá-se envenenar a infanta para a regencia cair nas mãos da rainha ou para D. Miguel vir rapidamente de Viena.

Fôra esta a politica dos conspiradores? Mal se podia conceber a rainha praticando um semelhante crime: a morte da filha!

Ela o que tivera, no dizer dos medicos, fôra «uma febre renitente,

gastrica, acompanhada com anomalias histericas», convulsões. Parecia ser um mal de familia e os mesmos medicos que tinham assistido aos males de D. João VI sem duvida o teriam constatado.

El-rei tivera «*huma indigestão acompanhada de insultos nervosos*» depois mais fortes ataques, de seguida umas melhoras durante dias, a esperança dum restabelecimento e a morte.

Sua Alteza, do mesmo modo, sofrera, «*sentira horripilações*», uma «*erysipela na região sacro-lombar, talvez devida a não jazer senão de costas*».

Só dois medicos João Tomaz de Carvalho e José Cardeira, Manni a visitaram nestes dias, mas o mal recrudescera, dera cuidados aos clinicos. Parece que lhe deram um remedio energico, do qual resultou «*um suor copioso e um espasmo*». Espontaneamente pedira os sacramentos. Daí por diante, vivendo no isolamento que requerera, apenas tinha as convulsões histericas e logo se pusera a melhorar.

Safra fraquissima dessa luta com a morte e retirára-se para um lugar mais saudavel, à quinta de Bemfica, no retiro da Alfaroqueira.

Ninguém poderia desviar do espirito popular aquela singular idéa de que se pretendia envenenar a infanta. Paralelavam, talvez, os mais entendidos, as semelhanças entre a sua doença e a do rei, mas repugna acreditar que se tivesse levado tão longe, até ao crime, a solução duma politica de ambições.

A Regente não morrerá. Podia-se garantir ter sido dum grande efeito a sua doença: deliberára da vinda de D. Miguel para Portugal, tornado lugar-tenente de D. Pedro. E era isso que Carlota Joaquina ambicionava. O resto ela o levaria a cabo com a sua astucia, a sua habilitade, o seu desejo enorme de triunfar.

Era certo que sua alteza vinha com idéas constitucionais, pelo menos assim o asseverava de Viena, ainda antes de partir e pedindo uma fragata para o ir levar a Falmouth.

A Camara dos Pares enviára uma mensagem a saudá-lo por seus esponsais. Entre os grandes nomes da nobresa que a assinára não estava o do Conde dos Arcos. Parecia afastado de tudo, recolhido apenas nos seus affectos.

Não ia às Côrtes, pouco lá apparecera mesmo, como se julgasse tudo inane fóra daquela casa onde se abrigára.

D. Miguel era festejadissimo em Londres, estivera em banquetes, caçára aos veados em Saethiel, e, ao embarcar na *Perola* com destino a Lisboa, vinha muito disposto ao Juramento. Para ele se convocou a sessão real em Ajuda. Devia celebrar-se em 26 de fevereiro. E jurára, novamente, na presença dos pares, dos ministros e dos deputados. Depois escrevera à mãe, dissolvera o Conselho da Regencia; nomeára um go-



verno da presidencia do duque de Cadaval com Leite Barros — o que seria o futuro despota conde de Basto — no Reino, Furtado de Mendonça, na Justiça, Vila Real, na Guerra e na Fazenda o conde da Lousã — o que no Brasil tanto tremera diante da revolução e pedira uma Junta para assistir ao erario.

Era um adversario do conde dos Arcos; no ministerio não havia nenhum amigo do ultimo vice-rei do Brasil, do membro do Conselho da Regencia, agora destituído.

Preparava-se o governo absoluto. Funcionavam ainda por uns dias as Camaras dos Pares e a dos Deputados mas logo em março, a 13, se dissolviam.

O infante trazia atraz de si a população, as mulheres adoravam-no, os soldados aclamavam-no num delirio festivo, os fidalgos rodeavam-no, a mãe levava-o para Queluz coma coisa sua e o senhor infante, tornado um idolo, sentia renovar-se o antigo fermento absolutista e entregava-se nas mãos de quem o queria governar.

Parecia que a febre, a loucura, o delirio de Carlota Joaquina se transmitira á Nação.

O regente declarava-se francamente contra o irmão. Ia proclamar-se Rei e convocava para si os Três Estados.

Dizia o decreto que lhe tinham solicitado de todas as classes semelhante passo.

Estava-se em maio, a 7. A *Gazeta de Lisboa* trazia a mercê de barão de Queluz na pessoa de Antonio Bartholomeu Pires, o antigo cirurgião que sempre fôra um grande amigo do infante.

Em todas as egrejas se celebravam *Te-Deuns*, o povoleu acaudilhava o principe, aclamava a rainha nas ruas e os periodistas invectivavam D. Pedro.

O Conde dos Arcos, contava apenas cincoenta e sete anos neste momento da nova e grande crise nacional.

Fôra tudo; chegara aos mais altos postos, no Brasil conseguira a adoração duma provincia, alçara-se á vice-realeza, dirigira um governo e caíra só diante duma revolução; em Portugal saíra do carcere para a grandeza, fôra par do reino, conselheiro de Estado e da Regencia.

Novamente passara não um povo mas um principe turbulento como uma rajada e ele deixara de lá estes titulos honoríficos, para ficar apenas o homem de bom cerebro, recolhido no seu tegurio com um grande affecto no coração.

Ao palacete das Monicas deviam chegar ainda os rumores do que se preparava, da lucta civil eminente, mas o conde dos Arcos escrevia o seu testamento e, com o pensamento em Deus, num maio formoso, a Deus se encomendava para morrer.

AO MERGULHAR NAS ETERNAS

SOMBRAS

NAQUELA casa da travessa das Monicas, onde o ultimo vice rei do Brasil ía morrer, não assistia a grandeza e a magnificencia do palacio do Salvador, nem sequer talvez retratos de antepassados velassem nas paredes pelas suas armas velhas como o reino.

D. Marcos de Noronha e Brito acamara e ía finir-se aos cincoenta e oito anos consumido de desgostos e aborrecido dos homens.

Era um temperamento concentrado e orgulhoso, habituado a não vergar nem a submeter à vontade alheia às suas paixões. Fôra vencido, era certo; mesmo aniquilado sofrera tudo, mas, no fundo ficara o soberbo e o altivo fidalgo mais cioso dos seus avós que dos merecimentos proprios. Julgara-se sempre como o rebento duma secular e grandiosa arvore a cumprir uma missão no seu tempo como os avoengos tinham realisado as suas atravez da Historia de Portugal.

Assim se encarava naquela hora em que ía mergulhar na eterna sombra do sepulcro, juntar-se aos nobres ancestros, portadores daquele fitulo antes de ele o uzar, senhores de outras resonantes honrarias, e dos heraldicos apelidos ilustrados na guerra, nos conselhos reais, nos logares onde era preciso honrar a nação ou renunciar ás pompas, ás grandezas, e escolher o sepulcro da cela antes da jazida, do mausoleu, do tumulo.

Grande ledor da heraldica era esse homem que tambem se ía sumir no pó, sob um lagedo, matido na sua farda de par do reino, senão na de tenente general, dragonada de oiro, coberta de condecorações e de desgostos. Naturalmente gostaria de revolver no longinquo passado os da sua raça que muito se tinham distinguido e amaria prescrutar quais os globulos desse velho, nobilissimo e ousado sangue que mais tinham influido em seus passos, modos e designios.

Ao abrir um *Libro das Linhagens* perde-se-ia a profundar os mis-

terios de certos gestos da sua gente, e concentrar-se-ia, mais do que nunca, percebendo de que se de muito valeram ao reino tais aventuras, acções e sapiencias, eles, os seus gloriosos autores, tinham acabado quasi sempre como ele se ia finir, consumidos de desgostos e aborrecidos dos homens, ao meigulharem nas sombras eternas. Iria dormir sob o seu escudo esquartelado em cujo primeiro quartel se esmaltavam as armas de Portugal e no segundo e terceiro as do antigo reino de Castela, mantelado de prata, com dois leões de purpura, batalhantes, e sua bordadura composta de oiros e de veiros azuis.

O rumor dos velhos tempos trazia aquella familia de tão longe que seria necessario procurar nos visigoticos guerreiros as primeiras parcelas do seu sangue. No extremo lusitano, pegados a terras da Galicia tinham sido talhantes de burgos, alcaides e senhorios até que em torno da torre de Gilla — carcassa historica, antiga como o condado portugalense, erguida num socalco — se formara uma honra, conto, manança de pendão e caldeira; a dos Arcos de Val de Vez, onde Fernão Anes Lima, pai do primeiro visconde do reino, fôra donatario.

Os pés gentis da *Ribeirinha*, saída da mancebia de D. Sancho para a filhagem de Lourenço Viegas, deviam ter-se passeado na terra onde João Fernandes de Lima — o Bom — a quem chamavam tambem o *Baticela* — acolhera por legitima mulher a linda viuva tão privada de amores. Aos noventa anos, já em estrigas claras os seus cabelos acobreados da mocidade, ela — a carne perdição — se morrera por ali, rodeada de bisnetos batalhadores e de bisnetas menos lindas do que a ancestra fôra em seu tempo.

Tudo isto vivia na legenda da casa dos Arcos com Cerveiras e Pontes de Lima. O titulo viera, por mercê de Felipe III e porque uma Bourbon entroncara na familia, cujos avós tinham sangue real, do autentico, tanto das Hespanhas como de Portugal.

Por trez vidas o rei intruso prolongara a honraria mas, ao que sôa, o primeiro conde não foi muito seu parcial. Andavam nas suas veias globulos rebeldes com os que já tinha abundado nas de alguns justos da sua casa como aqueles avoengos Tomaz e Leão de Noronha que, segundo diz o Agiologio, ácerca deste ultimo, se «*elevava ao perfeito estado da vida devota, imitando Santo Agostinho.*»

A parentela, dividida em outros ramos titulares, figurava nas côrtes, vinda das Indias de gibões retalhados, faces tismadas e corações duros, nas bancadas dos Estados falava alto e no ensino dos principes primorava belezas de sapiencia.

O segundo conde, D. Lourenço Filipe de Lima Brito e Nogueira, acabara sem geração e o terceiro, aquele em que devia acabar o titulo se acaso não renovassem suas patentes, era o cunhado do falecido a



quem se transmitira o condado de resto a assentar bem em pessoa de genealogia tão magnifica.

Tambem êle, como o seu descendente, que estava na orla do passamento, fôra aulico e conselheiro de um rei e para demais tão infeliz como o que o neto aconselhara.

D. Thomaz de Noronha servira na camara do principe D. Theodosio aquelle cujo saber chegava para cobrir todas as ignorancias da sua raça, amigo dos jesuitas, e sobretudo do padre Antonio Vieira, galhardo, valente e esforçado a ponto do seu pae, ainda mal seguro sobre o trono recear da sua popularidade entre a soldadesca admirada da sua audacia na guerra fronteiriça.

Ainda não tinha dezanove anos e era um idolo: discutia em latim e profundava os textos hebraicos, conhecia a historia e entusiasmava-se em seus lances e, para não ser apenas um ledor dedicara-se á arte da pintura. Gineteria, jogos de armas, donairescos e galanterias eram prendas do herdeiro da corôa tão maltratado no conceito paterno que se fiara em praticas religiosas, julgando-se repudiado e ciliciando-se na humildade. Choral-o-ia sinceramente o povo e o seu gentilhomem D. Thomaz de Noronha, passaria para a casa do irmão que tantas desditas trazia consigo. Assistira aos transeos dessa vida, o terceiro conde dos Arcos. O rei trahido pela mulher e pelo infante ambicioso, que seria D. Pedro II, acusado de impotencia para lhe anularem o matrimonio quando tivera descendencia duma tricana a qual seria obrigada a negá-la, acabara no seu carcere de Cintra, á hora da missa e na historia deixara um rastro de martiio a que se misturaram vergonhas, crimes e loucura.

Apagara-se no revolteio deste reinado o camarista e o quarto conde, seu filho, D. Marcos de Noronha e Brito, vivera ao lado do infante D. Francisco, assistira sem duvida ás turbulencias e maldades do grão prior do Crato. Naturalmente, como seu valido, conhecera as anciedades e as ambições insofridas de sua alteza. Dizia-se que se tornara o terror de Queluz. De noite, o seu bando raptava mulheres, espancava, bebia, alarmava e por cada diversão do irmão del-rei corriam caudais de lagrimas.

Tornara-se assim perverso ao sentir que ficava longe do trono e não conseguiu desaposar o irmão como seu pae praticara para com o tio.

Não devia ser muito original, o senhor Infante, nos seus processos. Decalcava as passadas seguidas por D. Pedro, mas encontrava, em vez de uma francesa despejada e arteira, uma austriaca calma, dôce, apaixonada por um marido corredor de fêmeas, todo de damarias, homem de muito amor, e de fazer desventrar de fidalgas, ciganas e monjas — sobretudo de monjas — bastardias atrevidas.

Ele perseguia a cunhada, galanteava, sorria e dizia-se apaixonado,

mas era o trono que lhe espicava a mente e a corôa que lhe enchia a alma. Ela, ouvia-o num desdem claro e defendia o esposo com habilidade e carinho.

Um dia, D. João V, tomado duma das suas devotas excitações — a querer pôr-se de bem com os santos para desculpar as suas voluptuosidades conventuais — decidira-se a partir para a Italia, após um presente rajaêsco ao Papa, e, humildemente, de rosto na pedra das naves, ir prostrar-se diante de Nossa Senhora do Loreto. A rainha dissuadira-o da peregrinação, mostrando-lhe as ambições do faceiro infante. Então, desiludido, tornára-se peór; vivia entre marafonices e as musicas que compunha, e ia, como o monarca, assaltar as grades dos retiros sagrados. Também germinaram bastardos de seu amor e, numa noite de pandega mais adoidada, sua altesa morreu de congestão, depois duma ceia de lagosta, bem regada, nas casas de Bernardo Freire de Sousa, ao lado de Gaeiras, pertinho de Obidos.

Lá foram os medicos à autopsia e ao abrimento de seu real ventre (*) e o fim desse aventureiro patusco e principesco fôra um alivio para o rei e para o povo.

Pois a este servira e amára o quarto Conde dos Arcos, vendo-o tirotear os marujos que do topo das vergas o saudavam, e, querendo obrigar os ciganos a roerem as corneas colheres de que se serviam num repasto onde ele se convidára e se atochæra de comida com uma conca de pão.

Era, pois, nos paços que viviam estes gentishomens, cujo grande descendente ia morrer, após a mais gloriosa das carreiras sobre a de todos que naquele ressonante titulo tinham usado, ao testemunharem tantas desventuras, infelicidades e horrores regios.

Mais dos aquartelamentos que da côrte fôra o quinto Conde dos Arcos de Vale de Vez.

Era filho de uma Tavora, formosa como todas as damas da familia tão desgraçada anos depois, neto do heroi de 1640, do general das armas de cavalaria, e tambem bom cavaleiro de donaire e bravura se fizera. Encantara uma senhora da casa de Assumar que o vira chegar a general de batalha muitos anos antes do suplicio da parentela.

Seguira, o sexto Conde dos Arcos, a carreira paterna e viria a desposar uma das filhas galaantinhas do conde S. Miguel, dama da rainha mãe de D. José I ao tempo do terremoto.

Grande gente de prosapia era essa dos S. Miguel. Trazia na ascendencia capitães generais de armadas de alto bordo; andava

(*) Existe ainda em Obidos, em casa do sr. Luiz Game, a mesa sobre a qual fo autopsiado o infante.



entroncada nos Tavoras e tambem um deles casara na casa dos Arcos, cujo representante ia procurar uma filha da sua familia para o amar.

Desta união feliz nasceu uma menina, D. Juliana Xavier de Noronha, herdeira do titulo, transmitido ao esposo, a esse galante e soberbo D. Manuel José de Menezes Noronha que seria o setimo Conde dos Arcos e o pai do que tanto honraria o titulo e se ia linar no seu luto, depois da agitada e tormentosa existencia.

Descendia dos Marialvas e pertencer a tal familia era ser valoroso, audaz, dado a picarias rijas. Porque não falhava ás qualidades dos seus que morrêra bravamente na praça de Salvaterra, defrontando o rijo toiro. Deixava viuva a mulher estremecida e toda de bom tino para educar o filho.

No palacio do Salvador, que o ultimo vice-rei do Brasil deixaria ao primogenito, enquanto procurava a felicidade no retiro das Monicas, ela soubera educar o que devia herdar esse nome retumbante atravez os seculos dum fragor heraldico, batalhante e glorioso.

Amparára-o sempre e amára-o porem com uma energia de aço e conduzira-o desde o berço até ao casamento. A nora era a filha do conde de S. Vicente, vice-almirante e duma Cadaval.

Bom enlace. Com tais parentes na côrte, o dos Arcos — cuja fortuna não era de muito se vêr, — poderia obter as altas posições que para ele sua mãe sonhára.

Não tinha, porem, louçanias nem belezas a tão nobre e soberba dama que lhe davam por mulher. O conde, que devia chegar ao cume das honrarias, era poeta e sonhava deidades para o seu amor. Desejam-nas mesmo aqueles que não sentem no cerebro a escandescencia de apresentarem em silabas certas as perturbações dos sentidos, a que chamam, d'alma, num convencionalismo decente.

Ia recusar-se o juvenil capitão a semelhante enlace, mas a brava mãe, toda agitada em seus nervos de neta de conquistadores das ruins pléguas, olhára-o, ao escutar a queixa, a declaração de que se casasse rebentaria, como lastimosamente afirmava — e dissera-lhe, no entono de seu bisavô, a bordo de capitania da armada de alto bordo:

— Menino, case e rebente depois!

Ele não rebentára, mas fôra tanger na lixa as suas maguas, evocando, talvez, a amada ideal, da qual a vontade materna o separava ao dar-lhe tão fidalga como feia esposa:

*De que me servem sem ti
Os bens que a fortuna dá
Os pobres sem eles vivem
Mas sem ti quem viverá?*

Escrevera, desesperára-se mas não morrerá.

E então, num quadro largo de bons scenarios, no interior das capitánias, nos serlões, nos governos, nas lutas e nas pompas fôra o homem querido e detestado, o glorioso e combatido.

E enquanto formava assim a sua vida, D. Juliana, sua mãe, quedava-se no palacio do Salvador, a sentir passar a agitação nacional.

O que ela vira enquanto o filho governava o Pará, a Baía e vice-reinava no Brasil?

Eram os francezes tumultuando diante das suas janelas fechadas, os carros de munições rolando lá em baixo na Fundição, a noticia dos bailes e das festas que eles davam e onde uma parente sua, e como ela D. Juliana, a condessa da Ega, entontecia o vencedor, se prendia nas agulhetas da farda de Junot, esbelta, formosa, impudica, fazendo gala no mau passo.

Quando os invasores retiraram começaram a abrir-se os salões e a falar-se com desassombro em grandes odios ás cousas de França, em enormes gentilezas para os inglezes, cujas fardas vermelhas se mostravam em Lisboa. Os rapazes fidalgos do exercito queixavam-se da dureza da nova disciplina, as meninas tregeitavam ao lembrarem os herejes porque, toda gente o sabia, até o duque de Sussex, irmão do rei britanico, tinha loja maçonica sua, numa viela lisboeta.

Não fizeram estes loiros pedreiros livres devastações nas almas como os garbosos francezes as tinham minado em sorrisos e audacias. Os britanicos mal apontavam nos salões porque ignoravam as bandarrices e os faceirismos. A vida portugueza limitava-se aos sermões, às novenas, às precissões, a alguma corrida de touros onde a condessa não ia, sempre lembrada da tragedia e jámais deixara o seu luto.

Decorreram os anos e a Familia Real não vinha; tornava-se difficilima a existencia em Portugal e ela, sempre com a mesma serenidade, continuava a receber as cartas, ora tristes ora transbordantes de alegria, do vice-rei, e a guardá-las para as reler, a querer penetrá-las bem, enchendo-se de razões afim de lhes responder a aconselhar o seu grande homem.

Na Europa as guerras continuavam e quando se soube que Napoleão baqueára no trono rejubilára-se por essa Lisboa fóra em alegrias doidas. Ela não se associára a cousa alguma; não figurara nas festas naturalmente a recordar o esbelto marido que perdera na tarde doirada de luz da ultima corrida real de Salvaterra, a bater-se com o toiro, sendo magnifico, garboso e heroico.

Finalmente a Condessa dos Arcos chegára a 1817 ao tempo em que se iam acender as fogueiras para queimar os martyres da patria e de certo já não soube dos fusilamentos com que o filho castigára os rebel-

Senhora Condessa de S. Miguel



*D. Nuno de Noronha, a quem
pertence o arquivo da Casa dos
Arcos*



D. Luis de Noronha



D. Alexandre de Noronha



des de Pernambuco. Também não o veria encarcerado, quatro anos mais tarde, não assistiria à sua reabilitação e à sua nova decadência.

Deus poupára aos seus oitenta e cinco anos as desventuras de que o oitavo conde seria a vítima; deixára-a falecer na certeza de que era venturoso.

No momento do seu final — ele morria tão novo, o que poucas vezes sucedera na sua casa — devia o grande fidalgo lembrar, talvez, a sua genealogia e nessa apoteótica ascendência de generais, de palacianos e de santos, sentira ficar-lhe bem a sua vice-realesa, a sua qualidade de membro da Regencia, o máximo a que tinham chegado os tão falados, glorificados e nobres condes dos Arcos de Vale de Vez.

La morrer, naquela manhã claríssima de maio, cheia de rosas, o homem que fôra um político, um magnífico administrador, um soldado garboso chefe mas, sobretudo, uma alma que servira sempre a sua patria e amára a terra da qual o escorraçaram aqueles que a não queriam redimida.

Amigo do Brasil, fanático por Portugal, D. Marcos de Noronha, o último vice-rei do grande imperio, bem merecia o epitáfio que lhe recusaram os governantes do seu tempo.

Desabaram as novas instituições na hora da sua morte e quando o seu funeral passou para ir deixá-lo no convento de S. Pedro de Alcantara, talvez encontrasse os delegados das Camaras provincianas que vinha pedir ao infante D. Miguel que se tornasse rei absoluto.

Acabára assim, sem grandes pompas, olvidado pela governação, num dia formoso mas já agitado de novas ambições e por isso não se celebrara bem o seu passamento. Sob uma lapide do antigo convento, ribanceado sobre o vale magnífico de Lisboa, ficou o cadaver vestido na brilhante farda bordada. Juntára ao escudo da sua casa nobilíssima mais uma corôa: a civica que nunca lhe ofertaram e devia ser timbre novo no seu heráldico escudo.

Para baixo era a Alfama estranha em cuja entrada se ergue o Salvador, para cima a casaria da Graça, o Castelo, os bairros onde vivera e amára e, nessa hora ensolhada, mais as paredes deviam brilhar, as rosas crescer sobre os muros das hortas e jardins na apoteose da natureza ao fidalgo esquecido pelos seus contemporaneos, pelos ambiciosos cujas lutas se iam travar enquanto o verdadeiro batalhador apodreceria sob a lousa daquele convento cujo nome — S. Pedro de Alcantara — recordava o do real e turbulento amigo ao qual sacrificára a vida, as glorias e até as ambições, esse último vice-rei, dedicado ao Brasil pelo qual não esqueceria, nem ao mergulhar nas eternas sombras, o seu tão ingrato Portugal.

APENDICE

(Documento n.º 1)

Tendo atenção ás qualidades, circumstancias e mais partes, e a outros justos motivos que concorrem na pessoa de Dòm Marcos de Noronha; filho do Conde dos Arcos, já falecido Dom Manuel de Menezes; e desejando conservar na sua casa, sempre viva a destinta memoria do dito Conde, e dos Ascendentes: Hei por bem fazer-lhe mercê em sua vida somente do titulo de Conde dos Arcos, e da Comenda de Santa Maria de Villa Rei da Ordem de Cristo de que foi Comendador o mesmo Conde e seu Pai: Salvaterra de Magos em vinte e oito de Fevereiro de mil setecentos e setenta e oito.

Com a rubrica da Rainha Nossa Senhora.

(Documento n.º 2)

Dom João por Graça de Deus Principe Regente de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, de Guiné. e da Conquista, Navegação e Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc. Faço saber aos Capitães de Minhas Fortalezas do Estado do Brazil, Capitães delle, Generaes, Coroneis e a todos quaisquer Capitães Officiais de Guerra, que no dito Estado Me Servem, assim na terra como no mar, e aos Ministros e Officiais de Justiça, e de minha Fazenda, e a todas as mais pessoas, que nele existem, de qualquer qualidade e condição que sejam, a que o conhecimento desta Minha Carta Patente, pertencer: Que atendendo a qualidade, e merecimentos no Conde dos Arcos, actual Governador da Capitania do Pará; Hei por bem fazer-lhe Mercê de o nomear Vice-Rey e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brazil, por tempo de tres annos, e o mais que Eu fôr servido enquanto eu lhe não nomear successor, em logar do Marquez de Alorna, que se achava nomeado para esse logar, e a quem fui servido dar outro destino; com o qual vencerá o Soldo de vinte mil cruzados cada anno, alem do ordenado que lhe compete como Regedor, ou Governador da Relação, ficando porem suprimidas todas as Propinas, e Emolumentos, que logravão com o dito logar os seus Antecessores, na conformidade da Carta Regia de vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos e noventa e nove; a todos em Geral.

(Documento n.º 2 A)

Dom João, por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal, e dos Algarves d'Aquem e d'Alem mar em Africa, da Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. etc. Faço saber aos capitães mórés, e mais capitães de minhas fortalezas do Estado do Brazil, Capitães delle Generaes, Coroneis, e a todos quaisquer Capitães officiaes de Guerra, que no dito Estado me servem, assim na terra como no mar, e aos ministros, e officiaes de justiça, e de minha Fazenda, e a todos as mais pessoas que nele existem, de qualquer qualidade, e condição que sejam, a que o conhecimento desta minha Carta Patente, pertencer: Que atendendo á qualidade, e merecimentos do Conde dos Arcos, actual Governador da Capitania do Pará: Hei por bem fazer-lhe mercê de o nomear Vice Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brazil, por tempo de trez anos, e o mais que eu fôr servido enquanto lhe não nomear successor, em lugar do Marquez de Alorna, que se achava nomeado para este logar e a quem fui servido dar outro destino; com o qual vencerá o soldo de vinte mil cruzados cada ano, alem do ordenado que lhe compete como Regedor, ou Governador da Relação, ficando porem suprimidas todas as propinas, e emolumentos, que logravão com o dito logar os seus antecessores, na conformidade da Carta Regia de vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos e noventa e nove; pela que mando-vos a todos em geral, e a cada um em particular, que tanto que ele chegar a esse Estado no Brazil, o reconheçais como meu Vice-Rei e Capitão General de mar e terra, e tudo que por ele da minha parte vos fôr mandado cumprais, e façais cumprir inteiramente, com aquella diligencia e cuidado que de vós confio, como farieis se por mim em pessoa vos fosse mandado, o que assim hei por meu serviço, e daqueles que assim o fizeres como deveis, e de vós confio, me haverei por bem servido, e aos que o contrario fizerem, o que não espero, mandarei por isso dar o castigo, que por tais casos merecerem; e para que as coisas do meu serviço sejam bem governadas assim nesse Estado do Brazil como nas Armadas, que a ele chegarem no tempo do seu governo, e castigados aqueles, que alguns delitos ou malefencias cometeram, assim na terra como no mar, em qualquer parte em que os meus vassallos estiverem, e hora sejam de meus naturais, ou de meus subditos nas ditas partes do Brazil, em quaisquer casos, que possam acontecer, lhe dou todo o poder, e alçada, sobre todos os generais, coroneis, capitães, das ditas fortalezas, e pessoas que nelas estiverem, e que forem das ditas Armadas, e capitães das que lá andarem, e forem a esse Estado, e sobre todos os fidalgos, e quaesquer outros meus subditos de qualquer qualidade, estado, ou condição que sejam ao qual em todos os casos assim crimes, como civeis até morte natural inclusivé poderá usar inteiramente, dando-se á execução suas ardens, e mandados sem deles haver mais apelação, nem agravo e sem tirar nem exceptuar, pessoa alguma em quem o poder, e alçada, se não entenda, porque sobre todas, e cada uma delas usará do dito poder e alçada, confiando dele Conde dos Arcos, que em tudo fará o que com razão e justiça deve fazer, em conformidade de Minhas Reais Ordens.

(Documento n.º 4)

«Com o Officio de V. Ex.^a n.º 80 datado de 8 deste mez foi presente a

S. M. a carta que Joaquim Luiz Viraes escreveu de Pernambuco a José Joaquim Carneiro Leal noticiando-lhe o apreço com que entre os rebeldes havia sido applaudida a suposta morte de V.^a Ex.^a, e não omitirei a V.^a Ex.^a a satisfação com que S. M. viu neste facto n'ais huma prova do muito que elles se receião das medidas rigorosas que V. Ex.^a tem empregado para os punir, as quaes espera S. M. que tenham aquelle resultado que corresponde ao zelo e actividade de V. Ex.^a e aos esforços dos povos dessa Capitania que V. Ex.^a tão habilmente tem dirigido.

Deus Guarde a V. Ex.^a. Palacio do Rio de Janeiro 29 de abril de 1817.

CONDE DA BARCA

Para o C. dos Arcos.

(Documento n.º 5)

«Tendo sido presente a El Rey Nosso Senhor o Officio de V. Ex.^a debaixo do N.º 61 com as propostas para o provimento de alguns postos que se achão vagos no Regimento de Milicias de Sergipe de El Rey e para organização de huma Legião Miliciania em Villa de S. Luzia e do Batalhão de Caçadores em propria e Villa Nova, Determinou-me o Mesmo Senhor, que communicasse a V. Ex.^a a Regia Decisão sobre o assumpto do mesmo Officio, a confiança que poz em Sua Magestade de que lhe não seriam extranhadas algumas medidas que tomasse fora das regras ordinarias, sem previa auctorisação pareceu ao Mesmo Augusto Senhor tanto mais bem fundada, quanto reconhece nas suas providencias mui distinta adesão aos interesses de Sua Real Coroa e hum acerto e discrição na escolha dos meios que tem anticipado a execução das Determinações Regias, e S. M. se dá por muito bem servido em não ter V. Ex.^a esperado por auctorisação particular, não só por que a V. Ex.^a cumpria pela situação da Capitania do seu Governo, a tomar logo medidas para evitar a comunicação do contagio sedicioso da Capitania visinha, mas tambem por que muito ha de concorrer para o bom exito o arbitrio de V. Ex.^a em lançar mão immediatamente dos recursos que tinha ha sua disposição para punir hum tão sacrilego attentado á Dignidade do Throno.

Sua Magestade Tem mandado expedir os Despachos necessarios tanto para a criação dos novos Corpos como para approvação e confirmação das propostas remetidas no mesmo officio; e podem consequentemente os contemplados mandar tirar as suas patentes; á excepção dos tres Officiaes de Linha que V. Ex.^a encarregou de organizar, e instruir os novos Corpos, por parecer provisorio a sua Comissão, e que elles não desejarão ficar neste serviço; Sua Magestade me Ordena tambem que previna V. Ex.^a de que fica à deliberação de V. Ex.^a o empregar para o contingente auxiliar da expedição de Pernambuco estes Corpos na forma em que se achão arrançados ou com as modificações declaradas no mesmo Officio do 7 do corrente, segundo o que V. Ex.^a julgar mais acertado e na forma em que assentar com o Brigadeiro Luiz do Rego Barreto.

Era da intenção de Sua Magestade, determinar que V. Ex.^a fizesse abonnar

às Tropas de Milicias o pret pão e etapa durante o serviço que prestão nesta occasião, e bem assim egualar o pret dos Soldados e de Infantaria de Linhas dessa Capitania aquele que tem os daqui, depois que selhe accrescentou 20 reis diarios; pelo que deve V. Ex.^a passar as ordens neste sentido, no caso o não ter feito já, assim por ser de equidade, como por que só pode conseguir-se boa vontade e disciplina na Tropa quando se não falte ao Soldado com o que se lhe deve, e quando os seus comandan'tes não admitindo negligencia alguma no Serviço se mostão muito interessados por outra parte na subsistencia e comodidade delles.

Deus Guarde a V. Ex.^a Palacio do Rio de Janeiro 6 de Abril de 1817.

CONDE DA BARCA

Para o Conde dos Arcos

(Documento n.º 5 A)

«Forão presentes a El-Rei Nosso Senhor os Officios de V. Ex.^{cia} escriptos desde de 14 a 16 do corrento, e de baixo dos numeros 56, 57? 61, em que V. Ex.^{cia} participa o horroroso facto de sedição na Capitania de Pernambuco, e as providencia que V. Ex.^{cia} deu para atalhar a propagação d'aquelle contagio.

Sua magestade ficou por extremo satisfeito de ver que V. Ex.^{cia} contanto zelo e descripção antecipou algumas das providencias, que em Officio da data de hontem lhe tinha já determinado, e neste çusseço achara V. Ex.^{cia} a mais plena approvação do seu comportamento. Não havendo portanto mais que acrescentar a tal respeito, Sua Magestade Manda recomendar a V. Ex.^{cia} que tome tambem as suas medidas para evitar qualquer insulto da parte dos revoltosos sobre algum destacamento das Tropas dessa Capitania de pequena força ou sobre qualquer Villa ou lugar d'ella pois V. Ex.^{cia} conhece muito bem a influencia das mais pequenas vantajens em casos de semelhante importancia: e communicação com a que se refira a esta questão, tanto a respeito de uns como de outros e com a mais perfeita imparcialidade.

Por quanto fica dito já V. Ex.^{cia}, estava convencido de que S. M. louva muito o expediente adoptado por V. Ex.^{cia} para o bloqueio do porto de Pernambuco, e devo demais dizer-lhe por Ordem do mesmo Senhor que todo o Comportamento de V. Ex.^{cia} sobre este particular o faz credor aos seus Reais agradecimentos pela prontidam e diligencia das disposições que V. Ex.^{cia} deu sem fazer-se cargo de lemites de juridição; os quais entretanto nunca poderam dar-se em casos de tal natureza, nem tão pouco qualquer Funcionario publico precisa ser autorisado expressamente quando se trata de manter os direitos da Coroa de S. M. que se achão afrontados pela revolta mais atroz contra as Autoridades constituidas.

Sua Magestade mandará brevemente despachar a proposta das Milicias de Serepe de El-Rey, como V. Ex.^{cia} deseja, e pelo que toca a providencias que V. Ex.^{cia} lembra para a dita Capitania, fica a sua adopção inteiramente

ao arbitrio de V. Ex.^{cia} tendo em vista a recomendação, feita acima: o que todo de Ordem de S. M. me cumpre comunicar a V. Ex.^{cia} para a sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a Vossa Excellencia. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1817.

CONDE DA BARCA

Para o Conde dos Arcos

Os Negociantes da Praça da Bahia, reconhecendo em V. Ex.^a o mais decidido Protector dos seus interesses todas as vezes, que para isso se apresenta occasião, tem a Honra, e felicidade de se dirigirem por meio do abaixo assinados á Respeitavel Presença de V. Ex.^a rogando submissamente, queira dignar-se receber para o dia 28 do corrente, em que se ha de fazer a abertura da Praça do Comercio, a Espada, que ousão oferecer a V. Ex.^a como hum perpetuo signal do seu reconhecimento e gratidão, a qual Servirá para Lembrar a V. Ex.^a a filial afeição, que sempre tributarão a V. Ex.^a e fazer recordar a todos os Negociantes Portuguezes, que se deve a V. Ex.^a a primeira Praça do Comercio, que houve no extenso Reino do Brazil. Deus Guarde a Preciosa vida de V. Ex.^a, como a todos he mister. Bahia 27 de Janeiro de 1817.

Ill.^{mo} e Ex.^{ma} Senhor Conde dos Arcos

MS. DE MELO
MANUEL FERREIRA DA SILVA
FRANCISCO A. GUIMARÃES

Escolhidos pelos nossos concidadãos para sermos o órgão dos seus sentimentos, e levar-mos aos pés do Throno huma humilde Suplica para o fim de obter a Regia Aprovação de El-Rey Nosso Senhor sobre a offerta de um Vinculo a beneficio de V. Ex.^a, e seus Descendentes, no valor de cem contos de réis em acções do Banco do Brazil accumulando-se esta soma ao fundo do mesmo Banco já tem na Caixa dos Descontos desta Cidade; consideramos como nossa primeira, e mui agradavel obrigação verificar quanto antes as intenções dos Nossos constituintas, e portanto apresentamos a V. Ex.^a o requerimento juncto para subir a Real Presença de El-Rey Nosso Senhor pela Estação competente, e não deixamos de felicitar a V. Ex.^a por este acontecimento, que marcará em todo o tempo a geral consideração, e apreço com que se procura agradecer nesta Cidade os eminentes Serviços de V. Ex.^a, feitos a El Rey e a nós. Para novos, e requerentes Serviços em beneficio do Estado, conserve Deus a vida, e saude de V. Ex.^a por muitos e dilatados annos.

Bahia 14 de Julho de 1817.

PEDRO RODRIGUES BANDEIRA

Aos 27 de Junho de 1817 sendo convocados os Subscriptores da Praça do Commercio da Muito Nobre, e sempre Leal Cidade da Bahia abaixo assignados pelos Administradores da mesma Praça Manoel José de Mello, Manoel Ferreira da Silva, e Francisco Alves Guimaraens por motivo de annun-

ciar aos dittos Subscriptores a chegada das Estampas, que se haviam mandado abrir em Londres com o Retrato do Ill.^o e Ex.^o Senhor Conde dos Arcos, e consultar a vontade, e opinião dos mesmos Subscriptores, sobre o que convinha presentemente fazer-se a este respeito, foi por todos reconhecido, que tendo sido o Ill.^o e Ex.^o Sr. Conde dos Arcos em todo o tempo do seo Justissimo, e Illuminado Governo Credor do Reconhecimento Publico, maior, e mais eminentemente o era nesta occasião pelos Illustres Feitos de Março, e Abril, em consequencia dos quais salvara Pernambuco do furor revolucionario, e levando esta Provincia à Cathogoria de Honra, em que se acha constituida pelo que segunda o exemplo das Naçoens Civilizadas para com os seus Heroes, pareceo a todos, que se devia dar ao Ex.^o Snr. Conde dos Arcos hum Publico Testimunho de Gratidão e Respeito; e depois da mais seria discussão sobre as differentes opinioens, que o este respeito occorrerão forão unanimemente aprovadas as seguintes rezoluçoens.

1.^a Que na Praça do Commercio desta Cidade no dia 15 de Agosto se desse hna Festa ao Ex.^o Snr. Conde dos Arcos, convidando-se para a mesma a todas as Pessoas da Cidade, e Reconcavo, que estão nas circumstancias de merecer tão honroza distincção.

2.^a Que no referido dia fosse colocado no Grande Salão da Praça o Retrato do Ex.^{mo} Snr. Conde dos Arcos, dando-se um Exemplar a cada Convidado para que em todo o tempo sejeão as cazas d'esta Provincia honradas com a Esfigie do Restaurador de Pernambuco, e Heroe da Bahia.

3.^a Que em Acçoens da Caixa de Descontos desta Cidade se instituisse hum vinculo no valor de cem contos de reis, cujo rendimento annual ficaria a dispozicção do Ex.^{mo} Snr. Conde dos Arcos, e seus descendentes, como Monumento eterno da Gratidão dos Governados e da Justiça do Ex.^o Governador.

4.^a Que a Dispozicção, e Direcção da Festa fosse encarregada aos Snrs. Administradores da Praça do Commercio, assim como a arrecadação dos fundos, e mais deligencias relativas a instituição do Vinculo aos Ill.^o Senhores Pedro Roiz Bandeira, Joze Ignacio Acciaivoli de Vasconcellos Brandão, Antonio da Silva Paranhos, e Francisco Miz da Costa.

5.^a Que estas Rezoluções ficarão guardadas no Archivo da Praça, fazendo-se outro equal exemplar para ser offerecido ao Ill.^o e Ex.^o Senhor Conde dos Arcos no dia 15 de Agosto.

E por serem estas as Rezoluçoens, que por fim se tomarão para maior firmeza assignarão commigo Manuel Ferreira da Silva, Administrador da Praça, que fiz vezes de Secretario.

a) MANOEL FERREIRA DA SILVA

aa) M. J. de Mello — Mancel João dos Reis — Domingos J. de Almeida Lima — Luiz Antonio Vianna — Manoel Antonio de Carvalho — João Peixoto de Miranda Neras — Felisberto Caldeira Brant Pontes — Pedro Roiz Bandeira — Manoel da C. L. . . . — Antonio Joze Dias Lopes — Francisco Alves Guimarães — Antonio de Barros Sequeira — Lino Joze Gomes — Joze Antonio Ribeiro de Oliveira — Filipe Justiniano Costa Ferreira — João Braz de Araujo Braga — Joaquim da Costa Dourado — Antonio da Silva Paranhos — Luiz

Joze Pereira Ror.... — Joze Joaquim Machado — Pedro Pires Gomes — Pedro Borboza Madureira — Por mim, e como Procurador de Joze Ignacio Aciavoli de Vasconcellos Brandão — João Gonçalves Cezimbra — Francisco Miz da Costa Guimaraens — Manoel Joaquim Coelho Travessa — Domingos Pereira de Aguiar e Castro, Pay — Por mim e como Procurador de Domingos Borges de Barros — Pedro Alexandrino de Souza Portugal — Albano Joze Villela de Carvalho — Wencesláo Miguel de Almada — Joze Thomaz Roza de Miranda — Mancel Joze de Magalhaens — Antonio Moreira Serra — Joze Barboza Magalhaens — Manoel Joze F. de Carvalho — Francisco Antonio Pinto — Domingos Joze Antonio Rebello — Custodio Joze Leite — Manoel de Castro Nivello — Antonio Dias Soares — Manoel Joze Dias Costa — João Joze da Silva Netto — Alexandre Gomes Ferrão Castello Branco — Adão Joze de Azevedo Lima Antonio Joze Pinto — Joaquim Joze Miranda de Campos — Joze Antonio de Souza Severo — Joze Duarte Coelho — Ignacio Antunes Guimaraens — João Antunes Guimaraens — Victal Prudencio Alves Monteiro — Joze Antonio Gaspar Caldas — Manoel Ferreira de Araujo — João Joze de Freitas — Joze Lopes da Costa Soares — Joze Afonso de Moura — Por mim e como Procurador de Pedro Antonio Cardozo — Antonio Ferreira Coelho — Agostinho da Silva Paranhos — Francisco Beleriz 1817 — Antonio Vaz de Carvalho — Serafim Joze Pereira.

Os negociantes desta praça me encarregão da honrosa comunicação a V. Ex.^a enviando a inclusa carta que é um testemunho da sua obediencia e reconhecimento dos grandes Feitos de V. Ex.^a, na feliz Restauração desta Praça. Digae V. Ex.^a, dar-lhe um benigno aculhimento e sua benevola atenção a esta porção de vivos e fieis vassallos de El-Rey Nosso Senhor.

Renovo todas as prestações do meu maior respeito e a mais alta consideração que sou de Vossa Excellencia o mais Attento e Venerador e o mais Humilde Criado

JOSÉ GONÇALVES MARQUES

Pernambuco 15 de Setembro de 1817

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos.

(Documento n.º 14)

A *Idade d'Ouro* era um jornal que o proprio Conde fundara ao estabelecer a imprensa durante o seu governo e o qual foi u a dos primeiros periodicos brasileiros.

(Documento n.º 14-A)

Mais tarde o Conde dos Arcos teria a seguinte opinião acerca das côrtes: — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhores? A Junta Provisional Preparatoria das Cortes, fazendo excessiva honra ás minhas Luzes, e Justiça, ao meu Patriotismo, quer ouvir a minha opinião sobre o melhor, e o mais pronto modo de Organisar a Representação Nacional em Cortes, conciliando-se a facilidade, e economia da Convocação, com a Legitimidade, que só pode deduzir-se de

consentimento da Nação, e da conveniente expressão da Vontade Geral: e eu vou expor es meus sentimentos sobre este objecto com a franqueza, que me caracteriza, e que pede a importancia da materia, que he tão sisuda, pois se trata menos, do que ser, ou não legitimo hum Congresso, que se propoem a formar a Constituição da Monarchia Portugueza. Convem pois examinar, discordando pelos Solidos Principios de Direito Publico Universal, e do Direito Publico Portuguez, se he, ou não indispensavel a assistencia do Nosso Augusto Soberano, por si, ou por seu Procurador expressamente Nomeado para a Legitimidade das Cortes? Quaes sejam as Classes, se a Representação se fizer por classes, que devam ser parecer, e por que modo? E qual seja finalmente o meio de se elegerem os Procuradores, e Representantes da Nação? Respondo a estes Quesitos pela maneira Seguinte: O Rey he em toda a parte considerado como Chefe, e a primeira Pessoa da Nação, e entre nós o Rey he desde o Berço da Monarchia o Depositario das tres partes Potenciaes do Imperio, sendo nelle indivisivel a Magestade, e adquirindo este Direito, ou pela Conquista ou pela Aclamação do escrito em Campo de Ourique, ou pelo consentimento Geral da Nação, principiando a manifestar Solememente nas Cortes de Lamego, que constituição nessas primeiras Leis Fundamentaes, e já nesta primeira Assembla da Nação, apparece o Procurador do Senhor Rey. Na Constituição, que hão de fazer as Cortes, ha de tratar-se, ou de Restringir o Poder, e Auctoridade do Soberano, ou de defenir, e declarar quaes sejam os que actualmente lhe competem, pelos Direitos, de Legitima Sucessão, do Amor, e Fidelidade com que os Portuguezes ha vinte e oito annos tem a fortuna de obedecer-lhe, e dos juramentos, Preito, e Homenagem, no Acto de Sua Gloriosa Exaltação ao Throno de Sua Augusta Mãe e Avó. Para qual quer dos dois casos será possivel deixar de Ouvil-o, por si, ou por seu legitimamente auctorizado Procurador? Se dizemos com tanto enthusiasmo, que viva o Senhor D. João VI Nosso Rey, e Senhor, consideramol-o em tudo como Soberano, que he, e então não podemos prescindir de Sua Augusta Pessoa, afirmando, que a Nação Reassumiu Seus Direitos, por que nesse caso diremos, ou que estão ao mesmo tempo no Rei, e em Nação separada de seu Chefe, ou que a Nação está neste intervalo sem Chefe, e Soberano, e estas Proposições são absurdas, a primeira como contraria á Razão, e a Segunda, como attentatoria contra a Auctoridade Real. Demais, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, em o Manifesto publicado no dia da Sua Instalação, diz com bem energia, e bem verdade, que desde o tempo em que El Rei Nosso Senhor deixou de viver entre nós, somos desgraçados, que que nossos Avoz forão felizes, por que havia Governo Representativo nas Cortes da Nação, em que se dava a mais concertada harmonia nos Direitos do Soberano, e do Vassallos, fazendo da Nação, e do seu Chefe huma só Familia em que todos trabalhavão para a felicidade Geral, e protesta a Junta querer estreitar mais os Laços de Amor, Respeito, e Vassalagem, com que nos achamos felizmente ligados á Dynastia da Immortal D. João VI, e que as virtudes, que a dor não o Coração do mais amado de Seus Descendentes, nos affiança, que elle ha de unir os seus aos nossos esforços Sejam pois fieis ao Manifesto do Governo: Supplique-se ao Soberano Sua Real Presença neste Reino, e nas Cortes, e só com a sua chegada poderá a Nação e o Chefe

fazer huma só Familia trabalhando todos para a Felicidade Geral, devendo estreitar-se os Laços, que nos ligam a Sua Magestade, e unindo-se os esforços do Nosso Bom Rei, e os nossos para o Bem commum.

Está conhecido, que por meu Veto, he indispensavel para a Ligitimidade das Cortes, a Real Presença de Sua Magestade, por si, ou por seu Procurador: não podendo servir de exemplo Cortes Celebradas, ou não havendo Rei e tratando-se de o eleger, ou havendo-o mas inhabil para governar, ou supondo-se a Nação dividida: felizmente estamos fora de todos estes casos. Temos Rei, que Reina em todos os nossos corações. Todos o consideramos digno do Throno que occupa, e he unanime a Nação em Reconhecer, que o seu Direlto a Governar-nos, he incontroverso, e que do seu Regresso a este Reino depende muito principalmente a Reparação de nossos males. Este he o Grito Geral, e sincero da Nação inteira. Nem esta dependencia, que eu considero de Sua Magestade Retarda as Cortes, visto, que constituindo o Brazil huma porção consideravel dos Dominios Portuguezes, a quem ha de abarregar a Constituição, e muito mais depois, que aquelle Estado foi pela Carta de Lei de dezesseis de dezembro de mil oito centos e quinze, e levado a Reino constituindo huma parte integrante do Reino Unido, não pode supor-se huma Representação Legitima Nacional, prescindindo-se de Convocação ás Capitánias do Brazil, e se podese lembrar esta desmembração, traria apoy de si males incalculaveis, que he desnecessario mencienar. Instemos pela pessoa e assistencia do nosso Monarca, e estamos com o maior Acaitamento, mas com a maior elicacia, e contemos sempre com um certo que tão incapazes são os Portuguezes de sofrer o jugo Extranho, quaisquer que seijão as vantagens apparentes, que se lhes prometão, quanto incapazes são de viver sem a doce sujeição a seus Verdadeiros, e Legitimos Monarchas. Parame-me de igual evidencia a necessidade de ser a Nação Representada por Classes com as cautellas, e medidas, que vou a lembrar: O Governo em o seu Manifesto, de que já fallei, promete conservar as mesmas Ordens, e promete, que a Constituição ha de ter por Bases a Conservação da Religião Catholica Romana, e da Dynastia de Bragança, e foi este o Juramento, que o Supremo Governo deu, e mandou dar. O Governo ha de durar até, que as Cortes estejam congregadas, e como pode o Governo cumprir o que prometeu, de conservar as Ordens do Estado privando-as da Representação, que sempre tiveram em Cortes? Nas Cortes, ha que pedir, ha que acusar, e ha que decidir. Na Eleição dos Representantes da Nação, ou ha de haver influencia sobre os Eleitores, ou não; havel-a, nem pode supor-se porque tolheu a liberdade, o que anulava a Eleição, não a havendo, he muito possível, que o Congresso se componha de Pessoas, que nem saibam pedir quanto nos convem, nem accusar todos os males existentes, nem responder a accusações calumniosamente feitas contra certas Classes, e suas prerogativas, nem finalmente decidir sobre todas as materias, que se propuzessem: e seria justo, e mesmo decoroso á Nação, que huma Assembleia, que a Representa, ou arrisque sua Reputação, e o que mais he, a justiça de suas decisões, dando-as sem conhecimento de causa, ou vergonhosamente mendigue estes conhecimentos fora desta Respeitavel Assembleia? Como pode estar-se certo de que as Doutrinas, que se estabeleceram serão conformes ás verdadeiras Maximas da Nossa Santa Religião, sem a Presença, e o Votto de alguns dos Benemeritos Prelados, que constituem a Igreja Docente? He incre-

vel quanto estamos todos arriscados, desde que julgamos todos, que podíamos fallar, e decidir em tudo: a ignorancia anima a muito, e por isso a muito precipita, e ella he ainda mais perigosa em Pessoas de conhecido talento: ha dias li em hum dos nossos Periodicos, fallando muito digramente em Materias Politicas, expressões, que arrancam pela raiz os mais solidos fundamentos, da Religião, que felizmente Professamos.

Considero pois de necessidade absoluta a Representação por Classes, e não só como nas antigas Cortes, se fazia, mas ainda com subdivisões, parecendo-me com tudo, que o Equilibrio devesse buscar-se entre as Classes, e que por esta, e por outras razões, que escuso dar, não devem ás Cortes hir indistintamente todos os de certas Classes, como algumas vezes se fez, mas que os Prelados Ecclesiasticos devem por Vottos escolher de entre si o numero de Representantes, que se julgar a proposito. Que os da Classe da Nobreza, que costumavão chamar-se, se juntem para escolherem tambem seus Representantes, em o numero que se indicar. Que os Generaes do Exercito tenham tambem em Cortes a Representação, que lhes compete, elegendo Deputados seus, pois que sendo o Exercito quem consegue a Segurança, e a tranquillidade Publica, o que he fim a que se derigem os Imporios e as Sociedades Civis, he innegavel, que se lhe deve hum logar muito distincto, e que sem termos o Exercito, que nos mantenha seguros na Paz, e na Guerra, de nada vale Leis, e Constituições, que sem a força não vão a effeito, ou ao menos he este muito incerto, duvidoso: he pois objecto importantissimo em Cortes, Regular o Exercito, segurar os meios do prompto pagamento dos que nelle Servem, e dos que já serviram, e a substancia, das Familias dos que derramaram, ou estiverão prontos para derramar seu Sangue por El Rei, e pela Patria: Requeiro para tudo isto Representação particular do Exercito, por que devendo toda a Nação advogar a sua causa, que he a nossa, faltam nas outras Classes os conhecimentos só proprios desta, e até eu estimaria, que houvesse nas Cortes Generaes das differentes Armas. Propoem-se as Cortes a formar a Constituição, e a organizar Leis, que emendando o que deva alterar-se de nossa antiga Legislação, hajão tambem de corrigir a forma de Julgar, e de Executar: e como fazerem-se taes, tão uteis, e tão necessarias Reformas, sem a Representação em Cortes do Corpo de Magistratura, por Eleição feita pelo Supremo Tribunal de Graça, e pelos de Justiça? O Comercio e a Industria Nacional Mananciaes da Publica Prosperidade que tanto Floresceram, e que tanto tem soffrido devem ser representados em Côrtes, por numero conveniente de Deputados eleitos Perante a Real Junta de Comercio, tendo votto nesta eleição por si, ou por seus Procuradores os Negociantes, e Directores de Fabricas de todo o Reino Convocados para dia certo por Editaes annunciados nos Periodicos.

Para que o Comercio prospere pede-se uma necessidade que a Marinha tambem floresça e para que isto se consiga Requeiro Deputados pela Marinha escolhidos por Officiaes dela. Não posso esquecer-me da Instrução Publica e como hei-de esquecer-me da Universidade de Coimbra a que a Nação deve tanto e a que eu devo emquanto sou? Como posso esquecer-me das differentes Academias Reaes? Parece-me, que a mesma Universidade e Academias, devem ter Aviso com a designação de numero dos Deputados que Há-de eleger para as Representarem e para cooperarem com suas Luzes para o melhoramento da Educação Publica e para todos os mais Trabalhos em que possam sêr uteis. Na Organização

leita no Porto da Junta Provisional do Supremo Governo para Governar até as Côrtes Houve tanta consideração a classes que me parece que o voto de todos que o constituíram e dos que compuzeram esta Junta não pode deixar de ser, o de atendê-las para a Convocação. Segue-se finalmente a eleição dos mais Representantes da Nação: Julgo essencial que as eleições se façam nas Camaras, que Representam a Congresso do Povo que excitam o Governo Municipal das Terras e que são nelas desde antigos tempos sumamente Respeitaveis: Que em cada uma das ditas Camaras (sem exclusão de uma só) se congreguem por Editaes atixados em cada uma das Freguezias todos individuos delas para eleger os eleitores das Villas, e estes juntos na Camara da cabeça de Comarca, elejão os Deputados da Comarca, pois que havendo muitas vezes, necessidades, e interesses especiaes de cada Comarca, deverão de cada uma d'ellas vir Deputados as Cortes; devendo ordenarse, que a eleição dos Deputados de cada Comarca, e nos desta Capital (na qual me parece que deve fazer-se a dos eleitores dos bairros, e julgados perante os Ministros respetivos, e as dos Deputados perante o Senado da Camara) se nomei, alem de outros de qualquer Classe, pelo menos um pelo importantissimo ramo da Agricultura e outro pelos Gremios ou officios mecanicos dignos de muito favor e concideração, e que sempre mercerão, e tiverão os dos nossos Augustos Soberanos: Não taxo numero dos reprezantantes em nenhuma das Classes não porque me esquecesse mas porque me falta ou dizendo melhor por que nos falta o cadastro aritmetico Politico da Nação e não podem, nem devem fazer-se orçamentos arbitrarios em materia de tanta circunspeção, e em que todos os Portuguezes tem fitos os olhos. Quanto ao Local depende o meu voto da Resolução de V. Ex.ias, sobre ser a Convocação por classes, ou da Massa em geral: Sendo por clas-es, julgo deve ser em terra central comoda, e livre de influencia estranha aos Deputados das Cortes. Se porem (contra o que entendo e espero) se fizer esta divisão, que sempre se observou, e contra a qual continuamente deciamão os Periodistas, então julgo devem celebrar-se em Lisboa porque nesse caso sponho mesmo muito necessaria esta extranha influencia. V. Ezc.ias resolverão o mais acertado.

(Documento n.º 15)

Foram os officiaes portuguezes que lançaram o seu protesto, pois convinha-lhes viver no regimen do arbitrio.

(Documento n.º 144)

Snr. Redactor do Astro da Luzitania — Tendo chigado a esta Cidade o N.º 227 do seu excelente Periodico de 28 de Agosto do corrente anno em o qual se acha inserido o artigo Reflexões a cerca do Conde dos Arcas — reconhecendo-se com a maior evidencia que o Auctor das ditas Reflexões, apesar da sua boa vontade, e descripção, ignora totalmente os dados, que devem servir p.^a a defeza, ou criminação dos mesmo Conde, e não desaliar mais as insolencias dos seus Inimigos, trucando de falço em materias de facto, e admitindo logicamente hypotezes, que resolvem em sentido contrario ao que na verdade aconteceo: Vendo igualmente que os Papeis officiaes do Governo Provisorio da Bahia, o Semenario Civico, e outras folhas da mesma Cidade

seguem hua affectada ignorancia, e obscuridade na exposição da materia em aqua fundão as suas invectivas, e suspeitas, referido-se a cartas particulares naquilo mesmo, que por Decomentos sabem o contrario, chigando a animozidade de tão injusta Facção a dirigirem ao Soberano Congresso a mesma mascarada de acontecimentos contra o thestemunho publico dos homens, que os prezenciarão, contra os registos das Secretarias do Governo, e em desprezo de varios Diplomatas, que correrão impressos por todo o Brazil, e mesmo por essa Corte: Julgo á vista do referido, ser hum Dever Sagrado de justiça publica aclariar as fontes de donde se deve esperar a verdade, rasgando o veo, que envolve este tenebrozo Drama, não só para alivio do oprimido Conde, de seus filhos e amigos, mas para que o publico conheça as *Ambages* dos facciosos e os Interessados da Boa-Causa possam examinar, a thé á evidencia, quaes sejam os crimes do Conde dos Arcos, qual a sua innocencia, e relevantes Serviços feitos ao Estado, e sistema Constitucional. Diz o citado art.º «*Refleções*» á cerca do Conde dos Arcos «*Que o Conde pedira ao Principe licença para hir para Portugal viver no seio de sua Familia, de quem naturalmente viveria saudoso; Que levava Passaporte concedido n'esta Cidade para a de Lisboa; Que arrancara sua filha do Serviço do Paço em que fazia grandes interesses; Que o Conde não tinha posseções no Brazil; e finalmente Que não havendo duvida que as suas maquinações serião propaladas á Nação inteira, h'a preparar elle mesmo na punição severa acondigna retribuição do seu crime.*

Respondo que o Conde dos Arcos não pediu licença ao Principe para hir para Lisboa viver no ceio de sua Familia; tão pouco arrancou sua filha do serviço do Paço, e se pediu Passaporte, ou Portaria de sahida foi depois de estar abordo do Brigue Treze de Maio, aonde se recolhera solto, franco, e liberalmente á consequencia de hua insinuação por escrito do proprio punho do Principe Real: Hum momento antes do seu embarque escreveu o Conde a S. A. procurando se podia ir beijar-lhe a mão por despedida, se lhe facultava o levar sua filha.

Ao que o Principe Respondeo, que—podia levar sua filha, mas que deveria embarcar quanto antes, bem a seu pezar. — Não ezitou mais antão o generozo Conde, hum só momento, e entrando em Hua carruagem com sua filha se dirigio ao Aesenal da Marinha pediudo embarcação, que o transportasse para bordo do Brigue Treze de Maio, isto erão dés horas da manhã, á vista de inenitas pessoas, que forçosamente o prezenciarão. Deve notar-se, que a pequena correspondencia foi tão franca, e lial, que o mesmo Principe a patenteou aos Ministros de Estado em seu Despacho, visto, que elles se tinha escuzado de ir intimar ao Conde a necessidade de sahir para Lisboa, pellos acontecimentos do dia 5 de Junho em que assim se exigira. A filha do Conde tinha sido nomeada Dama da Princezinha da Berra, mas nem tinha comessado o seu exercicio, nem fazia grandes interesses, por que já S. A. R. tinha adoptado o sistema de reforma, e economia em as Repartições publicas, e particularmente na sua Caza. He igualmente incorrecto o dizer que o Conde não tem Bens no Brazil: Todos sabem, que o Conde dos Arcos he Senhor, e Possuidor da Fzaenda da Olaria na estrada de S. Clemente de hua Chacra, e Cazas novas na mesma paragem; de outra Chacra, e Caza Nobre no Campo de Sta Anna d'esta Cidade, além de ser hum dos maiores accionistas dos Bancos do Brazil; pellos *maus serviços feitos na Bahia, durante o seu Governo*, e finalmente donde tinha aqui seo filho Primegenito, sua filha, sua Nora

e tres Netos; escuzado era o hir procurar em Lisboa o hir viver na ceio de sua familia.

Fonte de verdade e notoriamente sabido, he que elle Conde propozera varias vezes a S. Mag.^e a deposição de Alguns Magistrados, e Empregados a quem a opinião publica olhava, como autores de desgraças, reclamando comessasse por elle mesmo esta depozição, sendo necessario, por que a regeneração, e beneficio geral da Nação devia antepor-se a todo, e qualquer interesse particular. A prova desta, e d'outras iguaes opiniões, já deve ter sido presente ao Soberano Congresso, transmitida por S. Magestade nas Memorias, e Pareceres por escripto, que Elle pediu no Rio de Janeiro ao Conde, e Pessoas do seu Concelho, nas diferentes urgencias do Estado. Passemos agora a analizar a suspeita de ser ou não o Conde Conspirador contra seu Rei, e sua Patria, tramando pela demora do juramento das Bazes da Constituição, o sovocar esta em seu nascimento, o separar o Brazil de Portugal, dividindo os Portuguezes dos dois Emisferios! Mandando proceder a um grande recrutamento, e combinando-se o Governador de Pernambuco para atacarem a Bahia, *Santuario da Liberdade Americana*, e outras acusações vagas, referidas a cartas particulares, que se receberão na Bahia e em Lisboa: Rogamos ao Redactor do Astro queira exaltar a epigraphé do seu excelente Periodico, chamando á Luz do Dia com suas judiciosas rellações, quaes forão as verdadeiras da responsabilidade Ministerial do Conde dos Arcos no Rio de Janeiro quando Ministro de Estado com El-Rey, despachando na sua Repartição; e quando Min.^o d'Estado com o Principe decedindo á pluralidade, e consenço de seus colegas precedidos por S. A Real e P. Reg.^{te} na forma das Instruções deste Governo: Em que dia entrou n'este porto a Curveta Maria da Gloria; (primeira embarcação pella qual se souberão receberão officialmente no Rio de Janeiro as Bazes da Constituição!) Q.^{al} dos Tribunaes, qual dos Ministros do Principe Regente propoz, ou lembrou antecipadamente o juramento das Bazes, dando occasião a que o Conde o retardasse, ou aconselhasse o Principe a demoralal!! Apareça essa Ordem do Dia para o Grande Recrutamento, e conheça-se pello seu expediente, onde foi forjada sem.^e maquinação!! Eu escrevi no Rio de Janeiro mas tempo virá em que seja assaás claro, como desejava. Q.^m embarçou a execução da ordem para o recrutamento? Foi o Conde dos Arcos: foi elle que sabendo do trama declarou a muitos Paes de Familias, que rescansacem, que nunca teria execução hum tal projecto. — Autorisou mesmo todas as pessoas de sua Caza e conhecimento a publicarem, que se não recrutava por sem.^e ordem, e que elle já tinha representado ao Principe Regente os seus graves inconvenientes; da mesma forma se havia oposto ao Plano do Marechal Beresford sobre o Deposito de Recrutas, e Organização de Corpos Militares no Brazil, que o primeiro objecto do Governo devia ser Agricultura, e Povoação. Vemos que estão sempre em contraposição dos Recrutamentos e criação dos Corpos Militares.

A correspondencia offal do Conde dos Arcos, como Governador da Bahia com o Ministerio do Rio de Janeiro he hua fonte perene de donde se pôde colher, qual era o seu sistema Politico athe aq.^{al} epoca: Do dia—de Fev.^o de 1818 athe 26 de Fev.^o de 1821 foi o seu Ministerio com El-Rey. — Q.^m ignora as Conferencias Debates, que teve o Conde dos Arcos em Desp.^o com Thomaz Antonio e a opposição, que este sempre fizera ao seu voto liberal, e Iluminado? Haja vista as Memorias e Pareceres por escripto entregues pello

Conde a El-Rey nas differentes urgencias do Estado. O Decreto que acompanhou o Conde de São Miguel p^a Lisboa tão vantajosamente analizado pelos nossos literarios politicos não foi obra e doutrina do Conde dos Arcos?

Receber no ceio da Patria a todos os Deportados por opiniões politicas, estabelecer a tolerancia, ouvir o voto dos Povos, Demittir os Empregados corruptiveis, coartar as Promoções, e Listas de Agraciados, sem precederem serviços publicos, e merito individual, não foi esta sempre a sua Doctrina preposta a El-Rey e a seus Colegas? Apareção as Memorias, e Pareceres de que falamos.

Do dia 26 de Fevr^o athe 26 de Abril de 1821, foi epoca inteiramente vaga na responsabilidade publica do Conde dos Arcos. A tibieza, edmora das Elefções, assim Parochiaes, como dos Deputados, o factio da Praça do Commercio, a ordem de prisão p^a os Eleitores, Mamboa, Duposato, etc são aleivosamente attribuidas ao homem que se achava deposto, e doente em sua Casa: Passemos aqui em sillencio oter sido a depozição do Conde dos Arcos, feita a par da de Thomaz Ant^o e de José Maria da Policia!!! Do dia 26 de Abril athe o dia 5 de Junho, he justamente a epoca da responsabilidade publica do Conde dos Arcos, como Ministro do Regente de Brazil Despachando conjuntamente com seus colegas Conde Louzã, Carlos Friderico de Cauilla, e Manuel Ant^o Farinha, apluralidade de votos, na prezença de S. A. na forma das Instrucções como já dicemos: Eis aqui a epoca do maior encarniçamento de seus inimigos e felizmente da sua nenhna arbitrariedade, porque seposto digão, que elle movia o Principe pella sua maior influencia, e que algumas vezes detreminava aos colegas da p^{te} do mesmo Principe Decizões contrarias ao que se tinha assentado Camarariamente, he tão frivela esta accuzação, que recahe mais depreça sobre os ditos Min.^{es} que pella sua responsabilidade de expediente, e assignatura deverião ter protestado contra sem.^{es} Decisões, e Repr^ozentado ao Principe Regente hua tal infracção.

O primeiro Diploma que se publicou logo depois da sahida de S. Magestade para Lisboa, e que na verd.^e foi mi^uta do Conde dos Arcos, he a Proclamação ou Fala do Principe Regente aos Habitantes do Brazil, concebida nos seguintes termos: «A obrigação de attender primeiro que tudo ao interesse geral da Nação, forçou Meu Augusto Pai a deixar-vos, e a encarregar-me do cuid.^o sobre a publica felicidade do Brazil, athe que de *Portugal chegue a Constituição e aconsolide*. Tal he a fraze e primeiro passo do Min.^o que dispunha a separação do Brazil. Mas Senhor Redactor, segundo §.^o desta mesma Proclamação teve o grave defeito de declarar *guerra ás ambages*; a maior parte dos Togados, e Rabolas do Brazil tomarão a palavrinha, entre dentes, e os impressos da Bahia a apresentarão em caracteres italicos! Não cabe no curto espaço de hua carta a relação de tudo quanto o Conde dos Arcos propôs e, expediio a favor da boa cauza como Min.^o do Principe Regente no espasso de 39 dias; mas o Soberano Congresso recebeu, sem duvida pello Correio Leopoldina, e outras Emdarcações, que se lhe seguirão, hua copia exacta de todos esses Decretos, Portarias e Ordens, providencias dadas do R.^o de Jan.^o pela auzencia de S. Mag.^e e suscitadas quasi todas por aq.^{lh} homem, que hoje se dis conspirava a separação entre Portugal, e Brazil. Sirva pois esta fonte de Decom.^{tos} legaes, e directos para se provar qual fora sempre e seistema politico, e lial do Conde dos Arcos; emq.^{to}

as Cartas particulares escriptas p.^a a Bahia por pessoas de *intima confiança, escrupulosa prohib. e decedido amor pella Monarchia Constitucional*, não produzirem maior fé nas suas suspeitas, que os factos de realidades, e existencia.

Lembra-me ultimamente recordar aqui, que o Conde dos Arcos no dia 7, de Junho mandou de bordo do Brigue Treze de Maio por Pessoa de sua confiança rogar ao Min.^o da Marinha, que fizesse da sua parte o possível p.^a que o Brigue sabisse q^{to} antes, e em direitura a Lisboa, não só para socoço da Cidade, se he que dependia da sua retirada, mas para lhe poupar o dissabor de tocar na B.^a e Pernambuco em tão desadradaveis circumstancias: O honrado Min.^o Marinha respondeu, que nada podia fazer, em determinar a esse respeito, mas que lhe parecia, q^o hum de seus Collegas falara a S. M. p.^a com effeito o correr pelos portos. Ninguem lhe será difficil conceber a magoa, q. o Conde receberia pela ordem de tocar o Corr.^o na B.^a de donde havia sahido em triunfo na Fragata União, com geral aplauzo, e elogio, não só do Povo, a Corporações, mas athe dos Consules Estrangeiros ali residentes; e hir agora a huma embarcação agazalhado; aonde senão podia este dar ou pôr os pés. Que o di.^o não aq^{tes} q. o virão com tanta surpresa, e consternação, e que respondão as luminosas Reflexões do Astro da Luzitania, fazendo ver ao Publico imparcial as fontes, pessoas, de qualificados thestemunhos de donde se deve deduzir a defeza, ou criminação do Conde dos Arcos, já q. a minha falta de talentos, e ignorancias do Fôro me impossibilitão de ser Primeiro defensor, e Advogado na Cauza do Conde dos Arcos, q. é sem duvida a Cauza da Razão, e da Justiça.

Rio de Jan. aos 2 de 9bro de 1821.

HUM CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

(Documento n.^o 147)

*Explicação dos Sucessos do dia 5 de Junho de 1821
no Rio de Janeiro.*

No dia 26 de Fevereiro forão chamados pela Divisão de Portugal, e postos nos maiores Empregos da Nação Ignacio da Costa Quintela, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Joaquim Monteiro Torres Carlos Frederico da Cunha e outros: Forão os tres primeiros Ministros e Secretarios de Estado, e o ultimo General das Armas da Corte do Rio de Janeiro; Emprego q. já era muitissimo respeitavel ainda mesmo no antigo tempo do Governo Colonial.

Assim servião estes Empregados quando S. M. tratou de estabelecer o novo Governo que em sua ausencia ficasse encarregado da Regencia do Brazil; e determinando q. os tres novos Ministros o acompanhassera para Lisboa nomeou por Decreto de 22 de Abril deste anno Carlos Frederico da Cunha para Secretario de Estado interino do Governo do Príncipe.

(Em verdade perdeu muito quem de General das Armas do Rio de Janeiro foi passado para Secretario de Estado interino de hum Governo *sui generis* que não podia durar muito: e tanto mais quando por cessação (alliaz bem facil de prever) de tal emprego extinguiu-se tão bem e o Ex-secretario interino qualquer Direito posterior, Direito que nunca se extinguirá e antes sempre

apresentava a todos os q. até agora forão Ex Ministros e Secretarios de Estado.

Não he por certo necessário andar leguas de areia para provar que mui conveniente e agradável coisa seria a Carlos Frederico Caula o subir á cathedra de Ministro e Secretario de Estado.

Era elle o afilhado da Tropa de Portugal no dia 26 de Fevereiro, e nos 46 dias q. havião decorrido do seu Ministerio da Guerra crível he que tivesse tido meios quando menos de Conoborar o anterior Conceito, e estimação que a aquella Tropa por elle havia mostrado no Refe-rido dia 26: Entretanto Quem não dirá que o Decreto de 5 de Junho só *serve de fazer indirectamente*.

Caula Ministro e Secretario de Estado...

Analysemos pois aquelle celebre Decreto. Apresenta elle por objecto a criação de huma Junta com duas faculdades, a primeira a de verificar a Responsabilidade dos Ministros, e segunda a de examinar os Projectos de Lei antes de Sancionados por S. A. R.

Mas a Junta que efectivamente se creou he composta de dois Ecclesiasticos dois Generaes dois Negociantes um Desembargador hum Secretario que nunca fora julgador. E porque má ventura ha de huma Junta assim composta entender, e julgar sobre materia de tanta importancia como é a Responsabilidade de Ministros. Hum bispo, e hum vigario Juizes Criminaes!!!

O Exame de Projectos de Lei he de primeira intuição tarefa de hum ajuntamento dos mais habéis Juriscorsultos da Nação; e como ha de agora ~~sem~~ Ihante tarefa encarregar-se a huma Junta Composta de 8 membros (Manuel Pedro Gomes não entrou por doente) dos quaes hum só é Desembargador? Mais contente ficaria o Brazil por certo vendo os Padres, e Negociantes do Rio de Janeiro encarregados do cuidado das Leis d'onde defluiria sua fortuna ou desgraça! De outra parte acabar de jurar as Bazes da Constituição e perjurar logo contra a vigessima terceira creando huma Junta para examinar Leis etc etc, he na verdade huma anomalia talvez sem exemplo!

Entretanto sahe no dia 7 ao publico o Edital da Junta annunciando a sua primeira Sessão no dia 20, e a Continuação deilas em dois dias de cada semana; e eis aqui todos os Habitantes do Rio de Janeiro dizendo-se uns aos outros machinal, e insensivelmente. Pois verificar Responsabilidades de Ministros, e examinar Projectos de Leis, onde se não pode legislar, dá que fazer á Junta dois dias em cada semana!!!

E' por em verdade que entre as poucas linhas do nosso Decreto appareção quatro vezes os Ministros e Secretarios de Estado e a ultima vez tira todas as du vidas porque designa non-cadadamente quaes elles são, e eis aqui Carlos Frederico de Caula feito por politica Ministro e Secretario de Estado Incognita do dia 5 de Junho neste ano: Dia ominoso que tanto influirá nes Destinos de Portugal!!!

Por justo e devido obsequio á Verdade cumpre acrescentar que Quem diz Caçadores n.º 3 diz Bravos que com suas espadas se hão de cobrir sempre de gloria, mas não diz de modo nenhum Aulicos Sagazes e arditosos que se defendão contra a Trategia e perfidia de um Cortezão. Por certo entrarão elles nos acontecimentos deste dia como Pilatos no Symbolo da Fé.

Cumpre finalmente notar que com mui refinada malicia aparece somente

nas listas os nomes Baptismaes dos Deputados da Junta, e por isso aqui lhe acrescentaremos os seus titulos e qualidades.

Bispo Capitão Mor — Jose Caetano Ferreira de Aguiar, Vigario da Freguezia de S. Rita — José de Oliveira Barbosa, Tenente General — Joaquim de Oliveira Alvares, Marechal de Campo — Joaquim José Pereira de Ferro, Negociante — Francisco José Fernandes Barbosa, Negociante — Francisco José Fernandes Borbom, Desembargador — Sebastião Luiz Tinoco, não entrou por doente — Manuel Pedro Gomes — Mariano José Pereira da Fonseca, Erã da Meza da Inspeção do antigo Governo Colonial.

Documento n.º 221

Decreto autographo de El-Rey D. João VI para o C. dos Arcos promovendo-o á Dignidade Gran Cruz Honorario da Ordem da Torre e espada.

Rio de Janeiro 1 Maio de 1826

Conde dos Arcos D. Marcos. Amigo. Eu El-Rey vos Envio muito saudar, como aquelle, que Amo. Tomando em consideração, vossos bons serviços, superior intelligencia, e mais partes que concor em na vossa pessoa, e que vos constituem digno da Minha Real Confiança: Hei por bem Promover-vos á Dignidade de Gran Cruz Honorario da Ordem da Torre e Espada; e para o que tenhaes entendido, e possais uzar da insignia, e deviza, que vos pertencem, vos Mando esta. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Maio de mil oitocentos e vinte e seis.

REY

Para o Conde dos Arcos D. Marcos.

Copia das ultimas disposições do Conde dos Arcos D. Marcos de Noronha ... Abril de 1826

Em Nome da Santissima Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo, Trez Pessoas Distintas e um só Deus Verdadeiro, em que eu, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, bem e verdadeiramente creio e em cuja fé tenho vivido, espero viver, morrer e salvar a minha alma pelos incomparaveis merecimentos de Jesus Cristo Nosso Redentor. Achando-me enfermo e tratado pela Medecina, mas no perfeito juizo dos meus sentidos determinei fazer uma disposição da Minha ultima vontade, nos termos seguintes:

Declaro que sendo certo, que os Negociantes da Praça da Bahia por motivos que lhe foram presentes de seu motuo proprio, tendo eles mesmo interpretado a permissão Regia de comum acordo determinaram no dia 27 de Junho de 1817, estabelecerem a meu favor um Vinculo em Ações da Caixa de Descontos da mesma Cidade da Bahia, no valor de cem contos de reis, cujo rendimento e administração ficasse á minha disposição e dos meus descendentes. De cuja soma a maior parte entrou no Banco do Rio de Janeiro. Á vista do que é a minha ultima vontade, que meu filho D. Manoel de Noronha, Conde dos Arcos, e meu legitimo successor nos Morgadios de que se compõe a minha casa seja igualmente administrador desse Vinculo.

Que tenho uma filha Natural chamada D. Ana Joaquina de Noronha a qual reconheço como minha Filha.

Que deixo os Serviços por mim feitos á Corôa destes Reinos, e de que não tive remuneração, como é costume, a minha Irmã a Ex.^{ma} Snr. D. Eugenia de Noronha, e Administradora minha Filha igualmente, e quero fique gosando todo o producto de tais serviços com que sua Magestade foi servido Remunerar-os a que sobreviver á outra.

Que da terça de meus bens, e que me é livre a disposição, depois de pagar as minhas dividas (em cujo pagamento recomendo a maior exatidão) se deem 100 Moedas a minha Filha D. Luiza de Noronha. e que do resto se mandem celebrar Missas pela minha Alma.

Reconheço por meus Herdeiros os meus filhos e meus testamenteiros em Primeiro lugar a sobredita minha Irmã e em segundo o dito meu Filho Conde dos Arcos: ficando entendido que enquanto as minhas dividas serão efetivamente satisfeitas as que se apresentarem com as legalidades precisas, e as que a minha Irmã disser que deve como Administradora que tem sido da minha Casa. Nesta forma hei por bem concluidas estas disposições da minha ultima vontade que quero se cumpram como nela se contem. E roguei a Luiz Lobo de Azevedo Nascimento que este por mim escrevesse e comigo assinasse. O que eu sobredito fiz e com o Illustrissimo Testador assinei nesta Cidade de Lisboa.

*Cópia da Certidão de Óbito do Conde dos Arcos
D. Marcos de Moronha, falecido no dia 6 de Maio de 1828,
ficando testamenteira sua Irmã D. Eugenia de Noronha.*

Exmo. e R.^o Senhor. — Diz o Conde dos Arcos D. Manuel de Noronha e Brito que para requerimento precisa que o Reverendo Parocho da Freguezia de Sta. Marinha de Lisboa, lhe passe por certidão o obito de seu Pae e Exmo Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito.

Pede a V. Excia. que seja passada a referida certidão

E. R. M.

Em observancia do despacho supra certifico, que se resolveu do livro 6.^o dos obitos, que serve nesta Parochial Igreja nele a folhas 100 se acha o acento, que é do teor seguinte:

Aos seis dias do mez de Maio de 1828, faleceu nesta Parochial Igreja de Sta. Marinha, na Travessa das Monicas N.^o 27, o Exmo. Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, e Brito, de idade de 58 anos, viuvo da Condessa do mesmo titulo, D. Maria Rosa Caetana da Cunha, o qual só recebeu o Sacramento da Extrema Unção. Foi sepultado em o Convento de São Pedro de Alcantara desta Cidade, de que fiz assento disse, e como tal este supra.

E não se continha mais no dito assento, que foi por mim feito e vai copiado fielmente do dito livro, a que me reporto.

Parochial de Sta. Marinha em 16 de Maio de 1828

O Prior João Climaco Xavier de Melo.

A numeração dos documentos é feita, em parte pelo que se determinou em relação á sua ordem, outros pelos numeros do arquivo da Casa dos Arcos, á qual todos eles pertencem, e que gentilmente os cedeu para este trabalho.

ERRATAS

No ante-rostro, na designação das Obras do Autor, escaparam varias gralhas que podem ser corrigidas pela fórma seguinte :

Na linha 6, leia-se *Bocage* e não *Bobage*

> > 12, > *Côrte* > > *Corte*

> > 16, > *livro* > > *livros*

> > 22, deve omitir-se a designação *No Prelo*, visto as obras *Monarquia do Norte* e *Marquez de Pombal*, pupilo dos *Jesuítas* se encontrarem já publicadas.

Pag. 80 — *Lima* em vez de *Luna*.

> 116 — *Doc. 14-A* e não *14*.

> 159 — *levantavam* em vez de *levatabam*,

O *Documento 16* equivale ao *149* da casa dos *Arcois*.

> 159 — *Doc. 144* e não *147*.

INDICE

EVOCACÃO DE SOMBRAS NUM PALACIO VELHO 5

CAPITULO I

A CORTE NO RIO DE JANEIRO

O exodo dos reis — As princezas na capital do Brazil — Temores e jubilos de D. João VI na Baía — A chegada ao Rio de Janeiro — Como foram tratados os brasileiros — Os enredos da recâmara — O governo de Sua Alteza — A Torre Espada e as doações — Evocações duma tarde de toiros — Os primeiros passos dum vice-rei 15

CAPITULO II

OS GOVERNOS DA BAÍA E PERNAMBUCO

A morte do Conde da Ponte — O Conde dos Arcos, seu successor — Os grandes progressos da Baía — A mais rica provincia brasileira — Os ministros e o capitão general — O Estado de Pernambuco — O seu governador Caetano Montenegro — Falta de visão politica — Como se engendrou uma republica — A revolta dos nativos 38

CAPITULO III

A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Os factores da revolta — Os seus denunciantes — A rendição do governador — O que se passou na Baía — O emissario republicano — A acção do Conde dos Arcos — O fusilamento do padre Roma — Na hora dos combates — D. João VI e os revoltosos — A sorte dos caudilhos 51

CAPITULO IV

A RESSACA DA REVOLUÇÃO

Os fusilados da Baía — Versos dum condenado á morte — Os homens da lei — Como Luiz do Rego os acusava — O confidente real — A apoteose do Conde dos Arcos — A sua entrada no ministerio — Carlota Joaquina e os governantes — As novas ideias nos dois países — De heroi a subalterno 71

CAPITULO V

O CONDE DOS ARCOS E O PRINCIPE D. PEDRO

O herdeiro da corôa — Os seus amigos — Tendencias liberais num principe — Os presentes do governo da Baía — Turbulencias e amores — O casamento de Sua Alteza — Baptisado de D. Maria da Gloria — Tomaz Antonio e o Conde dos Arcos — Carlota Joaquina e os seus planos — Palmela no Rio de Janeiro 83

CAPITULO VI

AS ALTAS INTRIGAS

- Os segredos do paço — Os conspiradores do Rio de Janeiro — Conselhos de Palmela a D. Joao VI — As revoluções do Pará e Baía — Temores do principe D. Pedro — As missivas ao Conde dos Arcos — Como o herdeiro do trono se recusou a partir para Portugal — O espirito de rebeldia da provincia — A revolta de 26 de Janeiro na Córte — Um beijo de Carlota Joaquina 113

CAPITULO VII

SUA ALTEZA, O REGENTE

- O novo ministerio — Como D. Pedro não queria ser mandado — Os revolucionarios do Rio de Janeiro — As suas cartas ao Conde dos Arcos — D. João VI e o seu amor ao Brasil — O povo e o soberano — As intenções de Sua Alteza — A partida do rei para Lisboa — Os primeiros actos de D. Pedro — O ministro deante da Nação 133

CAPITULO VIII

AS INGRATIDÕES DO POVO E DOS PRINCIPES

- A acção ministerial do Conde dos Arcos — Como o encaravam os officiais portuguezes — D. Pedro e a impopularidade — O general das armas e o governo — O regente na vespera da revolução — A sua attitude ante os revolucionario — O brigue «13 de Maio» — O Conde dos Arcos a caminho da Baía — O procedimento da Junta — A atmosera de Lisboa em 1821 153

CAPITULO IX

OS SOFRIMENTOS DO CONDE DOS ARCOS

- O Congresso e o prisioneiro — Os seus acusadores — Quem o defendia — Intrigas da Junta da Baía — Como foi ilibado o Conde dos Arcos — O seu retiro — A independencia do Brazil — A queda da Constituição — Novamente Carlota Joaquina — Dois irmãos em guerra 173

CAPITULO X

DO CONSELHO DE ESTADO Á REGENCIA

- Revoltas de D. Miguel — D. Pedro e o Conde dos Arcos — As queixas do ultimo vice-rei do Brasil — Os seus conselhos — D. João VI — Os emissarios ao Rio de Janeiro — Reconhecimento da Independencia do Brazil — A morte do imperador e rei — A enfermidade do Regente — O rei absoluto — Na hora da agonía. 193
- AO Mergulhar nas Eternas Sombras 213
- Appendice 221

INDICE DAS GRAVURAS

- O Arco de Salvador ao qual se segue o palacio historico dos Conde dos Arcos
- Pag. 16 — D. João VI (Por Bartolozzi)
- > 34 — O Conde dos Arcos na Val-de-Vez (reprodução dum quadro pertencente à sr.^a Condessa de S. Miguel)
 - > 73 — D. Carlota Joaquina
 - > 64 — Soldado português da época em que o Conde dos Arcos governava a Baía (Dos Arquivos de Marinha d. Bib. Nac. de Lisboa)
 - > 80 — Palacio do Conde dos Arcos no Rio de Janeiro no qual está instalado o Senado
 - > 94 — O principe D. Pedro (Gravura da época, pertencente ao sr. Conde de Almarjão)
 - > 101 — D. Leopoldina, a primeira esposa de D. Pedro, depois de ser coroada imperatriz do Brasil
 - > 110 — Carta de D. Pedro para o Conde dos Arcos, pertencente à senhora condessa de S. Miguel em cujo palacio existe o arquivo da Casa dos Arcos
 - > 120 — Carta de D. Pedro para o Conde dos Arcos (Do arquivo da Casa dos Arcos)
 - > 125 — Carta de D. Pedro para o Conde dos Arcos (Do arquivo da Casa dos Arcos)
 - > 130 — Principe D. Pedro de Bragança (por Bartolozzi). Gravura pertencente ao sr. Conde de Almarjão.
 - > 133 — Carta de D. Pedro para o Conde dos Arcos. (Do Arquivo da Casa dos Arcos).
 - > 135 — Carta do Conde dos Arcos para D. Pedro. (Do Arquivo da Casa dos Arcos).
 - > 167 — Salvo Conducto mandado passar por D. Pedro para o Conde dos Arcos sair do Brasil.
 - > 199 — D. Pedro, imperador do Brasil, revestido das suas insignias.
 - > 181 — Explicações do Conde dos Arcos acerca dos acontecimentos no Rio de Janeiro. (Do Arquivo da Casa dos Arcos).
 - > 185 — Entrada do Palacio do Salvador.
 - > 195 — Carta de D. Pedro para o Conde dos Arcos.
 - > 211 — A Casa da T. das Monicas onde morreu o Conde dos Arcos.
 - > 215 — O tinteiro do Conde dos Arcos
 - > 217 — O relógio que assistiu á agonia do Conde dos Arcos.
 - > 218 — Condessa de S. Miguel, D. Nuno, D. Luis e D. Alexandre de Noronha.



F Martins, Francisco José
2534 Rocha
A76 O último vice-rei do
Brasil

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY
